

Prêmio Profissional

SYLVIA LESER DE MELLO

PRÁTICAS INOVADORAS NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

A PROFISSÃO EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INOVADORAS NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

Práticas premiadas
em **2022**



Conselho
Federal de
Psicologia

Prêmio Profissional

SYLVIA LESER DE MELLO

PRÁTICAS INOVADORAS NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

A PROFISSÃO EM MOVIMENTO: PRÁTICAS INOVADORAS NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

Práticas premiadas
em **2022**

Setembro 2024

Conselho Federal de Psicologia

XVIII Plenário | Gestão 2019-2022

XIX Plenário | Gestão 2022-2025

Autoras(es) dos trabalhos premiados:

Carmem Regina Giongo
Cristina Campolina Vilas Boas
Fernando Rocha Beserra
Francineti Maria Rodrigues Carvalho
Gabriel Silva
Giselle Oliveira Santos
Henrique Galhano Balieiro
Hugo Sandall
Inayá Ananias Weijenborg
Ingrid J. Vieira Lima
Jéssica Gabriela de Souza Isabel
José Miguel Silva
Josiane da Silva Delvan da Silva
Liará Dall' Agnese Sedor
Liliana Liviano Wahba
Núbia Vale Rodrigues
Paola Barros Delben
Rachel De Siqueira Dias
Renata Pereira Farias
Renata Rodrigues Santos
Roberto Moraes Cruz
Suely Emilia de Barros Santos

Autoras(es) dos capítulos com comentários dos trabalhos premiados:

Celina Maria Colino Magalhães

Jairo Eduardo Borges-Andrade
Jefferson de Souza Bernardes
Jorge Tarcísio da Rocha Falcão
Mary Sandra Carloto
Miriam Debieux Rosa
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Paulo Rogério Meira Menandro
William Barbosa Gomes

Organização do Prêmio:

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (Conselheiro CFP)

Comissão Avaliadora do Prêmio:

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Coordenador)
Adriano Alves de Lemos Peixoto
Celina Maria Colino Magalhães
Jairo Eduardo Borges-Andrade
Jefferson de Souza Bernardes
Jorge Tarcísio da Rocha Falcão
Marcus Eugênio Oliveira Lima
Mary Sandra Carloto
Miriam Debieux Rosa
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Paulo Rogério Meira Menandro
Pedro Paulo Bicalho
Rodrigo Acioli
William Barbosa Gomes

© 2024 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755 Conselho Federal de Psicologia (Brasil)
A profissão em movimento: práticas inovadoras no
exercício da psicologia / Conselho Federal de Psicologia,
Conselhos Regionais de Psicologia. – 1. ed. – São Paulo :
GM Editorial ; Brasília : CFP, 2024.

ISBN: 978-65-984864-0-2

1. Práticas Inovadoras. 2. Exercício profissional.
3. Psicologia. I. Título.

CDD-150

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia 150

XVIII Plenário | Gestão 2019-2022

Conselheiras(os) efetivos durante a realização do Prêmio:

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (Presidente)
Anna Carolina Lo Bianco Clementino (Vice-Presidente)
Izabel Augusta Hazin Pires – até 20 de maio de 2022 (Secretária)
Losiley Alves Pinheiro – a partir de 20 de maio de 2022 (Secretária)
Norma Celiane Cosmo (Tesoureira)
Robenilson Moura Barreto (Secretário Região Norte)
Alessandra Santos De Almeida (Secretária Região Nordeste)
Marisa Helena Alves (Secretária Região Centro Oeste)
Neuza Maria de Fátima Guareschi (Secretária Região Sul)
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Conselheiro 1)

Suplentes efetivos durante a realização do Prêmio:

Katya Luciane de Oliveira (Suplente)
Izabel Augusta Hazin Pires (Suplente)
Rodrigo Acioli Moura (Suplente)
Adinete Souza da Costa Mezzalira (Suplente Região Norte)
Maria de Jesus Moura (Suplente Região Nordeste)
Tahina Khan Lima Vianey (Suplente Região Centro-Oeste)
Célia Zenaide da Silva (Suplente Região Sudeste)
Marina de Pol Poniwas (Suplente Região Sul)
Ana Paula Soares da Silva (Conselheira Suplente 1)

XIX Plenário | Gestão 2023-2025

Conselheiras(os) efetivos

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Presidente)
Alessandra Santos de Almeida (Vice-presidente - a partir de 23/4/2024)
Izabel Augusta Hazin Pires (Secretária)
Célia Mazza de Souza (Tesoureira)
Carla Isadora Barbosa Canto (Secretária Região Norte)
Clarissa Paranhos Guedes (Secretária Região Nordeste)
Carolina Saraiva (Secretária Região Centro Oeste)
Roberto Chateaubriand Domingues (Secretário Região Sudeste)
Neuza Maria de Fátima Guareschi (Secretária Região Sul)
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Conselheiro 1)
Raquel Souza Lobo Guzzo (Conselheira 2)
Ivani Francisco de Oliveira (Vice-presidente de 16/12/2022 a 19/04/2024)

Conselheiras(os) Suplentes

Nita Tuxá (Suplente)
Evandro Morais Peixoto (Suplente)
Rodrigo Acioli Moura (Suplente)
Fabiane Rodrigues Fonseca (Suplente Região Norte)
Juliana de Barros Guimarães (Suplente Região Nordeste)
Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo (Suplente Região Centro Oeste)
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (Suplente Região Sudeste)
Marina de Pol Poniwas (Suplente Região Sul)
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (Conselheira Suplente 1)
Jefferson de Souza Bernardes (Conselheiro Suplente 2)

Coordenadora-Geral Estratégica

Emanuelle Silva

Coordenador-Geral Executivo

Rafael Menegassi Taniguchi

Gerência de Comunicação

Marília Mundim (Gerente)
Raphael Gomes (Supervisor)

Gerência Técnica

Camila Dias de Lima Soares (Gerente)
Ylo Barroso Caiado Fraga (Supervisor)
Lisly Telles de Barros (Analista Técnica)
Erick da Silva Vieira (Assessor)

Organização

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Conselheiro CFP)

Revisão textual e Normalização

Natália Gonçalves (Cm Editorial)

Projeto Gráfico e Diagramação

Diego Soares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 8

CAPÍTULO 1 10

PROFISSÃO EM MOVIMENTO: A DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO
E INOVAÇÃO NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos / Adriano Alves de Lemos Peixoto

PARTE I

Categoria: Experiências ou produtos derivados do trabalho
profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)

CAPÍTULO 2 47

PRÁTICAS INOVADORAS DERIVADAS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Jairo Eduardo Borges-Andrade / Mary Sandra Carlotto / William Barbosa Gomes

CAPÍTULO 3 51

PROTOCOLOS DE PESQUISA E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM
PSICOLOGIA POLAR E TECNOLOGIAS INOVADORAS DE SUPORTE

Paola Barros Delben / Roberto Moraes Cruz

CAPÍTULO 4 62

CAPS FLUVIAL: SAÚDE MENTAL NOS RIOS DE NOSSA CIDADE

Rachel de Siqueira Dias / Francineti Maria Rodrigues Carvalho

CAPÍTULO 5 70

CARTILHA “GUIA – MIGRAÇÃO, REFÚGIO, TRÁFICO DE PESSOAS E SUBJETIVIDADES”

Henrique Galhano Balieiro / Cristina Campolina Vilas Boas / Renata Rodrigues Santos

/ Núbia Vale Rodrigues / Jéssica Gabriela de Souza Isabel / José Miguel Silva

CAPÍTULO 6 77

DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO PARA A PREVENÇÃO
E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Hareli Fernanda Garcia Cecchin / Alice Agnes Spíndola Mota / Felipe Leite /

Humberto Martins / Marta Romilda Spíndola Mota / Sidiany Mendes Pimentel

CAPÍTULO 7 88

BUSCA POR EMPREGO: UMA PLATAFORMA DIGITAL INCLUSIVA E
ASSISTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, COMUNIDADE LGBTQIAP+,
PESSOAS 50+, MULHERES, NEGROS, REFUGIADOS E MIGRANTES

Alessio Sandro de Oliveira Silva

CAPÍTULO 8 96

TREINO COGNITIVO DIGITALIZADO PARA IDOSOS INTERNADOS: CRIAÇÃO
DE APLICATIVO EM CONTEXTO HOSPITALAR – INICIATIVA COG-GER

Larissa Teodora Genaro / Ursula Bellem de Araújo

PARTE II

Categoria: Experiências ou produtos derivados de trabalhos
realizados em cursos de especialização ou de mestrado

CAPÍTULO 9 107

PRÁTICAS INOVADORAS DERIVADAS DE TRABALHOS DE DISSERTAÇÕES
E /OU ESPECIALIZAÇÕES E PROJETOS DE EXTENSÃO

Miriam Debieux Rosa / Paulo Rogério Meira Menandro / Celina Maria Colino Magalhães

CAPÍTULO 10 110

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PARA CONTRIBUIR SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES NA TRANSIÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE E O RETORNO AO TRABALHO

Liara Dall' Agnese Sedor / Josiane da Silva Delvan da Silva

CAPÍTULO 11 121

TRANSVER: POR UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA INSURGENTE

Suely Emilia de Barros Santos / Gabriel Silva / Giselle Oliveira Santos / Ingrid J. Vieira Lima / Renata Pereira Farias

CAPÍTULO 12 133

GUIA VIRTUAL DE ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Inayá Ananias Weijenborg

PARTE III

Categoria: Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de doutorado, pós-doutorado, bem como de projetos de pesquisa vinculados a grupos de pesquisa

CAPÍTULO 13 143

PRÁTICAS INOVADORAS DERIVADAS DE TRABALHOS REALIZADOS EM CURSOS DE DOUTORADO, PÓS-DOUTORADO E PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS A GRUPOS DE PESQUISA

Jefferson de Souza Bernardes / Jorge Tarcísio da Rocha Falcão / Neuza Maria de Fátima Guareschi

CAPÍTULO 14 149

ATINGIDOS SOMOS NÓS: A PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE ESCUTA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Carmem Regina Giongo

CAPÍTULO 15 160

CURADORIA DO PRÓPRIO DESEMPENHO PROFISSIONAL: UM PROTOCOLO ÁGIL DE MAPEAMENTO, AUTOGESTÃO E EMPODERAMENTO EM CONTEXTOS DIVERSOS

Hugo Sandall

CAPÍTULO 16 172

PROTOCOLO DE SUPORTE A CRISES INDUZIDAS POR PSICODÉLICAS

Fernando Rocha Beserra / Lilitiana Liviano Wabba

CAPÍTULO 17 186

MEDIAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS, PSICOPATOLOGIAS E INTERAÇÃO HUMANO-TECNOLOGIA

Nara Helena Lopes Pereira da Silva

CAPÍTULO 18 198

PROJETO VOZES E CORES: GRUPOS TERAPÊUTICOS PARA PESSOAS LGBTQIA+

Mario Felipe de Lima Carvalho

APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta, à categoria profissional e à sociedade, os artigos técnico-científicos vencedores da primeira edição do **Prêmio Profissional Sylvia Leser de Mello: Práticas inovadoras para o exercício profissional**.

Realizado ao longo do ano de 2022 pelo Conselho Federal de Psicologia, o Prêmio buscou fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de modelos, procedimentos e técnicas envolvidas na atuação profissional que indicassem caminhos para o aprofundamento da construção do conhecimento científico inovador e do compromisso social da Psicologia.

A referência à Sylvia Leser de Mello, ao nomear a premiação, pretende reconhecer a enorme contribuição da professora e pesquisadora à Psicologia Social e do Trabalho no Brasil. Graduada em Filosofia (1961) pela Universidade de São Paulo (USP), Sylvia especializou-se na *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales* na França (1963 - 1964) e realizou o doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (1972), também na USP.

Como professora emérita da Universidade de São Paulo e ao longo dos quase 60 anos de dedicação à universidade, formou centenas de alunos, pesquisadores, líderes e intelectuais. Sua produção acadêmica se debruçou sobre as desigualdades sociais no país, de modo a buscar caminhos em direção à emancipação. Para desenvolver essa reflexão, Sylvia se nutriu de diversos campos do saber, como a Psicologia Social, Psicanálise, Educação, Ciências Sociais, Antropologia, História, Literatura, dentre outros.

Sylvia Leser acreditava que os limites poderiam ser superados a partir dos processos de socialização. Acreditava que os processos de construção coletiva, fundamentados na expressão dos saberes individuais, constituíam a forma possível de resistência às opressões e violências. Foi uma das pioneiras da psicologia comunitária no Brasil ao enfatizar a importância das abordagens participativas e colaborativas para entender e enfrentar os problemas sociais.

Além da pesquisa acadêmica, dedicou-se às intervenções práticas em comunidades como meio de promoção do bem-estar psicossocial e do desenvolvimento comunitário. Seus estudos contribuíram para uma reflexão crítica sobre a lógica capitalista e impulsionaram os estudos sobre a família, as relações de gênero e a sexualidade.

Ao instituir um Prêmio em sua homenagem, por meio da Resolução CFP n. 32, de 15 de dezembro de 2022, o Conselho Federal de Psicologia pretende fortalecer o legado de Sylvia à Psicologia, como ciência e profissão que se preocupa com a inovação de suas práticas e que busca uma abordagem de trabalho inclusiva, participativa e socialmente engajada.

Consideram-se “Práticas Psicológicas Inovadoras” aquelas que, mesmo de forma incremental, proponham um avanço no campo da Psicologia, seja a partir de conhecimento pré-existente, seja introduzindo novas perspectivas de leitura, conceitos, fundamentos ou de metodologia de trabalho. Tais práticas podem introduzir novos fazeres ou aperfeiçoar os já existentes, por meio de novos instrumentos de intervenção e análise de práticas clínicas, sociais ou experimentais, que serão utilizadas pela(o)(e) psicóloga(o)(e) ou por equipe interdisciplinar.

Assim como Sylvia Leser, acreditamos que os saberes devem ser compartilhados como forma de resistência e possibilidade de desenvolvimento pessoal. Portanto, esperamos que as experiências inovadoras em Psicologia, traduzidas e publicadas por meio deste livro, colaborem, fomentem e incentivem boas práticas no exercício profissional.

XIX Plenário
Conselho Federal de Psicologia

CAPÍTULO 1

PROFISSÃO EM MOVIMENTO: A DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos¹

Adriano Alves de Lemos Peixoto²

INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas, econômicas e sociais contemporâneas têm provocado mudanças profundas no mercado de trabalho. A revolução digital, impulsionada pelo avanço da inteligência artificial, automação e análise de big data, redefine o perfil das habilidades básicas exigidas aos diversos profissionais. Simultaneamente, as dinâmicas econômicas globais, marcadas pela crescente interconectividade e ascensão de novos mercados, exigem uma adaptação contínua às novas realidades. Como se isso tudo já não fosse o suficiente, os inúmeros processos de transformação social que experimentamos (a valorização da diversidade e da sustentabilidade, por exemplo) influenciam diretamente as práticas e expectativas de trabalho, requerendo, assim, uma maior flexibilidade e capacidade de inovação tanto de governos quanto de organizações e indivíduos. É nesse contexto instável, complexo e turbulento que a psicologia enfrenta o desafio de atender à sociedade e de se desenvolver enquanto profissão.

Quando nos referimos à profissão, nos deparamos com uma infinidade de definições e sentidos, muitos deles plenamente incorporados na linguagem cotidiana. No uso corrente

1 Doutor em Psicologia (UnB, 1994). Professor Titular de Psicologia Social das Organizações - UFBA. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFBA. Superintendente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional - SUPAD/UFBA (2013-2022). Ex-coordenador da área de psicologia na CAPES 2011-2018. Pesquisador IA do CNPq. Conselheiro do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

2 Possui graduação em Administração pela Universidade Salvador (1989), graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1999), mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2003) e doutorado em Psicologia - University of Sheffield (2008). Professor permanente do programa de Pós Graduação do Instituto de Psicologia da UFBA. Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) no período 2014-2018. Atualmente é o Superintendente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional da Universidade e membro da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), representando o Fórum das Humanidades (FCHSSALA).

em português, a acepção mais usual se refere a um conjunto de atividades especializadas que desempenhamos com o objetivo de nos proporcionar renda e identidade. Entretanto, essa compreensão mistura dois termos que, na literatura especializada, têm significados distintos, havendo entre eles um elevado grau de superposição: ocupação e profissão. Ainda que essa diferenciação seja pouco expressiva no cotidiano, ela é fundamental quando nosso objetivo é tentar compreender quais as dinâmicas e os processos que impactam as profissões, levando à sua mudança e transformação ao longo do tempo.

Em linhas gerais, a diferença entre “profissão” e “ocupação” reside principalmente na natureza e no escopo do trabalho realizado, bem como nos requisitos necessários para o ingresso em cada campo. Ocupação é um termo mais abrangente que se refere a qualquer forma de trabalho ou atividade pela qual uma pessoa é remunerada (Statistics Canada, 2024). Em um primeiro nível de distinção, é possível afirmar que toda profissão é uma ocupação, mas nem toda ocupação é uma profissão. Entretanto, essa distinção não é suficiente para explicitar o sentido e o alcance das profissões. Para isso, precisamos seguir discutindo com um pouco mais de profundidade suas características básicas.

Uma ocupação pode ser temporária ou de longo prazo e não necessariamente implica o mesmo nível de compromisso com uma área específica do conhecimento, como é o caso da profissão. Além disso, enquanto algumas ocupações podem exigir um conjunto de habilidades especializadas, outras podem ser acessíveis a pessoas com uma variedade de antecedentes e níveis de experiência. As ocupações englobam todas as formas de emprego, desde trabalhos manuais e serviços até cargos executivos e profissionais. Um bom exemplo de aplicação desse tipo de definição pode ser encontrado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)³, em que lemos:

Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas (...) sendo um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. O que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

Por sua vez, profissão é um termo que descreve um tipo específico de trabalho, marcado por um alto nível de educação ou especialização. As profissões geralmente requerem um conjunto específico de habilidades técnicas ou acadêmicas. Muitas vezes estão associadas a normas éticas, regulamentações e padrões estabelecidos por associações ou órgãos profissionais. Isso significa que para ingressar em uma profissão – psicologia, medicina ou direito, por

3 De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2024), a CBO tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

exemplo – a pessoa normalmente precisa de uma formação educacional avançada (de nível superior) e de algum tipo de certificação ou licença. As profissões são frequentemente vistas como carreiras de longo prazo ou vocações⁴, oferecendo um sentido de identidade profissional e um certo nível de status social. Profissões são ocupações baseadas em um conhecimento avançado, de natureza abstrata (teórica), complexa e esotérica, ou seja, no seu processo de transmissão é necessário um profissional para formar outro profissional (MacDonald, 2006).

As profissões têm uma longa história cujas raízes podem ser encontradas nas corporações de ofício da Idade Média. Entretanto, na sua forma de expressão atual, elas são artefatos sociais que se desenvolveram no século XIX. Elas são fruto de um processo de especialização no trabalho que conduz a uma diferenciação entre o trabalho manual, aquilo que na literatura se considera um trabalho semiquilificado (*semi skilled labour*) no qual existe pouca possibilidade de variação na forma como ele é executado; e o trabalho intelectual, que permite ao trabalhador, o especialista, um alto grau de discricionariedade na sua execução, entre outros aspectos (Freidson, 2001). Nesse sentido, as profissões têm uma história, uma trajetória de desenvolvimento que se manifesta em um contexto social específico. Além disso, elas expressam a divisão social do trabalho na sociedade contemporânea, possuindo um papel fundamental na compreensão de como as sociedades estão organizadas. Nas palavras de Durkheim (2013), “o referencial organizacional do grupo profissional deve estar sempre relacionado àquela forma de vida econômica” (p. 24).

Existem várias tradições e escolas, especialmente no campo da sociologia das profissões, que se voltam para o estudo das profissões. Ainda que uma revisão das diferentes escolas e tradições da sociologia do trabalho fuja ao escopo deste capítulo, vamos destacar alguns pontos centrais apontados por algumas das principais tradições de pesquisa desse campo. Buscamos, com isso, ilustrar aspectos conceituais fundamentais que têm sido utilizados para a compreensão das profissões e dos seus processos de mudança e transformação. Essas diferentes abordagens se debruçam sobre inúmeras características desse objeto (a profissão, o seu desenvolvimento no tempo, o profissionalismo), realçando os mais variados aspectos, com o objetivo de tentar compreender sua natureza e seus ciclos desenvolvimentais, bem como explicar sua função social.

4 A palavra “vocação” se origina do latim *vocatio*, que significa “chamado”. Tradicionalmente, a vocação é entendida como uma inclinação ou aptidão natural para determinada carreira, ocupação ou propósito na vida. Ela é frequentemente associada a senso de chamado ou missão, em que a pessoa sente que está destinada a seguir certo caminho ou a realizar determinadas atividades. O conceito de vocação pode sugerir que as pessoas tenham um destino ou caminho predeterminado, o que pode limitar a percepção de suas capacidades de escolha e de mudança ao longo da vida. Além disso, a ideia de que cada pessoa tem uma vocação, essencial e fixa, pode ignorar a complexidade e a evolução dos interesses e das habilidades ao longo do tempo. As pessoas mudam e se desenvolvem, portanto, suas preferências e seus talentos também podem mudar. Apesar dos problemas conceituais associados ao termo, optamos por utilizá-lo aqui em função do seu uso na linguagem corrente.

Em um primeiro momento, as profissões foram explicadas por meio da identificação de padrões (ou tipologias) relacionados com aquilo que chamamos de profissionalização, um padrão de institucionalização do campo, de como ele surge e evolui; uma procura pelas formas comuns que as variadas ocupações assumem, ao longo do tempo, para que possam ser reconhecidas como grupos profissionais legítimos (MacDonald, 2006). Para aqueles que adotam uma perspectiva estruturalista, a profissão é apenas uma forma de controle ocupacional (sobre um campo de conhecimento). Neste contexto, as múltiplas formas que podem ser percebidas, ao analisarmos a trajetória de diversas profissões, são apenas a constatação de que elas ainda não completaram a tarefa de profissionalização. Aqui, o foco de análise recai sobre como as estruturas (profissionais) evoluem. Em uma dimensão formal, os teóricos das profissões buscavam respostas para perguntas como: quando surgem os primeiros programas de treinamento? Quais os primeiros cursos de formação universitária? Quais as primeiras associações nacionais? Quais as primeiras legislações que definem as profissões e seus campos de atuação? Nesse sentido, a dimensão temporal atribui uma linearidade ao desenvolvimento profissional. Cada fase antecede a seguinte e sucede a anterior.

Em uma perspectiva mais substantiva, a profissão aparece como uma forma de exercer controle sobre a relação assimétrica que se estabelece entre o especialista (o profissional) e o(a) cliente (como vemos, por exemplo, em Carr-Saunders & Wilson, 1968). Nesse caso, a profissionalização passa a ser o processo de evolução das estruturas que visam garantir essa forma de controle. O interesse surge especialmente devido ao fato de que, tendo a sua base em um conhecimento de natureza específica – uma expertise – as profissões não possuem produto tangível específico. O conhecimento profissional é especializado, sendo, dessa maneira, inacessível para aqueles que não possuem adequado(a) treinamento/formação ou experiência. Além disso, esse conhecimento não se presta a ser racionalizado, padronizado, sendo entregue em função de necessidades específicas de cada usuário (Freidson, 2001). Depende, para sua efetivação, de uma interação direta entre a necessidade de usuário/consumidor e o profissional; e esta relação, por sua vez, depende de um vínculo de confiança (MacDonald, 2006) que se desenvolve tanto nessa relação do cliente com o profissional quanto na relação da sociedade com a profissão.

Esse processo narrativo/descritivo da profissionalização ainda é bastante difundido e muito da nossa própria compreensão sobre a História da Psicologia no Brasil se dá a partir de uma sequência de fatos históricos que vão marcando a constituição/construção do campo. É o que vemos, por exemplo, em Pereira e Pereira Neto (2003) e suas fases do processo de profissionalização da Psicologia; ou em Silva Batista (2010), com a sua apresentação dos marcos históricos que conduziram à regulamentação da nossa profissão; ou mesmo em Furtado (2012) em que, apesar de sua tentativa de contextualização de forças políticas históricas no desenvolvimento da Psicologia, o autor não vai além de uma discussão dos processos políticos e sociais mais amplos que estão em ação na sociedade brasileira durante o período

que conduziu à promulgação da Lei que reconheceu a psicologia como profissão. Entretanto, ao nos debruçarmos sobre as profissões em geral, percebemos que essa sequência histórica/institucional não é necessária, que esses tipos ideais não existem. Esse modelo descritivo não é capaz de explicar o conjunto das forças sociais em interação que são necessárias à constituição de uma profissão (Abbott, 1988).

Assim, torna-se necessário reconhecer a existência de forças sociais – ou outros padrões de interação social – que se apresentam como explicação para o surgimento e o desenvolvimento das profissões. É por esse motivo que, para Freidson (2001), o profissionalismo deve ser compreendido como um conjunto de instituições interconectadas que tem por objetivo fornecer suporte econômico e prover uma organização social. Isso permite aos membros de um grupo ocupacional manter a sua subsistência, ao mesmo tempo em que lhes permite manter o controle (ocupacional) sobre o seu trabalho. Assim, uma tarefa primordial para os grupos ocupacionais consiste em buscar construir uma divisão social do trabalho como forma de obtenção de status social (Larson, 2017).

Sem um mercado seguro, os padrões de mobilidade social, propiciados pelas profissões, se tornam vazios e sem sentido. Para que isso não ocorra, é necessário que a profissão seja capaz de obter o suporte político, econômico e social necessários para sustentar a sua autonomia frente a outros grupos ocupacionais. Isso se dá através de um processo que Weber denominava de fechamento social (*social closure*) (Mackert, 2018). De forma prática, esse processo se manifesta pela exigência de um conjunto de licenças, da posse de credenciais de qualificação específica e de um suporte legislativo que conforma instrumentos legais, garantindo aos membros do grupo exclusividade sobre determinados campos e técnicas (MacDonald, 2006). O conceito de fechamento social aplicado às profissões também se manifesta por meio de códigos de conduta, normas profissionais e práticas culturais específicas que moldam a identidade profissional. Esses elementos servem para diferenciar os membros de uma profissão daqueles de outra e fortalecem a coesão e a exclusividade do grupo. Ao mesmo tempo, eles podem criar barreiras invisíveis que desencorajam ou impedem a entrada de “forasteiros”, aqueles membros de outros grupos ocupacionais que não se enquadram no molde tradicional ou esperado da profissão.

Para Larson (2017), existem desenvolvimentos estruturais, mas eles não são atribuídos a um desenvolvimento natural da profissão e sim a um desejo de dominação e monopólio de um mercado específico. Assim, as profissões podem ser compreendidas como grupos corporativos que se organizam em torno de um projeto de mobilidade social que visa estabelecer o controle (ou monopólio) sobre um (tipo de) trabalho e, com isso, obter prestígio e elevar o seu status social. Junto com o poder de monopólio, vêm os ganhos financeiros extraordinários. Nessa abordagem, a lógica das estruturas cede espaço para as funções sociais – ou processos sociais externos (identificação, exclusão...) – como forma de explicação do desenvolvimento

das profissões. Ou seja, se busca uma explicação sobre o porquê de uma profissão se desenvolver em um contexto e um tempo específico.

Algumas abordagens mais recentes buscam resgatar a centralidade da expertise como uma relação social, enfatizando a autoridade cultural das profissões (Abbott, 1988) que se conecta a valores, tais como racionalidade, eficiência e cientificidade. Esse enquadramento ajuda a explicar porque algumas profissões alcançam um status elevado e uma autoridade considerável na sociedade. Ao alinhar-se estreitamente com os valores que são amplamente considerados como centrais para o progresso e o bem-estar social, essas profissões conseguem cultivar uma imagem de confiabilidade e indispensabilidade. Essa autoridade cultural permite-lhes não apenas influenciar as práticas dentro de seu próprio campo, mas também moldar políticas, percepções e comportamentos em um espectro mais amplo da sociedade.

Além disso, ao destacar a importância da relação social na construção da autoridade profissional, Abbott (1988) e outros sociólogos contemporâneos abrem caminho para uma análise mais crítica das dinâmicas de poder dentro das profissões. Reconhecer a expertise como uma relação social implica dizer que ela é negociável, contestável e sujeita a mudanças. Isso desafia a noção de que a autoridade profissional é inerentemente meritocrática ou exclusivamente baseada em conhecimento objetivo. Em vez disso, sugere que tal autoridade também é construída através de processos sociais, culturais e políticos. Essa perspectiva nos permite questionar e investigar como as profissões mantêm sua autoridade e legitimidade diante dos desafios externos e das mudanças na base dos valores sociais. Também abre espaço para uma discussão mais ampla sobre quem tem acesso à profissionalização, quem é capaz de reivindicar expertise e como as desigualdades são reproduzidas dentro e através de relações profissionais.

Em termos objetivos, ao trazerem a questão da expertise para o centro do debate, as abordagens culturais sugerem que as profissões surgem e se mantêm em função de sua capacidade em atender demandas sociais específicas. Essa legitimidade social se expressa na forma de poder, prestígio, status social e ganhos financeiros para seus membros. Da mesma forma, as profissões desaparecem quando outros grupos ocupacionais se mostram mais capazes de oferecer as respostas necessárias demandadas pela sociedade ou quando não conseguem manter o controle sobre um campo específico, sobre sua base de conhecimento e suas técnicas, aquilo que a literatura da área denomina de jurisdição – o que nos reconecta com a centralidade do conhecimento especializado (a expertise) para o sucesso de uma profissão.

O conceito de jurisdição refere-se ao âmbito de autoridade e responsabilidade que é concedido a uma profissão particular pela sociedade e pelo Estado. Essa autoridade abrange não apenas o direito de realizar determinadas tarefas ou serviços, mas também a capacidade de definir, regular e controlar o próprio campo de conhecimento e prática. A jurisdição é construída e mantida por meio de uma série de negociações e interações entre profissões,

instituições estatais e a sociedade em geral. Ela é influenciada por fatores históricos, políticos, culturais e econômicos e está sujeita a mudanças e contestações ao longo do tempo. No cerne do conceito de jurisdição, está a luta pelo poder profissional e pelo controle sobre certos domínios de atividade. As profissões buscam estabelecer e ampliar sua jurisdição não apenas para garantir autonomia e controle sobre a prática profissional, mas também para legitimar status, autoridade e privilégios dentro da sociedade. Para Abbott (1988, p. 68):

Diagnóstico, tratamento, inferência e trabalho acadêmico preveem o mecanismo da jurisdição. Eles constroem tarefas que se relacionam aos “problemas profissionais”, que são objetos potenciais de ação e de novas pesquisas. Entretanto, desempenhar atos qualificados e justificá-los cognitivamente não é suficiente para manter uma jurisdição. Com a finalidade de reclamar jurisdição, uma profissão pede à sociedade que reconheça sua estrutura cognitiva através de direitos exclusivos; jurisdição não é apenas uma cultura, mas também uma estrutura social.

A jurisdição de uma profissão não é absoluta ou incontestável. Ela é frequentemente objeto de disputas interprofissionais, de forma que diferentes profissões competem pela autoridade sobre determinadas áreas de trabalho ou conhecimento. Além disso, mudanças em políticas públicas, avanços tecnológicos, transformações sociais e emergência de novas necessidades e novos problemas podem desafiar as jurisdições estabelecidas e levar à reconfiguração das fronteiras profissionais. Existem 3 arenas básicas nas quais a disputa por jurisdição se desenvolve: a) *no âmbito dos sistemas legais*, no qual se busca lograr a proteção estatal pela via dos marcos normativos legais, com a finalidade de obtenção de autonomia na determinação da forma de trabalhar e na delimitação de um conjunto de competências específicas e exclusivas; b) *no âmbito da opinião pública*, em que a profissão constrói uma imagem pública que ajuda a pressionar os sistemas legais e legitimar socialmente a sua atuação; e c) *nos ambientes de trabalho*, no qual o exercício cotidiano da profissão se choca com os padrões legais e publicamente construídos, encontrando, assim, a atuação de outros profissionais ou grupos ocupacionais e dissolvendo fronteiras que foram formalmente constituídas. De forma resumida, se uma profissão não for capaz de manter e legitimar sua jurisdição sobre determinados campos do conhecimento, ela tende, no médio e longo prazo, a ser substituída por outros grupos profissionais ou a desaparecer. Como posto por Abbott (1988, p. 68), “um problema fundamental para qualquer profissão é a reconciliação da sua posição pública com aquela do ambiente de trabalho”.

No início do século XXI, essa discussão toma um novo rumo com a emergência de um novo fenômeno (ou ator?!): o trabalhador do conhecimento. Para autores como Svarc (2016), por exemplo, a combinação de distintos processos sociais como o aprofundamento da globalização, o crescimento de importância do setor de serviços e a expansão tecnológica, produz dinâmicas auto reforçadoras que afetam de forma definitiva o contexto socioeconômico.

mico (industrialização, meritocracia) no qual as profissões tradicionais surgem e se desenvolvem desde o século XIX. Esse novo grupo ocupacional, que guarda grande similaridade com os profissionais no sentido clássico, é composto por trabalhadores que desenvolvem suas atividades com base na posse de um pensamento criativo, no controle sobre a sua produção, no comprometimento com o seu trabalho, na autonomia, emergindo fortemente associado à chamada economia do conhecimento (Svarc, 2016). No seu cerne estão as chamadas indústrias culturais/criativas, que se voltam para a produção de bens e serviços intangíveis, tais como cinema, marketing, propaganda, design, música e televisão, mas também produtos financeiros, dentre outros (Peixoto & Barros, 2022).

Entretanto, a crise de 2008 trouxe uma insegurança e um forte desemprego para esse conjunto de jovens trabalhadores qualificados e educados – ou profissionais. O forte (e continuado) desinvestimento no mundo do trabalho e a crescente fragmentação cultural que lhe acompanha produziram um conjunto de impactos na forma como o trabalho é feito, nas condições através das quais ele é realizado e na percepção sobre como ele deve ser valorizado (Leicht & Fennel, 2023). Um exemplo dessa fragmentação cultural é aquilo que Nichols (2017) chama de “morte do ideal de expertise”. A expansão de uma dinâmica alimentada por ferramentas de busca na internet, como o Google e a Wikipedia, leva ao colapso a divisão existente entre o profissional (no nosso caso, agora, aquele que detém o conhecimento) e o leigo.

Ao tornar o acesso à informação algo muito fácil, a tecnologia ao mesmo tempo faz com que largas parcelas da sociedade se sintam empoderadas a tomar decisões sobre campos específicos do conhecimento sem a necessidade de se engajar em um diálogo com um especialista (Nichols, 2017). Um exemplo extremo desse comportamento pôde ser percebido durante a pandemia de Covid-19, na qual milhões de pessoas se tornaram epidemiologistas ou infectologistas da noite para o dia, discorrendo com segurança e “propriedade” (!) sobre temas complexos, acerca dos quais anos de estudos são necessários. A interação desse conjunto de forças leva à constatação de que a expertise profissional vem sendo sistematicamente comprometida e questionada. Dessa forma, o início do atual século viu nascer e, de certa forma, morrer, o assim chamado trabalhador do conhecimento, o que trouxe, para o centro da discussão, questionamentos sobre o próprio futuro das profissões.

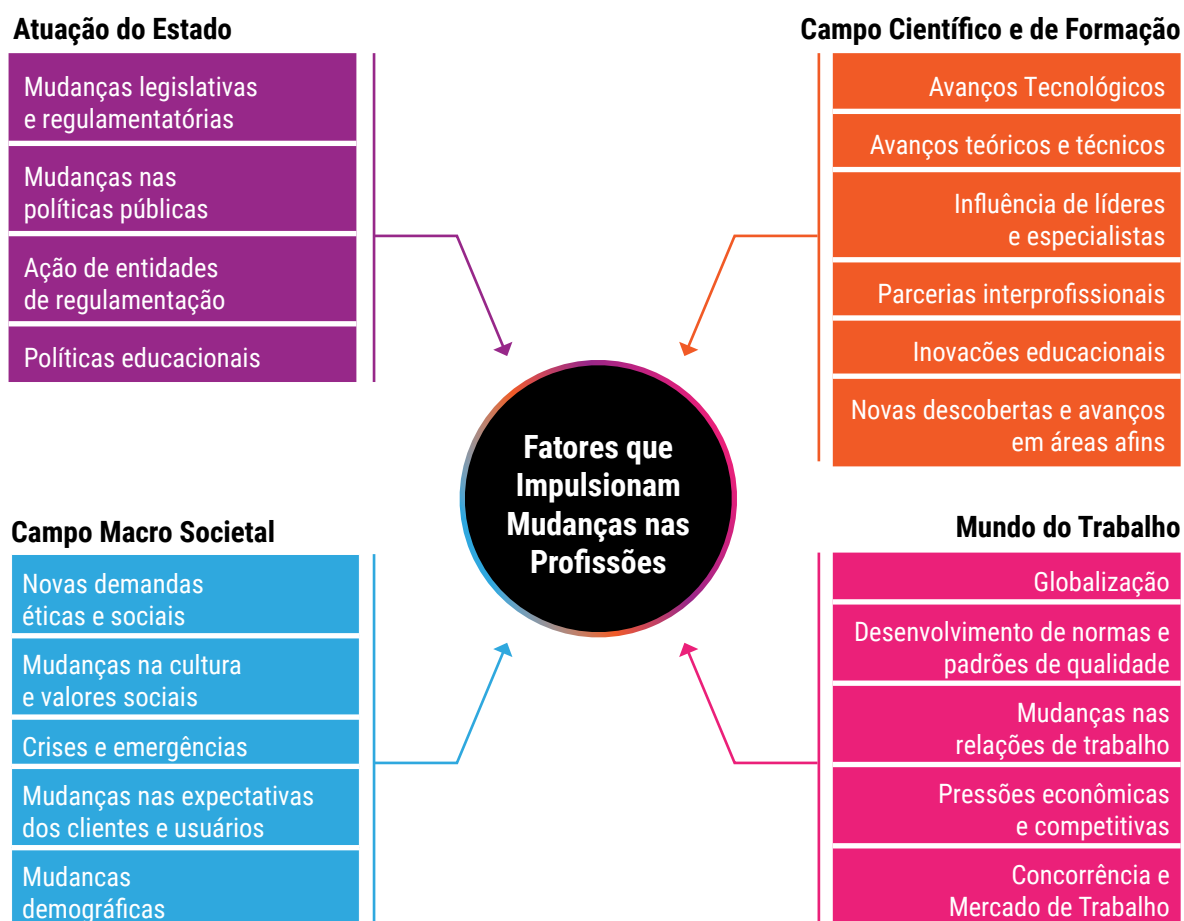
E é mais ou menos nesse ponto que as discussões estão no momento atual, na confluência de uma série de forças e dinâmicas poderosas que transformam a sociedade tal como a conhecemos. Se pudéssemos oferecer uma síntese daquilo que foi acima explicitado, diríamos que as profissões são grupos ocupacionais que controlam tipos específicos de conhecimento (saber o que) e habilidades (saber fazer) e que lutam para manter outros grupos ocupacionais fora de seus espaços de jurisdição. Nesse contexto, Freidson (2001) nos lembra que as profissões devem ser compreendidas como uma categoria política, econômica e social básica, frequentemente utilizadas como indicadores de classe, educação, status e renda.

FATORES QUE INDUZEM A MUDANÇAS NOS CAMPOS PROFISSIONAIS

São múltiplos os fatores – extrínsecos ou intrínsecos – que levam uma profissão a se transformar ao longo do tempo. Alguns deles apontam que as transformações em um campo profissional podem emergir a partir de um conjunto bastante variado de estímulos, destacados na Figura 1. Na origem desses estímulos, encontram-se as mudanças presentes no contexto sociocultural mais geral, transformações no campo científico, nas políticas de Estado ou na dinâmica do mundo do trabalho. Esses elementos configuram a profissão como um vértice para o qual convergem diversas exigências que modelam mudanças muito frequentemente incrementais nas suas práticas, na sua base de conhecimento, na sua clientela e na compreensão do seu papel social. A complexa interação e o equilíbrio entre tantos fatores afetarão o processo contínuo de estruturação/reestruturação do campo profissional e farão com que ele possa se atualizar para continuar atendendo as demandas sociais que legitimam a sua existência. Entretanto, esse processo de desenvolvimento também pode conduzir a uma fragmentação por diferenciação e especialização que, no limite, pode conduzir ao surgimento de novas profissões ou a sua extinção/desaparecimento.

Figura 1. Forças que modelam o desenvolvimento de um campo profissional.

Fonte: Os autores.



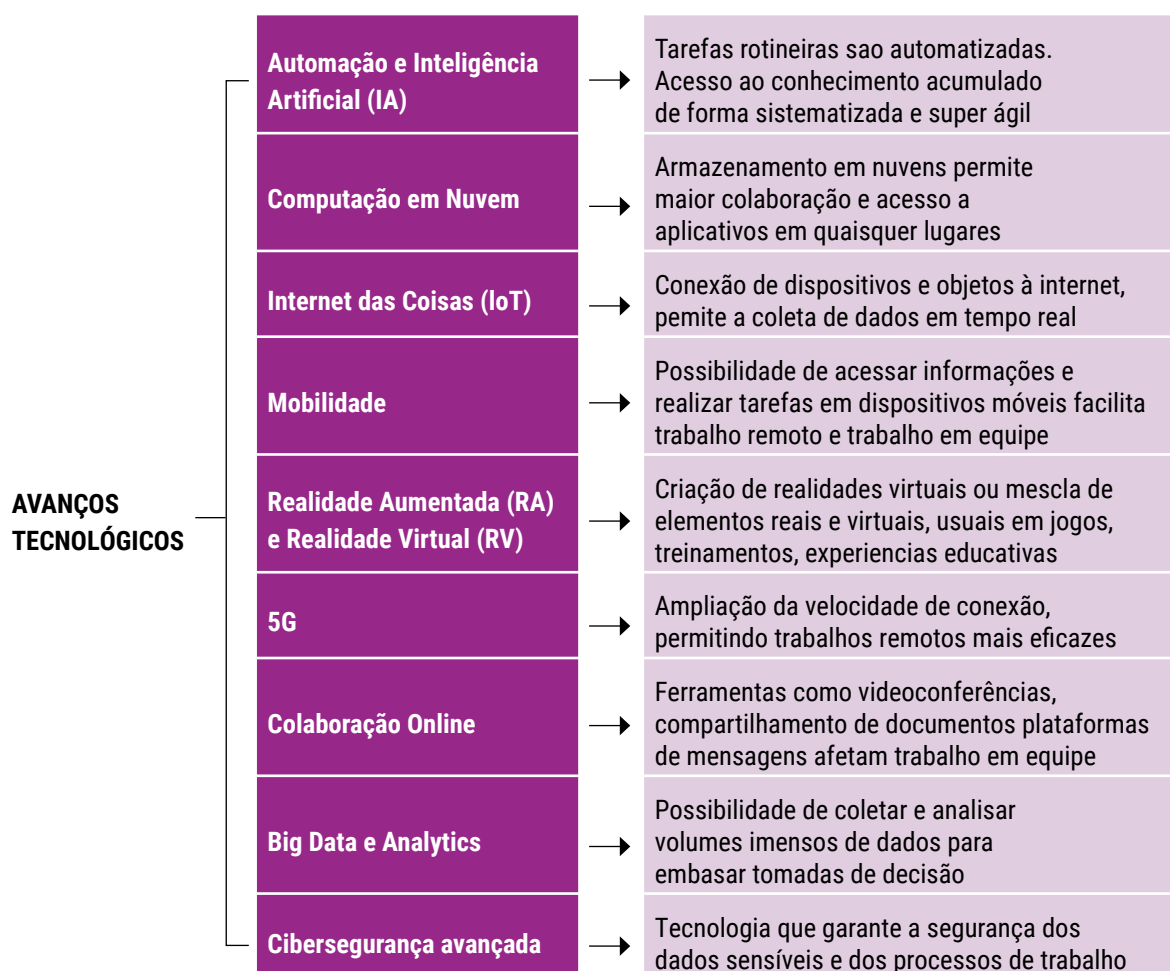
No primeiro campo, agrupamos os fatores que emergem do campo científico e da formação, na parte superior direita da Figura 1. Aqui, encontramos o conjunto de conhecimentos de natureza teórica-abstrata que fornece a base para as tecnologias e práticas que caracterizam a atuação profissional e que lhe permite lidar com as demandas sociais⁵. O processo de produção científica articula-se estreitamente com os processos formativos, que têm por objetivo assegurar ao profissional amplo domínio do campo científico específico e de campos afins com os quais a profissão faz estreita interface. Dessa maneira, uma profissão se modifica pelas descobertas científicas, pelas inovações educacionais, pelas parcerias estabelecidas com outros profissionais ou pela influência de lideranças (científicas ou profissionais) que conseguem ampliar os impactos de suas teorias, os seus modelos de atuação ou seus espaços de atuação. Como uma profissão não existe em um vácuo, esse processo é fortemente afetado por fatores que acontecem em áreas próximas. Esses fatores são especialmente o incremento e a ampliação da consciência de que abordagens inter, pluri e transdisciplinares são capazes de fornecer compreensões mais abrangentes e relevantes sobre quaisquer fenômenos, mas também podem contestar e ocupar espaços profissionais nas modalidades de novas abordagens, técnicas e conhecimentos.

Aqui, dois desses fatores merecem destaque. O primeiro refere-se ao processo de intensificação com que o conhecimento científico avança na contemporaneidade, principalmente decorrente de um trabalho realizado em redes de colaboração por pesquisadores de diferentes espaços geográficos e distintos grupos. Alguns poucos dados são bem ilustrativos: em 2022, a produção global foi de 2.384.493 artigos científicos indexados na plataforma Web of Science (WoS), como aponta o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2023). O segundo fator refere-se, especificamente, aos avanços tecnológicos que estão reconfigurando a vida na sociedade e, por extensão, o fazer científico e profissional. As práticas profissionais estão produzindo e, simultaneamente, sendo impactadas pelos avanços tecnológicos, que alteram os processos de trabalho e exigem novas competências profissionais – ao tempo em que asseguram a emergência de práticas novas. Uma lista não exaustiva nos mostra o quanto os avanços tecnológicos atuais estão exigindo mudanças na forma como os processos de trabalho e, em decorrência, as profissões se configuram – demandando atualização constante dos seus profissionais (Figura 2). Esse conjunto de mudanças tecnológicas estão conformando uma 4ª Revolução Industrial; ele se espalha pela sociedade e configura novos padrões de interação e convivência entre pessoas, grupos, instituições e Estado.

5 Por demandas sociais, nos referimos àquelas postas por todo e qualquer ator que possa se beneficiar, de alguma forma, do conhecimento específico que caracteriza a profissão. A ação/intervenção profissional pode se dar no nível dos indivíduos, dos grupos, das organizações ou da sociedade, a depender do seu objeto e do seu repertório conceitual/técnico.

Figura 2. Avanços tecnológicos e alguns dos seus impactos sociais.

Fonte: Os autores.



Em um segundo campo, agrupamos aqueles fatores que emergem sob a influência direta ou indireta da ação do Estado, na parte superior esquerda da Figura 1. Eles incluem, principalmente, aspectos relacionados à constituição de um conjunto normativo legal, que pode ampliar ou restringir a atuação profissional; e, ainda, mudanças nas políticas públicas que, pelo seu alcance e escopo, podem favorecer a expansão e o fortalecimento da atuação profissional. No caso da Psicologia, um exemplo recente bastante marcante de como uma ação legislativa pode impactar a profissão é a Lei que determina que escolas do ensino básico devem ter psicólogos em seus quadros (Lei 13.935/2019). Essa mudança representa expansão da oferta de emprego e conseqüente fortalecimento da profissão no espaço público, ampliando a sua legitimidade social. Por outro lado, toda profissão busca estabelecer um monopólio sobre certas atividades ocupacionais, por meio de um conjunto de práticas que lhe são exclusivas, o que só pode ser feito com proteção legal. Por exemplo, na regulamentação da nossa profissão, estabeleceu-se a avaliação psicológica como prática exclusiva (Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962). Sem a proteção desse conjunto normativo que estabelece monopólios para certos grupos ocupacionais, as profissões enfrentariam grandes dificuldades para sobreviver.

vado nos debates sobre inclusão, desigualdade social, racismo e mudança climática. Essas são questões que desafiam a própria forma de como a sociedade está organizada e exigem que as profissões se organizem para oferecer respostas à sociedade – dentro do seu domínio de ação.

Essas forças colocam pressão sobre as práticas profissionais e sobre a produção do conhecimento, ao destacarem novos atores, contextos e desafios. As pressões postas por esses processos sociais sobre a profissão se dão de forma contínua e cotidiana, demandando microajustamentos e mudanças incrementais. O impacto e o alcance dessas forças muitas vezes não são facilmente percebidos e podem ser subestimados pelos membros do grupo ocupacional, na crença de que sua prática profissional está imune – ou ao menos resguardada – dessas dinâmicas (Susskind & Susskind, 2015). Os processos de mudança ou transformação radical, normalmente induzidos por grandes eventos sociais – como a pandemia de Covid-19 – tendem a ser mais raros e seus efeitos são mais impactantes.

DIMENSÕES EM QUE AS PROFISSÕES SE TRANSFORMAM E ATORES CRÍTICOS NA PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES

Quatro macrotendências que emergem dos atuais processos de transformação social – e que revelam dimensões do exercício profissional que estão sendo modificadas na contemporaneidade – foram identificadas por Susskind e Susskind (2015). São elas:

1. Diminuição da customização da atividade profissional em um movimento de rotinização do trabalho⁶, que se manifesta na forma de checklists, padronização de materiais e crescente utilização de sistemas – como plataformas, a maioria disponível de forma online. Essa padronização permite que os profissionais se especializem e possam ampliar sua renda com uma otimização do uso do seu tempo. Entretanto, aquele movimento leva à diminuição da autonomia profissional que pode, no limite, produzir uma alteração (ou mesmo redução) do seu conjunto de competências, em decorrência dessa substituição pela tecnologia ou pela superespecialização. Na psicologia, um dos exemplos mais evidentes desse tipo de movimento consiste nas plataformas de avaliação psicológica, que padronizam a correção e entrega de resultados aos profissionais. O amplo conhecimento técnico sobre os processos referentes à marcação, correção e interpretação dos testes psicológicos é importante, inclusive para uma avaliação crítica dos seus resultados. Contudo, é possível afirmar que, ao longo do tempo, existe uma tendência ao aumento de confiança nesses sistemas com a consequente terceirização dessas competências para os sistemas inteligentes e, portanto, prejuízo dessa avaliação. Um bom exemplo desse tipo de movimento é o crescente uso, por empresas, de sistemas de

6 Em oposição ao trabalho tradicionalmente customizado, adaptado às necessidades específicas de cada cliente/usuário dos serviços profissionais.

caracterização de perfis comportamentais⁷ ou diagnóstico organizacional que não necessitam de um profissional especializado para a aplicação e interpretação.

2. *A diluição das fronteiras do conhecimento leva a um aumento da competição intra e interprofissional e a uma crescente e contínua contestação jurisdicional.* Um exemplo no âmbito da psicologia pode ser constatado com o surgimento dos *coaches*, que atuam fortemente em aspectos relacionados ao aconselhamento e à terapia. Aqui também se localiza um movimento preocupante, no qual a expertise e o conhecimento passam a estar ampla e livremente disponíveis para o grande público, sem a intervenção direta do especialista. Isso reduz a importância do profissional e seu papel mediador, o que pode ser observado com a explosão de sites, páginas e vídeos que contêm indicação do que fazer e no qual pessoas (leigas?!) compartilham as suas experiências sobre um determinado problema, formando, muitas vezes, comunidades de experiência na qual não somente a informação, mas o conhecimento flui livremente. A emergência dos grandes modelos de linguagem de inteligência artificial (IA) representa uma aceleração desse processo com um provável e forte impacto na profissão.

3. *Mudança do papel do profissional que está cada vez mais ativo na busca de seus usuários e na oferta de seus serviços, no âmbito de uma mudança de paradigma da remediação para a prevenção.* Um exemplo desse movimento são as várias orientações e cartilhas que informam sobre cuidados com a saúde mental ou como se comportar na educação dos filhos diante de um determinado problema. É possível observar um paradoxo, na medida em que a identificação da necessidade de auxílio por parte de um profissional normalmente está sob responsabilidade de um leigo – o cliente/usuário – que precisa identificar não somente a necessidade de buscar uma orientação especializada, mas também quando buscá-la (Susskind & Susskind, 2015). Outro elemento ilustrativo dessa tendência é a chamada produção de conteúdo que caracteriza as redes sociais e que, na prática, consiste na entrega de conhecimento especializado para leigos que podem utilizá-lo da forma como lhes aprouver. Em uma perspectiva individual, esse tipo de conhecimento será sempre limitado e restrito, mas como parte de uma ação coletiva mais ampla, o volume de conhecimento disponível é cada vez maior. Outro aspecto importante, mas que muitas vezes passa despercebido, é a crescente importância do papel desempenhado por equipamentos eletrônicos no monitoramento dos comportamentos humanos nessa dinâmica de proatividade.

4. A quarta macrotendência - afetando a forma como as profissões se organizam – decorre da *contínua crise econômica que cada vez mais impacta espectros mais amplos da população e limita a capacidade dos usuários de buscar serviços profissionais.* Isso conduz a um movimento de maximização dos resultados e do desenvolvimento de estratégias de colaboração entre os usuários, na tentativa de redução dos custos de serviços. Esse processo é facilitado pelo uso de

7 Existem vários disponíveis no mercado que são vendidos como um teste com propriedades psicométricas estabelecidas, de natureza comportamental e de uso não restrito aos profissionais de psicologia.

novas tecnologias (Susskind & Susskind, 2015). Por outro lado, essa macrotendência reforça o movimento da padronização dos serviços que, por definição, tendem a ser mais baratos do que os serviços mediados presencialmente por profissionais humanos.

Múltiplos e distintos estímulos induzem os processos de mudança e inovação em várias dimensões que estruturam o exercício no âmbito de muitas profissões. Da mesma maneira, múltiplos atores também participam desse processo – a partir de ações pessoais e no desempenho de papéis institucionais. Alguns desses atores, que se destacam pela capacidade de produzir mudanças gerais no campo profissional e, em particular, na Psicologia, são apresentados na Figura 4.

Figura 4. Atores críticos produzindo impacto no campo profissional.

Fonte: Os autores.



Ao analisar as implicações da Figura 4, devemos começar pelas(os) próprias(os) profissionais que no seu dia a dia se encontram na linha de frente da prática e se deparam com demandas frequentemente sem respostas previamente definidas ou caminhos já percorridos para resolver problemas de trabalho. São, dessa forma, desafiadas(os) a construírem soluções criativas, transferir experiências entre contextos distintos, mimetizar formas de atuar típicas de outras áreas. Assim, fazem combinações ou bricolagens, que terminam configurando práticas

inovadoras em múltiplas dimensões. São elas(es), ainda, que se aventuram a desenvolver ou adaptar ferramentas e procedimentos já existentes e, muitas vezes, conceber modos de atuar que vão de encontro a formas bem estabelecidas e consideradas as mais corretas. Também são as(os) profissionais que criam e mantêm redes de interação com colegas e/ou com instituições de modo a assegurar transferência de conhecimentos e compartilhamento de experiências que se traduzem em inovações profissionais.

Depois das(os) profissionais, uma segunda fonte de inovação está localizada em quem faz pesquisa no domínio de conhecimentos relacionados. Estão vinculadas(os) a instituições e às comunidades acadêmico/científicas, que desempenham papel de grande centralidade nos processos de inovação. Essas instituições são verdadeiras incubadoras de novos conhecimentos e desenham novas práticas e ferramentas de trabalho. Referimo-nos àquelas instituições em que a pesquisa e a extensão se encontram mais institucionalizadas como espaço de construção de novas teorias e de novas formas de atuar e prestar serviços à sociedade. Essas instituições – e seus corpos de docentes pesquisadoras(es) – são responsáveis pelo processo de qualificação continuada de profissionais por meio dos cursos de pós-graduação lato ou stricto sensu. Estes últimos são os principais espaços para os avanços científicos e tecnológicos na Psicologia.

Os governos são a terceira fonte de inovação e desempenham um papel importante. Trata-se de instância com poder de legislar em múltiplos âmbitos que afetam o exercício profissional (e, portanto, implicam necessidade de mudanças e transformações) e concebem e implementam políticas públicas para delinear novos caminhos e campos de atuação, com profundo impacto sobre o escopo da profissão. Temos as políticas públicas nos campos da formação e da pesquisa e as dos serviços de saúde, assistência social, trabalho, esporte, cultura e arte, por exemplo. Tais políticas podem ensejar a inclusão de profissionais e demandar profundos ajustes das suas práticas a tais contextos. O ingresso no campo das políticas públicas tem se constituído em um movimento relevante de transformação da Psicologia ao longo da sua história recente no Brasil.

A quarta fonte consiste nas organizações profissionais, delimitadas pelas Associações ou Sociedades científicas, profissionais e sindicais. Elas desempenham uma função importante em relação às mudanças nos campos profissionais, por constituírem espaços de trocas, aprendizagens, difusão e compartilhamento de conhecimentos. Ademais, são espaços de organização da categoria para lutar por condições de trabalho mais adequadas e possibilitadoras de um desempenho profissional ético e tecnicamente qualificado. As organizações profissionais e associações de classe objetivam representar os interesses dos profissionais de uma determinada área. Desempenham um papel importante na promoção da inovação ao fornecerem orientações, recursos e apoio para os profissionais. Essas organizações também podem incentivar a colaboração entre profissionais, facilitar a troca de ideias e promover o desenvolvimento de padrões e diretrizes atualizados. Nesse conjunto de entidades, destaca-se o papel central

desempenhado pelos Sistemas de Conselhos Profissionais, cuja existência é um requisito para a qualificação de um campo, por sua missão institucional de fiscalizar e orientar o exercício profissional. Esse Sistema, ao longo da história, pode ser considerado um dos atores mais críticos, pois fomenta uma autorreflexão sobre o exercício profissional da Psicologia no país, assim como aponta e implementa diretrizes responsáveis por relevantes mudanças na profissão, conforme veremos mais adiante.

Profissionais inserem-se nos mais diversos contextos institucionais. No nosso caso, tanto em organizações privadas, do terceiro setor, como em diversos níveis do aparelho de Estado, ou seja, no serviço público. Essa é a quinta fonte. Em todos esses contextos, as(os) profissionais enfrentam normas e padrões que podem ou não criar um clima potencialmente inovador para as práticas exercidas. De qualquer forma, a diversidade de contextos e seus padrões culturais e de gestão implicam modos singulares de atuação. Eles desaguarão na diversidade que marca a profissão e, por consequência, incidirão sobre novidades, práticas singulares e criativas que resultam desse ajuste do profissional a cada situação de trabalho.

Dois outros segmentos sociais também afetam de forma significativa a maneira como uma profissão vai se configurando e se reconfigurando ao longo do tempo. Destacamos clientes e usuárias(os) que, com suas demandas específicas, constituem o impulso inicial para as transformações construídas e implementadas por todos que integram a comunidade profissional. Existem, ainda, a mídia e a opinião pública, responsáveis por criar, construir e modificar as representações sociais sobre a profissão e sobre quem a exerce. Os mecanismos de comunicação – hoje fortemente afetados pelo mundo digital – propagam imagens que se impregnam na coletividade sobre atribuições, poderes e expectativas em relação ao desempenho de um profissional. Tais imagens se transformam na medida em que as mudanças na prática extrapolam a comunidade específica e se amplificam para a sociedade. Podem se constituir, certamente, em fatores limitadores do modelo de atuação e nem sempre favorecer as inovações. No entanto, em uma perspectiva histórica, é possível traçar o percurso de mudança na forma como a profissão é entendida pela sociedade, com elementos de permanência e outros de transformação.

Esses conjuntos de atores não agem necessariamente em consonância e nem sempre na mesma direção em termos de propiciar inovações significativas. Forças de conservação e de transformação estão sempre em disputa nos vários âmbitos, inclusive no mais individual (cada profissional, cada pesquisador, cada docente). Esse território turbulento torna o processo de transformação em algo nem sempre linear e que possa ser apreendido em uma perspectiva de evolução. Crises econômicas, por exemplo, impactam as instituições de ensino e pesquisa; políticas governamentais podem ser cíclicas e avanços conseguidos podem ser destruídos em pouco tempo. Apenas quando nos distanciamos no tempo é que amiúde podemos perceber

o percurso e identificar as linhas de desenvolvimento das profissões em que alguns atores tiveram maior ou menor importância.

O CASO DA PSICOLOGIA: PRINCIPAIS EIXOS DE TRANSFORMAÇÃO AO LONGO DA SUA TRAJETÓRIA

Nesse segmento, de forma bastante resumida, exploraremos aquilo que percebemos como as grandes linhas dessa transformação no exercício profissional da Psicologia – produto da ação, nem sempre visível e reconhecida, do conjunto desses atores. Aqui, o foco é pensar as dimensões em que a Psicologia mudou ao longo do tempo e explorar as possíveis barreiras enfrentadas. Buscaremos traçar um quadro amplo sem, contudo, nos aprofundarmos no exame de todo o período histórico, com o objetivo de extrair possíveis linhas mais importantes de inovação. Ao final, procuraremos apontar o que surge na literatura como as novidades que estão se constituindo na contemporaneidade. Entretanto, não entraremos em qualquer avaliação de mérito ou qualquer julgamento sobre o valor daquilo que hoje possa ser apontado como inovações na Psicologia. Nosso foco será a psicologia brasileira, embora saibamos que esse movimento não se dá desvinculado do que acontece na psicologia mundo afora. Essa análise, porém, não será abarcada por esse exercício inicial.

A Figura 5 organiza a trajetória da nossa profissão em quatro grandes momentos, rapidamente caracterizados em termos dos marcos importantes da formação e do modelo de atuação profissionais. Tais momentos não têm, nas datas apresentadas, o rigor que os separa em momentos distintos. Elementos de um momento já estariam em gestação em momentos anteriores, assim como características que os dominaram continuam presentes – com força diferenciada – em momentos posteriores. Há rupturas e continuidades que não se aprisionam a essa periodização – desenhada como uma tentativa de extração de algumas vertentes ou linhas de mudança mais gerais no desenvolvimento da nossa profissão.

Figura 5. Psicologia, períodos históricos e suas principais características.

Fonte: Os autores.

Surgimento (Anos 60/70)	Autocrítica e revisão (Anos 70/80)	Expansão e mudança (anos 90 em diante)	Novos desafios (Últimos anos)
<ul style="list-style-type: none"> • A Lei 4.119/62 marca o surgimento de uma profissão delimitada pela Psicologia praticada nos anos 40 e 50, muito espelhada na Psicologia do primeiro mundo. • Avaliação psicológica como privativa para o tripé: clínica, trabalho e educação. • Emergência e primeiro ciclo de expansão dos cursos de graduação. • Implantação do sistema Conselho. • Currículo mínimo com forte ênfase em uma formação mais tecnicista. • País sob a ditadura militar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Docentes e pesquisadores explorando campos novos de atuação. Consciência maior dos limites do modelo inicial de atuação - fortemente dominada pela clínica e atendimento individual. • Necessidade de ampliar o atendimento de segmentos excluídos do acesso a Psicologia. • Forte expansão do sistema de ensino. Domínio de IES privadas. Currículo mínimo como força conservadora. • Crise do regime militar. Luta pela democratização. Diretas JÁ. 	<ul style="list-style-type: none"> • CONSTITUIÇÃO DE 1988 • Emergência de inovação, ampliação do escopo tanto em áreas clássicas como em áreas emergentes. • Forte preocupação com a responsabilidade/compromisso social. • Princípios éticos apoiados nos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. Respeito a diversidade em todas as formas de expressão. • Ingresso no SUS e SUAS. • Políticas contra discriminação. • Despatologização. • Novas Diretrizes Curriculares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço do neoliberalismo. Descontinuidade das políticas sociais de inclusão do Estado. Ameaças ao sistema democrático. • Crise econômica afeta a educação, a ciência e tecnologia. Brasil volta ao mapa da fome. • Necropolítica. Negacionismo. Retorno a pautas conservadoras que afrontam os Direitos Humanos. • Crise pandêmica. • Avanço do mundo digital. • Impacto das redes sociais na constituição do coletivo.

Avanço da comunidade científica
Aumento da produção científica nacional
Consolidação do sistema de pós graduação

Nossa trajetória é uma história de mudanças, de transformações; muitas em nível pouco perceptível, outras mais visíveis. Elas guardam estreita ligação com os momentos históricos que vivemos como país, que têm o poder de moldar e regular até certo limite a ação profissional – embora essa relação não seja determinística na sua totalidade. Forças internas foram capazes de movimentos de resistência e superação dos limites impostos pela realidade socioeconômica e política que o país viveu nesses sessenta anos. Da mesma forma, forças externas foram capazes de explorar possibilidades abertas nas contradições do mundo social, de modo a afirmar valores e visões novas de como a profissão deveria se configurar e cumprir a sua missão social. A Figura 5 ainda revela que esse processo de mudança na profissão se dá

em paralelo a importantes mudanças nos campos científico e da formação, domínios em forte interação com o campo profissional. Assim, ao longo do tempo, constituímos uma sólida comunidade científica, amplamente diversificada nos seus interesses temáticos e nas suas perspectivas teóricas e metodológicas. Ela revela grande vigor no volume crescente da nossa produção⁸ e, especialmente, na consolidação de um sistema expressivo⁹ de pós-graduação quantitativa e qualitativamente. Esses dois movimentos nos posicionam na liderança incontestante na América Latina. O fortalecimento de uma comunidade acadêmica cada vez mais qualificada e diversificada se traduz na produção de um conhecimento enraizado na nossa realidade sociocultural e política. Outrossim, revela desenvolvimento de instrumentos, procedimentos e modelos de atuação mais apropriados à realidade do nosso país em suas múltiplas realidades regionais e locais. Tudo isso ocorreu e continua a ocorrer em diálogo intenso com a Psicologia que se faz mundo afora, com o crescente processo de internacionalização da nossa produção acadêmica. As instituições de ensino que contam com pós-graduação e pesquisa continuam desempenhando papel central como celeiros de ideias inovadoras para a Psicologia, como ciência e como prática profissional. Desses celeiros é que têm saído profissionais também preocupados e capazes de produzir inovações na sua prática cotidiana de trabalho, nos mais diversos espaços em que se inserem, inclusive os mais clássicos e tradicionais.

Podemos tomar a Psicologia dos anos 1960 e 1970 como ponto de partida para o que seria considerado, a partir de então, inovador (e, portanto, aquela psicologia seria o status quo a ser mudado). Entretanto, o trabalho desenvolvido por docentes, profissionais e pesquisadores naquele período significou uma mudança muito expressiva no fazer profissional, quando comparada aos primórdios. Foi caracterizado como um período com um modelo limitado de atuação profissional (Botomé, 1978; Carvalho, 1982; 1984). Estava assentado em um tripé de uma orientação bastante individualizante e fortemente apoiada em uma perspectiva mais tecnicista. Entretanto, o período entre a legalização da profissão e a implantação do Sistema Conselhos representou um passo decisivo na construção da psicologia, com destaque para a emergência de uma identidade profissional antes inexistente ou dispersa. O currículo mínimo, apesar das críticas que surgiram mais tarde, assegurou uma formação mais homogênea nacionalmente, contribuindo, assim, para a construção dessa identidade. Práticas importantes acompanham desde o nascimento como profissão, mesmo com mudanças relevantes, como é o caso da avaliação psicológica; os campos clássicos de inserção não desapareceram, pelo

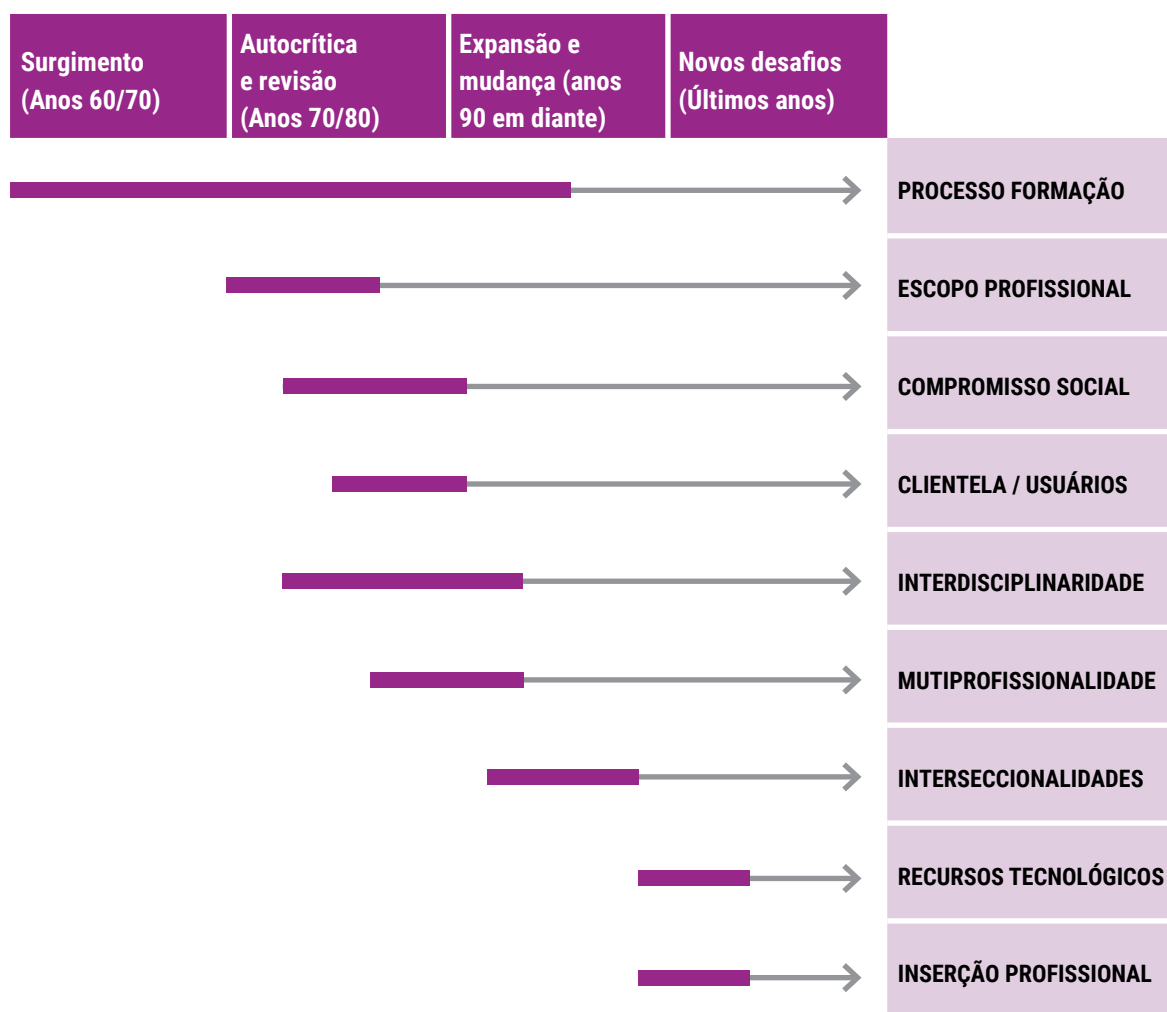
8 Dados do Scopus revelam que, considerando todo o período (1996-2015), a produção da Psicologia atingiu 9.895 documentos, o que a colocava, então, em 14º lugar no mundo. De 2015 até 2021, foram mais 10.082 documentos, posicionando o Brasil em 11º lugar no mundo nesse período. A liderança do Brasil na América Latina é evidente, uma vez que o México e Chile aparecem, respectivamente, em 34º e 35º lugares, ambos com pouco mais de 2.700 documentos.

9 Na Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Área de Psicologia possui 102 Programas e 164 cursos. Neles, atuam 1.880 docentes e 10.165 alunos. No Sudeste encontram-se 44 Programas, vindo, a seguir, o Nordeste com 22, o Sul com 19, o Centro-oeste com 12 e o Norte com 5. O maior número de Programas (40) possui nota 4 (indicadora de consolidação), enquanto 29 atingiram nota 5 (excelência nacional) e 8 e 4, respectivamente, com notas 6 e 7 (excelência internacional). Apenas 19 Programas possuem nota 3 (em processos de consolidação).

contrário, continuam se constituindo em importantes espaços de inserção. Feitas tais ressalvas, as rupturas em relação a esse modelo inicial aparecem nas vertentes apresentadas na Figura 6. Selecionamos nove principais dimensões em que o exercício profissional se transformou, configurando a forma como a profissão se constitui na atualidade.

Figura 6. Dimensões do exercício profissional.

Fonte: Os autores.



A primeira dimensão reporta-se a mudanças que ocorreram no processo concernente à formação, base para a preparação profissional e um dos fatores mais críticos na manutenção versus inovação nas práticas profissionais. A regulamentação e a proposta de um currículo mínimo para a formação em Psicologia representaram um marco inovador de extrema importância, considerando a forma como profissionais – que vieram a ser reconhecidos como psicólogos – se formaram em períodos anteriores.

O currículo mínimo expressava a Psicologia construída e praticada entre nós até os anos 1950. Sua permanência, como parâmetro para organização dos currículos dos cursos, durou décadas e se revelou uma força extremamente conservadora e restritiva aos movimentos inovadores, ampliando crescentemente o seu descompasso com os avanços na ciência e na própria prática profissional. Todavia, ele não impediu a força de inovação construída por meio de pequenos movimentos no âmbito das múltiplas instituições, especialmente universidades públicas e confessionais. Já a partir dos anos 1980 houve um forte movimento da comunidade pela mudança do currículo mínimo.

Houve uma transformação efetiva – na concepção de como deveria ser estruturada a formação em Psicologia – só com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e a emergência das diretrizes curriculares nacionais. Ainda não se tem uma avaliação do efetivo impacto dessas diretrizes, homologadas em 2004, sobre o processo formativo e a sua qualidade. Trata-se de tarefa complexa, pois elas surgiram em paralelo a um conjunto de outros processos – explosão de cursos de graduação, por exemplo – que nos levaram ao sentimento de que a qualidade da formação haveria diminuído nas últimas décadas. Destacaram-se como elementos inovadores importantes: a) a definição de valores centrais que devem embasar toda a formação; b) a proposta de um modelo de competências profissionais que rompe com a noção de uma formação conteudista e se centra na articulação entre conhecimento, habilidades e capacidade de ação; c) a definição de uma formação científica básica que assegure o caráter generalista da formação; d) o surgimento da figura das ênfases curriculares como estratégia para aprofundar o domínio de competências que permitiriam lidar com processos de trabalho centrais na atuação em Psicologia; e e) a própria noção de processos de trabalho como conceito estruturante da formação, buscando romper a tradição centrada em locais de trabalho, muitas vezes chamados de áreas de atuação.

Denominamos como escopo de atuação uma segunda dimensão de transformação. De um modelo centrado no tripé clínica-trabalho-educação, especialmente ancorado na capacidade de realizar avaliações diagnósticas, o campo profissional foi se expandindo progressivamente, desbravando novos contextos, configurando novas áreas e subáreas de atuação. Esse movimento inovador – tanto em campos clássicos, como em termos da emergência de novos campos – ficou bem documentado já no início dos anos 1990, em duas publicações do Conselho Federal de Psicologia. Essa realização inseria-se fortemente na luta por mudanças no currículo mínimo então vigente, visto como elemento crítico na reprodução de um modelo de atuação limitado. A primeira dessas publicações foi intitulada “Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços” (CFP, 1992). Consistiu em uma revisão da literatura produzida no Brasil, nas principais áreas de atuação da(o) Psicóloga(o), que apontou tendências inovadoras ou de ruptura com concepções e modelos de atuação que se consolidaram no período inicial da psicologia como profissão. A segunda publicação foi “Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação” (CFP, 1994). Também partindo de áreas clássicas (clínica,

educacional, organizacional e social), incluiu áreas emergentes tais como o esporte e a jurídica e analisou experiências inovadoras com base em entrevistas com atores (pesquisadores e/ou profissionais) que estavam construindo novos modelos de atuação.

A diversidade de contextos, de áreas e de processos de trabalho – que hoje caracterizam o exercício da psicologia no Brasil – revela-se pelo recente Censo da Psicologia Brasileira (CFP, 2022a; CFP, 2022b). Esse quadro a diferencia dos seus primórdios, embora o núcleo clássico de atuação ainda seja o elemento mais forte e difundido: a avaliação psicológica como parâmetro para intervenções clínicas – especialmente as diversas psicoterapias.

A ampliação do escopo da profissão deu-se em paralelo a quatro outras dimensões apresentadas na Figura 6. Todo o movimento autocrítico sobre a profissão e a formação que marca o segundo período coincidiu com o movimento pela democratização do país e superação de mais de duas décadas de regime militar. Conduziu a uma ênfase na necessidade de superar um modelo elitista de atuação – a clínica desenvolvida em consultórios particulares – por um que levasse a Psicologia a contextos e clientela que dela necessitavam e que a ela não tinha acesso, pela desigualdade social que estrutura a nossa sociedade. Uma Psicologia socialmente responsável (ou com compromisso social) foi gestada em múltiplos experimentos associados aos serviços de extensão das instituições de ensino – aproximando-se de comunidades vulneráveis e periféricas e serviços públicos no campo da saúde. Após a promulgação da Constituição de 1988 e, em seguida, a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), já nos anos 1990, aconteceu o ingresso dos profissionais de psicologia no SUS, que foi um primeiro passo de atuação no âmbito de políticas públicas. Mais adiante, na primeira década dos anos 2000, surgiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a psicologia passou a integrar os seus serviços. Recentemente, em 2019, houve a aprovação da Lei n. 13.935. Ela determina aos sistemas educacionais a efetivação de equipes multiprofissionais integradas por psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas. São conquistas que reconfiguram a profissão, afetam a identidade profissional e colocam quem a exerce em contato com um segmento da população antes excluído.

A mudança nessa dimensão (escopo) guarda estreita relação com as dimensões de compromisso social e de clientela/usuários. A expansão da amplitude da nossa atuação, a partir dos anos 1990, se dá sobretudo na direção de afirmar que a Psicologia pode se inserir nos mais diversos espaços ou contextos sociais e pode trabalhar com os segmentos sociais mais diversos – em uma perspectiva individual e coletiva. Emergem propostas de ação que caracterizam uma área de psicologia social/comunitária; amplia-se o conceito de clínica para saúde, com a incorporação de outros níveis de atuação na promoção da saúde e bem-estar. Justiça e esporte começam a surgir como potenciais contextos de inserção. Essa expansão de contextos impõe as demandas mais diversas de revisão, adaptação ou mesmo desenvolvimento de modelos teóricos e de instrumentos para o trabalho da(o) psicóloga(o). O ingresso com mais

força nas políticas públicas voltadas para a saúde, seguido do mesmo processo no campo da assistência social, consolidam a ampliação do escopo da profissão. Ao mesmo tempo, atendem ao objetivo de ampliar o compromisso da profissão com a superação das desigualdades sociais.

Poderíamos afirmar que as mudanças inovadoras nessas dimensões – escopo com a inserção em políticas públicas, ampliação e diversificação de clientela e preocupação com o impacto social da profissão – refletem inovações na própria identidade profissional e na sua imagem social, mesmo que preservada a imagem daquele atendimento de pessoas em contexto de consultório – os dados do Censo da Psicologia Brasileira nitidamente apontam o crescimento do trabalho de psicoterapia individual no atual contexto de crise de emprego e pós-pandemia. Contudo, hoje a(o) profissional de Psicologia não está mais restrita(o) a tal papel, pois atua no cotidiano da população nos mais diversos espaços.

Há, no entanto, duas outras dimensões, também relevantes para caracterizar movimentos de inovação no exercício profissional. As duas caminham bastante juntas, apesar de suas especificidades. Referimo-nos, aqui, às interfaces, sempre crescentes, entre a Psicologia e outros campos de conhecimento e de atuação profissional. Elas se consolidam em perspectivas cada vez mais interdisciplinares e multiprofissionais para a compreensão dos problemas e das formas de atuação. Nesse sentido, há diálogo com outras ciências – do campo das humanidades, das ciências sociais aplicadas, das ciências biológicas e da saúde. Ele constitui corpos de conhecimento e possibilidades de intervenção que rompem com a excessiva psicologização dos problemas e ampliam a compreensão dos múltiplos fatores que interagem na constituição de todos os fenômenos e problemas com os quais lidam nossa ciência e prática.

Essas interfaces são múltiplas e não param de crescer. As conferências centrais do IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia voltaram-se para a reflexão dessas interfaces e foram registradas em um livro cujo título é bastante expressivo: “Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos do saber” (Bastos & Rocha, 2007). Apoiado em uma reflexão sobre inter/multi/transdisciplinaridade, discute as necessárias interfaces que os diferentes domínios da Psicologia têm construído com as diferentes disciplinas. Revela a crescente falência de abordagens disciplinares para enfrentar a complexidade dos problemas postos pela realidade. A obra também aponta a necessidade de intensificar os diálogos intradisciplinares, considerando a dispersão que define a natureza da Psicologia como ciência e prática profissional. Esse diálogo interno foi objeto central das discussões do VII Congresso Norte-Nordeste de Psicologia e encontra-se documentado no livro “Práticas e Saberes Psicológicos e suas conexões” (Gondim & Chaves, 2011). Como afirmam os organizadores da obra,

reconhecer a multiplicidade de perspectivas e áreas especializadas torna ainda mais desafiador encontrar caminhos de diálogo e integração, pois o risco é de a autonomia e a independência levarem ao isolamento e à fragmentação. (p. 7)

O exame das linhas de pesquisa que estruturam a nossa pós-graduação exemplifica como os limites entre campos intradisciplinares vão sendo quebrados; a presença da Psicologia em vários Programas de Pós-graduação interdisciplinares é outro indicador desse movimento. Ademais, o avanço de trabalhos em equipes multiprofissionais revela que esse movimento também ocorre no exercício profissional da Psicologia, como está documentado no Censo da Psicologia Brasileira¹⁰.

Há, ainda, na configuração dos campos de conhecimento e de práticas profissionais, uma tendência emergente nesse período mais recente. Trata-se da incorporação de marcadores sociais como fundamentais para a compreensão dos fenômenos psicológicos e das práticas profissionais. Referimo-nos aos marcadores de raça, gênero e orientação sexual, que revelam a busca por uma Psicologia cada vez mais sensível, mais atenta à diversidade e mais inclusiva. Optamos por denominar essa dimensão de ‘interseccionalidades’, dado o crescente reconhecimento da importância de considerar a diversidade e a interseccionalidade na compreensão do comportamento humano e da saúde mental. Esse movimento tende a crescer na atualidade, pois reflete um compromisso crescente com a justiça social, a igualdade e a inclusão, ao mesmo tempo que busca qualificar os serviços psicológicos oferecidos às pessoas de todos os grupos sociais.

Na produção de conhecimento, esse movimento inovador se revela: a) em estratégias para incluir participantes de pesquisa que representem a diversidade da população em termos de raça, etnia, gênero, orientação sexual e outros marcadores sociais, tomando-os como fundamentais para compreender suas experiências psicológicas; b) em análises voltadas para compreender como múltiplos marcadores interagem e influenciam fenômenos psicológicos; e c) no desenvolvimento de modelos de intervenção que sejam sensíveis à diversidade e apropriados culturalmente. Um dos exemplos seriam abordagens terapêuticas voltadas especificamente para grupos marginalizados ou discriminados socialmente. No campo profissional, tal dimensão se revela: a) na necessidade de uma formação voltada para reconhecer e valorizar as diferenças culturais, étnicas, de gênero e de orientação sexual entre os usuários, e para adaptar abordagens de acordo com essas diferenças; b) a crescente inserção de profissionais em organizações comunitárias, em iniciativas políticas e ações para combater a discriminação e o

10 Ao caracterizarem a natureza das atividades desenvolvidas pela(o) psicóloga(o), Bastos, Puentes-Palácios e Andrade (2022) apontam que 49,5% das psicólogas atuam em equipe; desse quantitativo, 74,2% constituem equipes multiprofissionais. Nessas equipes, 87,9% exercem atividades que não são privativas ou exclusivas da Psicologia. Tais dados revelam o quanto as nossas práticas estão sendo compartilhadas com outros profissionais nessas equipes.

preconceito; e c) na oferta de intervenções especificamente voltadas para apoiar os grupos – a exemplo de terapia de afirmação de gênero para pessoas trans, aconselhamento para casais LGBTQIAPN+ e atendimento para vítimas de racismo.

Duas últimas dimensões na Figura 6 se reportam ao modo como o mundo do trabalho está sendo reconfigurado no bojo desse presente momento histórico, caracterizado como a 4ª Revolução Industrial no atual estágio do capitalismo. A primeira é a forma como as novas tecnologias estão reconfigurando práticas, instrumentos e formas de trabalhar nas mais diversas ocupações, inclusive na Psicologia. A segunda, fortemente associada aos avanços tecnológicos ou talvez decorrente deles, refere-se ao crescente uso das redes sociais como estratégia e modo de trabalhar em Psicologia. Tais questões serão tratadas com mais detalhe no próximo segmento.

O QUE CARACTERIZA AS INOVAÇÕES NOS FAZERES DA PSICOLOGIA

Considerando o que foi exposto nas duas últimas seções, fica evidente que a inovação nos fazeres da Psicologia é um tema de crescente interesse e relevância na comunidade acadêmica e profissional. Reflete os contínuos esforços para adaptar e responder efetivamente às complexas demandas da sociedade moderna à nossa profissão. Essa questão transcende a simples adoção de novas técnicas e abrange uma reavaliação profunda de paradigmas, práticas e teorias tradicionais.

A inovação em Psicologia não se limita à introdução de novos instrumentos ou à aplicação de tecnologia de informação e comunicação no diagnóstico, tratamento ou qualquer outra intervenção. Ela envolve uma transformação mais ampla nos modos de pensar, na condução da pesquisa e na implementação das intervenções psicológicas. Essa inovação é muitas vezes impulsionada pela necessidade de abordar lacunas na eficácia das nossas práticas correntes, por novas descobertas científicas ou pela urgência em responder a mudanças socioculturais e demográficas.

À medida que novas pesquisas revelam complexidades antes desconhecidas sobre a mente e o comportamento humano, o campo da Psicologia é desafiado a integrar essas descobertas em suas práticas. Isso pode envolver a reestruturação de teorias existentes ou o desenvolvimento de novos modelos que melhor expliquem ou tratem as condições psicológicas. Por exemplo, a integração de *insights* da neurociência em práticas psicoterapêuticas tem revolucionado a compreensão dos mecanismos subjacentes a várias psicopatologias e, conseqüentemente, as abordagens de tratamento. A inovação pode ser vista na forma como os profissionais enfrentam e utilizam as mudanças tecnológicas. A telepsicologia, por exemplo, expandiu dramaticamente o acesso aos serviços psicológicos, permitindo, então, intervenções

a distância que são essenciais em regiões carentes de recursos especializados. Essa inovação democratiza o acesso e adicionalmente apresenta novos desafios éticos e práticos demandantes de reflexão profunda e adaptada às novas realidades.

A relevância e o escopo da inovação na Psicologia também se refletem na forma como o campo responde às mudanças sociais e culturais. A globalização e o aumento da diversidade cultural nas sociedades têm pressionado profissionais a desenvolver e adaptar intervenções que sejam culturalmente sensíveis e eficazes para uma gama mais ampla de populações. Isso envolve a tradução de práticas psicológicas de um contexto cultural para outro e também a criação de abordagens que respeitem e incorporem as variadas perspectivas e experiências de vida dos indivíduos. Por fim, a inovação em Psicologia pode ser entendida como uma resposta ética às demandas emergentes da sociedade. Há crescentes desafios globais, como crises de saúde mental, desigualdades e questões de direitos humanos; consequentemente, a Psicologia é chamada a desempenhar um papel ativo na abordagem do adoecimento e do sofrimento e, ainda, na promoção de um bem-estar holístico e sustentável. Isso requer um compromisso contínuo com práticas inovadoras que tratem e outrossim previnam problemas de saúde mental, contribuindo, assim, para uma sociedade mais resiliente e justa.

Nesse ponto, assumimos uma postura provocadora. Solicitamos, no início de 2024, a um dos modelos de IA (no nosso caso, o ChatGPT) que apresentasse campos, tendências e práticas inovadoras no exercício profissional da Psicologia. Após listar e caracterizar mais de 130 itens, solicitamos que, comparando com práticas tradicionais, ele apontasse e discutisse eixos que podem ser utilizados para compreensão daquilo que significa inovação na profissão da Psicologia¹¹. Assim, temos as seguintes onze dimensões que foram extraídas e descritas pela própria IA como características do conjunto de práticas ou campos por ela apontados como inovadores e distintivos das práticas clássicas ou tradicionais:

- 1. Abordagem interdisciplinar:** As práticas inovadoras frequentemente envolvem uma abordagem interdisciplinar, combinando conhecimentos e técnicas da Psicologia com outras disciplinas, como Neurociência, Engenharia, Economia e Educação. Isso amplia o escopo de atuação da(o) psicóloga(o), permitindo que ela(e) se envolva em campos diversos e colaborativos.

11 Reconhecemos que algumas pessoas podem se sentir extremamente desconfortáveis com essa postura e, mais ainda, podem ser muito críticas a essa decisão. Entretanto, achamos que, ao assim proceder, produziríamos um resultado concreto que seria ilustrativo do tipo de forças em ação na sociedade, especialmente de natureza tecnológica, com potencial para impactar diretamente na profissão. Até muito pouco tempo atrás, esse tipo de resultado não seria possível. Com isso, estamos oferecendo um exemplo específico de como a IA pode ser usada para levantar informações e de como categorizá-la a partir de um simples comando do pesquisador.

2. **Uso de novas tecnologias:** Muitas das práticas inovadoras citadas fazem uso de novas tecnologias, como realidade virtual, IA, telepsicologia e gamificação¹². Isso permite que as(os) psicólogas(os) ofereçam serviços mais acessíveis, eficientes e adaptados aos contextos contemporâneos, aproveitando os benefícios que a tecnologia pode oferecer.
3. **Atendimento a novas demandas sociais e culturais:** As práticas inovadoras são sensíveis às mudanças sociais, culturais e às necessidades emergentes da sociedade. Sendo assim, abordam questões contemporâneas, como diversidade de gênero, saúde digital, resiliência, sustentabilidade e justiça social, refletindo um compromisso com a inclusão, a diversidade e o bem-estar social.
4. **Exploração de novas teorias e abordagens:** Essas práticas muitas vezes exploram novidades relacionadas a teorias, modelos e abordagens de intervenção, buscando formas criativas e eficazes de lidar com os desafios atuais. Essas inovações podem integrar conceitos de diversas áreas da Psicologia, bem como de outras disciplinas, para desenvolver intervenções mais abrangentes.
5. **Inovação e criatividade:** As práticas inovadoras são caracterizadas pela busca constante de inovação e criatividade. As(os) psicólogas(os) que se engajam nessas práticas estão abertas(os) a experimentar novas ideias, métodos e tecnologias, buscando soluções originais e eficazes para os problemas enfrentados pelos indivíduos e pela sociedade.
6. **Flexibilidade e adaptabilidade:** As práticas inovadoras tendem a ser mais flexíveis e adaptáveis às mudanças do contexto social, cultural e tecnológico. Elas podem incorporar novas evidências científicas, ajustar-se às necessidades individuais dos clientes e responder rapidamente às demandas emergentes da sociedade.
7. **Foco na prevenção e promoção da saúde:** Enquanto as práticas tradicionais geralmente se concentram no tratamento de problemas psicológicos específicos, as práticas inovadoras têm um foco mais amplo na prevenção de problemas de saúde mental e na promoção do bem-estar em geral. As citadas buscam identificar fatores de proteção, fortalecer recursos pessoais e promover estilos de vida saudáveis desde o início.
8. **Ênfase na autonomia e empoderamento:** As práticas inovadoras costumam valorizar a autonomia e o empoderamento dos clientes, incentivando-os a assumir um papel ativo em seu próprio processo de mudança. As citadas oferecem ferramentas e recursos

12 Consiste na utilização de elementos típicos de jogos em contextos da vida real. O uso desses elementos – narrativa, feedback, cooperação, pontuações, etc. – visa aumentar a motivação das pessoas para o desenvolvimento das mais diversas atividades, com destaque especial para atividades relacionadas com aprendizagem.

para que os clientes possam desenvolver habilidades de autorregulação, tomar decisões informadas e alcançar seus objetivos pessoais.

9. **Inclusão de populações marginalizadas:** As práticas inovadoras estão mais propensas a incluir e dar voz a populações marginalizadas ou historicamente excluídas, como minorias étnicas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e grupos socioeconômicos desfavorecidos. Busca-se entender as experiências e perspectivas desses grupos e adaptar as formas de intervenções para atender às necessidades específicas.
10. **Ênfase na pesquisa e evidência empírica:** Embora as práticas tradicionais também valorizem a pesquisa, as práticas inovadoras citadas frequentemente buscam uma base mais sólida em evidências empíricas. Além disso, utilizam métodos mais avançados de pesquisa e colaboram com outras disciplinas científicas para validar e aprimorar suas intervenções.
11. **Capacidade de lidar com a complexidade:** As práticas inovadoras estão mais preparadas para lidar com a complexidade dos problemas contemporâneos, que muitas vezes envolvem múltiplos fatores inter-relacionados. As citadas utilizam abordagens sistêmicas, ecológicas e holísticas para compreender e intervir em sistemas complexos, como famílias, comunidades e organizações.

Finalmente, solicitamos ao ChatGPT que as 130 práticas (ou campos da Psicologia que, por ele, foram sinalizados como inovadores) fossem classificadas nas onze dimensões acima identificadas, apontando em que aspecto elas se destacam como inovadoras no campo. Como fruto desse processo, oferecemos, em seguida, exemplos de algumas áreas que podemos considerar inovadoras, organizadas em função das onze características acima apresentadas¹³. Lembramos que as áreas abaixo não são estanques e podem ser classificadas e organizadas em diversos eixos, daí porque algumas dessas áreas aparecem repetidas em alguns desses eixos.

Abordagem interdisciplinar:

- Psicologia da Neuropsicologia e Reabilitação Cognitiva;
- Psicologia da Robótica e Interação Humano-Robô;
- Psicologia da Tecnologia Assistiva e Qualidade de Vida;

13 Esse quadro referencial não tem a pretensão de ser uma listagem completa de todas as possibilidades de inovação. Também não estamos afirmando que a inovação não ocorre em áreas tradicionais. Apenas buscamos destacar aspectos mais específicos dos fazeres da Psicologia que, na literatura disponível e analisada pela IA, atendem aos critérios que ela mesmo definiu como inovação no nosso campo.

-
- Psicologia da Economia Comportamental e Tomada de Decisão;
 - Psicologia da Medicina Comportamental e Adesão ao Tratamento;
 - Psicologia da Economia Solidária e Empreendedorismo Social.

Uso de novas tecnologias:

- Psicologia da Realidade Virtual e Terapia Imersiva;
- Psicologia da Interação Social Online e Redes Sociais;
- Psicologia da Telepsicologia e Atendimento Psicológico Online;
- Psicologia da Avaliação Psicológica Online;
- Psicologia da Tecnologia de Assistência e Acessibilidade Universal;
- Psicologia da Realidade Aumentada e Intervenções Imersivas;
- Psicologia da Saúde Digital e Intervenções Online de Promoção da Saúde.

Atendimento a novas demandas sociais e culturais:

- Psicologia da Resiliência e Crescimento Pós-Traumático;
- Psicologia da Masculinidade Positiva e Saúde Mental dos Homens;
- Psicologia da Diversidade de Gênero e Identidade Trans;
- Psicologia da Parentalidade e Desenvolvimento Infantil em Contexto Digital;
- Psicologia da Espiritualidade e Bem-Estar Holístico;
- Psicologia da Resolução de Conflitos e Mediação de Família;
- Psicologia do Impacto Social e Mudança Comunitária.

Exploração de novas teorias e abordagens:

- Psicologia da Realidade Virtual e Terapia Imersiva;
- Psicologia da Tecnologia Assistiva e Qualidade de Vida;
- Psicologia da Economia Solidária e Empreendedorismo Social.

Inovação e criatividade:

- Psicologia da Interação Social Online e Redes Sociais;
- Psicologia do Desenvolvimento de Jogos e Gamificação;
- Psicologia da Aprendizagem Baseada em Jogos e Gamificação no Contexto Educacional.

Flexibilidade e adaptabilidade:

- Psicologia do Trabalho Remoto e Adaptação à Mudança Organizacional;
- Psicologia da Interação Social Online e Redes Sociais;
- Psicologia da Robótica e Interação Humano-Robô.

Foco na prevenção e promoção da saúde:

- Psicologia da Resiliência e Crescimento Pós-Traumático;
- Psicologia da Masculinidade Positiva e Saúde Mental dos Homens;
- Psicologia da Diversidade de Gênero e Identidade Trans;
- Psicologia da Parentalidade e Desenvolvimento Infantil em Contexto Digital;
- Psicologia da Espiritualidade e Bem-Estar Holístico.
- Ênfase na autonomia e empoderamento;
- Psicologia da Realidade Virtual e Terapia Imersiva;

-
- Psicologia da Interação Social Online e Redes Sociais;
 - Psicologia da Saúde Digital e Intervenções Online de Promoção da Saúde.

Inclusão de populações marginalizadas:

- Psicologia da Diversidade de Gênero e Identidade Trans;
- Psicologia da Espiritualidade e Bem-Estar Holístico;
- Psicologia da Resolução de Conflitos e Mediação de Família;
- Psicologia do Impacto Social e Mudança Comunitária.
- Ênfase na pesquisa e evidência empírica:
- Psicologia da Neuropsicologia e Reabilitação Cognitiva;
- Psicologia da Robótica e Interação Humano-Robô;
- Psicologia da Economia Comportamental e Tomada de Decisão;
- Psicologia da Medicina Comportamental e Adesão ao Tratamento.

Capacidade de Lidar com a Complexidade:

- Psicologia da Resiliência e Crescimento Pós-Traumático;
- Psicologia da Parentalidade e Desenvolvimento Infantil em Contexto Digital;
- Psicologia do Impacto Social e Mudança Comunitária.

REFLEXÕES FINAIS

A iniciativa do Conselho Federal de Psicologia de instituir o Prêmio Sylvania Leser de Mello para reconhecer os esforços da comunidade de pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais na construção de inovações nas práticas profissionais da Psicologia deve-se a uma preocupação em acompanhar os movimentos que transformam a nossa profissão. Temos o desafio de ampliar o processo de autoconhecimento e autoavaliação da nossa profissão

em um mundo que se transforma velozmente e coloca enormes desafios técnicos-científicos, políticos e éticos para quem faz a Psicologia brasileira.

No presente capítulo, buscamos construir um quadro de referência a partir do qual as práticas inovadoras que se concretizam nos trabalhos premiados disponham de elementos analíticos auxiliares, que permitam a sua compreensão e avaliação críticas. Partimos de uma discussão conceitual sobre o que é uma profissão e como ela é delimitada socialmente em termos de serviços confiados a profissionais que receberam uma formação especializada que assegure a sua qualidade técnica e ética. Essa delimitação é um produto histórico resultante de um conjunto de forças que envolvem pessoas e entidades, por elas criadas para tal finalidade. Em seguida, afirmamos o pressuposto de que todos os campos profissionais não são estáticos e se transformam ao longo do tempo. Assim, buscamos identificar e discutir o papel das forças que impulsionam as mudanças nos campos profissionais e, em seguida, destacamos alguns atores que são críticos nesse processo. A ênfase recai fortemente no processo de reconfiguração do mundo do trabalho – inclusive das profissões – em grande parte decorrente dos avanços tecnológicos.

A base construída sobre as profissões em geral e seu processo de transformação cumpriu a função de fundamentar um olhar específico sobre a Psicologia – como campo científico e profissional – e sua trajetória desde quando foi regulamentada como profissão no Brasil. Construímos um quadro que estrutura as nove principais dimensões em que ela vem se transformando ao longo do tempo. Por fim, utilizando do avanço tecnológico hoje possível, fizemos um levantamento de campos e práticas consideradas inovadoras na profissão; um conjunto bem diversificado de campos e práticas nos foi oferecido pela IA. Ela nos ofereceu um conjunto de dimensões em que tais práticas se diferenciam do modelo tradicional ou clássico de atuação. Indo mais além, a própria IA classificou em que dimensão de inovação cada prática se incluía. O uso dessa estratégia busca incentivar, com um exemplo concreto, a necessária discussão tão atual no mundo do trabalho e das profissões: para onde a IA está nos levando?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbott, A. (1988). *A system of professions: An essay on the division of expert labor*. The University of Chicago Press.

Bastos, A. V. B., & Rocha, N. M. D. (2007). *Psicologia: Novas direções no diálogo com outros campos do saber*. Casa do Psicólogo.

Bastos, A. V. B., Puente-Palácios, K., & Andrade, R. S. (2022). O exercício profissional em psicologia: Práticas e atividades que o caracterizam. In Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: Formação e inserção no mundo do trabalho - Vol. II: Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social* (pp. 50-75). CFP.

Botomé, S. P. (1979). A quem, nós psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5(1), 1-16.

Brasil. (1962). *Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962: Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União.

Brasil. (2019). *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Diário Oficial da União, seção 1, p. 7. <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/12/2019&jornal=515&pagina=7&totalArquivos=308>

Carr-Saunders, A. M., & Wilson, P. A. (1968). *The professions*. Frank Cass and Co.

Carvalho, A. M. A. (1982). A profissão em perspectiva. *Psicologia*, 8(2), 5-17.

Carvalho, A. M. A. (1984). Atuação psicológica: Alguns elementos para uma reflexão sobre os rumos da profissão e da formação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(2), 7-9. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931984000200003>

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (2023). *Boletim anual OCTI*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_OCTI_Boletim_Anual_do_OCTI_2022.pdf

Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*. Átomo.

Conselho Federal de Psicologia. (1994). *Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação* (2ª ed.). Casa do Psicólogo.

Conselho Federal de Psicologia. (1998). *Quem é o psicólogo brasileiro*. Edicon.

Conselho Federal de Psicologia. (2022a). *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: Formação e inserção no mundo do trabalho* (Vol. I). Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2022b). *Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social* (Vol. II). Conselho Federal de Psicologia.

Durkheim, É. (2013). *The division of labour in society*. Palgrave Macmillan.

Freidson, E. (2001). *Professionalism: The third logic*. Polity Press.

Furtado, O. (2012). 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, n. spe, 66-85. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>.

Gondim, S. M. G., & Chaves, A. M. (2011). *Práticas e saberes psicológicos e suas conexões*. EDUFBA.

Larson, M. (2017). *The rise of professionalism: Monopolies of competence in sheltered markets*. Routledge.

Leicht, K. T., & Fennell, M. L. (2023). *Crisis in the professions: The new dark age*. Routledge.

Macdonald, K. (2006). Professional work. In M. Korczynski, R. Hodson, & P. Edwards (Eds.), *Social theory at work* (pp. 45-65). Oxford University Press.

Mackert, J. (2018). Social closure. *Oxford Bibliographies*. <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199756384/obo-9780199756384-0084.xml>

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. (2024). *Classificação Brasileira de Ocupações*. MTE. <https://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>

Nichols, Tom. (2017). *The death of expertise: the campaign against established knowledge and why it matters*. New York: Oxford University Press.

Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2023). O psicólogo no Brasil: Notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em estudo*, 8(2), 19–27. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>

Peixoto, A. L. A., & Bastos, A. V. B. (2021). Organizações, trabalho e carreira: Contexto no qual se movimentam trabalhadores neste primeiro quarto de século. In L. Oliveira & E. Campos (Orgs.), *Psicologia da carreira* (pp. 115-134). Editora Vetor.

Silva Batista, M. T. D. (2010). A regulamentação da profissão psicologia: Documentos que explicitam o processo histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(supl.), 170–191. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>

Statistics Canada. (n.d.). *Occupation of employed person*. Retrieved February 2024, from <https://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Var.pl?Function=DEC&Id=84971>

Susskind, R., & Susskind, D. (2015). *The future of professions: How technology will transform the work of human experts*. Oxford University Press.

Svarc, J. (2016). The knowledge worker is dead: What about professions? *Current Sociology*, 64(3), 392-410. <https://doi.org/10.1177/0011392115591611>

The page features a vibrant, abstract graphic design. It consists of various colorful elements: thick, rounded lines in shades of orange, red, purple, and blue; solid circles in blue, orange, and pink; and small clusters of four dots in purple. A prominent blue line starts at the top left, curves around the text, and extends towards the bottom right. The overall aesthetic is modern and dynamic.

PARTE I

Categoria: Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)

CAPÍTULO 2

PRÁTICAS INOVADORAS DERIVADAS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Jairo Eduardo Borges-Andrade¹⁴

Mary Sandra Carloto¹⁵

William Barbosa Gomes¹⁶

O Conselho Federal de Psicologia define como Práticas Psicológicas Inovadoras aquelas que, mesmo de forma incremental, proponham um avanço no campo da Psicologia. Esse avanço pode ser a partir de conhecimento preexistente, seja introduzindo novas perspectivas de leitura, conceitos, fundamentos ou metodologias de trabalho.

PRÁTICAS PREMIADAS

Foram premiadas três práticas inovadoras derivadas do trabalho profissional. Elas envolveram a realização de experiências, o desenvolvimento de produtos ou uma combinação de ambos os elementos. Serão sintetizadas e comentadas a seguir.

A imensidão da Amazônia, a vulnerabilidade de seus habitantes e a dificuldade de acesso a esses grupos não deveriam impedir o atendimento às demandas de saúde mental, um direito de toda a população brasileira. Entretanto, efetivamente, são barreiras, enfrentadas como desafios à experiência profissional descrita no caso de autoria de **Rachel de Siqueira Dias** e **Francinete Maria Rodrigues Carvalho**. Essa experiência, em andamento, abrange a

14 Psicólogo (UnB). PhD/MSc em Sistemas Instrucionais (Univ. do Estado da Flórida). Estágios de pós-doutorado: Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa; Univ. de Sheffield e Gröningen; e Inst. Intern. de Pesquisa em Política de Alimentação, Washington. Pesquisador, Embrapa (1979-1993). Professor Titular/Emérito, UnB (1993-2024). Visitante, em curtos períodos, em universidades europeias, colombianas e sul-africana. Gestão em entidades científicas e profissionais. Bolsista de Produtividade Sênior do CNPq.

15 Doutora em Psicologia Social (Universidade de Santiago de Compostela/Espanha); Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UnB). Membro da equipe de investigação da Unidad de Investigación Psicosocial de la Conducta Organizacional (UNIPSCO) - Universidade de Valência - Espanha. Membro do Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social/CNPq. Pesquisador 1C/CNPq.

16 Professor Emérito de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo sido Pesquisador 1^a do CNPq entre 2006 e 2019. Suas pesquisas estão voltadas para as áreas de Neurofenomenologia e Cognição, e de Epistemologia e História da Psicologia. Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia entre 2012 e 2014.

realização do cuidado itinerante a pessoas residentes em dezenas de ilhas, visando conceber uma clínica baseada nesse território de águas e a reinserção social baseada no acesso ao trabalho. Para isso, foi necessário parceria multiprofissional com uma Unidade Básica de Saúde Fluvial, que oferece recursos, móveis e equipamentos para atendimento à população ribeirinha pela equipe multiprofissional de saúde embarcada. Alguns dos impactos iniciais desse caso são: aumento da procura por atendimento – muitas vezes oferecido pela primeira vez às pessoas; implantação de espaços de convivência; e criação e fortalecimento de redes de apoio local. Sua originalidade se dá pelo deslocamento das intervenções de um Centro de Atenção Psicossocial urbano para esse território distante, disperso e isolado.

Outro caso que ocorreu em contexto de isolamento apontou ainda características de confinamento e de exposição a ambiente com elevado risco para a sobrevivência humana: a estação brasileira na Antártica. Descrito por **Paola Barros Delben** e **Roberto Moraes Cruz**, a experiência foi fundamentada em um modelo conceitual de comportamento seguro e resultou em depósito de patente cujo pedido segue em análise. Sua metodologia teve origem em pesquisas científicas internacionais e nacionais já publicadas e em prática pautada pelo empreendedorismo. Englobou estabelecimento, aprimoramento e criação de protocolos, rotinas e ferramentas para a prática profissional naquele contexto em que trabalhou e viveu por alguns meses. Focou em saúde mental e atenção a riscos psicossociais, além de segurança comportamental. Seus resultados poderiam ser generalizados para outros contextos de isolamento e confinamento - como os da pandemia da Covid-19 e de possíveis futuras crises sanitárias - que igualmente demandem comportamento seguro. As autoras também mencionam evidências relativas ao reconhecimento recebido pela prática inovadora que foi desenvolvida por sua equipe.

As duas experiências anteriormente apresentadas foram assentadas em espaços geográficos específicos nos quais pessoas vivem e trabalham - em caráter permanente ou não. **Henrique Galhano Balieiro, Cristina Campolina Vilas Boas, Renata Rodrigues Santos, Núbia Vale Rodrigues, Jéssica Gabriela de Souza Isabel** e **José Miguel Silva** descrevem um produto criado para situações de mobilidade humana. Estruturou-se a partir de estratégias e políticas surgidas no âmbito institucional da categoria profissional da Psicologia brasileira. Essa terceira prática premiada é um guia para orientar o atendimento psicológico de migrantes, refugiadas(os) ou seres humanos submetidos a tráfico. Embora tenha sido desenvolvido em uma Unidade da Federação, também poderia ser adaptado para as demais Unidades, já que o acolhimento dessas pessoas ocorre em todo o território nacional, amparado por Lei desde 2017. Apresenta relevância social e está associado à urgência mundial de oferecer suporte a quem migra para melhorar sua qualidade de vida ou é forçada(o) a isso para garantir uma

sobrevivência física ou digna. Seu caráter inovador é a proposta de uma cartilha digital para promover a prática profissional nesse contexto.

MENÇÃO HONROSA

Três práticas inovadoras derivadas do trabalho profissional receberam menções honrosas. Elas incluíram o desenvolvimento de produtos: aplicativos ou plataforma digital. Em seguida, uma síntese comentada delas é apresentada.

Um aplicativo para a prevenção e promoção da saúde mental de universitários é relatado por **Hareli Fernanda Garcia Cecchin, Alice Agnes Spíndola Mota, Humberto Martins, Marta Romilda Spíndola Mota, Felipe Leite e Sidiany Mendes Pimentel**. Foi fundamentado no uso mundial de tecnologias de comunicação em saúde - ocorrido a partir do último quarto do século passado - e em evidências científicas publicadas no presente século. Decorreu de uma avaliação das necessidades dos estudantes em uma universidade, que subsidiou o planejamento e a execução por meio de uma equipe desenvolvedora do protótipo. Seguiram-se dois estudos de avaliação dele, por estudantes e por profissionais de saúde e de *design* e desenvolvimento de aplicativos. Inclui acolhimento e orientação por *chat*, oferece informações sobre conteúdos, contatos e serviços disponíveis na área de saúde mental, além de um teste *online*. Foi disponibilizado em loja *online* e há evidências de que é usado. Como diferencial, apresenta o fato de que é tecnologia móvel e interativa e de que segue princípios do Sistema Único de Saúde.

Idosas(os) em internação podem experimentar declínios cognitivos cujas consequências, após a alta hospitalar, se relacionam à redução de funcionalidade e perda da qualidade de vida. Esse declínio poderia ser reduzido ou impedido se, durante a hospitalização, fossem promovidos exercícios de atenção, memorização e função executiva. Contudo, um aplicativo que promova treinamento nessa modalidade é descrito por **Larissa Teodora Genaro e Ursula Bellem de Araújo** como algo ainda incomum em ambientes hospitalares. Elas mencionam publicações científicas que oferecem sustentações teóricas e empíricas para essa iniciativa. Inclusive, argumentam que a abordagem proposta – a do aplicativo – não é descrita na literatura, mas poderia ser tão útil quanto treinamentos congêneres disponibilizados por outros meios. Poderia ser universalmente usada, em caráter independente ou parcialmente independente, e personalizada em *smartphones* ou *tablets* – levando em conta as limitações ou dificuldades de cada indivíduo. Exercícios novos foram desenvolvidos e outros adaptados. O aplicativo já foi testado, junto a alguns indivíduos pertencentes a esse público, e os eventuais obstáculos ao seu uso hospitalar são mencionados.

O direito ao trabalho depende de acesso a informações sobre emprego. Obstáculos a esse acesso são maiores e mais frequentes para pessoas LGBTQIA+, com deficiência e acima de cinquenta anos, mulheres, negros, refugiados ou migrantes. O caso descrito por **Alessio Sandro de Oliveira Silva** apresenta uma plataforma digital para que esses grupos sociais tenham condições de acesso à busca de empregos. Ela está disponível em endereço na Internet e atende a organizações que oferecem vagas direcionadas para esse público, principalmente visando atender à legislação de cotas. Essas vagas são divulgadas na plataforma, que permite o acompanhamento do processo seletivo por quem se candidata, por aquelas organizações e por uma equipe que faz a gestão dela. Comparada a outras, essa plataforma tem os seguintes diferenciais inovadores: busca de currículos por área, cargo, região e cidade; comunicação *online* com candidatas(os), integração dessas(es) na contratação, avaliação de habilidades socioemocionais no processo seletivo e atendimento psicológico *online* e presencial. O atendimento e o acesso a um trabalho podem beneficiar a saúde mental desse público específico.

CAPÍTULO 3

PROTOSCOLOS DE PESQUISA E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA POLAR E TECNOLOGIAS INOVADORAS DE SUPORTE¹⁷

Paola Barros Delben¹⁸

Roberto Moraes Cruz¹⁹

RESUMO

As atividades de pesquisa e intervenção do campo da psicologia polar, em contextos de isolamento, confinamento e extremos (ICE) têm sua relevância reconhecida por suas contribuições no processo de exploração da Antártica e do Ártico, além de ambientes em que a atuação humana é provisória ou restritiva, tais como o espaço e as regiões de difícil acesso e sobrevivência. A prática de pesquisa e desenvolvimento inovador e científico e de empreendedorismo de psicóloga, com a orientação e parceria estabelecida com professor universitário e pesquisas acadêmicas nos últimos 8 anos, foi atestada por inúmeras comunicações científicas e na mídia, em geral, com reflexos na Psicologia e ciência polar nacional e internacional. Os resultados dessa inserção pioneira no Brasil foram anunciados pelo próprio CFP²⁰, publicados em artigos científicos, capítulos de livros, cartilhas e trabalhos de iniciação científica, mestrado e doutorado em curso, com o destaque internacional do Conselho de Gestores de Programas Polares (COMNAP) premiando a iniciativa, além da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), respectivamente em termos de doutorado e iniciação científica. Os reflexos desse pioneirismo não apenas forneceram subsídios para a continuidade da pesquisa e do desenvolvimento de métodos e instrumentos específicos, como também promoveu a atração de novos profissionais e investidores que descobriram um campo a ser aprofundado, com repercussões importantes para a pesquisa e prática profissional e tendências de expansão

17 Trabalho premiado em 1º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

18 Psicóloga, pesquisadora polar, professora de gestão de pessoas para o intraempreendedorismo e inovação nas organizações, doutoranda em Psicologia, CEO e co-fundadora da startup Polar Sapiens, colunista do portal Nosso Impacto, membro honorário da Força Aérea Brasileira, escritora e membro da diretoria da APECS-Br.

19 Psicólogo, professor universitário, doutor em Ergonomia, com pós-doutorado em Epidemiologia. Líder do Laboratório Fator Humano da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista produtividade do CNPq, autor de livros, testes psicológicos aprovados no SATEPSI e artigos científicos de impacto, editor chefe da Revista Psicologia: Organizações e Trabalho (rPOT).

20 Divulgação no CFP: <https://site.cfp.org.br/estudantes-de-psicologia-participam-de-estudo-pioneiro-na-operacao-antartica/>

notórias. Além disso, o fruto desse esforço, em um investimento paralelo ao da academia, garantiu o depósito de uma patente no INPI, que reforça o caráter inovativo do conjunto da obra, base de um aplicativo lançado pela startup Polar Sapiens, co-fundada por um dos autores, que visa aplicar os conhecimentos derivados dos ambientes ICE às situações de riscos à saúde e ao comportamento seguro no cotidiano, em diferentes grupos e populações.

INTRODUÇÃO

A psicologia polar remonta o período heróico das descobertas do globo, quando expedicionários chegaram no continente gelado, a última porção de terras a ser pisada por pés humanos no planeta, e perceberam efeitos da exposição ao contexto, como a melancolia (Gunderson, 1963). O ártico, polo norte, já era bem conhecido, com povos nativos que se adaptaram e proximidade do continente europeu, americano e asiático, em comparação com a porção de terra austral, polo sul. A psicologia polar avançou como área científica durante a corrida espacial, incentivada pelas grandes potências que buscavam alcançar a Lua e, depois, outros planetas, mesmo que apenas com o produto do intelecto humano, como as sondas lançadas à Marte e a nave Voyager, que inspirou Carl Sagan a escrever sobre o pálido ponto azul (Barros-Delben, 2018).

A prática psicológica inovadora relatada nesse texto compreende um avanço incremental e pioneiro no país, partindo da produção internacional, predominantemente norte-americana, europeia e da Oceania, mais recentemente também asiática. A introdução de novas perspectivas gera modelos conceituais que extrapolam o campo, e metodologias revisadas de trabalho, especialmente com os novos meios de intervenção para psicólogos, se pautando de instrumentos digitais e automatizados e de alcance interdisciplinar.

Formalmente, foi no ano polar internacional da década de 1960 que a psicologia se estabeleceu como prática e ciência polar. Escassas produções até no exterior, mesmo sendo a fonte mais rica, no país deve-se destacar a participação da psicóloga dra. Jane (Mocellin & Suedfeld, 1991), que trabalhou com um dos mais citados do campo, o prof. Dr. Peter (Suedfeld, 2018), presente na primeira expedição nacional à antártica, em 1983, um ano após o Brasil assinar o Tratado da Antártica e quando se dirigiu a construir sua base, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) (Freitas, 2012). A EACF é do tipo permanente e suas características exigiram a capacitação autônoma e de relevância ímpar do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM), que realiza todo o processo de seleção e preparação dos membros do Grupo-Base (GB), composto por militares voluntários a uma candidatura para a missão de um ano (Madureira Júnior, 2014).

Na década de 2010 publicações foram essenciais para fundar os alicerces da imagem da psicologia polar nacional, com os trabalhos da profa. Dra. Maria Ester, embora representando o campo da administração. Ofereceu a visão do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) como uma organização complexa, formada por pessoas imersas em uma cultura até certo ponto utópica, mas que poderia contribuir para a estruturação de políticas públicas de sucesso (Freitas, 2012). A dra. Geny realizou estudos retrospectivos com participantes das missões (Cobra, 2009) e as revisões da dra. Marilene (Zimmer et al., 2013), ofereceram um panorama da atuação da psicologia no mundo e das ciências humanas e sociais. Seus artigos permitiram enxergar uma lacuna, em especial que integrasse a psicologia organizacional e do trabalho, da segurança, militar, ambiental e psicofisiológica, também a psicologia digital na psicologia polar.

O projeto Mediantar, coordenado pela profa. Rosa Esteves, que integrou a banca de defesa de mestrado da autora deste, focado em aspectos fisiológicos e antropológicos (Martins et al., 2021), incluiu em sua equipe psicólogos para um estudo complementar às ações propostas por seu grupo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013. Nesse mesmo ano o grupo de pesquisa do laboratório Fator Humano, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)²¹, da qual os autores deste relato fazem parte, enviou a proposta para a Secretaria Interministerial para Recursos do Mar (SECIRM), coordenadora do PROANTAR, e conquistou a participação em sua primeira expedição, em 2014, após aprovação do projeto pelo CNPq e aval do MCT, com bolsas de Iniciação Científica e, depois, com edital Universal de 2016, de um total de sete inserções em campo nas expedições.

O contexto da prática referida é o polar, mais especificamente a Antártica e quaisquer ambientes denominados ICE (de isolamento, confinamento e extremos), conhecidos como análogos aos espaciais, que oferecem oportunidades para estudos longitudinais e com maior controle de variáveis (Barros-Delben et al., 2020b), além de simulações mais precisas. Nesse espaço de pensar e fazer foi possível estabelecer, aprimorar e criar protocolos e rotinas inéditos, elucidadas e justificadas as bases teóricas, empíricas, históricas, metodológicas e éticas que fundamentam os procedimentos, sustentados por um estado da arte em constante atualização, além da pesquisa de mercado e de invenções, que permitiram a proposição de novos métodos e sistemas, acompanhados de ferramentas para auxiliar a prática profissional para vencer os desafios dos contextos de novos espaços de inserção da psicologia, com as margens definidas em relação a outros contextos mais tradicionais.

Foi com base nas experiências de pesquisa e de prática profissional em âmbito privado pautado pelo empreendedorismo que a ampliação de abrangência das práticas psicológicas e de pesquisas a esse segmento pouco visibilizado ganhou destaque e alcançou uma vitrine

21 Matéria de capa de uma série de reportagens sobre pesquisas de destaque na UFSC: <https://www.youtube.com/watch?v=YJ1UtP2wN1I>

importante. Palestras, aulas, congressos, cursos e outras apresentações concentraram seus esforços na divulgação científica no país, na capacidade inventiva e tecnológica do Brasil.

Os principais estudos da psicologia polar internacional se referem a investigação de questões negativas da experiência, mas também iniciativas sobre aspectos salutogênicos são encontradas, publicadas por autores recorrentes isolada ou coletivamente, o que ressaltam a escassez da atuação em pesquisa e prática nesses contextos, inclusive a prevalência de médicos e outros profissionais estudando e praticando com a matéria da psicologia, e a necessidade de novas tecnologias que permitam melhorar processos envolvidos nas atividades de psicólogos, assumindo o protagonismo devido. A originalidade e a relevância da proposta presente dos autores se pautam no fato de implementar pesquisa de base e aplicada no país com o primeiro grupo estritamente focado no fator humano, em aspectos psicológicos e de outros fatores inerentes à experiência de pessoas em contextos de difícil acesso, expandindo o campo de atuação, com o enfoque em segurança comportamental, além da saúde mental e atenção a riscos psicossociais. Há um esforço considerável para produzir conteúdo científicos para os pares de qualidade e, também traduzir os achados e hipóteses para a população geral, leiga e ou interessada nos tópicos.

A divulgação das pesquisas, as práticas delas decorrentes, direta ou indiretamente, e o contexto em si, com toda a sua importância para o continente americano e para o globo, ganham um olhar humanizado da psicologia, que se orienta por diretrizes éticas de atuação. Essa atenção pode resultar em insumos para redução de risco de acidentes e adoecimentos, logo, evitar evacuações, resgates ou ações de socorro em regiões remotas, de difícil ou restrito acesso, por pautar as práticas em ações de prevenção, não nas medidas reativas (Barros-Delben, 2018).

Um grupo do Rio de Janeiro, do projeto SaúdeAntar, seguiu recentemente um caminho semelhante ao dos projetos científicos e profissionais dos autores deste, liderado pelo médico Dr. Werner, embora em estágio exploratório e de recordatório das experiências, apoiado em 2016 pelo PROANTAR. A pesquisa dos autores desse relato iniciou com a lógica de levantamento exploratório em 2014 para o desenvolvimento de um conceito, posteriormente um sistema estruturado em um Modelo Lógico de Relações (MER), construído com recursos próprios dos autores e ferramentas construídas no âmbito privado, sustentadas pela teoria.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

A prática propriamente dita é apresentada com base nas experiências de campo científico e profissional, que se interconectam. Foi desenvolvido um modelo conceitual de comportamento seguro inédito, que considerou as proposições anteriores, internacionais e nacionais,

com destaque para o trabalho da Dra. Juliana e colegas (Bley, Turbay & Cunha Jr., 2007), voltado a contextos de alta complexidade, como os ambientes ICE, embora não restrito a esses. O modelo citado está em fase de análise pelo periódico científico nacional rPOT, mas já foi introduzido em capítulos de livros (Cruz & Barros-Delben, 2019; 2021) das editoras Vozes e Vetor. Após sua publicação, tornou-se material de estudo para o desenvolvimento do invento independente, com depósito no INPI²².

Os fundamentos teóricos da prática consistem no levantamento de nomes conceituados nas áreas (Palinkas, 2003; Suedfeld, 2018), que desenvolveram meios de detecção de fenômenos típicos do ambiente, bem como revelaram a interdisciplinaridade acentuada das práticas. O diálogo enriquecedor norteia um olhar sistêmico dos eventos em que há a presença humana, quanto impactos e suas causas possíveis. Foi observado então que para inovar e ampliar o escopo de atuação dos psicólogos seria necessário reproduzir o que havia disponível internacionalmente e construir ou aprimorar elementos com a “cara” do Brasil.

Geralmente os trabalhos de campo e ações tecnológicas deste relato eram realizados em duplas ou trios formados por equipes com psicólogos, administradores, estudantes de física, médicos, etc., discutindo aspectos de proximidade e distanciamento em espaços de compartilhamento 24h de residência e trabalho. As pesquisas tiveram cunho exploratório e descritivo inicialmente (Barros-Delben et al., 2020a; Barros-Delben et al., 2019), delineamentos explicativos, com a sugestão de construção de ferramentas de apoio à coleta, armazenamento, análise e interpretação de dados (Barros-Delben et al., 2020b; Barros-Delben, 2018), recebido o investimento do setor privado de uma startup, a Polar Sapiens²³, co-fundada por um dos autores²⁴ em paralelo para o desenvolvimento de tecnologias de suporte e auxílio para uma resposta mais rápida aos eventos e apoio às pesquisas (Cruz & Barros-Delben, 2019).

A metodologia se originou das experiências, de maneira autônoma da pesquisa científica acadêmica, no âmbito do empreendedorismo. O método perpassa a construção de um sistema de mapeamento, monitoramento, avaliação e análises em fases distintas das atividades humanas, ou missões aos contextos ICE, com abordagens presenciais, remotas ou híbridas. Dentre as ferramentas que atendem as necessidades do contexto, produtos de entregas pres-

22 O depósito de patente foi realizado com o nº de pedido BR 10 2020 011733 5 A8 em 10/06/2020, publicado em 14/12/2021 de autoria e titularidade de um dos autores deste da invenção “Sistema e Método de Gerenciamento de riscos em saúde e segurança para atividades de trabalho realizadas em contextos remotos ou de difícil acesso”. A patente está em processo de cessão para a startup Polar Sapiens e se vale tão somente de investimentos pessoais e publicações abertas, conferindo um caráter inegável de inovação à tecnologia e outras associadas, como o aplicativo disponível para android e IOS.

23 A startup Polar Sapiens Ltda insere o caráter de empreendedorismo atrelado à inovação tecnológica, associada e com selo das verticais de saúde e segurança da ACATE, finalista em um edital do Governo Federal e Fundacentro para soluções relacionadas à detecção precoce de indicadores de risco em saúde mental, de 2020.

24 Uma das autoras deste, no campo do empreendedorismo, também foi recém proponente indicada na lista de finalistas no programa Nascer de Pré-Incubação de ideias inovadoras para o Ecossistema Catarinense de Inovação – 3º Edição, para disputar um prêmio em abril de 2023, e é professora de intraempreendedorismo para inovação.

critivas e preventivas, o que reflete na imagem institucional. As conclusões das pesquisas e de inserções profissionais permitiram, ainda, a extrapolação para outros contextos, com a constatação de que ambientes ICE são laboratórios naturais para as ciências sociais, humanas e da saúde, o que vai refletir em descobertas e proposições mais assertivas e validadas para outras circunstâncias ou situações, inclusive a da Pandemia da COVID-19 e futuras crises sanitárias.

O investimento em fator humano não é um gasto e saber as condições de saúde e segurança dos colaboradores tende a reduzir índices de absenteísmo, presenteísmo e turnover e seus custos, levando a uma economia de mais de 80% para as organizações²⁵. No campo polar, a seleção e a preparação mais assertiva tende a reduzir riscos de evacuações ou resgates.

A prática da psicologia polar, relacionada ou não com as tecnologias digitais desenvolvidas, é realizada nos mais distintos contextos de atividades humanas, laborais, desportivas, artísticas ou científicas, em que se reconhece a presença de riscos singulares e a sua variação significativa no tempo, além de indicadores pessoais que podem se somar para uma maior segurança na execução de tarefas e melhor desempenho das atividades.

DISCUSSÃO

Quanto à análise dos efeitos que a prática produz para a população e contexto em que acontece, é ressaltado o papel fundamental de inovações marcadas pelo caráter digital que facilitam ações em âmbito de cenários de difícil acesso, embora não restritos a eles, com perspectivas no horizonte para plataforma web e funcionalidades offline. Em contextos ICE de ampla divulgação, os efeitos são ainda mais proeminentes, pois os impactos de desfechos negativos ganham o alcance global, refletindo em impactos ambientais. Um case de sucesso e em uma empresa de distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, revelou que o mesmo sistema aplicado ao contexto de trabalho para o monitoramento remoto e análise comparativa de evolução de quadros foi essencial para a tomada de decisões quanto a novas práticas e necessidades de atenção à saúde e segurança, diante índices elevados de risco para burnout e assédio, ambos reduzidos após uma segunda ação implementada. Também, o reconhecimento do problema de pessoas em ideação ou comportamentos suicidas, que provavelmente não teria vindo à superfície para conhecimento de gestores, não fosse o mecanismo de coleta de dados com colaboradores de maneira a garantir o anonimato de suas respostas e, logo, reduzir o medo pela divulgação de informações delicadas autorrelatadas e todo o tabu no entorno.

25 Informações de pesquisas de mercado da startup Polar Sapiens, disponível em www.polarsapiens.com

Em termos de pesquisa, no total foram nove bolsas de iniciação científica disponibilizadas pelo CNPq, sendo uma destaque em 2021 (PIBIT)²⁶, representada por estudante do curso de graduação de física e orientado ao aplicativo fornecido sem ônus pela Polar Sapiens, ressaltando o caráter formador na área, mais uma bolsa produtividade para o coordenador do projeto científico, e um prêmio internacional em 2021, o *fellowship* do COMNAP²⁷, mais importante reconhecimento para pesquisadores polares. Um convite a um dos autores deste, em 2021, para integrar o grupo de equidade, diversidade e inclusão (ED) do SCAR, apontou a psicóloga como referência na América Latina para o tema, com base em trabalhos apresentados em eventos científicos de ampla abrangência. Matérias de capa do portal UFSC, CRP-12, G1, DC, Época Negócios²⁸ e outros foram publicadas com o tema.

No campo específico da Antártica, foram ações de destaque também internacional as iniciativas de construção de um fluxograma para situações de violências, como o assédio, no contexto polar, além de protocolos projetados para antes, durante e após as expedições. Os efeitos práticos dessas ações compreendem meios mais democráticos, rápidos e precisos, embora humanizados, para ouvir trabalhadores e trabalhadoras, entendendo a gama de fatores que podem influenciar a saúde e a segurança de todos e seu desempenho, expandindo o conceito de *people first* para o de valorização humana.

Não obstante, a emergência sanitária da crise da COVID-19, oficializada pela OMS em 2020 (Barros-Delben et al., 2020c), se configurou como um contexto ICE, tendo características de isolamento, confinamento e extremos impostos à população mundial, que pode se valer de métodos, sistemas e tecnologias outras relacionadas ao rastreamento, detecção precoce e direcionamento estratégico de recursos para prevenção ou intervenção eficaz. Convites para entrevistas e confecção de materiais informativos sobre saúde mental em isolamento ou confinamento foram frequentes, destacando matérias na revista Veja, G1, portal MEC dentre outros sobre o papel de psicólogos nas crises pandêmicas e na programação de aplicativos para dispositivos móveis ou multiplataforma incluindo a web. A percepção de que os conhecimentos, técnicas e ferramentas outrora pensados para o contexto ICE das regiões polares abarcaria outros cenários e situações, permitiu a formação de uma rede de profissionais da saúde que

26 Resultado do destaque de Iniciação Científica UFSC: <http://pibic.propesq.ufsc.br/2021/10/29/resultado-31o-sic-e-11-sic-em/>

27 É a primeira vez que um trabalho na área da psicologia, também vale dizer de ciências humanas e da saúde, é contemplado a estudantes do *fellowship* do COMNAP, destacando o reconhecimento da proposta que segue em termos de desenvolvimento empreendedor para ofertar aos membros além dos protocolos, alvo do estudo de doutorado, ferramentas digitais a um custo acessível para o gerenciamento de dados e riscos no contexto polar. Foi também a primeira vez que 3 brasileiros foram contemplados, até então apenas uma mulher havia recebido o prêmio: <https://www.comnap.aq/comnap-antarctic-fellowships>

28 Pesquisadora de SC desenvolve aplicativo para saúde mental após realizar expedições pela Antártica (01/11/2020): <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/techsc/noticia/2020/11/01/pesquisadora-de-sc-desenvolve-aplicativo-para-saude-mental-apos-realizar-expedicoes-pela-antartida.ghtml>

aceitou prontamente o convite para contribuir para uma obra voltada ao público em geral, de atenção à saúde mental nas pandemias, pela editora Ampla. Os mais de 60 participantes do projeto enviaram seus textos sem ônus e o livro foi publicado em 2020.

Os autores desse relato textual foram homenageados pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), com o qual também firmaram acordo de cooperação em termos de pesquisa e prática, recebendo o título de membros honorários da instituição militar por suas relevantes ações pioneiras em 2019²⁹. Torna-se oportuno revelar que uma das autoras deste foi a primeira mulher civil – e primeira psicóloga - a conquistar o direito de acompanhar um lançamento de cargas em um voo de inverno da Força Aérea Brasileira (FAB) à Antártica, em 2016.

O reconhecimento dos autores como referências na psicologia polar brasileira e mundial é notório quando se analisa os convites para a participação em eventos de ciência, gestão e prática no âmbito da medicina, como a Associação Brasileira de Medicina de Áreas Remotas (ABMAR), também em encontros com líderes de países da Reunião de Administradores de Programas Antárticos da América Latina (RAPAL) para expor as propostas e soluções. Como representantes no campo polar, associações com pesquisadores de países como a Polônia (Skorupa, 2020) e Portugal (Marques-Quinteiro et al., 2020) foram oportunizadas e outras parcerias, especialmente no campo da psicologia espacial estão em negociações.

O reconhecimento nacional e internacional denota a necessidade de produtos como os alcançados pelos resultados de pesquisa e intervenção/ empreendedorismo, com destaque para a disponibilização de ferramentas digitais úteis, síncronas ou assíncronas, para acompanhamento em tempo real ou para autogestão de empresas para a aproximação do setor privado com o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da psicologia polar no Brasil se sustenta como original por ainda estar em construção também no exterior, embora quase um século de atividades e, essa versão em particular, desenvolvida pelos autores desse texto, se destaca como referência tanto no país, quanto no exterior. Os resultados e produtos das pesquisas desenvolvidos, até o momento, notadamente aqueles derivados das experiências na Antártica, são requisitados e incentivados por diferentes instituições públicas e privadas, a fim de sensibilizar o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde e do comportamento seguro, assim como no monitoramento e gestão de riscos potencialmente ofensivos à qualidade de vida.

29 Asas da FAB – IPA e UFSC no extremo austral: <https://www2.fab.mil.br/ipa/index.php/ultimas-noticias/180-asas-da-fab-ipa-e-ufsc-no-extremo-austral>

Toda essa experiência, que agrega produção científica e empreendedorismo profissional, difunde ideias e contribuições às práticas profissionais em Psicologia e, em áreas interligadas em saúde e segurança. Além da interdisciplinaridade acentuada, e áreas de saber exaltando as iniciativas dos autores deste, é, a partir da psicologia, que estratégias têm sido construídas para melhorar as experiências de pessoas em atividades nos contextos de difícil acesso. O escopo da psicologia polar alcança voluntários, sem ônus, que se dirigem a comunidades em áreas remotas para levar saúde, como os médicos e outros profissionais da saúde do Instituto Dharma³⁰, em parceria com a startup Polar Sapiens, pela mediação da recordista do *guinness book*, a médica Karina Oliani.

Por fim, o projeto de pesquisa e as ações da startup que deste se originaram, são objeto de uma proposta audiovisual para um documentário que aborda exatamente essa inovação em contextos ICE. O destaque dessa produção cinematográfica é o olhar da psicologia para as pessoas que se arriscam em aventuras ou em trabalhos que requerem sua presença em cavernas, desertos, montanhas e, obviamente, os polos do planeta e até mesmo o espaço, coordenado pela produtora Bruna Steudel. Parcerias firmadas recentemente entendem a contribuição do estudo e das tecnologias como de agregação de mais valor às missões espaciais, abarcando todos os espaços de atuação de um psicólogo polar, profissionalmente ou como cientista. Esse campo precisa de reconhecimento devido, incentivos e novas pessoas da psicologia construindo saberes ímpares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros-Delben, P. (2018). *Comportamento seguro em expedicionários militares do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)* (Dissertação para o Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198501>

Barros-Delben, P., Pereira, G. K., Melo, H. M. D., Thieme, A. L., & Cruz, R. M. (2019). Mapeamento de estressores no trabalho de expedicionários do programa antártico brasileiro (PROANTAR). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.

Barros-Delben, P., Cruz, R. M., Cardoso, G. D. M., Ariño, D. O., Pereira, G. K., & Lopez, M. (2020a). Gerenciamento do comportamento seguro para manutenção da vida na Estação Antártica Brasileira. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(1), 883-890.

³⁰ Instituto Dharma: <https://institutodharma.org/>

- Barros-Delben, P., Cruz, R. M., Cardoso, G. M., & Wit, P. A. (2020b). Desafios e perspectivas da pesquisa e intervenção psicológica no ambiente antártico. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 38(2). <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.7030>
- Barros-Delben, P., Cruz, R. M., Trevisan, K. R. R., Gai, M. J. P., de Carvalho, R. V. C., Carlotto, P. A. C., ... & Malloy-Diniz, L. F. (2020c). Saúde mental em situação de emergência: COVID-19. *Debates em Psiquiatria*, 10(2), 18-28.
- Bley, J. Z., Turbay, J. C., & Cunha Jr., O. (2007). Comportamento seguro: a psicologia de segurança no trabalho e a educação para prevenção de doenças e acidentes. Curitiba: Sol, 2ª edição.
- Cruz, R. M. & Barros-Delben, P. B. (2019). Avaliação Psicológica de Fatores Humanos em Ambientes Isolados, Confinados e Extremos (ICE). In: Makilin Nunes Batista et al. (Org.). *Compêndio de Avaliação Psicológica*. 1ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, v. 1, p. 200-210.
- Cruz, R. M., & Barros-Delben, P. (2021). Avaliação de fatores de riscos psicossociais em ambientes isolados, confinados e extremos (ICE). *Avaliação psicológica dos fatores psicossociais do trabalho: Teoria e prática na era digital*. 1 ed. São Paulo: Vetor Editora.
- Cobra, G. O. (2009). A psicologia polar. *Boletim Interfaces da Psi da UFRuralRJ*, 2(2), 70.
- Freitas, M. E. (2012). Lições organizacionais vindas da Antártica. *Revista de Administração Pública*, 46(4), 915-937. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000400002>
- Gunderson, E. E. (1963). Emotional Symptoms in Extremely Isolated Groups. *Archives of General Psychiatry*, 9(4), 362-368.
- Madureira Junior, J. (2014). Antártica: A importância do Apoio Logístico das Forças Armadas à Pesquisa Científica. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, 8(31), 49-58.
- Marques-Quinteiro, P., Santos, C. M. D., Costa, P., Graça, A. M., Marôco, J., & Rico, R. (2020). Team adaptability and task cohesion as resources to the non-linear dynamics of workload and sickness absenteeism in firefighter teams. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 29(4), 525-540.

Martins, Y. A. T., Moraes, M. M., Mendes, T. T., Maluf, C. B., Ladeira, R. V. P., Wanner, S. P., ... & Arantes, R. M. E. (2021). An exploratory study of short-term camping in Antarctica: *Hormonal and mood states changes*. *Czech Polar Reports*, 11(2), 352-373.

Mocellin, J. S., & Suedfeld, P. (1991). Voices from the ice: Diaries of polar explorers. *Environment and Behavior*, 23(6), 704-722.

Palinkas, L. A. (2003). The psychology of isolated and confined environments: Understanding human behavior in Antarctica. *American Psychologist*, 58(5), 353.

Skorupa, A. (2020). Alone Amidst the Snow. *ACADEMIA-The magazine of the Polish Academy of Sciences*, 20-22.

Suedfeld, P. (2018). Antarctica and space as psychosocial analogues. *Reach*, 9, 1-4.

Zimmer, M., Cabral, J. C. C. R., Borges, F. C., Coco, K. G. & Hameister, B. R. (2013). Psychological changes arising from an Antarctic stay: Systematic overview. *Estud. psicol. (Campinas) [online]*, vol.30, n.3, pp. 415-423. <http://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300011>

CAPÍTULO 4

CAPS FLUVIAL: SAÚDE MENTAL NOS RIOS DE NOSSA CIDADE³¹

Rachel de Siqueira Dias³²

Francineti Maria Rodrigues Carvalho³³

RESUMO

O presente projeto consiste em levar à sociedade ribeirinha informações, acolhimento e atendimento psicológico inicial, tendo a itinerância como um modo de operacionalizar o cuidado no território. A noção de território tornou-se um princípio organizador dos processos de trabalho nas políticas de Saúde Mental, utilizando a lógica da itinerância do cuidado, se pretende alcançar grupos vulneráveis, como atender às demandas de usuários que não se adaptam aos equipamentos tradicionais de atenção à saúde mental e a vinda demorada e dispendiosa à cidade de Abaetetuba, no Estado do Pará. Este projeto se apresenta como aquilo que não cala, como forma de acolher os que não são escutados e, muitas vezes, ficam inviabilizados em seu distante território.

INTRODUÇÃO

Abaetetuba está localizada na Região Amazônica, Município pertencente ao Estado do Pará, possui uma área de 1.610,603 Km², onde se concentra uma população estimada pelo IBGE, para 2021, de 160.439 habitantes. Sua geografia é bastante complexa, com considerável densidade demográfica, estruturada em três realidades distintas: a Zona Urbana, que possui dezessete Bairros; a Zona Rural, com suas estradas e ramais, que tem sua área territorial dividida em quarenta e nove colônias e um Distrito – Vila de Beja; e a Zona Rural Ribeirinha

31 Trabalho premiado em 2º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)” da 1ª Edição do Prêmio Sylvania Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

32 Psicóloga, mestre em Psicologia da Saúde, especialista em Psicologia Clínica, fez Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde Mental. Funcionária pública, com experiência na área de saúde mental e no programa de IST/HIV/Aids, atualmente é Coordenadora municipal de saúde mental do Município de Abaetetuba.

33 Psicóloga, mestre em Psicologia da educação, especialista na área da Violência Doméstica, especialista em Psicologia hospitalar e em avaliação psicológica. Funcionária pública da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará e na Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. Foi secretária de saúde e prefeita por três mandatos do Município de Abaetetuba.

(denominada como “Território das Águas”), constituída por uma população flutuante, sendo um arquipélago de 73 ilhas, entrecortadas por rios, furos e igarapés. É uma região onde os rios são quase mares por sua enorme extensão.

O projeto do CAPS FLUVIAL consiste em operacionalizar o cuidado no território ribeirinho por meio da troca de informações, acolhimento e atendimento multiprofissional, com a participação do profissional psicólogo para realizar a escuta inicial. Nesse projeto, temos a itinerância como um modo de realizar o cuidado, afinal a saúde mental se constrói e se reconstrói nas relações estabelecidas com o meio onde se vive. A noção de território tornou-se um princípio organizador dos processos de trabalho nas políticas de Saúde Mental, dessa forma, utilizando a lógica da itinerância do cuidado, pretende-se alcançar grupos populacionais vulneráveis, assim como atender às demandas de usuários que não se adaptam aos equipamentos tradicionais de atenção e a vinda demorada e dispendiosa à cidade que nem sempre pode acontecer.

Existe uma relação muito próxima entre a produção de cuidado e o território no qual ele é exercido, sendo norteadora da atenção psicossocial e enunciada em diversos documentos relativos à Reforma Psiquiátrica, a Portaria nº 336/02 institui os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e devem ser pensados de forma territorializada, em que a coordenação irá organizar a demanda da rede de cuidados em saúde mental no âmbito de acordo com seu território (Brasil, 2002).

A Lei 10.216/01 (Brasil, 2001) estabelece uma nova forma de assistência em saúde mental, redirecionando e privilegiando os serviços de base comunitária como os principais responsáveis pelo cuidado em saúde mental, compostos por equipes multiprofissionais que atuem de forma horizontal, rompendo com as formas tradicionais de tratamento. Ela dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (Amarante, 2003). Assim, o território passa a ser não apenas uma área geográfica do CAPS II e AD, mas também pessoas e cenários nos quais se dá a vida comunitária. Procura-se superar o modelo assistencial centrado na concepção de institucionalização, de serviços asilar e de internações de longo prazo fundamentadas no sistema de higienistas mentais, com influência pineliana e da ciência positivista que, a autorizou e legitimou (Amarante, 2007).

As práticas no território envolvem conhecer os saberes e as potencialidades dos recursos da comunidade, a construção coletiva de soluções, as trocas entre as pessoas e a ideia de cuidado, promovendo equidade na prática cotidiana. O conceito de território passa a ser o grande organizador da rede de atenção à saúde mental e orienta as ações de todos os seus equipamentos, ampliando o conceito de saúde como eixo fundamental para a construção do modo de atenção em saúde mental. Não se trata apenas de pensar os deslocamentos no espaço

físico, mas de problematizar o olhar sobre o território das águas, para pensar quais os modos de vida que estão sendo produzidos e que clínica é possível realizar ali. Essa reconstrução do conceito e da prática clínica, segundo Amarante (2003), tem sido um aspecto fundamental da reforma psiquiátrica brasileira, já que é preciso reinventar a clínica como espaço de efetivo engajamento e responsabilização para com o sofrimento humano, de construção de possibilidades de vida e de produção de subjetividades.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é uma unidade de saúde regionalizada que conta com uma população adscrita, definida pelo nível local e que oferece atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar por equipe multiprofissional. Foi concebido com o objetivo de oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Porém, ao se pensar em cuidado em saúde mental num território tão complexo como Abaetetuba, não poderíamos nos ater ao espaço geográfico de um CAPS, precisávamos levar esses atendimentos e ir a espaços onde os sujeitos vivem, sem perder a essência: o cuidado. Vale ressaltar que, no campo da saúde mental, o objeto não é a cura de doenças, ou a promoção e proteção da saúde, mas a produção do cuidado, por meio do qual poderá ser atingida a saúde proposta ou os objetivos que se quer atingir (Mehry, 2002). Então, produzir saúde mental implica essencialmente em construir a organização das atividades nos estabelecimentos de saúde, de modo que se torne possível, por meio do trabalho, realizar o objeto da ação: atender as demandas de saúde das pessoas de uma comunidade/coletividade.

Em todas as ações, procuramos inserir o profissional da psicologia, pois, com a entrada dos psicólogos(as) no Sistema Único de Saúde (SUS), tem-se a possibilidade de construir a crítica ao discurso biomédico e à perspectiva reducionista acerca da experiência da loucura, que considera o sujeito apenas como um corpo enfermo, a ser contido e medicado. O desafio é a necessidade do reconhecimento da dimensão cultural, que atravessa a existência desses sujeitos e conforma suas subjetividades, o resgate da dimensão humana do fenômeno da loucura e a dimensão do sofrimento que atravessa essa experiência humana (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Nota-se que, com isso, a compreensão de clínica vem sendo renovada pelas novas perspectivas denominadas clínica ampliada, um contraponto a um modelo pautado na tradição médica, caracterizando-se como uma nova postura de trabalho e atenção no campo da saúde, de modo que a ampliação se dá tanto no que confere ao objeto como ao objetivo de

trabalho. Campos (2002) propõe que o conceito de clínica ampliada aconteça numa estratégia que permita nova perspectiva de trabalho, que carregue uma compreensão de sujeito integral, socialmente multideterminado, repleto de singularidades e potências. O psicólogo(a), então, ao lado de outros profissionais, passa a integrar o novo modelo de atenção. Nessa nova proposta de atenção em saúde mental, o trabalho em equipes multiprofissionais passa a ser uma prioridade, para tecer redes junto com a equipe e os usuários atendidos, redes de suporte e sustentação para exercício do protagonismo dos sujeitos.

Essa prática itinerante passou a ter uma importância estratégica, evitando os deslocamentos difíceis e caros em tempos que as comunidades ribeirinhas estão sentindo os efeitos da crise financeira, e assim, se passa a oferecer parte dos atendimentos que o CAPS realiza na sua sede, transferindo protocolos, adaptando estratégias e ações de acordo com as características territoriais, fortalecendo a porta de entrada para o cuidado da pessoa em sofrimento psíquico ou com transtorno mental em loco, visando a construção da integralidade do cuidado.

Tomamos a desinstitucionalização, a universalidade, a integralidade e, principalmente, a equidade como os operadores conceituais que marcam a diferença que as reformas Psiquiátrica e Sanitária imprimiram nas práticas de cuidado. Essas ações Itinerantes do Caps podem promover uma integração da rede de atenção psicossocial (Raps), oferecendo apoio matricial aos profissionais da atenção básica, especialmente aos ACS (agentes comunitários de saúde) das localidades que recebem o projeto, realizando atendimentos compartilhados, visitas domiciliares, palestras com orientação, atendimento psicológico, estudo de caso e, principalmente, a desmitificação de preconceitos e estigma criados sobre as pessoas com transtorno mental ou com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

O projeto orienta-se por uma metodologia de caráter interventivo e está sendo desenvolvido em parceria com a UBS fluvial. As Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) são embarcações que comportam Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF), providas com a ambiência, mobiliário e equipamentos necessários para atender à população ribeirinha da Amazônia Legal. Elas buscam responder às especificidades dessas regiões, garantindo o cuidado às suas populações, como previsto na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Essa parceria tem sido elemento decisivo na efetivação deste projeto, para tanto, foi elaborado um cronograma em que a Equipe do Caps fluvial acompanha o cronograma da UBS fluvial, embarcando juntamente com a equipe de saúde da família.

A implantação do Caps fluvial efetuou-se a partir de maio de 2022, foram realizadas 7 viagens para os Rios (Juripariquera, Bacuri, Furo Panaquera, Prainha, Rio da Prata, Urubueua Fátima e Caripetuba). O projeto está em andamento e até o final do ano iremos cumprir o cronograma que está previsto. Participaram dele, até o momento, 4 psicólogas, 2 pedagogas e 1 assistente social.

Inicialmente, recebemos o cronograma da UBS fluvial e as localidades onde seriam realizados os atendimentos. O Agente Comunitário de Saúde da localidade é informado da participação da equipe do CAPS fluvial e mobiliza a comunidade ribeirinha, verifica espaço para realização das Rodas de Conversa e o Coordenador da UBS verifica os consultórios para realização dos acolhimentos e do atendimento psicológico inicial na própria UBS. No acolhimento, é feita avaliação do estado mental do usuário, identificando se o mesmo está em crise, se foi realizada avaliação psicológica e médica recente, se tem ido ao CAPS para as atividades e qual a frequência e que outros tipos de atendimento têm recebido.

Nos casos em que se identifica a necessidade de visita domiciliar, utiliza-se da lancha de apoio, que vai até a residência do usuário, que, geralmente, está em crise ou acamado e se recusa a ir até a UBS fluvial que fica atracada num porto da localidade. Nessas visitas, a família recebe orientação e já é agendado o resgate, onde será feita avaliação e provável internação breve, sendo realizada a explicação de como se dará o procedimento do resgate que será realizado pelo SAMU e Bombeiros e um técnico do CAPS. Além disso, são esclarecidas as dúvidas da família e dadas as necessárias informações.

Até o momento, foram realizadas 7 Rodas de Conversa, que é uma das metodologias de intervenção proposta pelo projeto, que se constituem como espaços nos quais a população ribeirinha da localidade onde aportamos recebem informações de qualidade sobre prevenção da saúde mental e compartilham, entre os pares, o que pensam e sentem de forma a propiciar maior compreensão a respeito das demandas apontadas pelos participantes, no tocante às suas relações com usuários com transtorno mental.

Desse modo, torna-se possível fomentar a reflexão acerca do sofrimento psíquico, dos transtornos mentais e do uso abusivo de álcool e outras drogas, favorecendo a promoção de reflexão a respeito do preconceito com as pessoas, as quais, muitas vezes, produzem sofrimento, promovem a desumanização nos modos como se configuram as relações e os sentidos produzidos ao serem vistos como “doidas”, “loucas”, “perigosas” e “diferentes”, o que gera mais sofrimento, isolamento e o indivíduo pode acabar se identificando com este rótulo e com os atributos que a ele estão atrelados, gerando preconceito, descrédito e estigmatização.

DISCUSSÃO

A intervenção é atravessada por uma dimensão política, no sentido de levar, aos Ribeirinho, conhecimento sobre saúde mental, formas de prevenção e tratamento e propiciar ainda um engajamento diferenciado no atendimento no Caps, pois, quando vêm à cidade para consulta médica e psicológica, apresentam a carteira do Ribeirinho e têm a possibilidade de maior facilidade de atendimento, reconhecendo necessidades de grupos específicos e atuando

para reduzir o impacto das diferenças. No Sistema Único de Saúde (SUS), a equidade evidencia-se no atendimento aos indivíduos de acordo com suas necessidades, oferecendo mais a quem mais precisa e menos a quem requer menos cuidados, reconhecer essas diferenças nas condições de vida e saúde e nas necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenças sociais e deve atender a diversidade, é fundamental.

O impacto das intervenções e a metodologia adotada já são visíveis nas comunidades atendidas, o que gerou a necessidade de aprimoramento e continuidade deste projeto. Vale ressaltar que tivemos, no pós-pandemia da COVID-19, um aumento expressivo da procura por atendimento em serviços de saúde mental, seus efeitos podem ser originados em diferentes situações e perdurar em médio e longo prazo. As pessoas desempregadas ou trabalhando em subempregos estão em estado de exaustão e passam pelo aumento da violência doméstica contra mulheres e crianças, aumento significativo de pessoas com transtornos mentais, sobretudo ansiedade e depressão, aumento no abuso de substâncias psicoativas, lutas que demandam atenção e intervenção especializada e urgente (Talevi et al., 2020).

Outro ponto que merece destaque é o estímulo e implantação de espaços de convivência, onde as comunidades possam fortalecer vínculos, melhorando muito a adesão ao tratamento, a quebra do preconceito, a estigmatização que pode ser vista como uma forma de classificação social pela qual um grupo ou indivíduo identifica o outro segundo certos atributos seletivamente reconhecidos como negativos ou desabonadores, associados a experiências ou comportamentos não normais e não normativos (Parker, 2013), O estigma ainda hoje é uma enorme barreira para as pessoas que sofrem de transtornos mentais, que, muitas vezes, são evitados e escondidos pela própria família, discriminados por colegas de escola ou trabalho e são vítimas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A originalidade do Projeto Caps fluvial se dá pela mudança de paradigma na atenção à saúde mental, visto que desloca as intervenções do espaço institucional (CAPS da cidade) para o cuidado do indivíduo na sua própria comunidade, propiciando equidade de acesso tornando-o inovador. Além disso, proporciona o uso do território a fim de resgatar as relações sociais que, muitas vezes, foram perdidas pelo adoecimento psíquico. Buscamos, com esse projeto, novos modos de cuidado da população ribeirinha, com o fortalecimento da rede de atenção psicossocial, o redirecionamento do cuidado para o território de vida das pessoas, ocasionando, com isso, a diminuição nos casos de crises psiquiátricas, maior comodidade para usuários e familiares que não precisarão sair constantemente do seu território. Alcança, ainda, a quebra de preconceito com pessoas com transtornos mentais e usuários de álcool e

outras drogas na comunidade e melhora consideravelmente a integração do usuário com as equipes e familiares e da qualidade de vida e bem-estar social, inserção nas redes intersetorial.

Na análise das ações, percebe-se que a grande maioria dos usuários nunca foi assistido por profissionais da área da saúde mental, ou mesmo souberam dizer o que é tratamento em saúde mental, sendo, para muitos, a única oportunidade de cuidado, escuta e olhar. Outro ponto de destaque atingido foi a criação e o fortalecimento de redes de apoio local, que viabilizem a implementação e efetivação de controle social por parte da própria comunidade. É inevitável considerar o impacto da pandemia, que também comprometeu a saúde mental dos mesmos, isso exige ações e políticas estruturantes e coordenadas por parte do poder público, em suas três esferas e em suas diversas áreas de atendimento à população ribeirinha, não se limitando à saúde, mas a educação, trabalho e renda, transporte e mobilidade urbana e seguridade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amarante, P. (2003). A clínica e a reforma psiquiátrica. In *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Ed. Nau.

Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial* (3ª ed., revista e ampliada). Fiocruz.

Brasil. (2001). *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental* (Lei nº 10.216). Congresso Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Brasil. (2002). *Portaria nº 251, de 31 de janeiro de 2002: Estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria, reclassifica os hospitais psiquiátricos, define e estrutura a porta de entrada para as internações psiquiátricas na rede do SUS e dá outras providências* (Portaria nº 251). Diário Oficial da União. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html

Campos, G. W. S. (2002). *A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada*. Editora Mussite.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial*. Centro de Referência

Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, CFP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-no-caps-centro-de-atencao-psicossocial/>

Merhy, E. E. (2002). *Saúde: Cartografia do trabalho vivo em ato*. Hucitec.

Parker, R. (2012). Intersecções entre estigma, preconceito e discriminação. In S. Monteiro & W. Vilella (Orgs.), *Estigma & saúde* (pp. 25-46). Editora Fiocruz.

Talevi, D., et al. (2020). Mental health outcomes of the COVID-19 pandemic. *Rivista di Psichiatria*, 55(3). <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32489190/>

Documento audiovisual de registro da prática: https://youtu.be/D6Svc9JA_MQ

CAPÍTULO 5

CARTILHA “GUIA – MIGRAÇÃO, REFÚGIO, TRÁFICO DE PESSOAS E SUBJETIVIDADES”³⁴

*Henrique Galhano Balieiro*³⁵

*Cristina Campolina Vilas Boas*³⁶

*Renata Rodrigues Santos*³⁷

*Núbia Vale Rodrigues*³⁸

*Jéssica Gabriela de Souza Isabel*³⁹

*José Miguel Silva*⁴⁰

RESUMO

O Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade, publicado em formato digital, consiste num material de orientações e informações sobre o atendimento

- 34 Trabalho premiado em 3º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.
- 35 Psicólogo com especialização em Direitos Humanos e Cidadania no Contexto das Políticas Públicas e Mestre em Psicologia pela PUC Minas (bolsista capes/cnpq). Atualmente é professor coordenador da especialização lato-sensu em Psicologia e Migração (PUC Minas) e doutorando bolsista FAPEMIG no PPGPSI PUC Minas. Além de membro fundador do Coletivo Psimigra e coordenador da Comissão de Orientação em Psicologia e Migração CRP-MG.
- 36 Psicóloga pela PUC Minas. Mestre em Psicologia/Psicanálise pela Université Paris 8. Doutora em Ciências da Saúde, área de concentração em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina da UFMG. Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Membro da Comissão de Orientação em Psicologia e Migração do CRP-MG.
- 37 Psicóloga pela Universidade Federal de Alagoas, mestre em psicologia clínica e da saúde pela Universidade Autônoma de Madri. Atuou na organização de ajuda humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) em contextos de emergência, epidemias e migração no Afeganistão, Guiné Conacri, Líbano, Turquia, Iraque, Moçambique e Brasil.
- 38 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Pós-graduanda em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz e em Epistemologias do Sul pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). Compõe a Comissão de Orientação em Psicologia e Migração do CRP-MG, e a Rede Latino-Europeia de Pesquisa Psicológica Social focada em Migração, Deslocamento e Inclusão (La-EU-MiDI).
- 39 Especialista em Política Pública, Gestão e Serviços Sociais, graduada em Psicologia. Integrante das comissões de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social e de Orientação em Psicologia e Migração do CRP-MG, onde também está como assessora de Relações Institucionais e Parlamentares. Atua como facilitadora de processos grupais, com intervenções psicossociais, assessora de projetos e construção de materiais voltados para formação e efetivação dos Direitos Humanos.
- 40 Graduado em Psicologia (PUC Minas) como pessoa em situação de refúgio. Nascido em Carora, Venezuela. Atua em defesa dos direitos humanos das pessoas migrantes e refugiadas. Membro da Comissão de Orientação em Psicologia e Migração do CRP-MG, do Coletivo de Profissionais da Psicologia que Atuam com Migração (Psimigra). Participa do Fórum Nacional de Lideranças Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania.

psicológico de pessoas em situação de mobilidade humana e em condições de refúgio, abordando também a temática do tráfico humano. Lançada em 2022, a Cartilha foi construída a muitas mãos pelos integrantes da *Comissão de Orientação em Migração, Refúgio, Tráfico de Pessoas e Subjetividade do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP 04)* e seus interlocutores e parceiros da rede de apoio aos migrantes e refugiados no Brasil. Trata-se do primeiro guia produzido sobre a temática da migração produzido por psicólogas e psicólogos brasileiros com a colaboração do *Coletivo de Mulheres Migrantes Cio da Terra* e *Coletivo Psimigra*. A Cartilha foi lançada no I Congresso Mineiro de Psicologia, em 2022.

INTRODUÇÃO

Origem da prática

Nos últimos anos, o movimento de articulação nacional de profissionais psicólogas e psicólogos que atuam no campo das migrações tem se sobressaído diante do avanço da mobilidade humana em direção ao Brasil. Nota-se o processo de vulnerabilização de migrantes nesse fluxo migratório, dada a ainda incipiente rede de apoio à população migrante e refugiada nas grandes metrópoles brasileiras. A organização da categoria profissional de psicólogas e psicólogos tem sido recorrente, o que fortalece a experiência profissional da psicologia e sela o compromisso social com populações em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, um grupo se organizou para a criação da *Comissão de Orientação em Migração, Refúgio, Tráfico de Pessoas e Subjetividade* que foi aprovada em 2021, logo após a realização do *I Seminário de Psicologia e Migração (2021)*, organizado pelo mesmo grupo com apoio do *CRP MG* e a *Faculdade de Psicologia da PUC Minas*. Antes mesmo de ser aprovada como Comissão, esse coletivo já vem alcançando expressividade na participação por exemplo, da *Frente Nacional pela Saúde de Migrantes*, que atualmente defende a criação e a efetivação de uma *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Populações Migrantes, Refugiadas e Apátridas*. Destaca-se a participação desse grupo na *Conferência Livre de Saúde Mental 2022 – população migrante e refugiada*, em Belo Horizonte. E ainda esse grupo galgou importantes conquistas no *11º Congresso Nacional de Psicologia (CFP)*, 2022, a aprovação da *Proposta nº 041* que visa “intensificar e articular nacionalmente a discussão sobre os impactos e as implicações psicossociais dos fenômenos migratórios, bem como para dialogar e propor ações sobre as práticas da psicóloga com pessoas em mobilidade humana internacional”, bem como foi aprovada a “*Moção de repúdio sobre a exclusão de psicólogas imigrantes formadas no Brasil e não naturalizadas nas gestões do Sistema Conselhos*”, com 140 assinaturas. Foi, portanto, nesse contexto que **O Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** foi estruturado.

CONTEXTO

O Conselho Regional de Psicologia, como autarquia pública responsável por orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão, tem a obrigação de fornecer às Psicólogas material que possibilitem às mesmas conduzir sua prática profissional de forma ética, servindo à sociedade em suas demandas no sentido de promover relações saudáveis, que permitam o exercício da plena cidadania e da garantia dos direitos a todas as pessoas. É com esta perspectiva que se viu a necessidade de apresentar um material consistente para a orientação no atendimento de um público muito específico, que são as pessoas em situação de mobilidade humana e em condições de refúgio. No mundo atual as pessoas em deslocamento crescem exponencialmente e o Brasil é uma referência de acolhida destas pessoas, o que nos coloca na mira do desejo de diversos grupos na escolha de seus destinos. Esta realidade nos obriga a estarmos preparados, enquanto Estado e em nossa profissão, para garantir o acolhimento e o atendimento psicológico que estas pessoas venham necessitar. O material apresentado no **“Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividades”** tem esta função: contribuir para que as Psicólogas possam oferecer o melhor serviço a este público, contribuindo para que se possa mitigar o sofrimento da vida dessas pessoas, fortalecendo seus vínculos de pertencimento no novo território e na garantia de seus direitos, além da possibilidade de elaborarem seus processos subjetivos.

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS PRÉVIAS

A Psicologia como ciência e profissão tem um compromisso ético e político de encontrar caminhos que valorizem o ser humano em toda a sua diversidade étnica, cultural, de gênero, religiosa, política, portanto é preciso que utilizemos de nosso conhecimento de nossas ferramentas e técnicas para viabilizar um mundo onde as pessoas sejam respeitadas e acolhidas em sua singularidade. A criação do **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** justamente respeita e potencializa esse compromisso uma vez que favorece a sensibilização de profissionais da psicologia para a questão da migração, mune esses profissionais de informações adequadas e, sobretudo, contribui para promoção da cidadania e a defesa dos direitos humanos de pessoas em situação de migração e refúgio.

Ademais, de acordo com a Lei nº 13.445/2017 que dispõe sobre os direitos e deveres do migrante visitante no País, os operadores do direito devem se pautar em suas ações pela promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante. Entende-se que o **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** obedece aos princípios desta Lei na medida em que promove uma ação educativa que respeita as diferenças subjetivas e sociais dos migrantes e, enfim, possibilita uma visão ampla, crítica e de empoderamento frente à realidade enfrentada por esses cidadãos.

ORIGINALIDADE E RELEVÂNCIA PARA A PSICOLOGIA

Considera-se que uma Prática Psicológica Inovadora propõe um avanço, seja a partir de conhecimento pré-existente, seja introduzindo novas perspectivas de leitura, conceitos, fundamentos ou de metodologia de trabalho. No caso do **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade**, localiza-se a inovação na escolha da temática “Psicologia e Migração” e do público alvo deste guia, as pessoas migrantes e refugiadas. A questão migratória é uma das pautas mais urgentes do mundo contemporâneo dado a variabilidade de fluxos migratórios em curso, sejam motivados pela busca de melhora na qualidade de vida daqueles que migram, seja em processo de escolha forçada pela busca da garantia da vida em condições dignas em nova localidade. Situações como emergências e desastres ambientais, guerras civis, crises econômicas, disputas políticas são frequentemente disparadores de sofrimentos individuais e coletivos, eis que aí a psicologia também é convocada a atuar na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social. O uso de cartilhas educativas, já consagrado pela psicologia, ganha novo respiro quando a temática da migração se impõe como necessária. O caráter inovador do Guia se baseia igualmente na reformulação conceitual acerca de quem são os migrantes e os refugiados e na publicização de novas produções teóricas acerca da temática. A escolha do meio digital também consiste numa estratégia que dialoga com os modos dialógicos contemporâneos.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

Fundamentos teóricos

Os fluxos migratórios são pautas que ocupam um lugar central nos debates contemporâneos, suscitando diversas reflexões sobre mudanças de ordem política, cultural, econômica e social advindas da globalização. Apesar da migração moderna surgir no contexto de consolidação do capitalismo a partir da Revolução Industrial, o movimento de pessoas entre fronteiras políticas e administrativas faz parte da história da humanidade. De acordo com Corsini (2018), a categoria êxodo é uma potência para a mudança da ordem política, pois constitui uma “marcha da liberdade, da luta constituinte pela possibilidade de transformação – neste mundo –, da recusa da escravidão, da tirania e da opressão”. Neste sentido as pessoas migrantes, retornada, refugiada e apátrida, que são à primeira vista figuras marginalizadas, merecem, ao contrário, serem consideradas agentes centrais da história política. Ainda que testemunhemos cotidianamente manifestações de xenofobia e intolerância com estes grupos, é importante citar que no final do século XIX o governo brasileiro implementou um abrangente plano de incentivo à imigração de indivíduos europeus ao país. Tratava-se da política de “branqueamento” da população, motivada por um pensamento essencialmente racista justificado por teorias positivistas como o darwinismo e o evolucionismo social. Essa ocasião

é um exemplo de como o discurso a respeito do deslocamento de pessoas não pode ser desvinculado do contexto histórico, social e econômico em que está inserido (Corsini, 2018).

Metodologia

A cartilha em discussão nesta proposta teve como ponto de partida um projeto coletivo, que se desenvolveu por meio de uma construção dialógica, resultado do trabalho em equipe de psicólogos e psicólogas com formação e atuação bastante diversas, que muito favoreceu a articulação de saberes tende a gerar um produto com visão abrangente e holística. As etapas de construção do **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** foram: 1) escolha do objetivo da Cartilha; 2) tempestade de ideias sobre o tema da migração; 3) definição de estrutura geral do texto, das mensagens/informações principais e secundárias do Guia e escolha de conceitos-chave e legislações a serem abordadas; 4) definição do formato e do design gráfico; 5) estabelecimento de especificações a tratar no material; 6) elaboração de um catálogo da rede de contatos úteis aos migrantes; 7) pré-teste/validação do que foi elaborado a partir da leitura de profissionais convidados e de pessoas migrantes; 8) aprovação do Guia pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** se deu em diálogo entres pares, com pessoas migrantes, através de instituições e atores da rede de apoio à população migrante no Brasil, em situações diversas e transversais de interação. Também as reuniões da *Comissão de Orientação em Migração, Refúgio, Tráfico de Pessoas e Subjetividade do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP 04)* serviram para a construção dessa Cartilha. Pessoas migrantes foram convidadas a participar de todos os passos desse material.

Discussão

Estar em mobilidade humana, por si só, não é sinônimo de estar vulnerável, mas o processo de migração pode intensificar vivências e situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, é importante ressaltar que há redes e organizações da sociedade civil em todo o país que atuam diretamente com migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas que possuem a confiança de diversas comunidades migrantes. Essas organizações e pessoas poderão auxiliar na criação de estratégias e melhor manejo em situações adversas. Por conseguinte, objetiva-se que o **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** pode produzir efeitos de empoderamento junto à população migrante no Brasil.

Considerações finais

Diante das complexidades envolvidas na dinâmica do fenômeno migratório, a Psicologia se faz cada vez mais importante neste cenário, a partir da sua atuação ética e política para contribuir no acolhimento destes sujeitos, a fim de compreender este sofrimento no âmbito psicossocial, a partir de um conhecimento mais amplo e não patologizante dos contextos envolvidos na história de vida permeada em cada sujeito. Finalmente, o **Guia – Migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividade** estrutura-se como uma prática original, uma vez que inaugura uma agenda fundamental do Sistema Conselhos junto aos migrantes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR. (n.d.). *Dados sobre refúgio no Brasil*. <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-re-fugio-no-brasil/>
- ACNUR. (2021). *Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>
- Agência da ONU para Refugiados. (2020). *Relatório do ACNUR revela que 65% dos indígenas venezuelanos registrados no Brasil são solicitantes de refúgio*. <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/03/relatorio-do-acnur-revela-que-maioria-dos-indigenas-venezuelanos-registrados-no-brasil-sao-solicitantes-de-refugio/>
- Corsini, L. (2008). Entre o migrante e o nômade—Intermezzo. *Revista Lugar Comum*, (23-24), 113-128.
- Fiocruz Amazônia, Fundo das Nações Unidas para a Infância, & Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. (2020). *Bem-viver: Saúde mental indígena: Módulo introdutório*. Fiocruz.
- International Organization for Migration. (2020). *World migration report*. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf
- Livres e Iguais & ACNUR Brasil. (2017). *Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI*. <https://migramundo.com/acnur-no-brasil-lanca-cartilha-sobre-direitos-de-refugiados-e-solicitantes-de-refugio-lgbti/>

Romani, S., & Rajobac, R. (2011). Por que debater sobre interculturalidade é importante para a educação? *Revista Espaço Acadêmico*, 11(127), 65–70. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12715>

Silva, G. J., Cavalcanti, L., Oliveira, T., Costa, L. F. L., & Macedo, M. (2021). *Refúgio em números* (6ª ed.). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados.

Waldman, T. C. (2018). *Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo* [Apostila do projeto OIM-DPU “Fortalecendo a Assistência Jurídica aos Migrantes no Brasil e seu Acesso ao Mercado de Trabalho”]. 1ª ed. <https://tinyurl.com/2exbr47w>

CAPÍTULO 6

DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO PARA A PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS⁴¹

Hareli Fernanda Garcia Cecchin⁴²

Alice Agnes Spíndola Mota⁴³

Felipe Leite⁴⁴

Humberto Martins⁴⁵

Marta Romilda Spíndola Mota⁴⁶

Sidiany Mendes Pimentel⁴⁷

RESUMO

Este trabalho aborda o desenvolvimento de um aplicativo de tecnologia móvel para a promoção à saúde no contexto de uma universidade pública. Ele foi desenvolvido a partir de um trabalho interdisciplinar, fundamentado na telessaúde, literacia em saúde mental e na abordagem do mapeamento de intervenção. Mediante uma avaliação de necessidades prévia construiu-se um aplicativo para a prevenção ao adoecimento e promoção da saúde mental. Após 2 anos de trabalho, construiu-se um aplicativo que atende às necessidades dos estudantes e tem sido bem aceito e utilizado por eles. O aumento da utilização do aplicativo pode se traduzir em maior utilização de serviços e comportamentos positivos de saúde mental.

41 Trabalho selecionado para receber "Menção Honrosa" na Categoria "Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)" da 1ª Edição do Prêmio Sylvania Leser de Mello "Práticas inovadoras no exercício da Psicologia", realizada pelo CFP.

42 Psicóloga (CRP-23/743) com 8 anos de experiência em Psicologia Escolar e Educacional na UFT.

43 Jornalista, professora do curso de Jornalismo na UFT há 8 anos, pesquisadora do Centro de Pesquisa Digimedias, pós-doutoranda em Comunicação e Arte (UA).

44 Jornalista, designer/programador visual na UFT há 16 anos, mestre em Comunicação e Sociedade.

45 Cientista da computação em formação com experiência em desenvolvimento de jogos, website e aplicativos.

46 Médica com 6 anos de experiência na atenção primária e cuidados preventivos com a saúde mental.

47 Enfermeira no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins desde fevereiro de 2022.

INTRODUÇÃO

O uso de tecnologias de comunicação aliadas a serviços de saúde iniciou-se no século XX. Em 1978, Arthur Bennet e colaboradores desenvolveram o conceito de telessaúde, que compreende um conjunto de atividades de educação do paciente, um sistema de apoio ao atendimento através de informações eficientes (Bashshur et al., 2011). A partir daí, inicia-se o desenvolvimento de uma área interdisciplinar, em que profissionais de saúde, comunicação e informática trabalham juntos para construir soluções, dando origem aos conceitos de Teleconsulta, Teleatendimento, Telediagnóstico e Telecirurgia (Matos et al., 2014; Duque, 2017).

O neologismo eHealth surge em 1999, para demarcar uma nova forma de trabalho em rede, através das tecnologias de informação e comunicação (Boogerd et al., 2015), termo este que também pode ser utilizado para abranger os conceitos de Medicina 2.0 e Saúde 3.0 (Carvalho, 2018). Nesse contexto surge a definição de mHealth, em 2003, para referir às comunicações em tecnologia móvel, que passam a ser percebidas como potenciais ferramentas de acesso aos cuidados de saúde mental (Istepanian et al., 2005).

Em paralelo a isso, a mental health literacy surge no final da década de 90, quando o psicólogo e pesquisador Anthony Jorm e colegas entenderam que era importante incluir o público que recebia as intervenções de saúde mental. Eles cunharam o termo literacy ou literacia, definido como conhecimentos e crenças sobre transtornos mentais que auxiliam no seu reconhecimento, gestão ou prevenção, facilitando a busca de ajuda, e promovendo ação em benefício da saúde mental (Jorm et al., 2012; Jorm, 2020).

A partir desse cenário, a construção dessa ferramenta surge no contexto brasileiro de ampliação do número de vagas nas universidades públicas brasileiras e consequente aumento de profissionais de Psicologia nesses espaços, bem como a necessidade de encontrar soluções para a oferta de serviços que vão além da psicoterapia. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é um marco legal, porque impulsionou a criação de Núcleos de Assistência Estudantil (NAE) em todo o país, com ações voltadas para diversas áreas, entre elas a atenção a saúde do estudante (Ministério da Educação, 2010). Nessa época já se identificava a necessidade do uso de tecnologias de comunicação na prevenção de agravos à saúde mental (Tavares et al., 2008). No entanto, as limitações orçamentárias, a carência de profissionais qualificados eram alguns desafios para o desenvolvimento dessas tecnologias.

Em outros contextos, as ferramentas digitais mostram-se um veículo de baixo custo e elevada eficácia, contribuindo com uma melhoria de até 20% nos serviços (Duque, 2017). Um estudo demonstra a eficácia de uma intervenção baseada na internet para a promoção da saúde mental de estudantes universitários, com melhorias no bem-estar mental, resiliência, depressão, ansiedade, autoeficácia, senso de controle e flexibilidade cognitiva (Fassnacht

et al., 2022). Evidências demonstram que os aplicativos para estudantes universitários são eficazes porque abordam os sintomas de angústia nos estágios iniciais de transtornos mentais (Fassnacht et al., 2022; McCloud et al., 2020).

Desse modo, o desenvolvimento de aplicativos de saúde mental para adolescentes e jovens apresenta-se como uma iniciativa de grande originalidade e relevância para a Psicologia, uma vez que permite ir além da tradicional prática clínica, adotando diretrizes de saúde pública e oferecendo informações para um público amplo, que faz uso da tecnologia diariamente. Pesquisas demonstram que 45% dos brasileiros utilizam a internet para buscar informações relacionadas à saúde (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019), com predominância dos jovens, uma vez que o acesso é fácil, oportuno e sigiloso, principalmente em relação a temas sensíveis (Gray et al., 2005). As tecnologias móveis de comunicação oferecem a possibilidade de ampliação do acesso a informações importantes de saúde mental, e podem subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas por meio de dados. Neste contexto, o desenvolvimento de tecnologias mHealth surge como uma estratégia de intervenção psicoeducativa entre jovens em contexto universitário.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

Este projeto tem como objetivo descrever o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis com ênfase na literacia digital em saúde mental, atenção primária e rastreamento de sintomas de adoecimento mental entre estudantes de uma universidade na região norte do Brasil. A prática inovadora propõe a arquitetura, validação e publicação de uma tecnologia mHealth condizente com as demandas e realidade do estudante universitário.

A prática está fundamentada teoricamente na telessaúde, literacia em saúde mental e na abordagem do mapeamento de intervenção. O mapeamento de intervenção se constituiu em uma abordagem teórico-metodológica que guiou todas as etapas de construção da intervenção. Essa abordagem concebe o desenvolvimento e avaliação de uma intervenção nas seguintes etapas: avaliação das necessidades da população-alvo e do ambiente que a cerca; desenho, produção e construção do programa e avaliação (Bartholomew-Eldredge et al., 2016). O desenvolvimento da intervenção se deu a partir de três estudos e foi executado por uma equipe de profissionais de Ciência da Computação, Enfermagem, Jornalismo, Medicina e Psicologia.

Estudo 1 - Avaliação de necessidades, planejamento e desenvolvimento de protótipo

Um questionário foi aplicado em estudantes de uma universidade no norte do Brasil, por meio de uma estratégia de amostragem por conveniência. A participação foi voluntária. Os participantes foram recrutados através de e-mail, rede social Facebook e no aplicativo de

mensagens Whatsapp. O questionário foi elaborado com base na literatura sobre literacia em saúde mental (Duran & Almeida, 2020; Campos et al., 2016; Dias et al., 2018; Vaz, 2019). O instrumento era composto por seis questões de múltipla escolha e duas questões abertas e buscava conhecer as necessidades dos estudantes quanto a serviços de saúde mental.

O questionário foi aplicado em 2019 e contou com a participação de 342 estudantes. As respostas foram analisadas por estatística descritiva simples. A maioria dos estudantes desconhecia a existência de quaisquer serviços de apoio à saúde mental dentro da universidade (59%), já tentaram ou pensaram em suicídio (63%), acreditam que a universidade precisa melhorar atendimento do sofrimento mental estudantil (93%). Dentre as ferramentas, 67% dos estudantes sugeriram um “aplicativo para celular” como a tecnologia ideal para a prevenção em saúde mental. Quanto às sugestões de itens, as principais respostas foram: 1) suporte com profissionais capacitados; 2) dicas de cuidados com a saúde mental; 3) simplicidade e fácil navegabilidade; 4) lista com telefones úteis; 5) interação humana.

Esses dados subsidiaram a equipe desenvolvedora, que após quatro encontros definiu seis funções para o aplicativo, construindo a primeira versão do protótipo em janeiro de 2021. Nessa versão optou-se por trabalhar com uma identidade visual na cor verde, que remete à saúde, natureza e vitalidade (Diane, 2019) e com menu de botões vertical e em lista.

Estudo 2 - Avaliação de cor, organização do menu e iconografia no design por estudantes

Esse estudo contou com estudantes universitários recrutados através de e-mail e grupos de Whatsapp. A participação foi voluntária e anônima. Pediu-se que os estudantes fizessem o download da primeira versão do aplicativo e avaliassem a ferramenta em um formulário no Google Docs. O formulário contava com uma pergunta aberta sobre as primeiras impressões, sugestões, dúvidas ou críticas sobre o aplicativo. O formulário recebeu 30 respostas, que foram analisadas via Análise de Conteúdo. As respostas apontaram 3 fatores limitantes na versão teste do aplicativo: 1) Resistência / desaprovação à cor verde e paleta complementar utilizada; 2) pouca identificação com a identidade visual do aplicativo; e 3) dificuldades com a usabilidade do menu em lista e sem iconografia. A partir destas observações, foram implementadas melhorias no aplicativo por um profissional especialista em design e user experience. Ele desenvolveu-se um novo projeto de layout e usabilidade, utilizando cores frias, inspirando-se também em trabalhos semelhantes.

Estudo 3 - Validação do conteúdo, usabilidade, e experiência do usuário por especialistas

Nessa fase participaram de forma voluntária e anônima 4 profissionais de saúde e 2 profissionais de design e desenvolvimento de aplicativos. Os convites foram enviados por e-mail para os profissionais que trabalham na universidade. Foi encaminhado um link para

download da versão teste do aplicativo e um formulário do Google Forms. Esse formulário foi construído a partir da literatura sobre User Experience (Alves et al., 2021; Sousa et al., 2015) e era composto por 21 itens divididos em 6 categorias: conteúdo; exigência de alfabetização; ilustrações; layout e apresentação; estimulação do aprendizado e adequação cultural. Os profissionais foram convidados a realizar o download do aplicativo e, após a experiência de uso, analisar os itens. Os resultados evidenciaram que o aplicativo foi considerado adequado, com notas de valor igual ou superior a 83,4% em todas as categorias. Uma vez que houve aprovação entre os usuários, não foram feitas modificações no aplicativo.

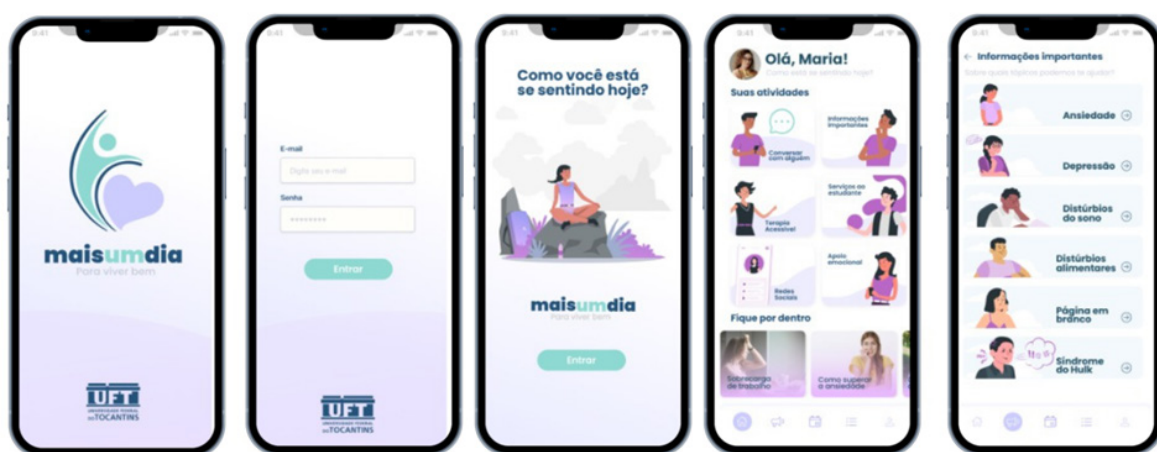
DESCRIÇÃO DA FERRAMENTA

O aplicativo Mais Um Dia (vide Figura 1) foi publicado na Play Store no dia 12 de setembro de 2022. Ele é destinado aos estudantes de todo o país, embora tenha uma funcionalidade específica para os discentes da universidade em que ele foi desenvolvido. No entanto, ele pode ser utilizado por qualquer pessoa. O aplicativo conta com 6 funcionalidades:

1. **Canal para escuta qualificada:** serviço de acolhimento e orientação através de um chat exclusivo do aplicativo. Através deste serviço o usuário pode enviar mensagens a um profissional da área da saúde, que realiza escuta qualificada, orientação e oferece informações de cuidados em saúde. Os contatos são respondidos no prazo máximo de 24 horas. Não se trata de um canal para psicoterapia, mas para escuta e orientação.
2. **Conteúdos sobre saúde mental:** materiais em formatos dinâmicos e infográficos com conteúdo científico sobre saúde mental em linguagem informal, adaptada para as tendências em comunicação entre jovens.
3. **Contatos de psicólogos(as):** lista de psicólogos(as) que oferecem psicoterapia por um preço mais acessível ao estudante, e atendem presencialmente e/ ou online. O cadastro é feito apenas com profissionais regulares junto ao seu conselho.
4. **Dicas diárias:** dicas diárias de cuidados de promoção à saúde e prevenção ao sofrimento. Com notificações push disponíveis.
5. **Informações sobre serviços oferecidos na universidade e no território:** através desta função o usuário pode identificar todos os serviços de apoio e atividades de promoção à saúde mental oferecidas no contexto da universidade e nos serviços públicos locais.
6. **Teste online sobre níveis de depressão, ansiedade e estresse:** oferta do teste Depression, Anxiety and Stress Scale - DASS-21 em formato digital (Lovibond & Lovibond,

1995), adaptado e validado para o Brasil (Vignola & Tucci, 2014). Essa função tem como objetivo medir os sintomas de ansiedade, estresse e depressão. O recurso vem com alerta de aviso explicando que não tem finalidades diagnósticas, mas possibilitará ao usuário identificar sinais relevantes de ansiedade, estresse e depressão, com o intuito de incentivar comportamentos de busca de ajuda.

Figura 1. Telas da versão final do aplicativo Mais Um Dia.



DISCUSSÃO

Após 2 anos de trabalho, o aplicativo Mais Um Dia foi construído mediante trabalho de pesquisa, tradução do conhecimento, alinhamento e produção técnica. A construção da ferramenta fundamentou-se na literatura sobre cuidados e literacia em saúde mental (WHO, 2021; Manchester City Council, 2010; Secretaria Estadual de Saúde, 2018), que foram reunidas e traduzidas em uma linguagem visual atraente que dialogou com o estudante universitário. O desenvolvimento do aplicativo é de notável relevância no contexto de desinformação em que o país se encontra. A partir da ênfase no cuidado preventivo com a saúde mental, o aplicativo reduz as barreiras para o acesso à informação, incentiva comportamentos de busca de ajuda e reduz o sofrimento psíquico entre os estudantes universitários.

Uma vez que a publicação do aplicativo é recente, ainda é muito cedo para avaliar seus efeitos. No entanto, o aplicativo demonstra ter sido bem aceito e está sendo utilizado pelos estudantes. Nos sete primeiros dias de publicação na loja online do Sistema Operacional Android o aplicativo obteve quase 200 downloads, conforme relatório da Play Store. Foram solicitados em média 5 acolhimentos via chat por dia, realizados 12 autotestes de identificação e rastreamento de depressão, ansiedade e estresse com o DASS-21 e manteve-se uma média de 3 usuários por minuto online durante o horário das 8 às 22 horas.

Estudos apontam que menores níveis de Literacia em Saúde Mental (LSM) estão relacionados a piores desfechos de problemas clínicos de saúde e que promover o LSM em adolescentes e jovens impacta positivamente na adoção de comportamentos protetivos de saúde que perduram na vida adulta (Henderson et al., 2013; Kutcher et al., 2016). Adolescentes e jovens devem ser prioritários nas intervenções em LSM pois estão no período de desenvolvimento psicológico e social (Nobre et al., 2021), em uma fase com perfil epidemiológico de alta prevalência de transtornos mentais. Sem as habilidades adequadas de LSM, os transtornos mentais têm maior probabilidade de se instalarem e cronicarem.

Pesquisas apontam que intervenções de saúde mental que fazem uso de recursos digitais possuem grande impacto sobre os jovens pois há um alto uso de dispositivos móveis entre o grupo (Chassiakos et al., 2016), crescimento do interesse e procura de sites e aplicativos voltados a saúde mental (Rickwood et al., 2015) além de jovens com algum adoecimento mental ou emocional serem frequentemente relatados como os maiores usuários (Ridout et al., 2018). Promover a saúde mental por meio de aplicativos permite alcançar o público jovem e adaptar o conteúdo para a linguagem utilizada entre o grupo, com evidências já relatadas de aumento da procura de atendimento de saúde (Lawlor & Kirakowski, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática é original uma vez que não foram encontrados aplicativos de saúde mental para estudantes universitários baseados em evidências no contexto brasileiro. O aplicativo Mais Um Dia traz o diferencial de uma tecnologia móvel com a possibilidade de interatividade, orientação humana qualificada e parcerias voltadas para a promoção da saúde mental coletiva. A ferramenta permite ainda uma maior divulgação dos serviços de saúde mental da universidade e do território onde o jovem está inserido. Além disso, a ampla disponibilidade de telefones móveis entre o público jovem permite um maior alcance desse subgrupo da população, que em geral não utilizam os serviços de saúde pública presenciais por diversos motivos, entre eles a falta de tempo e ausência de interesse.

Essa prática se diferencia das consideradas tradicionais/regulares em Psicologia porque conta com uma equipe multidisciplinar e faz uso de tecnologia da comunicação e do design para entrega do saber psicológico de forma compreensível e atrativa para a sociedade. Isso está alinhado a dois princípios fundamentais da prática do psicólogo presentes no código de ética: “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades” e “o psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Além disso, essa ferramenta materializa diversos conceitos de saúde pública e está alicerçada nos três princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS): universalização, equidade e integralidade. Em etapas futuras o projeto visa construir uma parceria com o governo federal, estendendo o aplicativo a toda a população jovem brasileira, contribuindo para efetivar a saúde como um direito de todos, para a diminuição das desigualdades no acesso à informação e serviços de qualidade e para a integração das ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e tratamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, F., Aguiar, B., Monteiro, V., Almeida, E., Marques, L. C., Gadelha, B., & Conte, T. (2021). *Support material for immersive UX: A UX evaluation framework for digital immersive experiences in the context of entertainment*. Figshare. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.14050043.v1>
- Bartholomew-Eldredge, L. K., Markham, C. M., Ruiters, R. A. C., Fernández, M. E., Kok, G., & Parcel, G. S. (2016). *Planning health promotion programs: An intervention mapping approach*. Jossey-Bass.
- Bashshur, R., Shannon, G., Krupinski, E., & Grigsby, J. (2011). The taxonomy of telemedicine. *Telemedicine and e-Health*, 17(6), 484–494. <https://doi.org/10.1089/tmj.2011.0103>
- Booger, E. A., Artes, T., Engelen, L. J., & Van De Belt, T. H. (2015). What is eHealth: Time for an update? *JMIR Research Protocols*, 4(1), e29. <https://doi.org/10.2196/resprot.4065>
- Campos, L., Dias, P., Palha, F., Duarte, A., & Veiga, E. (2016). Development and psychometric properties of a new questionnaire for assessing mental health literacy in young people. *Universitas Psychologica*, 15(2), 61–72.
- Carvalho, S. (2018). *A terminological approach to knowledge organization within the scope of endometriosis: The EndoTerm project* (Doctoral thesis). Universidade NOVA de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/49745>
- Chassiakos, Y. L. R., Radesky, J., Christakis, D., Moreno, M. A., Cross, C., & Council on Communications and Media. (2016). Children and adolescents and digital media. *Pediatrics*, 138(5), e20162593. <https://doi.org/10.1542/peds.2016-2593>

- Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2019). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília.
- Diane, A. (2019). *Termos de cores (verde e vermelho)* (Master's thesis). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. <http://hdl.handle.net/10451/39324>
- Dias, P., Campos, L., Almeida, H., & Palha, F. (2018). Mental health literacy in young adults: Adaptation and psychometric properties of the Mental Health Literacy Questionnaire. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(7), 1318. <https://doi.org/10.3390/ijerph15071318>
- Duque, C. (2017). *Iniciativas de mHealth em Portugal* (Master's thesis). Instituto Superior Técnico, Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/6751>
- Duran, L. D., & Almeida, A. M. (2020). Literacia digital em depressão junto de estudantes universitários: Desenho metodológico de avaliação de uma intervenção. *Journal of Digital Media & Interaction*, 3(9), 77–87. <https://doi.org/10.34624/jdmi.v3i9.19500>
- Fassnacht, D. B., Ali, K., van Agteren, J., Iasiello, M., Mavrangelos, T., Furber, G., & Kyrios, M. (2022). A group-facilitated, internet-based intervention to promote mental health and well-being in a vulnerable population of university students: Randomized controlled trial of the Be Well Plan program. *JMIR Mental Health*, 9(5), e37292. <https://doi.org/10.2196/37292>
- Gray, N. J., Klein, J. D., Noyce, P. R., Sesselberg, T. S., & Cantrill, J. A. (2005). Health information-seeking behavior in adolescence: The place of the internet. *Social Science & Medicine*, 60(7), 1467–1478. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2004.08.010>
- Henderson, C., Evans-Lacko, S., & Thornicroft, G. (2013). Mental illness stigma, help seeking, and public health programs. *American Journal of Public Health*, 103(5), 777–780. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2012.301056>
- Istepanian, P., Lamiarayan, S., & Pattichis, C. M. (2005). *M-health emerging mobile health systems*. Springer.

Jorm, A. F. (2012). Mental health literacy: Empowering the community to take action for better mental health. *The American Psychologist*, 67(3), 231–243. <https://doi.org/10.1037/a0025957>

Jorm, A. F. (2020). Effect of Contact-Based Interventions on Stigma and Discrimination: A Critical Examination of the Evidence. *Psychiatric Services*, 71(7), 735–737. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.201900587>

Kutcher, S., Wei, Y., Costa, S., Gusmão, R., Skokauskas, N., & Sourander, A. (2016). Enhancing mental health literacy in young people. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 25(6), 567–569. <https://doi.org/10.1007/s00787-016-0867-9>

Lawlor, A., & Kirakowski, J. (2014). Online support groups for mental health: A space for challenging self-stigma or a means of social avoidance? *Computers in Human Behavior*, 32, 152–161. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.11.015>

Lovibond, P. F., & Lovibond, S. H. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33(3), 335–343. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)00075-U](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-U)

Manchester City Council. (2010). *A report for resolution: Revised partnership agreement with the Manchester Mental Health and Social Care*. <https://democracy.manchester.gov.uk/Data/Executive/20100310/Agenda/MentalHealthTrust.pdf>

Matos, R., Santana, R., Mendes, R., Marques, P., & Mestre, R. (2014). Telemedicina em Portugal: Onde estamos? In R. V. Mendes (Ed.), *Telemedicina em Portugal* (pp. 1-15). Lisboa.

McCloud, T., Jones, R., Lewis, G., Bell, V., & Tsakanikos, E. (2020). Effectiveness of a mobile app intervention for anxiety and depression symptoms in university students: Randomized controlled trial. *JMIR mHealth and uHealth*, 8(7), e15418. <https://doi.org/10.2196/15418>

Ministério da Educação. (2010). *Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil—PNAES*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

Nobre, J., Oliveira, A. P., Monteiro, F., Sequeira, C., & Ferré-Grau, C. (2021). Promotion of mental health literacy in adolescents: A scoping review. *International Journal of*

Environmental Research and Public Health, 18(18), 9500. <https://doi.org/10.3390/ijerph18189500>

Rickwood, D. J., Mazzer, K. R., & Telford, N. R. (2015). Social influences on seeking help from mental health services, in-person and online, during adolescence and young adulthood. *BMC Psychiatry*, 15, 40. <https://doi.org/10.1186/s12888-015-0429-6>

Ridout, K. K., Levandowski, M., Ridout, S. J., Gantz, L., Goonan, K., Palermo, D., Price, L. H., & Tyrka, A. R. (2018). Early life adversity and telomere length: a meta-analysis. *Molecular psychiatry*, 23(4), 858–871. <https://doi.org/10.1038/mp.2017.26>

Secretaria Estadual de Saúde. (2018). *Diretrizes clínicas em saúde mental*. Espírito Santo. <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/Diretrizes%20Clinicas%20em%20saude%20mental.pdf>

Sousa, C. S., Turrini, R. N. T., & Poveda, V. B. (2015). Tradução e adaptação do instrumento “Suitability Assessment of Materials” (SAM) para o português. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 9(5), 7854–7861. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10534/11436>

Tavares, M., Osse, C. M. C., Moura, C. M., Bohry, S., Rodrigues, J. C., & Portela, C. E. (2008). Apoio psicológico e social a estudantes nas universidades brasileiras. In L. L. Pozobon et al. (Orgs.), *Apoio estudantil: Reflexões sobre o ingresso e a permanência no ensino superior* (pp. 257–287). UFSM.

Vaz, C. M. R. (2019). *Determinantes em literacia em saúde mental* (Master’s thesis). Instituto Politécnico de Viseu. <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/5489>

Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104–109. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>

World Health Organization. (2021). *Mental health action plan 2013-2030*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240031029>

CAPÍTULO 7

BUSCA POR EMPREGO: UMA PLATAFORMA DIGITAL INCLUSIVA E ASSISTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, COMUNIDADE LGBTQIAP+, PESSOAS 50+, MULHERES, NEGROS, REFUGIADOS E MIGRANTES⁴⁸

Alessio Sandro de Oliveira Silva⁴⁹

RESUMO

A publicação *LGBTIfobia & racismo no mundo do trabalho*, realizada por ocasião de seminário homônimo promovido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados em 2017, em Brasília, ressalta o quanto, por garantir proveniência financeira e pelo alto tempo de dedicação para a sua prática, o trabalho se assume como a principal atividade exercida dentro da sociedade. Contudo, uma vez que o mundo do trabalho não oferece oportunidades iguais para todos e todas, devem ser feitas algumas perguntas: “o que é necessário fazer para se ter acesso a um cargo? Qual qualificação é necessária para a devida inserção profissional? Como promover de forma assistiva e segura a inclusão de pessoas com deficiência, comunidade lgbtqiap+, pessoas 50+, mulheres, negros, refugiados e migrantes?”

Neste foco, a plataforma digital *Busca Por Emprego* de gerenciamento de pessoal que atende as indústrias e demais empresas ofertantes de vagas específicas para pessoas com deficiência, comunidade lgbtqiap+, pessoas 50+, mulheres (ONU, 2019), negros, refugiados e migrantes garante vagas de forma inclusiva e assistiva. Nesta plataforma as indústrias e demais empresas publicam a vaga de emprego e gerenciam todos os seus processos e o candidato acompanha o status de cada candidatura e de cada processo seletivo do qual está participando de forma inclusiva e assistiva.

48 Trabalho selecionado para receber “Menção Honrosa” na Categoria “Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

49 Headhunter de organizações e atuante com treinamento e desenvolvimento de pessoal com foco nas competências de escalonamento profissional. É professor universitário, empresário e psicólogo, mestre em Gestão empresarial e Pós graduado em Marketing, Pós Graduado em Gestão de Pessoas, Pós graduado em Gestão Pública, Pós Graduado em Violência contra crianças e adolescentes e Pós Graduado em Ensino a Distância.

INTRODUÇÃO

O direito à educação está intrinsecamente ligado ao direito ao trabalho, de modo que a falta de acesso ao primeiro se torna o primeiro obstáculo para o acesso ao segundo.

Para Dani Balbi, mulher transexual negra da União Nacional LGBT (UNA LGBT) e primeira professora trans da Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a educação é o primeiro obstáculo para a entrada no mercado de trabalho para pessoas transexuais e travestis, que recebem um estímulo a uma verdadeira expulsão das escolas, logo na educação básica. Na visão de Balbi, o segundo obstáculo é a ausência de uma política de inclusão no mercado de trabalho:

Acabam não construindo, nos seus processos de seleção, fatores e condicionantes para que as pessoas trans e travestis se candidatem. E, muitas vezes, além de não construírem esses condicionantes na seleção para o preenchimento de vagas, acabam construindo outras barreiras, não os empregando explicitamente, discriminando tacitamente pessoas transexuais e travestis. Tudo isso acaba entregando essa realidade, que são pessoas trans e travestis fora do mercado formal, no Brasil. (Agência do Brasil, 2019)

As pessoas LGBTQIAP+ no Brasil, por todas as desvantagens estruturais a que estão submetidas, enfrentam graves problemas no acesso, na permanência e na garantia de iguais oportunidades de ascensão no âmbito do trabalho (OIT & PNUD, 2015). Para as Organizações das Nações Unidas, garantir o trabalho: Não se trata apenas do acesso ao emprego e a estabilidade no mesmo, mas do direito a um ambiente inclusivo onde todos possam desenvolver plenamente seu potencial, sem barreiras ou entraves à carreira, com tratamento respeitoso, equidade e liberdade para se expressar sem constrangimentos ou violências.

Falando de Pessoas Portadoras de Deficiência, de acordo com o Censo 2010 realizado pelo IBGE, Alagoas segue a média regional e também está acima da média nacional (23,9%), com 27,54% de pessoas que possuem ao menos uma das deficiências. Os números revelam que existe um total de 859.515 deficientes no estado, sendo 536.248 visuais, 146.056 auditivos, 173.545 portadores de algum tipo de deficiência motora e 59.954 intelectuais.

Ao analisarmos, por exemplo, os números disponibilizados pelo Ministério do Trabalho em 2017, com relação à inserção de PCDs no mercado profissional, o percentual de ocupação das vagas de emprego está abaixo da metade. Entre empregadores privados, sociedade de economia mista e empresas públicas, das 756.125 vagas ofertadas para pessoas com deficiência, apenas 48% foram ocupadas.

Mesmo com a Lei 8213/91 que determina que empresas com quadro acima de 100 funcionários obrigatoriamente incluam de 2% a 5% dos cargos com profissionais reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas, existe uma série de falhas em todos os setores da sociedade, passando pela educação, suporte assistencial, saúde até a reintegração, o que acarreta na exclusão e impotência social do indivíduo (Bento, 2002).

Já de acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a estimativa da população LGBTQIA+ no Brasil é de cerca de 18 milhões de pessoas, não levando em conta pessoas intersexo e assexuais.

Um estudo revelou um aumento de 16% na vulnerabilidade da população LGBTQIA+ no Brasil no último ano. Os dados, que mostram um agravamento da situação psicológica e financeira dessas pessoas, são de um trabalho realizado pelo coletivo #VoteLGBT, em parceria com a Box1824, especializada em pesquisa de mercado.

O levantamento atualiza uma pesquisa lançada em junho de 2020, que ouviu mais de 7 mil pessoas das classes B e C, nas cinco regiões do país, e trouxe três impactos principais para essa população durante os primeiros meses da pandemia, incluindo a piora da saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a ausência de fonte de renda.

SAÚDE MENTAL

O afastamento das redes de apoio, em especial devido às medidas de distanciamento social, refletiu em uma piora da saúde mental e no aumento das queixas dessa população de que faltam políticas públicas de apoio à comunidade.

Mais da metade dos consultados (55,1%) respondeu considerar que estão em condições de saúde mental piores hoje em comparação com um ano atrás. Cerca de 55% foram diagnosticados com o risco de depressão no nível mais severo, índice quase 8% a mais que na pesquisa de 2020 (47%).

Segundo o estudo, 30% das pessoas já haviam recebido diagnóstico prévio de depressão e 47,5% para ansiedade. Os números representam um aumento de 2% para as duas condições clínicas em comparação com a pesquisa de 2020, que foi de 28% para depressão e de 45,3% para ansiedade. (Rocha, 2024).

Mais da metade dos consultados (55,1%) respondeu considerar que estão em condições de saúde mental piores hoje em comparação com um ano atrás. Cerca de 55% foram diagnosticados com o risco de depressão no nível mais severo, índice quase 8% a mais que na pesquisa de 2020 (47%).

Segundo o estudo, 30% das pessoas já haviam recebido diagnóstico prévio de depressão e 47,5% para ansiedade. Os números representam um aumento de 2% para as duas condições clínicas em comparação com a pesquisa de 2020, que foi de 28% para depressão e de 45,3% para ansiedade.

Os relatos dos participantes ouvidos pela pesquisa incluem, entre os fatores de maior impacto para a saúde mental, a perda de renda e vulnerabilidade material, adoecimento e perda de parentes e amigos, ausência de convívio social, além de falta de espaço físico e de perspectivas. Além do contexto estrutural e de agravamento da pandemia, dois fatores colaboraram para a piora da saúde mental da população LGBTQIA+ segundo a pesquisa: a distância das relações mais próximas, devido ao isolamento, e a escassez na ajuda profissional.

DESEMPREGO E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo a pesquisa, o prolongamento da crise da Covid-19 ao longo de 2021 está relacionado ao agravamento da situação financeira das pessoas LGBTQIA+. A ausência de renda reflete em consequências diretas como a falta de acesso regular a alimentos em quantidade suficiente sem o comprometimento a itens essenciais.

A situação, conhecida como insegurança alimentar, atinge 41,5% dessa população, chegando a 56,8% entre pessoas trans. O estudo identificou que 6 em cada 10 pessoas LGBTQIA+ tiveram diminuição ou ficaram sem renda por causa da pandemia. A mesma porcentagem (59,4%) está sem trabalho há um ano ou mais. A taxa de desemprego entre esse grupo é de 17,1%, subindo para 20,4% entre pessoas trans. (Rocha, 2024)

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

A Plataforma é digital inclusiva e assistiva de gerenciamento de pessoal que atende as indústrias e demais empresas ofertantes de vagas específicas para pessoas com deficiência (PcD); comunidade LGBTQIAP+; pessoas 50+, mulheres, negros, refugiados e migrantes. A plataforma está registrada no endereço www.buscaporemrego.com.br.

Figura 1. Página inicial da plataforma Busca por Emprego.

Fonte: Elaboração do autor.



As indústrias e demais empresas podem publicar a vaga de emprego e gerenciar todos os seus processos e o candidato pode acompanhar o status de cada candidatura e de cada processo seletivo do qual está participando de forma inclusiva e assistiva.

Por medidas de segurança e seguindo as normas da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), as empresas que se cadastram no site são inspecionadas e validadas antes da liberação.

A equipe contata diretamente via telefone a nova empresa parceira para verificação e confirmação de dados, tais como: razão social, CNPJ, usuário responsável pelo cadastro, endereço, telefone, entre outros.

Após a liberação, as empresas podem, a qualquer momento, editar e gerenciar diretamente o status de suas vagas de emprego, bem como, gerenciar os currículos dos candidatos que participarem dos processos seletivos.

A plataforma é constituída de alguns módulos como se segue:

- a) **Módulo empresa:** A empresa poderá se cadastrar gratuitamente, cadastrar suas vagas de emprego, consultar os currículos dos candidatos, ler e responder as mensagens dos usuários pela central de mensagens, desativar suas vagas, ver a quantidade de visualizações de cada vaga, imprimir os currículos.

- b) Módulo candidato:** O profissional pode realizar o seu cadastro gratuitamente para ter acesso a sua área restrita e com isso, criar e completar o seu currículo. O profissional pode consultar as vagas filtrando por estado / cidade / área e cargo.
- c) Módulo de vaga patrocinada:** Existe também outra forma de todos os usuários poderem se candidatar a vaga de qualquer empresa, e esta forma é a vaga patrocinada. O administrador do site irá escolher a vaga em questão e torná-la uma vaga patrocinada.
- d) Planos para empresas:** A empresa interessada no projeto, pode se transformar em uma apoiadora e seguidora do projeto que reconhece o serviço ofertado através da plataforma Busca Por Emprego.

DISCUSSÃO

A plataforma Busca Por Emprego atua no segmento B2B2C e possui concorrentes diretos como a Camaleão.com e a Transempregos. Os indiretos são todas as plataformas que oferecem vagas de emprego.

Os consumidores deste mercado são as Indústrias e demais empresas do comércio que consomem o serviço para atender a lei federal de cotas (pessoas como deficiência) além da inclusão para classes vulneráveis como LGBTQIAP+, pessoas 50+, negros, mulheres, refugiados e migrantes.

De acordo com dados coletados do último Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o número de pessoas com deficiência em Alagoas apresenta aproximadamente 27% da população, ou seja, 860 mil, dos mais de três milhões de habitantes.

No estado, a maior incidência é de pessoas com algum tipo de deficiência visual (21,78%). Em seguida vêm pessoas com alguma deficiência motora (8,64%) e, depois, com alguma deficiência auditiva (5,98%) e deficiência mental (1,92%).

Em Maceió, cerca de 10% da população possui alguma deficiência. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, sete Centros Especializados em Reabilitação atendem aos usuários da Capital. Este percentual é o mesmo a nível mundial, conforme informações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Levando em consideração o ranking nacional, os estados do Nordeste concentram a maior porcentagem de pessoas com deficiência, ocupando as nove primeiras posições e Alagoas ficando em sexto lugar com (27,55%).

A Plataforma digital inclusiva e assistiva Busca Por Emprego que proporciona emprego seguro e mudança social nas marcas das indústrias ofertantes das vagas destinadas às comunidades de mulheres; pessoas com deficiência (PcD); comunidade LGBTQIAP+, pessoas 50+, pessoas negras, refugiadas e migrantes estão associadas as tecnologias de Framework, CodeIgniter, PHP/MYSQL e PagueSeguro.




Para as pessoas jurídicas a plataforma oferece Cadastro de vagas Exclusivas para D&I; Treinamento para recrutadores em D&I; Integração de Candidatos na contratação; Palestras para lideranças e liderados em D&I e Atendimento Psicológico online e presencial totalmente regulamentado conforme a resolução do Conselho Federal de Psicologia.

Para as pessoas físicas, a plataforma oferece garantia de vagas exclusivas para D&I; Soft skills (habilidades comportamentais) avaliada digitalmente; orientações online para entrevistas; e atendimento psicológico online com profissionais cadastrados na plataforma do Conselho Federal de Psicologia conforme resolução atual aplicada.

Com relação aos concorrentes o diferencial inovador do produto/serviço está demonstrado na tabela IA abaixo.

Tabela 1. Diferencial Inovativo/Competitivo.

Fonte: Elaboração do autor.

Diferencial Inovativo/Competitivo			
Plataforma digital para currículos com pesquisa por área e cargo, região, cidade.			✓
Comunicação online com candidato via plataforma			✓
Cadastro de vagas Exclusivas para D&I	✓	✓	✓
Treinamento para recrutadores em D&I	✓	✓	✓
Integração de Candidatos na contratação			✓
Palestras para lideranças e liderados em D&I	✓	✓	✓
Atendimento Psicológico online e presencial.			✓
Soft skills (habilidades comportamentais);			✓
Orientações online para entrevistas	✓	✓	✓

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a dificuldades para as indústrias e demais setores do comércio conseguirem acessar mão de obra qualificada tanto do ponto de vista de inclusão quanto do ponto de vista de atendimento a legislação para contratação de pessoas portadoras de deficiência (PcD) assim como para a população de: mulheres; comunidade LGBTQIAP+, pessoas 50+, pessoas negras, refugiadas e migrantes terem em um único ambiente digital seguro e assistivo a oportunidade de garantia de vaga de emprego, qualificamos como processo digital inovador e seguro para tanto as pessoas físicas como jurídicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. (2019). *Escola é primeiro gargalo à inserção de pessoas trans no mercado*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/escola-e-primeiro-gargalo-insercao-de-pessoas-trans-no-mercado>

Bento, M. A. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf

Organização Internacional do Trabalho (OIT), UNAIDS, & Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2015). *Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho* (2a ed.). OIT/UNAIDS/PNUD. https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2016/01/2015_ManualPromocaoDireitosLGBTTrabalho_PT_V2.pdf

ONU Livres e Iguais. (2019). *Born free and equal: Sexual orientation, gender identity and sex characteristics in international human rights law* (2nd ed., p. 65). https://www.ohchr.org/Documents/Publications/Born_Free_and_Equal_WEB.pdf

Rocha, L. (2024). *55% da população LGBTQIA+ teve piora na saúde mental na pandemia, diz estudo*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/55-da-populacao-lgbtqia-teve-piora-na-saude-mental-na-pandemia-diz-estudo/>

CAPÍTULO 8

TREINO COGNITIVO DIGITALIZADO PARA IDOSOS INTERNADOS: CRIAÇÃO DE APLICATIVO EM CONTEXTO HOSPITALAR – INICIATIVA COG-GER⁵⁰

Larissa Teodora Genaro⁵¹

Ursula Bellem de Araújo⁵²

RESUMO

Existem inúmeras situações dentro de uma internação hospitalar que levam a declínios cognitivos importantes nos idosos pós alta hospitalar. Esses declínios podem comprometer a qualidade de vida e a funcionalidade desses idosos. Mesmo sabendo dessas consequências, pouco tem sido feito para prevenir esses quadros de declínio cognitivo no idoso. Não existem abordagens com foco no treino cognitivo para idosos durante a hospitalização. Tendo isso em mente, propomos criar exercícios que treinem os domínios de atenção, memória e função executiva através de uma plataforma tecnológica, o aplicativo COG-GER. Estamos em fase de construção, e para adaptar o treino cognitivo dentro da realidade institucional do idoso internado, realizamos um teste em três idosos através de exercícios físicos em papel, que avaliam atenção e memória. Foram usados os exercícios: *Procurando a figura* (jogo visual da atenção dividida), *Ache os pares* (jogo da memória visual), *Lembrando as palavras* (memória verbal), *Estórias* (memória verbal), *Reconhecendo os instrumentos* (memória musical). Todos os exercícios foram criados pelas autoras deste projeto, tendo em vista os domínios que ficam prejudicados nesses idosos. Os pacientes que participaram do treino cognitivo eram pacientes com várias dificuldades físicas, como perda de força motora e necessidade de ventilação mecânica. Mesmo com esses obstáculos inerentes à internação, todos apresentaram boa resposta aos exercícios, demonstrando ser uma abordagem viável e possível. Acreditamos que uma intervenção precoce, com o idoso ainda no hospital, pode auxiliar na prevenção de

50 Trabalho selecionado para receber "Menção Honrosa" na Categoria "Experiências ou produtos derivados do trabalho profissional individual ou coletivo da(o) psicóloga(o)" da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello "Práticas inovadoras no exercício da Psicologia", realizada pelo CFP.

51 Atuação clínica hospitalar em terapia intensiva no setor de geriatria e oncologia, neuropsicóloga clínica e supervisora.

52 Psicóloga clínica hospitalar no setor de geriatria.

declínios cognitivos que podem ocorrer no pós-alta e durante a internação. Entendemos que a implementação desse aplicativo será uma ferramenta acessível e inovadora.

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre melhorar as capacidades cognitivas de pessoas mais velhas. Dentro de várias modalidades onde possa existir essa “academia do cérebro”, o treino cognitivo tem mostrado bons resultados e melhorias na memória, atenção, velocidade de processamento e função executiva (Tardif & Simard, 2011; Untari et al., 2019). Infelizmente, o treino cognitivo sempre ficou restrito, em grande parte, a idosos saudáveis ou ao seu uso em ambientes ambulatoriais, muito por conta da sua forma de atuação, que necessita de repetição sistemática de exercícios cognitivos e a necessidade de longas horas de treino. Dentro do campo hospitalar, pouco tem-se utilizado de estratégias cognitivas nesses idosos, sendo o mais comum, a estimulação cognitiva no tempo e espaço, e a utilização do ABCDEF BUNDLE⁵³ de prevenção para delirium⁵⁴ (Deemer et al., 2020).

Idosos internados podem apresentar declínios cognitivos importantes pós-alta do hospital que podem impactar a qualidade de vida e funcionalidade (Pandharipande et al., 2014). Várias situações da internação podem ser potencializadoras como por exemplo grandes cirurgias, uso de ventilação mecânica e delirium (Girard et al., 2010). Já existem muitos estudos que mostram que quadros de delirium em idosos internados podem contribuir para maior mortalidade, tempo de internação e custos hospitalares (Vasilevskis et al., 2018). Além disso, idosos internados que tiveram quadros de delirium durante a hospitalização apresentam prejuízos cognitivos que podem durar anos após a alta (Girard et al., 2010; Pandharipande et al., 2014).

Já existem síndromes bem estudadas que mostram sequelas relacionadas à internação, como é o caso da síndrome pós-CTI⁵⁵. Nesta síndrome, sujeitos submetidos à internação em terapia intensiva podem apresentar sequelas relacionadas à internação, como sintomas emocionais de depressão, ansiedade e estresse pós traumático, sintomas de fragilidade física e perda de mobilidade, e sintomas cognitivos como declínio de memória, atenção e função executiva (Inoue et al., 2019; Rawal, Yadav & Kumar, 2017).

53 O ABCDEF bundle foi uma iniciativa de boas práticas terapêuticas dentro do hospital para a prevenção de quadros de delirium, como por exemplo o controle da dor e a mobilização precoce do paciente internado.

54 Delirium é uma disfunção neurológica que afeta a atenção, o pensamento e a sensopercepção. Está relacionado a um rebaixamento de nível de consciência e quadros de infecção.

55 Do inglês: post intensive care syndrome (PICs).

Outra síndrome que atualmente tem sido muito estudada é a síndrome de disfunção cognitiva pós-operatória⁵⁶. A síndrome causa perdas cognitivas em pacientes submetidos a grandes cirurgias, principalmente pacientes acima de 65 anos. Essa síndrome, tem uma grande associação a quadros de delirium, sendo mais comum que se apresente em pacientes que apresentam delirium no pós-operatório imediato (Austin et al., 2019; Steinmetz et al., 2009). O interesse nesse tema tem aumentado tanto, que um consorte de pesquisadores europeus têm investigado essa síndrome, a fim de avaliar a melhor abordagem terapêutica (Müller et al., 2020). Já existe uma vasta literatura abordando aspectos cognitivos após cirurgias cardíacas por conta da circulação extracorpórea, e atualmente tem se examinado o impacto de grandes cirurgias em pacientes idosos no pós-operatório, principalmente no que tange aos declínios cognitivos (Monk et al., 2008; Rundshagen, 2014).

Não existe uma etiologia clara que possa explicar essas perdas cognitivas após a internação, mas existem vertentes que acreditam que a neuroinflamação possa potencializar fragilidades em relação ao sistema nervoso central (Androsova et al., 2015). Outras vertentes entendem que esse tipo de situação pode ser prevenida: É o caso do ABCDEF BUNDLE de prevenção ao delirium, no qual medidas não farmacológicas auxiliam a reduzir os quadros de delirium no hospital. Essas medidas comportamentais vem se mostrando muito eficazes em relação à prevenção de delirium.

Não podemos deixar de citar que existe uma tendência de um envelhecimento em grande parte dos países desenvolvidos e, em alguns países em desenvolvimento, que é o caso do Brasil. Os avanços nos cuidados em saúde e saneamento trouxeram um aumento da expectativa de vida, isso traz à tona a importância de medidas que visem o envelhecimento saudável, aumentando o tempo de autonomia do idoso dentro da sociedade.

Pensando na importância do envelhecimento saudável, o objetivo geral é trazer o treino cognitivo para idosos internados no hospital, adaptando para a realidade institucional e à fragilidade física que esses pacientes apresentam. E nosso objetivo específico é criar um aplicativo com exercícios que treinam domínios como atenção, memória e função executiva. Além disso, consideramos que o aplicativo (COG-GER) possa ser usado universalmente e de forma independente ou semi independente pelo paciente, necessitando somente de um smartphone e/ou tablet e uma internet.

Julgamos que o uso da tecnologia pode ser uma ferramenta útil quando pensamos em estratégias de um envelhecimento com mais autonomia. Diferente do senso comum, dados de uma ONG no Canadá que trabalha com envelhecimento apontam que os idosos têm fa-

56 Do inglês: postoperative cognitive dysfunction (POCD).

cidade em usar novas tecnologias em suas vidas (Age-Well), ainda mais se estas tecnologias podem trazer implementações ou melhorias em suas atividades de vida diárias.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA

Considerando as necessidades apresentadas anteriormente, as autoras se propuseram a produzir exercícios novos e outros baseados em treinos de estimulação cognitiva já existentes, porém adaptados para serem realizados com idosos acima de 65 anos, internados no hospital. A intenção é que o idoso tenha a possibilidade de realizar esses treinos em sua rotina hospitalar, com independência ou semi-dependência, através de um aplicativo que funcione em um smartphone e/ou tablet. Todos os exercícios aqui apresentados foram de autoria das autoras deste projeto, se baseando na experiência prévia de uma das autoras em neuropsicologia e treino cognitivo.

Para possibilitar a criação do aplicativo digital, foi necessário testar a sua aplicabilidade no ambiente hospitalar. Para tanto, produziu-se os exercícios programados em uma versão física, no papel, para verificar o tempo necessário para cada exercício, as condições para sua execução e a receptividade desse público-alvo.

O objetivo do aplicativo é possibilitar que um idoso hospitalizado possa treinar 15 minutos por dia, todos os dias, intercalando os domínios: memória, atenção e função executiva. Cada tipo de exercício possui três níveis, os quais aumentam também sua complexidade, de acordo com critérios desenvolvidos para cada um deles.

Até o presente momento, foi possível testar a aplicação de cinco exercícios diferentes, um deles com a função de estimular a atenção e outros quatro, com a função de estimular a memória. Respectivamente, os chamamos de *procurando a figura* (jogo visual da atenção dividida), *ache os pares* (jogo da memória visual), *lembrando as palavras* (lista de palavras, memória verbal), *estórias* (memória verbal) e *reconhecendo os instrumentos* (memória musical).

No exercício *procurando a figura*, pede-se que o paciente localize uma figura alvo dentro de uma imagem com outras figuras distratoras, em um intervalo de tempo. Avalia-se então a quantidade de figuras corretas encontradas e seus erros por omissão, ou seja, figuras corretas que não foram apontadas dentro deste intervalo de tempo. Para mudar o nível do exercício, o paciente deve atingir uma quantidade mínima de acertos. Caso contrário, repetirá o mesmo exercício na próxima vez que iniciar o treino. Para dificultar o nível de complexidade do exercício, na segunda tentativa a mesma figura em preto e branco é apresentada ao sujeito. No primeiro nível, figuras geométricas são apresentadas, sendo a figura alvo uma estrela. No

segundo nível, são instrumentos musicais e a figura alvo, o violão. No terceiro nível, são flores, com a figura alvo, rosa. O número de figuras alvo aumenta conforme a mudança de nível.

Para realizar o exercício *ache os pares*, são apresentadas ao paciente três pares de figuras de um mesmo grupo semântico, em uma posição previamente denominada, durante três segundos. Em seguida, as figuras são viradas de cabeça para baixo e o paciente deve selecioná-las até encontrar os pares correspondentes. No primeiro nível, utiliza-se três pares de figuras de animais e elas são apresentadas por três segundos; no segundo nível, são apresentados quatro pares de figuras de utensílios domésticos por três segundos; e no terceiro nível, apresenta-se quatro pares de figuras geométricas, porém por um tempo reduzido, de um segundo e meio. Verifica-se então, o tempo que o paciente leva para encontrar todos os pares, quantas vezes abriu a carta errada, persistindo no erro, e quantas cartas são abertas até que encontre os pares corretamente. A partir disso, avalia-se a possibilidade de mudança de nível através dos acertos. Se o paciente encontra os pares dentro do tempo determinado, pode então iniciar um novo nível.

No exercício denominado *lembrando as palavras*, uma lista com palavras é lida para o paciente, com pausa de um segundo entre as palavras. Em seguida, é pedido que o paciente nomeie todas as palavras que consegue se lembrar da lista que ouviu. Depois de listar o que lembrou, a lista será lida novamente e o paciente terá uma nova chance de lembrar outras palavras. Logo depois, lê-se a lista de palavras pela terceira vez, apresentando figuras correspondentes às palavras, o que funciona como uma dica visual a fim de criar uma estratégia cognitiva.

A escolha semântica para o primeiro nível deste exercício foi baseada no exercício de memória visual descrito anteriormente. Dessa forma, o paciente tem uma dica das palavras que pode encontrar na lista. O primeiro nível deste exercício é composto de 11 palavras que fazem parte do grupo semântico de animais, utensílios domésticos e figuras geométricas. Na primeira tentativa, espera-se retenção de 30% (três palavras) do total de palavras lidas; na segunda tentativa, espera-se acerto de 45% (cinco palavras); e na terceira tentativa, espera-se 60% (seis palavras) de acertos.

O segundo nível é composto de 13 palavras, entre as quais encontram-se palavras agrupadas semanticamente como frutas, roupas e instrumentos musicais. Na primeira tentativa, espera-se retenção de 30% (quatro palavras) do total de palavras lidas; na segunda tentativa, espera-se acerto de 45% (seis palavras); e na terceira tentativa, espera-se 60% (sete palavras) de acertos.

Já o terceiro nível é composto por 15 palavras e elas fazem parte de outras categorias semânticas como flores, meios de transporte e partes do corpo. Na primeira tentativa, espera-se

retenção de 30% (cinco palavras) do total de palavras lidas; na segunda tentativa, espera-se acerto de 45% (sete palavras); e na terceira tentativa, espera-se 60% (nove palavras) de acertos. Os dados usados para determinar o número de acertos necessários foram retirados de estudos com idosos saudáveis em relação à retenção da lista de palavras de Rey.

Avalia-se, além dos acertos, também os erros por omissão, ou seja, palavras que o paciente não conseguiu encontrar, e os erros por intrusão, que são palavras que o paciente responde, mas não estão na lista. Para mudar de nível, o paciente deve acertar o mínimo de palavras estipuladas sem intrusão ou omissão. Caso contrário, repete o mesmo nível novamente.

No exercício *estórias*, são lidas estórias curtas para o paciente e ao final da leitura, pede-se que o paciente responda perguntas referentes à estória. As estórias utilizadas até o presente momento foram criadas pelas autoras, e em sua construção, fazem menção às categorias semânticas e palavras que já foram apresentadas em outros exercícios. A cada nível uma estória nova é lida, aumentando em tamanho e complexidade. No primeiro nível, é lida uma estória com 64 palavras, e ao final, são feitas cinco perguntas relacionadas à estória. No segundo nível, a estória lida é composta por 111 palavras e são feitas oito perguntas referentes a ela. E, no terceiro nível a estória contém 130 palavras e são feitas nove perguntas relacionadas a ela, incluindo perguntas “pegadinha”, ou seja, perguntas sobre itens que não foram ditos na estória. Depois que o paciente responde às perguntas, verifica-se quantas respostas ele acertou. Caso não consiga acertar todas as respostas, a estória é lida pela segunda vez, possibilitando que o paciente relembra o que foi perguntado. Se o paciente errar as respostas pela segunda vez, não passa de nível e terá que repeti-lo quando iniciar novamente o exercício. Ou seja, para mudar de nível, o paciente deve responder todas as perguntas corretamente.

No exercício, reconhecendo *os instrumentos*, uma sequência de instrumentos musicais é tocada para o paciente. Ele deve discriminar os instrumentos que ouviu e guardá-los. Em seguida, pede-se que o paciente de os instrumentos que ouviu. A cada nível o número de instrumentos tocados aumenta. Sendo assim, o primeiro nível apresenta três instrumentos que o paciente deve discriminar e guardar; o segundo nível apresenta quatro instrumentos; e o terceiro nível é composto por uma sequência de cinco instrumentos. Se o paciente não atinge o número total de acertos na primeira vez, a sequência instrumental é tocada novamente. Caso ele não acerte pela segunda vez, terá que realizar o mesmo nível na próxima vez que iniciar este exercício.

Considerando que em um ambiente hospitalar encontramos idosos internados por motivos e tempos diferentes e com diferentes limitações, o aplicativo propõe personalizar a experiência do treino cognitivo. Dessa forma, idosos que possuem dificuldade na audição ou visão podem realizar os exercícios que não são auditivos ou visuais. Da mesma forma, o idoso que se encontra com limitações de mobilidade, pode realizar os exercícios visuais e auditivos,

com o auxílio de uma pessoa que apresente o aplicativo a ele, ou utilizando software que serviriam para esse fim, caso do Tobbi⁵⁷.

DISCUSSÃO

Entendemos que este tipo de intervenção cognitiva em ambiente hospitalar é extremamente novo e promissor. A criação do aplicativo de treino cognitivo voltado ao idoso em internação hospitalar pode ser uma importante ferramenta de cuidados, principalmente no que tange à prevenção de um declínio associado à internação e que pode impactar a vida desse idoso após alta hospitalar.

Apesar de não existir na literatura esse tipo específico de abordagem, acreditamos que o início imediato de um treino cognitivo pode auxiliar, não somente na redução de prejuízos posteriores à internação, mas também amenizar as dificuldades cognitivas que ocorrem na própria hospitalização. O aplicativo de treino COG-GER pode ser uma ferramenta tão útil quando o ABCDEF bundle na prevenção de delirium em idosos hospitalizados. Por ser um projeto novo em construção, alguns estudos de eficácia serão importantes para a implementação desse tipo de abordagem no idoso.

Além disso, devemos pontuar algumas limitações em relação ao uso do treino cognitivo dentro do contexto hospitalar. A própria internação traz limitações importantes para o manejo desse paciente na realização do treino cognitivo: situações clínicas como dor, quadro clínico, privação do sono e medicamentos podem levar a uma dificuldade do paciente em sustentar a atenção para a realização do treino cognitivo.

Porém, o maior obstáculo para esse tipo de intervenção cognitiva dentro do hospital parece ser o nível de consciência do paciente como: pacientes muito sonolentos, com muita dor, quadro de delirium ou dificuldade em sustentar a atenção. Mas grande parte dessas limitações também acontecem em relação ao treino fora do âmbito de internação. Vale também mencionar que o público de idosos internados em hospital é heterogêneo em sua população, capacidade cognitiva prévia, quadro clínico e nível de funcionalidade e autonomia. Reconhecer essas limitações ajuda a adequar o treino cognitivo dentro da realidade hospitalar.

Tivemos a oportunidade de testar esses exercícios com três pacientes idosos internados. Todos apresentavam algum nível de perda motora e dois deles precisavam de suporte ventilatório e traqueostomia. Sendo dois deles diagnosticados como idosos frágeis por conta

57 Tobbi é um software que utiliza o rastreamento ocular, para pacientes que não apresentam nenhum tipo de mobilidade. O rastreamento ocular serve como controle do computador, dando autonomia de uso ao paciente que não consegue se mover.

de suas perdas em relação à saúde física. Mesmo com todos os obstáculos, foi possível realizar o treino cognitivo (na forma física de papel), tendo boa resposta e interesse desses idosos. Os sujeitos que participaram do treino cognitivo foram pacientes que tiveram mais de 7 dias de internação, mas criamos os exercícios e os níveis para que possam ser usados também pelos idosos que apresentam internações mais curtas que 7 dias (como pode acontecer em alguns casos de pós-operatório sem complicação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, acreditamos que o uso do aplicativo de treino COG-GER para idosos hospitalizados pode ser uma ferramenta útil para a prevenção de declínios cognitivos em idosos. Sabemos que não existe qualquer tipo de intervenção cognitiva voltada para os idosos hospitalizados, ou seja, trata-se de uma abordagem inovadora. Pensamos que o uso da tecnologia pode ser usado para um envelhecimento mais saudável a fim de resgatar a autonomia e qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Androsova, G., van der Wijk, M., de Rooij, S. E., & van den Heuvel, M. (2015). Biomarkers of postoperative delirium and cognitive dysfunction. *Frontiers in Aging Neuroscience*, 7, 1–16. <https://doi.org/10.3389/fnagi.2015.00160>
- Austin, C. A., Johnson, S. K., Yang, C. L., & Kahn, J. M. (2019). Association between postoperative delirium and long-term cognitive function after major nonemergent surgery. *JAMA Surgery*, 154(4), 328–334. <https://doi.org/10.1001/jamasurg.2018.4600>
- Deemer, K., Young, P. J., & Hsu, T. (2020). Effect of early cognitive interventions on delirium in critically ill patients: A systematic review. *Canadian Journal of Anesthesia*, 67(8), 1060–1074. <https://doi.org/10.1007/s12630-020-01655-7>
- Girard, T. D., Jackson, J. C., Pandharipande, P. P., & Morandi, A. (2010). Delirium as a predictor of long-term cognitive impairment in survivors of critical illness. *Critical Care Medicine*, 38(7), 1513–1520. <https://doi.org/10.1097/CCM.0b013e3181e5e4f7>
- Inoue, S., & Yamashita, S. (2019). Post-intensive care syndrome: Its pathophysiology, prevention, and future directions. *Acute Medicine & Surgery*, 6(3), 233–246. <https://doi.org/10.1002/ams2.472>

Monk, T. G., Weldon, B. C., Garvan, C., & Dede, D. (2008). Predictors of cognitive dysfunction after major noncardiac surgery. *Anesthesiology*, *108*(1), 18–30. <https://doi.org/10.1097/01.anes.0000305346.76543.6b>

Müller, J., Biebl, J., & Renner, M. (2020). Evaluating mechanisms of postoperative delirium and cognitive dysfunction following elective spine surgery in elderly patients (CONFESS): Protocol for a prospective observational trial. *JMIR Research Protocols*, *9*(2), e17072. <https://doi.org/10.2196/17072>

Pandharipande, P. P., Girard, T. D., Jackson, J. C., & Morandi, A. (2014). Long-term cognitive impairment after critical illness. *Survey of Anesthesiology*, *58*(5), 212–213. <https://doi.org/10.1097/SDA.0000000000000097>

Rawal, G., Yadav, S., & Kumar, R. (2017). Post-intensive care syndrome: An overview. *Journal of Translational Internal Medicine*, *5*(2), 90–92. <https://doi.org/10.2478/jtim-2017-0012>

Rundshagen, I. (2014). Postoperative cognitive dysfunction. *Deutsches Ärzteblatt International*, *111*(8), 121–127. <https://doi.org/10.3238/arztebl.2014.0121>

Steinmetz, J., Christensen, K., Lund, T., & Moller, J. T. (2009). Long-term consequences of postoperative cognitive dysfunction. *Anesthesiology*, *110*(3), 548–549. <https://doi.org/10.1097/ALN.0b013e3181978136>

Tardif, S., & Simard, M. (2011). Cognitive stimulation programs in healthy elderly: A review. *International Journal of Alzheimer's Disease*, *2011*, 1–13. <https://doi.org/10.4061/2011/693851>

Untari, I., Fadila, M., & Putra, M. (2019). A combination of cognitive training and physical exercise for elderly with mild cognitive impairment: A systematic review. *Journal of Health Research*, *33*(6), 504–516. <https://doi.org/10.1108/JHR-03-2018-0018>

Vasilevskis, E. E., Ely, E. W., & Speroff, T. (2018). The cost of ICU delirium and coma in the intensive care unit patient. *Medical Care*, *56*(10), 890–897. <https://doi.org/10.1097/MLR.0000000000000935>

The page features a vibrant, abstract background with various geometric shapes and lines in shades of pink, orange, blue, and purple. A prominent pink line forms a large, rounded rectangular frame around the central text. The text is in a bold, black, sans-serif font.

PARTE II

Categoria: Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de especialização ou de mestrado

CAPÍTULO 9

PRÁTICAS INOVADORAS DERIVADAS DE TRABALHOS DE DISSERTAÇÕES E /OU ESPECIALIZAÇÕES E PROJETOS DE EXTENSÃO

Miriam Debieux Rosa⁵⁸

Paulo Rogério Meira Menandro⁵⁹

Celina Maria Colino Magalhães⁶⁰

O Conselho Federal de Psicologia instituiu uma premiação para as Práticas Psicológicas Inovadoras, visando fomentar o avanço no campo da Psicologia pela inovação no olhar sobre a realidade brasileira e valorizando, assim, ações com esse propósito, mesmo que ainda incipientes. A inovação pode estar presente em um ou vários aspectos das práticas tais como a temática, a metodologia do trabalho, o campo de aplicação ou a população a que são destinadas, as novas perspectivas de leituras da realidade social e política, as revisões conceituais ou a outros nessa direção.

PRÁTICAS PREMIADAS

Foram premiadas três práticas, duas delas gestadas no interior de dissertações e uma terceira foi produto de um trabalho de extensão. São elas, na ordem de premiação:

- *Programa de acompanhamento para contribuir sobre a saúde mental de mulheres na transição da licença maternidade e o retorno ao trabalho* - Autora principal: Liara Dall' Agnese Sedor;
- *Transver: Por uma prática psicológica insurgente* - Autora: Suely Emilia de Barros Santos;

58 Professora Titular do Departamento e do PPG de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Coordena o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL/IPUSP) e o Grupo Veredas: psicanálise e imigração (PSOPOL/IPUSP). Pró-Reitora Adjunta para Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo (2022/26).

59 Doutor em Ciências (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Titular aposentado do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

60 Professora Titular da Universidade Federal do Pará. Atua no Programa de Pós - Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Pesquisadora CNPq 1C. Doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. Diretora Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA).

- *Guia virtual de atendimento a mulheres vítimas de violência* - Autora: Inayá Ananias Weijenborg.

Serão sintetizadas e comentadas a seguir.

O primeiro trabalho premiado, **Programa de acompanhamento para contribuir sobre a saúde mental de mulheres na transição da licença maternidade e o retorno ao trabalho**, foi desenvolvido por Liara Dall' Agnese Sedor e Josiane da Silva Delvan da Silva no sul do país, e aborda o tema da saúde mental de mulheres que retornam ao trabalho, após licença maternidade.

Cada vez mais, as mulheres valorizam a carreira e, por isso, os temas maternidade e carreira se entrelaçam nas suas vidas. A ambiguidade entre o foco na maternidade ou o foco nas suas carreiras, os riscos objetivos de perda de posição na carreira e até mesmo o desemprego pelo afastamento de licença maternidade tornam frequente um retorno ao trabalho acompanhado de sintomas como ansiedade, depressão ou estresse para a maior parte das mães.

Para minimizar a possibilidade de adoecimento, a autora criou e aplicou um programa de acompanhamento, para mulheres que estavam retornando ao trabalho após licença maternidade como um apoio para a saúde mental no período de transição entre a maternidade intensiva e a sobrecarga com a carreira. O programa mostrou bons resultados, revelando-se ainda operacionalmente viável, acessível, adaptável e inovador na área de saúde mental, tanto em relação às trabalhadoras mães como em relação às práticas das organizações. A prática foi adotada em uma empresa e pode ser estendida a outros lócus, onde a licença maternidade esteja presente.

O segundo trabalho é uma experiência de extensão, desenvolvida no Recife por Suely Emilia de Barros Santos, Gabriel Silva, Giselle Oliveira Santos, Ingrid J. Vieira Lima e Renata Pereira Farias intitulada **Transver: Por uma prática psicológica insurgente**.

A prática psicológica apresentada nasceu no cenário do Sertão pernambucano, a partir de ações extensionistas e sua interseção com a pesquisa e o ensino. O caminho percorrido realçou o diálogo entre a fenomenologia e a decolonialidade, resgatando saberes e fazeres emergentes no território mediante uma leitura que surge do acontecer e da mostraçõ do fenômeno, do encontro com os povos da terra. O exercício profissional da(o) psicóloga(o) à luz do pensamento fenomenológico decolonial é uma lacuna existente nas discussões acadêmicas.

A inovação da prática psicológica apresentada se revela na utilização da literatura e da educação popular como um modo de cuidado a partir de uma Ação Clínica no Viver Cotidiano, que coexiste com uma atitude pedagógico-política dirigida ao povo camponês,

impactado pela invasão de grandes obras em seus territórios. Essa prática possibilitou uma apropriação dos modos de existir, das situações de vulnerabilização, da violação de direitos e dos movimentos possíveis de luta coletiva. Além disso, propiciou a prevenção e a promoção em saúde, apontando a presença do cuidado de si, dos outros e do território habitado. Assim, deslocar o pensamento para a decolonialidade assinala a presença da inovação no fazer psicológico e o encontro com uma prática psicológica insurgente.

O terceiro trabalho premiado é o **Guia virtual de atendimento a mulheres vítimas de violência**, de Inayá Ananias Weijenborg de Ilha Solteira/SP, destinado à formação continuada de profissionais da rede de serviços públicos. O guia é o produto técnico da pesquisa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva: Políticas, Planejamento e Gestão da UNICAMP, intitulada Percepções Sobre Violência Contra Mulher: Estudo com um CREAS e um Coletivo de Mulheres.

Os dados foram gerados a partir de trabalhadores do CREAS de um município paulista de pequeno porte e de um coletivo de mulheres. O guia, que conta com trechos do material da pesquisa, tornou-se um produto didático inovador para a formação continuada de profissionais da rede de serviços públicos sobre o atendimento a mulheres em situação de violência e contribui para enriquecer a discussão sobre o atendimento do SUS e do SUAS às mulheres vítimas de violência.

CAPÍTULO 10

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PARA CONTRIBUIR SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES NA TRANSIÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE E O RETORNO AO TRABALHO⁶¹

Liara Dall' Agnese Sedor⁶²

Josiane da Silva Delvan da Silva⁶³

RESUMO

Cada vez mais os temas maternidade e carreira se entrelaçam na vida das mulheres. A ambiguidade entre o foco na maternidade ou o foco nas suas carreiras tem se tornado frequente, motivo pelo qual o período de licença maternidade e retorno ao trabalho pode contar com sintomas de ansiedade, depressão ou estresse para a maior parte das mães. Em uma realidade de empresa de saúde, em que mais de 70% dos funcionários são mulheres, os períodos de licença maternidade são frequentes, e com isso, a angústia sobre o retorno ao trabalho. Para minimizar a possibilidade de adoecimento, este trabalho visa desenvolver e avaliar os resultados de um programa de acompanhamento de mulheres no retorno ao trabalho após o período de licença maternidade. O programa foi elaborado com base em revisão bibliográfica e contou com 11 etapas realizadas no formato online, sendo elas vídeos, aplicação de instrumentos e encontros síncronos. O programa teve a duração de 55 dias, sendo iniciado 40 dias antes do retorno ao trabalho e finalizado 15 dias após seu retorno. Para a testagem do programa elaborado, participaram 11 mulheres, sendo nove com idade entre 29 e 33 anos. Como principais resultados pode-se destacar a relevância do acompanhamento para as participantes, que apontaram o programa como um apoio para sua saúde mental no período de transição entre a maternidade intensiva e a sobrecarga de conciliar carreira e maternidade; o mapeamento da sua rede de apoio; a satisfação das participantes com relação a aplicação do programa foi de 81,82%, atingindo a zona de excelência do NPS e a mudança, mesmo que sutil, dos níveis

61 Trabalho premiado em 1º lugar na Categoria "Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em curso de especialização ou de mestrado" da 1ª Edição do Prêmio Sylvania Leser de Mello "Práticas inovadoras no exercício da Psicologia", realizada pelo CFP.

62 Psicóloga com atuação profissional voltada a atendimentos individuais relacionados à carreira e saúde mental no trabalho e consultora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Com Mestrado Profissional em Psicologia pela Universidade do Vale de Itajaí, SC.

63 Psicóloga com atuação profissional como docente na graduação em Psicologia, orientadora dos estágios obrigatórios e trabalhos de iniciação científica. Atua igualmente como docente e orientadora de pesquisa no programa de Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí, SC.

de estresse avaliados pelo DASS-21. Sendo assim, considera-se o programa operacionalmente viável, acessível, adaptável e inovador na área de saúde mental das organizações.

INTRODUÇÃO

Atuar com promoção de saúde mental é um dos principais papéis do Psicólogo. Diante disso, onde há pessoas pode haver a necessidade de promover ou tratar temas pertinentes à saúde mental. O produto que será apresentado neste documento é fruto de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Psicologia que proporcionou a criação e aplicação de um programa de acompanhamento realizado integralmente no formato remoto, para mães que estão retornando ao trabalho após sua licença maternidade.

Ao longo dos anos, o papel da mulher passou por importantes modificações. As mudanças com relação à estrutura familiar, mercado de trabalho e à sociedade fizeram com que a mulher assumisse novas funções, que antes, eram desempenhadas exclusivamente pelo homem (Lopes, Dellazzanazon & Boeckel, 2014). Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as mudanças do seu papel geram sobrecarga, de forma que, além da função de trabalhar fora, ainda possui as funções domésticas que já estavam e permaneceram sobre a sua responsabilidade (Biffi & Granato, 2017).

Socialmente as mulheres se sentem pressionadas a se entregar intensamente à maternidade e deixar de lado ou suspender outros projetos ligados à atividade profissional, vivendo intensamente a maternidade intensiva (Hays, 1996). Por outro lado, há uma pressão no mercado de trabalho para que as mulheres também se entreguem intensamente aos seus empregos e carreira, o que gera sentimentos de ambivalência, pois remete à sensação de que precisa dar conta destas duas grandes dimensões que fazem parte da sua identidade: a carreira e a maternidade (Shreffler, 2016).

Em seu estudo, Garcia e Viecili (2018) apontam a relação entre o retorno ao trabalho após a licença maternidade e a saúde mental das mulheres. Os prejuízos para a saúde mental desse público podem ocasionar perdas de produtividade na empresa e adoecimento mental com altos índices de ansiedade, depressão e estresse. Com isso, cabe às empresas, à rede de apoio e à própria mulher o investimento em estratégias com o objetivo de promover a saúde mental desse público, evitando o adoecimento e estimulando a adaptação de forma funcional à nova rotina.

Enquanto profissionais da Psicologia, despertar o olhar das empresas para estas práticas de promoção à saúde mental, principalmente voltadas a este público que por vezes é “esquecido”, é essencial. Para isso, o programa foi criado com base em uma revisão biblio-

gráfica dos temas saúde mental, maternidade e carreira. Trata-se de uma prática inovadora, visto que na revisão e demais buscas realizadas, não foram encontradas tecnologias similares de acompanhamento a este público. Sabe-se, apenas, da realização por algumas empresas de práticas isoladas de apoio para o retorno da mulher ao trabalho, como grupos de discussão entre as mães que estão retornando - prática realizada na Johnson & Johnson, divulgado pela certificação Great Place to Work em Janeiro de 2021. Tais práticas, porém, não são registradas como produtos, conduzidas por Psicólogos e registradas em artigos científicos.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

Para a construção do programa, realizou-se um breve levantamento de publicações existentes sobre o tema utilizando as bases de dados Scielo, BVS e PsycArticles para buscas avançadas, com os descritores combinados de carreira e maternidade, *career and maternity* e *career and motherhood*, nos quais foram encontrados 1.102 artigos no total. Aplicando os critérios de inclusão de artigos completos e gratuitos, apenas em português e inglês publicados nos últimos dez anos, restaram 464 na amostra. Após aplicados os critérios de exclusão de artigos repetidos e dispare do assunto pesquisado, com avaliação realizada a partir da leitura do título e do resumo, restaram 34 artigos selecionados.

Dentre os artigos selecionados, apenas oito foram publicados em português, evidenciando a carência de estudos sobre o tema em território nacional. Destes, cabe ressaltar que nenhum refere-se à aplicação de um programa direcionado a mulheres em retorno de licença maternidade.

A estrutura do programa foi delineada com base nas vivências anteriores da pesquisadora, assim como nas discussões entre as autoras, buscando torná-lo prático para atingir os objetivos traçados, sem que se tornasse cansativo para a participante, principalmente pela necessidade da aplicação online em virtude da pandemia COVID-19 e a exigência do distanciamento social como cuidado à saúde das participantes. Além da questão da saúde, priorizou-se o formato online pela comodidade que proporciona para a participação das mães.

As participantes deste trabalho foram mulheres em licença maternidade, colaboradoras de uma cooperativa de saúde localizada no Vale do Itajaí que possui 77,06% de mulheres em seu quadro de funcionários, sendo que, entre Dezembro/2020 e Junho/2021 houveram 28 mulheres retornando de licença maternidade. A amostra foi baseada nos seguintes critérios de inclusão: a) Possuir vínculo empregatício com registro em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) na empresa em questão; b) Estar retornando de licença maternidade entre os quatro meses após a aprovação do projeto no comitê de ética, considerados como os meses de aplicação do programa; c) Ter interesse e disponibilidade para participar do programa; d)

Retorno de licença maternidade previsto para 40 dias após o início da intervenção; e) Ter no mínimo 18 anos.

Das 28 mulheres que estavam com retorno previsto de licença maternidade, 14 foram desconsideradas da amostra por não se enquadrarem nos critérios descritos. Sendo assim, 14 mulheres estariam aptas a participar do programa, mas apenas 11 participaram do programa completo. Das três mães que estariam aptas para participação, mas não entraram na amostra, uma optou por não participar do programa por motivos pessoais que envolviam a dificuldade de tempo para sua participação; uma iniciou sua participação e logo após não retornou mais os contatos da pesquisadora; e a outra iniciou a sua participação, e logo após optou por se desligar da organização.

O programa foi estruturado em etapas. Utilizou-se de uma planilha para acompanhamento de datas das etapas para cada participante, visando minimizar falhas no processo. Abaixo, a estrutura prevista:

Tabela 1. *Etapas do programa*

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

1ª etapa	Mapeamento das participantes	Contínuo
2ª etapa	Convite para participação no programa e apresentação do TCLE	40 dias antes do retorno ao trabalho
3ª etapa	Preenchimento do questionário sociodemográfico e do pré teste DASS-21	40 dias antes do retorno ao trabalho
4ª etapa	Vídeo sobre organização da nova rotina (vídeo 1)	35 dias antes do retorno ao trabalho
5ª etapa	Encontro online com mapeamento da rede de apoio	30 dias antes do retorno ao trabalho

6ª etapa	Contato para checagem de como a mãe está	15 dias antes do retorno ao trabalho
7ª etapa	Vídeo de acolhimento ao retorno ao trabalho (vídeo 2)	No dia do retorno
8ª etapa	Vídeo sobre ansiedade ou fator predominante do DASS-21 (vídeo 3)	10 dias após o retorno ao trabalho
9ª etapa	Encontro online para checagem sobre o seu retorno	15 dias após o retorno ao trabalho
10ª etapa	Envio do DASS-21 para novo preenchimento e da avaliação de satisfação do programa	20 dias após o retorno ao trabalho
11ª etapa	Vídeo de agradecimento (vídeo 4)	20 dias após o retorno ao trabalho

Este programa passou pela aprovação do Comitê de Ética, e após, foi iniciado. Durante a 1ª etapa a autora permaneceu em constante contato com a equipe de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da organização para que pudesse ter conhecimento de mães que estariam retornando de licença maternidade nos próximos 40 dias. Após, os critérios de inclusão e exclusão foram checados para que pudesse realizar o contato com a mãe e o convite para participação do programa. O convite era feito a partir de mensagem em aplicativo de mensagem ou ligação. Demonstrando interesse, a mãe era convidada a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por se tratar de um estudo do Mestrado Profissional de Psicologia (2ª etapa).

Após o aceite da mãe para sua participação, os instrumentos DASS-21 e Questionário Sociodemográfico foram enviados para preenchimento, conforme previsto na 3ª etapa. O questionário foi composto por perguntas para a caracterização do perfil sociodemográfico das participantes como idade, escolaridade, número de filhos, carga horária de trabalho e cargo que ocupa. O DASS-21 (Lovibond & Lovibond, 1995), escala composta por 21 sentenças que avaliam a existência de sintomas de depressão, estresse e ansiedade, foi adaptado para versão online utilizando a ferramenta Google Forms para o preenchimento e envio.

Aproximadamente cinco dias após o preenchimento dos instrumentos, realizou-se um novo contato com a participante pela ferramenta de WhatsApp enviando um vídeo (denominado vídeo 1) sobre a importância da organização da nova rotina com o bebê e convite para um encontro online de aproximadamente 30 minutos para realizar o preenchimento do mapa de redes.

O vídeo 1 (4ª etapa) contou com dicas básicas para a organização da nova rotina, como por exemplo a busca por escolas, creches ou familiares que são importantes membros da rede de apoio para essa fase da mulher no retorno ao trabalho. Nesse mesmo vídeo, as participantes foram instigadas a refletir sobre a importância da confiança na rede de apoio para que seu retorno ao trabalho pudesse ser o mais tranquilo possível.

No final do vídeo, as participantes foram convidadas para um encontro online individual de aproximadamente 30 minutos (5ª etapa). Durante o encontro síncrono, foi realizado o preenchimento do instrumento mapa de redes, o qual foi aplicado e discutido com cada participante com o objetivo de identificar com quais membros ela poderá contar neste momento de mudança na sua rotina. Após o encontro, o instrumento Mapa de Redes preenchido foi enviado à participante, para que pudesse identificar as pessoas com quem contar em momentos de necessidade.

Seguindo na preparação para o retorno ao trabalho, 15 dias antes do seu retorno entramos em contato com o objetivo de questioná-la acerca dos seus sentimentos, a organização da nova rotina considerando o retorno ao trabalho e indicações sobre algum auxílio que a empresa pudesse disponibilizar à ela, finalizando a etapa 6. No dia do seu retorno, enviou-se um vídeo (denominado vídeo 2) de acolhimento, com informações de boas vindas e a pesquisadora colocando-se a disposição para algum auxílio que a participante considerasse como necessário (7ª etapa).

Conforme o resultado do instrumento de pré-teste, DASS-21, após 15 dias do seu retorno, enviou-se um vídeo (denominado vídeo 3) com foco em técnicas com relação à ansiedade e formas de minimizar os sintomas da ansiedade e estresse no dia a dia, quadros que se mostraram mais presentes na primeira aplicação do instrumento DASS-21 (etapa 8).

Com isso, após mais 15 dias, 30 dias após seu retorno, foi realizado um encontro síncrono ou presencial, conforme disponibilidade da participante, de aproximadamente 30 minutos, para realizar uma checagem de como estava a sua nova organização de rotina para o retorno ao trabalho (9ª etapa).

Vinte dias após o seu retorno ao trabalho, como últimas etapas do programa, enviou-se um vídeo final (denominado vídeo 4) agradecendo a participação no programa, acompanhado

do instrumento DASS-21 para novo preenchimento e também o instrumento de avaliação da satisfação do programa.

Todos os vídeos foram criados e produzidos pela própria autora, a qual utilizou como base as necessidades levantadas para a elaboração dos roteiros. Os vídeos tinham, em média, 5 minutos cada, sendo em sua maior parte com a autora falando diretamente frente à câmera. Um dos vídeos será inserido como material complementar deste trabalho.

Dentre as participantes, duas mães identificam-se como pessoas com deficiência, sendo uma física e outra auditiva. Para que fosse possível a participação da mãe com deficiência auditiva por completo no programa, todos os vídeos enviados foram legendados e houve o auxílio de uma profissional intérprete de Libras, a qual acompanhou os momentos online e apoiou a mãe na interpretação e tradução dos instrumentos.

DISCUSSÃO

A partir deste trabalho inicial, pode-se perceber as contribuições deste acompanhamento para o público alvo do trabalho, conforme resultados apresentados a seguir. Com relação às participantes, 81,8% estavam com idade entre 29 e 33 anos, 63,64% tinham Ensino Superior completo, 90,9% possuíam remuneração acima de R\$ 4 mil reais mensais e 90,9% trabalhavam uma carga horária de 40 horas ou mais por semana.

A carga horária trabalhada pela maior parte das mães participantes é superior à média mundial e à média do nosso país, dado que pode corroborar com o sentimento de sobrecarga vivenciado pelas mães e apreensão pelo retorno ao trabalho considerado em pesquisas anteriores (OCDE, 2019). Barros e Mourão (2018) afirmam que a mulher, mesmo ocupada com trabalho externo, ainda dedica 24 horas semanais para as tarefas de casa, um tempo muito maior para as rotinas domésticas do que o homem (10 horas semanais). Para dar conta dessa rotina e manter a qualidade do seu trabalho e da sua relação familiar, as mães passam a aproveitar todos os momentos disponíveis e se adaptam às situações para fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo (Santos, 2016). Não suficiente, além disso, muitas vezes a mulher priva-se de horas de sono para dar conta de suas atividades e dos cuidados com o filho.

Quando existente, essa sobrecarga pode acarretar altos níveis de estresse e ansiedade, os quais foram avaliados no instrumento DASS-21. Na primeira aplicação deste instrumento, apenas uma mãe apresentou sintomas moderados de depressão. Quanto aos sintomas de ansiedade, uma mãe apresentou sintomas severos e duas mães sintomas moderados. O maior escore foi com relação a sintomas de estresse, em que uma mãe apresentou sintomas extremos, três mães sintomas moderados e duas mães sintomas leves.

A partir dessa classificação, o envio dos vídeos e o primeiro encontro online do programa também teve como objetivo realizar uma breve intervenção em relação aos sintomas encontrados, principalmente com as mães que apresentaram sintomas extremos, severos e moderados. Para a mãe que apresentou sintomas extremos, foi realizado acompanhamento por mensagens ao menos uma vez na semana, antecipando técnicas de relaxamento e conversas conforme necessidade.

A segunda aplicação, por sua vez, deu-se após cerca de 20 dias de retorno ao trabalho. Nesse período, as participantes trouxeram relatos de sobrecarga, considerando principalmente que estavam em período de adaptação. Apesar das diferenças entre a primeira e a segunda aplicação do instrumento serem irrelevantes estatisticamente utilizando o Teste de T Pareado, percebe-se que a classificação da segunda aplicação do DASS-21 apresentou diferenças relevantes quando comparada a frequência.

A presença de sintomas de depressão continuou no mesmo índice, contando com uma mãe com sintomas moderados, a qual foi encaminhada para psicoterapia. Em relação aos sintomas de ansiedade, apenas uma mãe apresentou sintomas moderados, reduzindo uma com relação à aplicação anterior. Os sintomas de estresse continuaram sendo os mais presentes, porém não houve mais apontamentos de sintomas extremos. Uma mãe apresentou sintomas severos, uma sintomas moderados e quatro sintomas leves.

Durante a gravidez, angústia e ansiedade estão presentes na vida das mulheres. Dúvidas de como poderão dar conta da demanda familiar e do trabalho sem negligenciar nem um, nem outro; angústias de com quem deixarão o bebê para trabalhar tranquilamente, sem preocupar-se com seu bem estar; ansiedade para ver o rosto do bebê e iniciar essa nova etapa de sua vida, são constantes nesse período (Sévon, 2012; Martins et al., 2019). Após o nascimento do filho, o período de licença maternidade, que no Brasil é de 120 dias, faz com que a mãe crie laços com o bebê e adapte sua rotina para dedicar-se à função materna. Ao término desse período, o retorno ao trabalho exige novamente que a mulher adapte sua rotina, o que pode intensificar a presença de sentimentos de insegurança, angústia e medo, tornando o retorno ao trabalho uma fase de distanciamento do filho ainda mais difícil (Garcia & Viecili, 2018).

Em relação a rede de apoio, o mapa de redes das participantes indicou 4 redes pequenas e 8 redes médias quanto ao seu tamanho. Nenhuma rede foi identificada como grande, com mais de 18 membros listados. Quanto à estrutura, as redes sociais significativas 43 compostas por membros familiares foram as mais citadas pelas participantes. As redes familiares revelaram que as relações mais frequentes das mães participantes são estabelecidas com o marido, a mãe, o pai da criança, o próprio pai e a sogra. A família foi apontada como o núcleo no qual as participantes encontraram mais apoio social, cujos membros citados possuem a

função de oferecer apoio físico, emocional, financeiro e até mesmo material, sendo o apoio emocional o mais expressivo.

Ao final do programa, aplicou-se a avaliação de satisfação contendo duas perguntas: “De 0 a 10, qual a probabilidade de você indicar a participação neste programa para uma colega ou amiga?” e “Deixe suas sugestões, comentários ou percepções abaixo”. A análise da primeira pergunta foi realizada utilizando a metodologia NPS, resultando em 81,82% de satisfação. Para a metodologia NPS, índices de satisfação acima de 75% são classificados como Zona de Excelência, máxima classificação para o método (Bain & Company, 2003).

Com relação aos comentários e sugestões, pergunta opcional, 7 participantes deixaram suas contribuições. A partir da análise de conteúdo temática de Minayo (2006), identificou-se que 85,71% dos comentários abordaram aspectos positivos, sendo 4 de agradecimento à pesquisadora e ao programa, 3 enfatizando a importância do programa e 2 desejando que a organização continue aplicando a estrutura. Como sugestões, um comentário (14,28%) aponta o aumento no número de encontros online após a mãe retornar ao trabalho, e outro (14,28%) aponta a ideia de enviar vídeos semanais sobre a autoestima da mulher.

A partir dos resultados obtidos com os instrumentos aplicados foi possível perceber o engajamento das mães ao participar de todas as etapas do programa. Buscando avaliar a operacionalidade do programa, ele foi elaborado, aplicado e avaliado, mostrando-se viável, acessível e adaptável mesmo com um cenário de pandemia em uma organização de saúde e com a presença de mães com deficiência auditiva e física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma fase desafiadora, estudos sinalizam que a maternidade contribui para o amadurecimento, habilidade de relacionamento interpessoal, calma e ponderação dos comportamentos das mães. Considerando esse ponto, e a necessidade cada vez mais presente de funcionários com competências comportamentais desenvolvidas, ser mãe, se visto com esse olhar, parece contribuir ainda mais para a carreira dessas profissionais, e não atrapalhar.

Nesta perspectiva, investir em um programa de apoio para conciliar carreira e maternidade pode trazer ganhos para a organização, que pode manter essas profissionais produtivas e usufruir não só das competências desenvolvidas nos âmbitos profissionais, assim como das desenvolvidas durante a maternidade, tais como gerenciamento do tempo, relacionamento interpessoal e inteligência emocional.

Algumas organizações, informalmente, estão buscando a valorização das competências maternas em seus ambientes de trabalho, porém, percebe-se que esta prática ainda não é comum na maior parte das empresas. Informalmente, algumas empresas divulgam benefícios como licença maternidade cidadã, convênios para consultas com profissionais da Psicologia, dentre outros. Entretanto, programas de acompanhamento, com uma duração que proporcione acompanhar e orientar as mães, não são facilmente encontrados no mundo do trabalho.

A partir disso, a realização de um programa de acompanhamento para este público é inovadora, original e necessária. Perguntas como: até que ponto a licença maternidade é um benefício na visão das mães? Se elas forem demitidas após seu retorno, será mesmo que este é um benefício? Será que, de alguma forma, este período gera mais preocupação com a retomada de sua carreira ou mais tranquilidade? Então, será a maternidade um empecilho para a carreira destas mulheres? Ou um apoio? precisam ser ressignificadas ao olhar das mulheres e da alta gestão das organizações.

Dependendo do viés de cada organização, espera-se que os dirigentes percebam os ganhos de práticas de acompanhamento para as pessoas, sua produtividade e o próprio ambiente de trabalho. Desta forma, programas de acompanhamento para mulheres após retorno de licença maternidade podem apresentar resultados para auxiliar as mães na conciliação entre carreira e maternidade considerando a relevância da rede de apoio, da organização da rotina e da saúde mental neste processo de mudança de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bain & Company. (2003). *Net Promoter System*. <https://www.netpromotersystem.com/about/>

Barros, S. C. da V., & Mourão, L. (2018). Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/0102-71862018000100008>

Biffi, M., & Granato, T. M. M. (2017). Projeto de ter filhos: Uma revisão da literatura científica nacional e internacional. *Temas em Psicologia*, 25(1), 207–220. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2017000100014&lng=pt

Garcia, C. F., & Viecili, J. (2018). Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Revista de Psicologia*, 30(2), 271–280. <https://doi.org/10.5935/1678-0980.20180035>

Hays, S. (1996). *The cultural contradictions of motherhood*. Yale University Press.

Lopes, M. N., Dellazzana-Zanon, L. L., & Boeckel, M. G. (2014). A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. *Temas em Psicologia*, 22(4), 917–928. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2014000400018&lng=pt

Lovibond, P. F., & Lovibond, S. H. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck depression and anxiety inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33(3), 335–343. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)00075-U](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)00075-U)

Martins, G. D. F., Esteves, C., & Rodrigues, E. A. (2019). Motherhood and work: Experience of women with established careers. *Trends in Psychology*, 27(1), 69–84. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832019000100069

Minayo, M. C. de S. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (9. ed.). Hucitec-Abrasco.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2019). *Work-life balance*. <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/work-life-balance-pt/>

Santos, V. M. (2016). Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 801–824. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p801>

Sévon, E. (2012). ‘My life has changed, but his life hasn’t’: Making sense of the gendering of parenthood during the transition to motherhood. *Gender & Society*, 26(1), 85–105. <https://doi.org/10.1177/0959353511415076>

Shreffler, K. M. (2016). Contextual understanding of lower fertility among U.S. women in professional occupations. *Journal of Family Issues*, 37(2), 168–191. <https://doi.org/10.1177/0192513X16634765>

Link para acesso a vídeo complementar (vídeo 1 do programa): <https://youtu.be/MJ1Y1bWIxAA>

CAPÍTULO 11

TRANSVER: POR UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA INSURGENTE⁶⁴

Suely Emilia de Barros Santos⁶⁵

Gabriel Silva⁶⁶

Giselle Oliveira Santos⁶⁷

Ingrid J. Vieira Lima⁶⁸

Renata Pereira Farias⁶⁹

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos uma prática psicológica que nasceu no cenário do Sertão pernambucano, a partir de ações extensionistas e sua interseção com a pesquisa e o ensino. O caminho percorrido realçou o diálogo entre a fenomenologia e a decolonialidade, resgatando saberes e fazeres emergentes no território mediante uma leitura que surge do acontecer e da mostraçã do fenômeno, do encontro com os povos da terra. Destacamos, assim, a relevância das ações extensionistas para a formação continuada de estudantes e profissionais, como abertura para repensar a prática psicológica no âmbito das ruralidades e frente à lógica desenvolvimentista dos megaempreendimentos. Enfatizamos também a substancialidade de enxergar o exercício profissional da(o) psicóloga(o) à luz do pensamento fenomenológico decolonial, uma lacuna ainda existente nas discussões acadêmicas. A inovação da prática psicológica aqui proposta se revela na utilização da literatura e da educação popular como um modo de cuidado a partir de uma Ação Clínica no Viver Cotidiano, que coexiste com uma atitude

64 Trabalho premiado em 2º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em curso de especialização ou de mestrado” da 1ª Edição do Prêmio Sylvania Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

65 Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica (UNICAP). Professora da UPE – Garanhuns. Pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação PRISMAL, PPGSDS. Coordena o LACS/UPE/CNPq e o SAP/UPE. Investiga e intervém em territórios rurais de povos tradicionais e da terra, bem como em espaços da cidade, construindo um diálogo entre a fenomenologia, o pensamento decolonial, a saúde e a educação popular.

66 Psicólogo formado pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestrando em Psicologia Clínica pela UNICAP. Técnico no Programa TransVERgente (LACS/UPE).

67 Psicóloga formada pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestranda em Psicologia, Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE). Técnica no Programa TransVERgente (LACS/UPE).

68 Psicóloga formada pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestranda em Psicologia, Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE). Técnica nos Programas TransVERgente e Um Pé de Saúde (LACS/UPE).

69 Psicóloga formada pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestranda em Psicologia, Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE). Técnica no Programa TransVERgente (LACS/UPE).

pedagógico-política dirigida ao povo camponês, impactado pela invasão de grandes obras em seus territórios. Esta prática possibilitou uma apropriação dos modos de existir, das situações de vulnerabilização, da violação de direitos e dos movimentos possíveis de luta coletiva. Além disso, propiciou a prevenção e a promoção em saúde, apontando a presença do cuidado de si, dos outros e do território habitado. Assim, deslocar o pensamento da técnica moderna, que preconiza controle e soberania, para a decolonialidade assinala a presença da inovação no fazer psicológico e o encontro com uma prática psicológica insurgente.

INTRODUÇÃO

A prática psicológica aqui apresentada surgiu da experiência no programa de extensão universitária intitulado “TransVERgente”, nome que brotou no território como anúncio de uma atitude: “**Trans**por as injustiças sofridas pelo povo, e **Ver** além, a **Gente** que demanda um cuidado” (Silva, Santos & Santos, 2020, p. 82, grifos dos autores).

Tal programa tem o intuito de promover espaços de cuidado ao povo camponês em situação de vulnerabilização, advinda da transposição do rio São Francisco, na cidade de Sertânia (PE). Atua a partir da parceria entre a Universidade de Pernambuco (UPE – *campi* Garanhuns e Arcoverde), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-PE) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG – *campus* Sumé). Desenvolve-se por meio de ações realizadas por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, dialogando com saberes da Psicologia, do Direito, da Medicina, da Saúde Mental, da Saúde Coletiva e, em especial, do povo da terra. Por isso, articula-se com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Sertânia (STR), que mediou a entrada da equipe extensionista nas comunidades.

Nesse cenário, a extensão universitária exerce um papel significativo no encaminhamento de ações em territórios, sobretudo em relação à população economicamente desfavorecida. Ao privilegiar a democratização do conhecimento, as ações extensionistas fortalecem intervenções para além dos muros da Academia, como nos territórios da zona rural, onde vivem os povos tradicionais e da terra, isto é, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

A complexidade das demandas emergentes nos territórios requer uma produção de conhecimento plural, que repense os diferentes cenários. Exige também que a universidade reveja seus pressupostos unidisciplinares, os quais não abarcam a multiplicidade dos modos de vida de pessoas que vivem nas comunidades rurais. Em razão disso, as práticas universitárias precisam dar lugar a intervenções interdisciplinares, uma vez que “é a partir da aproximação, tensionamento e confluência entre diferentes áreas e perspectivas teórico-metodológicas que

a produção interdisciplinar do conhecimento é afirmada” (Cardoso, D’angelo & Cunha, 2020, p. 11).

Outro aspecto a ser ressaltado, especialmente neste trabalho, é o fato de que “a condição de país colonizado e considerado como ‘subdesenvolvido’ pela Europa e EUA fez com que as universidades brasileiras fossem criadas com uma característica peculiar: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Dubeux, 2018, p. 10, aspas da autora). Nesse sentido, o presente trabalho relata ações que integram o tripé em questão. Assim, surgem pesquisas em diálogo com ações extensionistas e aprofunda debates sobre o que foi desvelado em campo a partir do grupo de estudos do Laboratório de Estudos em Ação Clínica e Saúde (LACS/UPE). Vale realçar, no entanto, que não apenas a práxis e o ensino, como também “a pesquisa psicológica pode reproduzir as relações de dominação colonial, silenciando outros saberes; ou pode assumir formas alternativas de produção participativa e colaborativa de conhecimento” (Parra-Valencia, 2020, p. 121, tradução nossa).

As ações a serem narradas situam-se no contexto da zona rural do Sertão pernambucano, impactada pelo megaempreendimento da transposição do rio São Francisco. O início da implementação da transposição data de 2007, sob a responsabilidade do extinto Ministério da Integração Nacional (MI), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Por meio da integração de bacias hidrográficas, os dois principais eixos (Norte e Leste) têm como função disponibilizar água para as populações urbana e rural residentes nos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará (Brasil, 2004).

Carneiro (1998) aponta o processo de transformação do contexto campesino diante das mudanças intensificadas pela expansão do capitalismo, afetando diretamente a agricultura familiar nesses territórios. Nessa perspectiva, a consolidação do modelo capitalista tem influenciado os modos de vida nas comunidades rurais, em diversos âmbitos. Desse modo, uma vez que “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (Carneiro, 1998, p. 53), compreendemos que existem singularidades na experiência do povo camponês afetado pela transposição.

Neste trabalho em particular, destacamos, como originalidade, a prática psicológica em diálogo não somente com a extensão universitária, mas também com a Literatura Popular, a Ação Clínica no Viver Cotidiano e a Educação Popular. No período de isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19, deparamo-nos com o desafio de criar um modo de comunicação e de acompanhar o povo camponês que se encontrava na zona rural e em um município cuja distância do *campus* universitário era de 148 km. Encontramos a literatura popular como recurso para encaminhar a atenção psicológica.

Lajolo (1989, p 43) afirma que a “Literatura não transmite nada. Cria. Dá existência plena ao que, sem ela, ficaria no caos do inomeado [...] do não existente para cada um”. Esse olhar se aproxima do que compreendemos como Ação Clínica no Viver Cotidiano, isto é, “um modo próprio do psicólogo intervir diante das demandas que brotam a partir dos acontecimentos que insurgem no dia a dia, em espaços coletivamente habitados” (SANTOS, 2016, p. 10). Inclinando-se a acompanhar as pessoas em seus modos de existir no mundo com outros, a(o) psicóloga(o) testemunha as inquietações e as disposições afetivas que, por vezes, ainda não têm um sentido, mas que podem ser compreendidas na expressividade do diálogo com a arte.

A presente proposta também realça o diálogo entre a Educação Popular e a Ação Clínica no Viver Cotidiano, visto que se dispõe a acompanhar a população e os seus modos de cuidado, atentando para uma prática pedagógica e coparticipativa em saúde e para uma clínica em coexistência com ações éticas, políticas e educacionais. Essa articulação suscita a construção de espaços de diálogos, nos quais práticas emancipatórias emergem, enquanto reflexão-ação, em um fazer coletivo e no encontro de saberes. Eis outra originalidade desta intervenção.

Este trabalho tem relevância para a Psicologia por indicar, pela via de ações extensionistas, caminhos possíveis para uma práxis contextualizada da atenção psicológica em contextos rurais que são atravessados pela invasão das grandes obras. O início dos trabalhos, em 2018, revelou uma carência de reflexões acerca da Psicologia em contato com povos camponeses, indicando a necessidade de estudos, ações interventivas e pesquisas voltadas para esse povo encoberto, especialmente quando vivem a violação de direitos devido à presença dos megaempreendimentos em seus territórios.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA

Diante dos aspectos que atravessam a práxis profissional do programa de extensão TransVERgente, faz-se necessário elucidar o que compreendemos por “clínica psicológica” enquanto ação em diálogo com o cotidiano, bem como salientar as epistemologias que assumimos para o acompanhar dos fenômenos que advêm do megaempreendimento da transposição. As ações extensionistas a partir das andanças pelo território revelam que a ação clínica se dá no compartilhamento de histórias e na disposição afetiva de acompanhar o outro em um cuidado coparticipativo (Silva & Santos, 2020).

Assim, é possível olhar a clínica como uma ação coparticipativa entrelaçada à atitude política perante os fenômenos do existir. Pôr em evidência as experiências vividas com-outros cotidianamente possibilita também compreender as diversas formas de ser psicóloga(o) diante

do que se mostra em território. A Ação Clínica no Viver Cotidiano oportuniza a elaboração de diversas modalidades de práticas psicológicas a partir do que se desvela nos espaços coletivamente habitados (Santos, 2016).

Sob a perspectiva fenomenológica, podemos realizar uma análise crítica do contemporâneo que se sobressai à lógica de dominação exercida pelo campo técnico-científico cartesiano, pois o método fenomenológico se mostra numa reflexão sobre o modo humano de ser-no-mundo, inclusive tal como desdobrado na tradição da civilização ocidental” (Critelli, 1996, p. 16). O pensamento decolonial, por sua vez, faz a (re)leitura da modernidade capitalista frente às imposições coloniais que atravessam diversas áreas do saber, do poder e do ser, questionando os desdobramentos de problemáticas sociais tidas como superadas ou invisibilizadas (Pereira *et al.*, 2020). A aproximação do pensamento decolonial à Psicologia e às intervenções psicológicas reafirma o compromisso ético-político que orienta essa prática profissional.

Comprendemos, pois, a necessidade de um cuidado contextualizado às demandas que emergem no território e às especificidades que o compõem. Por isso, as práticas psicológicas apresentadas aqui dialogam com a literatura de cordel, a poesia matuta e a educação popular freiriana, partindo do “des-encastelamento” das intervenções convencionais. Esse movimento requer das(os) profissionais uma atitude decolonial no encaminhamento das ações de cuidado, numa perspectiva que constrói um olhar tecido pelo cotidiano do território.

A proposta interventiva buscou, na literatura popular de cordel e na poesia matuta, um caminho de atenção psicológica, visto que são linguagens presentes no território, ou seja, no Nordeste brasileiro, no Sertão pernambucano e na zona rural. De acordo com Silva (1994, p. 116), a literatura popular “exprime, de modo espontâneo [...] o espírito nacional de um povo, tal como aparece [...] na peculiaridade das suas crenças, dos seus valores tradicionais e do seu viver histórico”. Assim, ela faz parte da expressividade do povo nordestino e se mostra como abertura para a narração da experiência, da dialogicidade, dos modos de existir.

O cordel narra o cotidiano com sentidos culturais, sociais, religiosos, artísticos, entre outros. Quando o poeta Patativa do Assaré “escrevia o que chamava de poesia matuta, não fazia isso por ignorância, mas por opção: para chegar mais perto do seu público-alvo” (Barros, 2004, s.p.). Nisso encontramos uma possibilidade de prática psicológica voltada para os povos da terra, de forma entrelaçada com a arte e a cotidianidade.

A educação popular se contrapõe à educação convencional ao propor a coparticipação na construção do conhecimento (Freire, 1967). A ação coletiva promove um espaço de aprendizado e de partilha de narrativas e experiências que aproximam os conhecimentos acadêmicos e populares, estabelecendo uma interface entre a cientificidade e a territorialidade. Desse

modo, rompe com modelos hegemônicos, pois compreende os participantes como agentes sociais do território, constituindo uma práxis coparticipativa e contextualizada às realidades comunitárias (Gomes & Merhy, 2014).

Nessa visão, a educação popular é uma oportunidade de assumir caminhos para a construção de práticas com uma atitude afetiva, coparticipativa, ética, política, pedagógica e decolonial. Entre as práticas de educação popular, destaca-se o Círculo de Cultura (CC), que permite o surgimento de uma ação coletiva. Para Freire (1967, p. 7):

O círculo se constitui assim em um grupo de trabalho e de debate. Seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social.

Esse olhar inspirou a escolha da metodologia que utilizamos, pois propicia uma prática psicológica com o compromisso de um cuidado coletivo com o povo da terra, considerando a dialogicidade como caminho possível à ação interventiva.

A população acompanhada constituiu-se de camponesas e camponeses afetadas(os) pela transposição do rio São Francisco na zona rural do Sertão Pernambucano. Foram três (3) comunidades impactadas, de modo singular, pela presença do megaempreendimento: a Vila Produtiva Rural Salão, que é composta por pessoas realocadas após a desapropriação; o Sítio Cipó, que teve seu território cortado pelo canal da transposição; e a Cooperativa Hortifruiti-Granjeiro, que perdeu acesso às águas de uma barragem com a implementação da obra.

Além disso, outros impactos materiais e simbólicos foram compartilhados entre elas, tais como as violações de direitos, representadas pela precariedade do acesso à água, à escola, ao lazer e à saúde, pelas indenizações irrisórias e pelo sofrimento em ver o território violado (Silva & Santos, 2020). Em 2020, essa realidade se agravou por causa da COVID-19. Com o isolamento social provocado pela pandemia, houve um distanciamento presencial do campo, demandando outro modo de pensar o fazer psicológico, um que envolvesse os recursos digitais.

Em um diálogo virtual com as comunidades que sinalizaram a importância do distanciamento social, vimos, na literatura de cordel e na poesia matuta, como já sinalizado, uma via de conversação e de cuidado com o povo camponês que acompanhávamos. Esse foi um momento de tensão e de apreensão que despertou a inventividade na prática psicológica e, além da arte de criar, demandou uma atitude de pre-ocupação com as necessidades das comunidades. Por meio da dialogicidade proporcionada pela arte, o cuidado de si, do outro e do território precisou de um novo modo de irromper os muros acadêmicos das aulas remotas.

Os materiais construídos foram o mote possível para que, a partir das redes sociais e de encontros virtuais, dialogássemos sobre o momento pandêmico tão difícil em que todo o mundo se encontrava. Uma atenção psicológica de cuidado se trançou virtualmente mediante o cordel “Coronavírus em cordel”⁷⁰ e a poesia matuta “O que espio da minha janela?”⁷¹.

Em 2021, surgiu o chamado para retornarmos presencialmente ao território e, por causa da vacina contra a COVID-19, regressamos ao campo para cartografar o caminho a ser percorrido, compreendendo que “o olhar do cartógrafo clínico repousa sobre o sentido das acontecências no cenário mundo” (Santos, 2016, p. 37). Nessa criação coletiva, há a possibilidade de desvelar modalidades de prática que emergem das acontecências do cotidiano. Assim, a cartografia clínica se faz um caminho coparticipativo que contribui para imprimir uma prática clínica contextualizada.

Surge, então, o curso Mobilizadores(as) Comunitários(as) em Saúde como expressão da possibilidade de uma prática psicológica com uma interface entre a Educação Popular e a Ação Clínica no Viver Cotidiano. Desse modo, o curso se mostrou um lugar fronteiroiro entre a ação clínica e a prática pedagógica, sendo um mote para a criação de um espaço de convivência no qual se fez possível o cuidado de si, coletivo e do território, ao mesmo tempo que promoveu a partilha de saberes.

Em cada comunidade houve 8 (oito) CCs em um intervalo de 2 (dois) meses. O primeiro teve o objetivo de cartografar as temáticas a serem trabalhadas. Os demais caminhavam de acordo com as demandas singulares de cuidado a cada comunidade. Assim, as temáticas trabalhadas foram: perspectiva para a juventude; direito à saúde; bem-estar na pandemia: saúde mental; geração de renda; espaços de lazer; direito e cidadania; agroecologia; cultura e ação social; horta comunitária; reconstrução da Associação de Moradores; e, por fim, acesso e distribuição de água, assunto que atravessou todas as comunidades. O último CC foi a culminância, que possibilitou a produção de uma síntese, apresentada pelas comunidades, sobre os encaminhamentos realizados e as novas demandas advindas do diálogo coletivo.

DISCUSSÃO

No acompanhamento do povo camponês, foi possível compreendermos como a implementação da transposição do rio São Francisco atravessa o cotidiano da população vulnerabilizada. Diante dessa situação, fez-se presente um sentimento mobilizador frente a um cenário de violações de direitos, sentimento este que convidou a equipe a construir, junto à

70 O cordel contou com a participação de Silvio Borges, cordelista nordestino, e a ilustração de Emily Aiany.

71 A autoria foi ocultada para não identificar os autores. Após o resultado, será incluída

população, estratégias e ações de cuidado contextualizadas às demandas do território. Para isso, utilizamos o CC no acontecer do curso Mobilizadores(as) Comunitários(as) em Saúde.

Ao nos pôr em andança, houve a possibilidade de escutar narrativas que revelavam os modos de vida campesino. Compreendemos que acompanhar é se dispor a “caminhar e compartilhar com outras/os, ‘estar com’, ‘estar ao lado’ dos sujeitos e das comunidades; é construir e ser um parceiro em suas apostas, reivindicações e processos” (Parra-Valencia, 2020, p. 63, aspas da autora, tradução nossa). O programa, então, dispôs-se a ver e a escutar o que revelavam as vozes de um povo negligenciado pelo Estado e pelo megaempreendimento que é a transposição. Ao contrário de “dar voz”, vimos a importância de escutar a voz desse povo, que narra e compartilha a própria experiência, visto que “escutar numa ‘escuta em ação’ é, em termos clínicos, acompanhar e recolher o movimento de mostraçãõ desse outro no momento do acontecimento no viver cotidiano” (Santos, 2016, p. 131, aspas da autora).

No CC, como possibilidade de prática psicológica, foram revelados movimentos de apropriação das experiências de povos em situações de vulnerabilização, de violação de direitos e de movimentos possíveis à luta coletiva. Podemos destacar os seguintes: participação em audiência pública, retomada da Associação de Moradores, luta pela melhoria das estradas, retorno dos jogos de futebol feminino e o acesso à água. São aspectos que desvelam o fortalecimento de ações coletivas a partir da compreensão de que a organização comunitária acontece em coparticipação. Sob essa ótica, podemos dizer que a ação clínica da(o) psicóloga(o) abrange três dimensões do cuidado: de si, dos outros e do mundo habitado (Santos, 2016).

Em se tratando da literatura popular, podemos dizer que ela se apresentou como um caminho possível para uma prática psicológica de prevenção em saúde. Mas como criar poesia? Como entrar em um universo (des)conhecido se, embora sejamos nordestinas(os), não somos poetas? Esse foi o momento de compreendermos a provocação de Santos (2016, p. 157, grifos da autora), quando utiliza a expressão “*Sustentando-se na tensão de ser nome-ação...*”. Chama, portanto, à atenção: “não se sabe *a priori* a modalidade de prática psicológica que se lançará mão. Como nome-ação revela que a modalidade de prática psicológica será escolhida e/ou criada em ação e na ação com-outros” (Santos, 2016, p. 171, grifo nosso).

Em meio às inquietações suscitadas pela pandemia da COVID-19, experienciamos momentos de criação em que cuidávamos de nós e, com inventividade e plasticidade, lançávamo-nos no desafio de escrever e desenhar cordel e poesia matuta, a fim de acompanharmos o povo camponês, em uma prática psicológica inovadora para nós e para eles.

Feijoo (2004, p. 93) afirma: “a psicologia clínica ao modo da *techné* aproxima-se da arte como desvelamento e se afasta da técnica como instrumental com vista ao desenvolvimento”. A autora enfatiza a possibilidade de uma prática psicológica voltada para o desen-

cobrimento em vez de para a instrumentalidade. Tal prática lança mão do re-curso, em uma atitude que põe em andamento o fenômeno com sentido e que não enfoca a concretização de um produto. Nessa conjuntura, vemos uma aproximação da ação clínica do fazer artístico, pois há a possibilidade de acompanhar o outro com uma disposição afetiva para lidar com o que pode aparecer e com o inusitado — próprio do viver cotidiano —, voltando-se para o trânsito, a descoberta e a criação.

Trabalhamos com a literatura popular como re-curso numa prática psicológica inovadora de cuidado em saúde por meio de encontros virtuais. Então, compreendemos:

[...] essa ação clínica no viver cotidiano solicita disposição e abertura para acompanhar o outro no inusitado do próprio viver. É preciso seguir o chamado do cliente e acompanhá-lo num ‘canto de convivência’, sendo esse um espaço acontecimental para a conversa acontecer. (Santos, 2016, p. 166, aspas da autora)

Nessa direção, tomando a criação de poesia matuta e de cordel como um modo de cuidado do povo camponês no período pandêmico, de um lado, aproximamo-nos uns dos outros, apesar da distância física, através da narrativa das experiências, que contam, em uma linguagem cantada/falada, as intempéries de estar em situação de vulnerabilização; de outro, vemos essas literaturas como um re-curso terapêutico, ou seja, uma atitude de cuidado com um povo negligenciado pelo Estado, cuja violação de direitos proporciona, entre outras questões, a ausência do direito à saúde.

Dessa maneira, a ação clínica se mostra uma ação política “que se constrói num fazer com-outros. Ou seja, a ação política se faz em espaços coletivamente habitados” (Santos et al., 2021, p. 112). Nesse sentido, a população é autora da própria história, e a equipe, acompanhante do processo de fortalecimento da autonomia comunitária na luta pela garantia de seus direitos. Entre as ações promovidas, o CC, a partir do curso, e a literatura popular, por meio do cordel e da poesia matuta, revelaram-se um caminho interventivo e colaborativo desse movimento, uma possibilidade do acontecer da prática psicológica.

Na Ação Clínica no Viver Cotidiano, “todo espaço de convivência se faz possibilidade para o acontecer da atenção psicológica” (Santos, 2016, p. 165). Assim, a prática psicológica acontece onde o povo da terra nos leva: no terreiro da casa, no galpão, na sede da Associação de Moradores, no campo de futebol, embaixo de árvores, entre outros espaços.

As ações, nesses contextos, revelam uma práxis comprometida com a luta pelos direitos humanos e com a saúde, compreendendo a complexidade da trama cotidiana que atravessa

o povo camponês do Sertão nordestino. Com isso, a extensão universitária lança sobre essa realidade um olhar de cuidado, assumindo o compromisso social com propósito de realizar:

[...] uma construção de saberes compartilhados em coparticipação entre a academia e a comunidade. Assim, dirige-se a uma produção de saberes que valoriza a experiência e põe em evidência a realidade regional em que a Universidade está inserida: no Agreste e Sertão pernambucano. (SANTOS, 2019, p. 146-147)

Realçamos, aqui, as ações extensionistas como espaço fértil e potente para a inovação de práticas psicológicas, pois convida quem solicita o cuidado a participar da criação de possíveis caminhos interventivos. Contrariando a lógica do deslocamento das pessoas para um cuidado nas áreas urbanas, a equipe do TransVERgente se põe em andança pelas comunidades rurais. Assim, é possível construir espaços para uma práxis comprometida com as singularidades dos territórios — nesse caso em específico, do cenário brasileiro, nordestino e sertanejo. Essa é uma ação revolucionária na práxis da Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta multiprofissional e interdisciplinar das ações do Programa TransVERgente se mostra articulada com a população local e se propõe a acompanhá-la no cuidado de si, do conviver e do território, bem como na luta pelo acesso aos direitos básicos. Toma como direção interventiva a Ação Clínica no Viver Cotidiano, a educação popular e a arte, pela literatura de cordel e poesia matuta. Esse movimento demonstra o caráter clínico e educativo das ações do programa.

Nessa direção, a ação clínica de psicólogos(os) consiste em se pôr em andança em uma ação coletiva. Percebe-se que, no contexto das comunidades camponesas, a práxis profissional se expande para uma ação clínica coparticipativa e colaborativa que foge aos psicologismos e ao tecnicismo, dado que se caracteriza enquanto movimento que cria caminhos decoloniais para uma prática psicológica entrelaçada à ação política.

A equipe encaminha modos de cuidado e dá relevo à efetivação de políticas públicas direcionadas aos povos do campo, bem como ao reconhecimento do saber popular. Uma forma de cuidado possível, que emergiu no trabalho, é a viabilização da participação social no acompanhamento dos encaminhamentos e dos desdobramentos dessas políticas.

Uma form(ação) acadêmica tecida também pelas ações extensionistas, enquanto mobilizadoras de uma práxis profissional interdisciplinar e territorial, distancia-se do encastela-

mento da Psicologia. A(o) psicóloga(o)-pesquisadora(or)-extensionista subverte a lógica de colonização do saber, do poder e do ser, dispondo-se, afetivamente, a acompanhar, em ação coparticipativa, as acontecimentos do viver cotidiano e estando atenta(o) às armadilhas que subalternizam os saberes, as tradições, as culturas e os modos de existir.

Deslocar do pensamento da técnica moderna, que preconiza controle e soberania, para a decolonialidade, a partir do encontro com o tradicional, marca a presença da inovação no fazer psicológico. Com isso, encontramos-nos com a possibilidade de **transver**, de ver além do universo eurocêntrico e colonizador, dialogando com uma prática psicológica insurgente, que se manifesta no brotar das ideias, das ações, das afetações da **gente** que solicita a atenção psicológica. Por fim, podemos dizer que a Psicologia insurgente tem solo fecundo nas demandas dos diversos povos, construindo suas práticas de forma insubordinada ao modelo hegemônico instituído, localizando-se nas fronteiras e oxigenando-se nos saberes periféricos e tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, C. J. (2004). *O Sertão em verso*. Repórter Brasil. <https://reporterbrasil.org.br/2004/06/o-sertao-em-verso/>

Brasil, Ministério da Integração Nacional. (2004). *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*. Ministério da Integração Nacional. <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/documentostecnicos/RIMAJULHO2004.pdf>

Cardoso, F. S., D'Angelo, I. B. M., & Cunha, C. O. G. M. (Orgs.). (2020). *Interdisciplinaridade e Direito: Reflexões teóricas e empíricas* (Vol. 2, pp. 11–16). Editora Fi.

Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: Novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6(2), 53–75.

Critelli, D. M. (1996). *Analítica do sentido: Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. EDUC/Brasiliense.

Dubeux, A. (2018). Extensão universitária no Brasil: Democratizando o saber da universidade na perspectiva do desenvolvimento territorial. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social*, 6, 9–24.

Feijoo, A. M. L. C. de. (2004). A psicologia clínica: Técnica e técnica. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 83–93.

Freire, P. (1967). *A educação como prática de liberdade*. Paz e Terra.

Gomes, L. B., & Merhy, E. E. (2014). A educação popular e o cuidado em saúde: Um estudo a partir da obra de Eymard Mourão Vasconcelos. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 1427–1440.

Lajolo, M. (1989). *O que é literatura* (10. ed.). Brasiliense.

Parra-Valencia, L. (2020). *Clínica PsicoSocial: Una propuesta crítica y alternativa para América Latina*. Ediciones Cátedra Libre.

Pereira, D. F., et al. (2022). O pensamento decolonial na psicologia brasileira. *Conhecimento & Diversidade*, 14(32), 181–193. <https://doi.org/10.5935/0103-4235.20220009>

Santos, G. O., et al. (2021). Onde eu nasci passa um rio: Narrativas da desapropriação e ação política como caminho de apropriação. In S. E. B. Santos et al. (Orgs.), *TransVERgente: O desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco* (pp. 99–118). Editora Dialética.

Santos, S. E. B. (2016). “Olha!... Arru(A)ção!?!...” *A Ação Clínica no Viver Cotidiano: Conversação com a Fenomenologia Existencial* (Tese de doutorado). Universidade Católica de Pernambuco.

Santos, S. E. B. (2019). Nem em plataforma, nem em prateleira: Uma tese em arru(a)ção. In B. E. B. Cabral et al. (Orgs.), *Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: Experimentações em Psicologia* (pp. 141–156). CRV.

Silva, G., Santos, G. O., & Santos, S. E. B. (2020). Um lamento ao redor do Velho Chico: Por onde anda o direito à saúde? In F. S. Cardoso, I. B. M. D’Angelo, & C. O. G. M. Cunha (Orgs.), *Interdisciplinaridade e Direito: Reflexões teóricas e empíricas* (Vol. 2, pp. 70–84). Editora Fi.

Silva, G., & Santos, S. E. B. (2020). “Grito da terra”: Narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do Velho Chico. *Revista Conexão UEPG*, 16, 1–23.

Silva, V. M. A. (1994). *Teoria da literatura*. Livraria Almedina.

CAPÍTULO 12

GUIA VIRTUAL DE ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA⁷²⁷³

Inayá Ananias Weijenborg⁷⁴

RESUMO

O produto é um guia virtual criado a partir de pesquisa de mestrado cujo objetivo foi estudar as percepções de violência contra a mulher a partir de trabalhadores do CREAS de um município paulista de pequeno porte e um coletivo de mulheres que nasceu nesse mesmo município (e se estende, agora, a outros estados) para enriquecer a discussão sobre o atendimento do SUS e do SUAS às mulheres vítimas de violência. O guia contou com trechos do material analisado na pesquisa e acrescentou questões relevantes, a fim de criar um produto didático que pudesse participar da formação continuada de profissionais da rede de serviços públicos sobre o atendimento a mulheres em situação de violência.

INTRODUÇÃO

Como requisito de conclusão do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, a pesquisa deve gerar um produto técnico, produção tecnológica formalizada pelo Grupo de Trabalho da CAPES instituído pela Portaria 171/2018. De acordo com o relatório do GT de Produção Técnica (2019), o produto técnico proposto na presente pesquisa encontra-se no Eixo 1- Produtos e Processos, na modalidade “8 - Material didático e instrucional”, e, dentro dos produtos relevantes para as 49 áreas de avaliação, corresponde ao produto nº 6: Material Didático, de subtipo audiovisual/novas mídias. É um guia virtual com dados da grade interpretativa das

72 Trabalho premiado em 3º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em curso de especialização ou de mestrado” da 1ª Edição do Prêmio Sylvania Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

73 Produto técnico da pesquisa de mestrado profissional em Saúde Coletiva: Políticas, Planejamento e Gestão da UNICAMP, intitulada Percepções Sobre Violência Contra Mulher: Estudo com um CREAS e um Coletivo de Mulheres

74 Psicóloga da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP, onde está, atualmente, na equipe da Alta Complexidade da Assistência Social. Nesta prefeitura, atuou dois anos em CREAS e três anos em CAPS. Na área da Educação, tem experiência na UNESP (pela FAMESP) e foi docente por um ano do curso de Psicologia.

narrativas ampliadas de forma gráfica e dinâmico, cujo público-alvo são os profissionais da rede de serviços públicos do município de Ilha Solteira/SP, com intuito de mediar o processo ensino-aprendizagem em diferentes contextos educacionais. Ele é acessível por um site, cujo link é <https://guiavirtualdeatendimento.vercel.app/>.

É possível utilizar essa mídia como um guia para o Sistema Único de Saúde - SUS e para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no atendimento a mulheres vítimas de violência, e os gestores poderão utilizar na educação permanente dos profissionais da rede e qualificação dos serviços. É um material dirigido a profissionais de serviço público que pode instrumentalizar o atendimento a mulheres em situação de violência. Além disso, pode fortalecer a pactuação do Protocolo de Fluxo de Atendimento Intersetorial à Mulher em Situação de Violência, ferramenta produzida pelo município de Ilha Solteira que acompanha a Ficha de Notificação de Violência e descreve responsabilidades de cada setor do serviço público, destacando que não é atribuição apenas do CREAS realizar esses atendimentos e requer preparo de todos os atores da rede de políticas públicas.

O produto técnico não é exatamente um resumo do conteúdo produzido na pesquisa de mestrado; ele é uma elaboração *a partir* dos dados, pois utiliza como norte a premissa de construir estratégias para mobilizar questionamentos e reflexões em favor da discussão sobre violência. Ele precisa cumprir esse papel estratégico utilizando-se de uma interdição/elaboração; violência não é qualquer coisa e não pode se falar de qualquer jeito sobre ela. Sendo o guia um material informativo, não é espaço para suscitar indagações que banalizem ou reproduzam violências e representações sociais do agressor e vítima, como foi o que apareceu em alguns momentos da construção dos dados da pesquisa de mestrado.

Por isso, o conteúdo escolhido para constar no produto segue essa linha de raciocínio: apresentar conceito de violência, os tipos de violência contra a mulher, formas de identificação dessas violências e estratégias de enfrentamento à violência. Assim, dará destaque ao empoderamento de mulheres ao sinalizar que é possível perceber algumas escolhas diante dessas situações e mencionar a importância de estudar o tema, fazer circular afetos e criar laços sociais protetivos. O resultado teve um diferencial em relação a outros guias e materiais didáticos sobre o tema: o guia virtual contém aspectos técnicos e afetivos sobre violência contra a mulher, tema sensível e de extrema importância para a Psicologia e para as políticas públicas, abordou a questão da violência de gênero na pandemia de covid-19 e sua veiculação digital é mais fácil e potente, assim como sua linguagem. Por meio de recursos artísticos – que apareceram nos dados da pesquisa como instrumento de estudo e enlaçamento social – foi possível criar uma estética que sensibiliza e orienta sobre a atuação dos profissionais ao mesmo tempo.

A sindemia que o planeta viveu de 2020 a 2022 trouxe prejuízos irrecuperáveis, e deixou evidente que as políticas sociais são efetivas se fortalecidas intra e intersetorialmente. O produto aqui apresentado diz sobre um lugar de intersecção entre, principalmente SUS e SUAS, que exigiu bastante da Psicologia na pandemia. O cuidado à saúde geral e mental e a proteção social básica e especial foram emergências de um estado de calamidade no qual a preocupação fundamental era a vida. Sendo assim, o compromisso social das psicólogas demanda divulgar relatos, discussões e instrumentos de enfrentamento desse período que ainda mostra seus efeitos. Dessa forma, socializamos aprendizados para, sem esquecer os acertos e erros, possamos em coletividade tentar evitar a mesma proporção que a sindemia tomou.

APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto é um guia virtual construído a partir da pesquisa qualitativa que construiu narrativas em grupos focais narrativos com profissionais de um CREAS e com um coletivo de mulheres, a fim de investigar percepções sobre violência contra mulher. Com a pesquisa, foi possível criar uma elaboração posterior com elementos novos e pertinentes, culminando no guia apresentado.

Minayo (2007) escreve que, Segundo a Organização Mundial de Saúde, em seu Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde, violência é

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002, p. 5).

Coerentemente à sua descrição da pesquisa social, Minayo traz na definição de violência as dimensões social e histórica. A violência é social e humana porque “ela consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades (p. 23)”, e é histórica porque ela se apresenta sob formas diferentes dependendo da sociedade e da época. Além disso, há violências que persistem no tempo e se manifestam em diversas sociedades, como a violência de gênero (sobretudo a violência do homem contra a mulher) e de raça (como dos brancos contra negros). “**Essas modalidades de expressão permanecem ‘naturalizadas’**: é como se, ao cometê-las, as pessoas julgassem que estão fazendo algo normal (p. 23, grifo meu)”.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia – CFP, em documento sobre orientação à atuação de psicólogos com crianças em situação de violência,

A violência deve ser compreendida como produto de um sistema complexo, de relações historicamente construídas e multideterminadas, que envolve diferentes realidades de uma sociedade, assentadas em uma cultura, permeadas por valores e representações (AMORIM, 2005). Essa multideterminação implica, portanto, que voltemos nosso olhar para as diferentes realidades – familiar, social, econômica, política, jurídica – que estão assentadas em uma cultura e organizadas em uma rede dinâmica de produção de violência. (CFP, 2009, p. 34)

Dentro da trama de tensões, violências e iniquidades sociais, a pesquisa – e, portanto, o produto técnico guia virtual – escolheu ficar às voltas especificamente com a **violência contra a mulher**. Para isso, acrescentamos à discussão sobre violência a questão de **gênero**:

Por gênero, entendemos a modelação por meio de atributos culturais associados ao sexo e às suas peculiaridades biológicas. Em outras palavras, definimos como gênero os modelos socialmente construídos acerca do que vem a ser homem e mulher (Zuma, Mendes, Cavalcanti & Gomes, 2007, p. 150).

Portanto, violência contra a mulher, nessa pesquisa, é considerada a violência dirigida a mulheres enquanto categoria de gênero socialmente construída em torno de características fisiológicas sexuais dicotômicas. O intuito não é dar conta da discussão da pluralidade de gênero, identidades e expressões afetivas, mas considerar que a violência contra a mulher é uma categoria de análise viável e que funciona com base na díade homem-mulher interferindo inclusive na vida de pessoas que não se encontram nesse modelo binário.

Para a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, violência contra a mulher é *“qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à Mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”* (Brasil, 1996). Para a Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/06), *“configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”* (Brasil, 2006).

Além disso, a violência pode perpassar gerações, o que é chamado de violência transgeracional. Em outras palavras, as pessoas que sofrem violência, podem vir a praticar atos violentos e/ou de negligência contra os filhos, irmãos ou pessoas que compõem sua rede de relações (Onocko-Campos, 2018 apud Silva, 2021, p. 44).

Violência é um fenômeno com múltiplas variáveis e determinações constitutivas do alicerce cultural da nossa sociedade. O CFP com os Conselhos Regionais de Psicologia formulam uma orientação de que:

[...] 4) É necessário aprofundar a discussão sobre os conceitos de violência, de abuso sexual e sobre os cuidados com os encaminhamentos envolvendo todos os atores da rede e do próprio Sistema de Garantia de Direitos.

5) Os governos devem investir nas iniciativas de fortalecimento das redes de proteção e do Sistema Garantia de Direitos [...] (CFP, 2010, p. 120 e 121).

Em relação ao método, grupos focais são usados em pesquisas exploratórias para gerar hipóteses, construir medidas ou complementar as conclusões de estudos quantitativos, e para dar voz a grupos muitas vezes silenciados. Grupos focais não são apenas unir pessoas para trocar ideias, mas requerem certos objetivos, habilidades gerenciais, diretrizes, organização e procedimentos para funcionar (Onocko-Campos et al., 2017, p. 2).

Dentro da concepção de grupo focal exploratório, especifica-se que o modelo adotado será o grupo focal narrativo. Grupo focal narrativo, segundo Miranda, Figueiredo, Ferrer & Onocko Campos (2008), foi o nome dado à configuração *sui generis* que se desenvolveu no decorrer de uma pesquisa avaliativa dos Centros de Atenção Psicossocial de Campinas-SP. A pesquisa envolveu grupos focais, também à luz de Gondim (2003), e ocorreu com certas adaptações, por exemplo, a construção de narrativas a partir do que era dito nos encontros dos grupos. As narrativas eram levadas, posteriormente, ao mesmo grupo, para serem analisadas, transformadas e validadas.

Tendo em vista essas adaptações da técnica e os produtos dela oriundos, concluímos que os grupos desenvolvidos na nossa pesquisa requerem também uma nova nomeação. Optamos por denominá-los *grupos focais narrativos*, uma vez que entendemos que eles se constituíram como narrativas e não descrições dos processos de trabalho dos Caps. Sendo narrativos, permitiram que o vivido se transformasse em discurso, pudesse distanciar-se e produzir novas ressonâncias. Serviram de mediação entre a memória e a ação política, tal como propõe Kristeva (2002). Analisando a segunda rodada dos *grupos focais narrativos*, torna-se evidente o movimento hermenêutico que procuramos seguir como linha metodológica desta pesquisa. Diante da possibilidade de escutarem as narrativas que eles próprios construíram, os participantes dos grupos voltaram-se para uma espécie de meta-análise. Confirmaram as argumentações, aprofundaram as discussões, manifestaram mudanças em relação à situação inicial, reviram falas, surpreenderam-se e incomodaram-se consigo mesmos (pp. 55-56).

O movimento hermenêutico apontado na citação constitui um grande diferencial nessa metodologia. Depois de audiogravar e transcrever o primeiro encontro do grupo focal, dá-se ao texto a característica de narrativa e apresentamos a outro pesquisador do grupo para validar, comparando essa primeira narrativa com a transcrição.

As narrativas, assim construídas, são apresentadas em um segundo encontro [...] para discussão. [...] Chamamos esse segundo encontro de grupo (ou momento) hermenêutico e ele tem o papel de validar os dados, mas também de produzir efeitos de intervenção— à maneira de uma construção em Freud (1975[1937]).

[...]

Hanna Arendt, na biografia que dela faz Júlia Kristeva (2002), sustenta que a vida é uma narrativa. A vida seria especificamente humana com a condição de que possa ser representada por uma narrativa e partilhada com outros homens.

[...]

A atividade narrativa permite ao sujeito a restituição de sua verdade histórica, o que dá acesso a ressignificações, ou seja, a autoria da própria história. A narrativa solda, assim, as relações entre vida e política, pois a vida na pólis é sempre mediada pela palavra. (ONOCKO-CAMPOS, 2011, p. 1273-1274)

Para que o guia seguisse um percurso cuidadoso sobre o tema violência contra mulher, escolheu-se organizar em introdução, tipos de violência, formas de enfrentamento, o que cada serviço das políticas públicas pode e deve fazer, fluxo de atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto técnico pode contribuir para instrumentalização do trabalho com violência contra a mulher, sinalizando saídas e possibilidades para além de espaços institucionalizados, dando um corpo prático e replicável sobre as discussões nas outras etapas da pesquisa. Pode haver uma aceitabilidade considerável porque parte do público-alvo terá contribuído previamente com parte do conteúdo do produto. Espera-se que haja sustentabilidade também considerável por ajudar a instrumentalizar o trabalho com um tema tão delicado como é a violência. A penetração em outros serviços além do CREAS pode ocorrer se houver um movimento entre gestão de fazer-se cumprir os protocolos de fluxo de atendimento às situações de violência e utilizar o guia como material didático e, talvez, manual de boas práticas. O produto técnico não teve custos e é viável, principalmente pelo seu meio digital de divulgação; a pandemia de covid-19 trouxe uma exaustão do uso da Internet mas, ao mesmo tempo, o uso discriminado dessa ferramenta mostrou grandes possibilidades de circulação de ideias e conhecimento. Por conta dessas características e pelo protagonismo de trabalhadores e mulheres organizadas na construção, entende-se que o produto técnico pode ser atrativo para a gestão e os trabalhadores e possui elementos inovadores em relação a guias/manuais sobre violência contra a mulher mais tradicionais. Os guias tradicionais são de extrema relevância, mas geralmente são de material impresso (exige um custo de impressão, é menos sustentável ambientalmente, certas mulheres que sofrem violência doméstica, sejam público atendido ou profissional que atende, preferem não levar material que seus agressores podem ter mais fácil acesso na sua residência, e, se acabam os exemplares, é necessário toda uma logística e burocracia para providenciar mais, sendo que, no caso do guia virtual, basta manter um cartaz com o QR CODE nos estabelecimentos públicos para fácil acesso para quem dispõe de celular); o conteúdo de guias tradicionais são, por vezes, menos atrativo no seu formato e na sua linguagem geralmente sumariamente técnica; o guia virtual utilizou linguagem indicada nos dados da pesquisa como importante forma de comunicação e aprendizado (música, literatura, afetividade etc); houve um cuidado para que o guia virtual sensibilizasse, mas sem se tornar uma afetação ou sensacionalista, possibilitando elaborações sobre tema tão sensível;

alguns materiais impressos são feitos para serviços específicos e, este, deu ênfase para a função de cada serviço e compromisso da intersetorialidade para enfrentamento de um fenômeno multifatorial e relevante; o guia virtual possibilita fácil acesso (um clique) para outros materiais de estudo sobre violência; o guia virtual possui um menu que fica presente o tempo todo na parte de cima da tela, proporcionando boa navegabilidade e escolha de qual item ler ou reler; o guia virtual tenta incluir a(o) leitor(a) na discussão procurando, ao mesmo tempo, ampará-la(o); o guia virtual contou com trechos das narrativas criadas com profissionais do SUAS e também um coletivo de mulheres, e utilizar narrativas de populações que não estão ocupando lugares estritamente acadêmicos ou estritamente de profissional de políticas públicas traz também novo tom ao conteúdo por inovar na metodologia; o guia, por ser virtual e se utilizar de recursos artísticos, é mais atrativo pela sua própria originalidade. Além disso, para a Psicologia, especificamente, o conteúdo do guia virtual conversa com o CREPOP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (1996). *Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996: Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

Brasil. (2006). *Lei Maria da Penha: Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo*. CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2010). *A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção*. CFP.

Gondim, S. M. G. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: Desafios metodológicos. *Revista Paidéia Cadernos de Psicologia e Educação*, 12(24), 149–161. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2003000200005>

Minayo, M. C. de S. (2007). Conceitos, teorias e tipologias de violência: A violência faz mal à saúde. In K. Njaine, S. G. Assis, & P. Constantino (Orgs.), *Impactos da violência na saúde* (Cap. 1). Editora FIOCRUZ. <https://books.scielo.org/id/7yzrw/epub/njaine-9788575415887.epub>

Miranda, L., Ferre, A. L., Figueiredo, M. D., & Onocko-Campos, R. T. (2008). Dos grupos focais aos grupos focais narrativos: uma descoberta no caminho da pesquisa. In R. T. Onocko-Campos, J. P. Furtado, E. Passos, & R. Benevides (Orgs.), *Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade* (pp. 249-277). Aderaldo & Rothschild Editores.

Onocko-Campos, R. (2011). Fale com eles! O trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: Inovações a partir de desenhos participativos. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 445-466. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000200011>

Onocko-Campos, R. T., et al. (2017). Methodological challenges in the use of focus groups with people with severe mental illness. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(6). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00187316>

Silva, A. A., et al. (2021). Implementação de um ambulatório psicossocial para pessoas expostas a situação de violência em um hospital universitário. *Vínculo*, 18(1), 42-52. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p73-91>

Zuma, C. E., Mendes, C. H. F., Cavalcanti, L. F., & Gomes, R. (2007). Violência de gênero na vida adulta. In K. Njaine, S. G. Assis, & P. Constantino (Orgs.), *Impactos da violência na saúde* (Cap. 7). Editora FIOCRUZ. <https://books.scielo.org/id/7yzzw/epub/njaine-9788575415887.epub>

The background features a vibrant, abstract design with various colored lines and shapes. A prominent purple line forms a large, rounded rectangular frame around the text. Other elements include orange, pink, blue, and purple lines, circles, and dots scattered throughout the page.

PARTE III

Categoria: Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de doutorado, pós-doutorado, bem como de projetos de pesquisa vinculados a grupos de pesquisa

CAPÍTULO 13

PRÁTICAS INOVADORAS DERIVADAS DE TRABALHOS REALIZADOS EM CURSOS DE DOUTORADO, PÓS-DOUTORADO E PROJETOS DE PESQUISA VINCULADOS A GRUPOS DE PESQUISA

Jefferson de Souza Bernardes⁷⁵

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão⁷⁶

Neuza Maria de Fátima Guareschi⁷⁷

Cinco trabalhos foram premiados na Categoria 2.1.3. “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de doutorado, pós-doutorado, bem como de projetos de pesquisa vinculados a grupos de pesquisa”.

A avaliação dos trabalhos levou em consideração uma série de indicadores e critérios. Entretanto, nestes comentários faremos um recorte ressaltando a principal característica do Prêmio Sylvia Leser de Mello (Resolução CFP n. 32/2022), que é a inovação. Dessa forma, o objetivo do prêmio é a difusão das práticas inovadoras nas comunidades científicas e profissionais da Psicologia.

75 Psicólogo (1974-1979-UFPE) e doutor em psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento pela Université de Paris-5-Sorbonne (1988-1992), com estágios pós-doutorais no CNAM-CRTD (PARIS) em 2010 e setembro de 2023 a julho de 2024. É professor-titular e pesquisador junto ao departamento de psicologia e pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde desenvolve pesquisas nas áreas de trabalho precário e risco psicossocial, saúde e desenvolvimento, formação profissional. Ex-Pró-Reitor de Pesquisa (UFRN) nos quadriênios 2011-2014 e 2014-2018.

76 Psicólogo (1974-1979-UFPE) e doutor em psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento pela Université de Paris-5-Sorbonne (1988-1992), com estágios pós-doutorais no CNAM-CRTD (PARIS) em 2010 e setembro de 2023 a julho de 2024. É professor-titular e pesquisador junto ao departamento de psicologia e pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde desenvolve pesquisas nas áreas de trabalho precário e risco psicossocial, saúde e desenvolvimento, formação profissional. Ex-Pró-Reitor de Pesquisa (UFRN) nos quadriênios 2011-2014 e 2014-2018.

77 Professora associada do Programa de Pós - Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PhD pela University of Wisconsin - Madison. Coordenadora do Núcleo e-políticos: Estudos em políticas e tecnologias de subjetivação contemporâneas. Pesquisadora do CNPq 1A. Conselheira do CFP gestões 2020/2022 e 2023/2025. Editora da Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Coordenadora Nacional do Crepop e da Conpas.

A inovação aqui não se aplica somente ao desenvolvimento de artefatos tangíveis ou de novas práticas, mas inclui igualmente a proposição de novos serviços e aperfeiçoamento de processos, de forma a proporcionar ganhos em termos da qualidade de vida das pessoas em geral. A concepção é abrangente e pragmática: tanto os processos quanto os resultados são importantes e devidamente considerados. Os impactos sociais, posicionando a inovação como central, já é um elemento central, já é realidade na avaliação da pós-graduação brasileira e esse entendimento de relevância manteve-se nesta premiação. Inovação envolve criar, inventar tanto ideias como processos, ferramentas ou serviços que agreguem novidade, mesmo que de natureza incremental, na vida em sociedade.⁷⁸

Há um desafio importante para a avaliação de práticas inovadoras no âmbito da psicologia: a sua ampla diversidade epistêmica, teórica e metodológica e sua potencial amplitude em distintos campos de atuação. O desafio é realizar a aferição das práticas inovadoras derivadas desse contexto. Tal diversidade e amplitude tornam a avaliação complexa, à medida que nos deparamos com temáticas e perfis de produção/efeitos diferenciados no que diz respeito a essa diversidade.

A presente edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello concedeu trabalhos e indicou outros 2 para publicação (Quadro 1).

Quadro 1. Trabalhos premiados e indicados para publicação - Prêmio Sylvia Leser de Mello/CFP - 2022

N.	TÍTULO	PREMIAÇÃO	ORDEM CLASSIFICAÇÃO	INOVAÇÃO
76	Atingidos somos nós: a produção de documentário como instrumento de escuta e mobilização social	Indicado para o primeiro prêmio.	1	Dispositivos tecnológicos sociais, audiovisuais, coletivizados

78 BASTOS, Antonio Virgílio B.; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; PONTES, Fernando Augusto Ramos; FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha; ROSA, Miriam Debieux; MENANDRO, Paulo Rogério M.; GOMES, William Barbosa. Inovação e impacto: novas dimensões para avaliar os produtos dos programas de pós-graduação em Psicologia. In: TOMANARI, Gerson Yukio; SANTOS, Acácia Angeli dos; MOURÃO, Luciana (Orgs.). Pós-graduação em psicologia no Brasil: percurso, panorama atual e desafios. São Paulo: Vetor, 2023. cap. 11.p. 281-316.

N.	TÍTULO	PREMIAÇÃO	ORDEM CLASSIFICAÇÃO	INOVAÇÃO
120	Curadoria do próprio Desempenho Profissional: Um protocolo ágil de mapeamento, autogestão e empoderamento em contextos diversos	Indicado para o segundo prêmio.	2	Protocolos autogerenciáveis de desempenho profissional
98	Protocolo de suporte a crises induzidas por psicodélicos	Indicado para o terceiro prêmio.	3	Protocolos de cuidados em saúde por meio da análise de processos relacionados à gestão de pessoas e processos.
118	Mediações tecnológicas nos atendimentos psicológicos, psicopatologias e interação humano-tecnologia.	Indicado para publicação	4	Dispositivos tecnológicos individuais para saúde mental
42	Projeto Vozes e Cores: grupos terapêuticos para pessoas LGBTQIA+	Indicado para publicação	5	Dispositivos tecnológicos coletivos para saúde mental

No geral, os trabalhos apresentaram boa diversidade em relação às áreas de conhecimento no domínio da Psicologia, aos campos de atuação e às temáticas, assim como ao público-alvo envolvido. Dos cinco trabalhos selecionados, um envolve dispositivo tecnológico social e coletivizado, utilizando a produção de recursos audiovisuais para escuta e mobilização de determinada comunidade (código 76). Outros dois retratam a produção de dispositivos tecnológicos no campo da saúde mental coletivizado (42) e individual (118). Ademais, dois estudos abordam o desenvolvimento de protocolos: orientado para o desempenho profissional (120) e para os cuidados à saúde mental por meio de processos de redução dos danos no uso de substâncias psicodélicas em festas (98).

O primeiro trabalho premiado, **“Atingidos somos nós: a produção de documentário como instrumento de escuta e mobilização social”**, teve como objetivo apresentar o processo de produção de um documentário realizado em pesquisa participante e problematizar

as possibilidades de escuta e de mobilização social geradas a partir do processo de construção da hidrelétrica de Itu, localizada no sul do país. Há dois aspectos que denotam a inovação na produção dessa proposta documental. O primeiro, sem dúvida, baseia-se na regra básica da vida em sociedade que tem avançado na contemporaneidade: “nada para nós, sem nós”. Assim, o estudo foi produzido com os/as participantes da pesquisa em todos os processos, concepção do documentário, captação das imagens, a escolha dos locais de gravação, processo de edição, avaliação, etc. O segundo aspecto diz respeito à iniciativa de trabalhar uma dimensão da memória de forma coletiva, produzindo material para abordar as histórias da comunidade, além de conferir visibilidade política e social às vivências da população atingida pela construção da Hidrelétrica de Itu.

O segundo trabalho premiado nessa categoria, intitulado “**Curadoria do próprio Desempenho Profissional: Um protocolo ágil de mapeamento, autogestão e empoderamento em contextos diversos**”, explora um protocolo de mapeamento associado ao desempenho profissional, o qual busca desenvolver a habilidade de descrever e mapear desempenhos em contexto profissional, seus determinantes e resultados, e, assim, contribuir para a proposição de um plano de desenvolvimento profissional baseado em comportamentos laborais priorizados. Essa prática foi concebida e inspirada no *design thinking* como forma de proporcionar uma experiência de autoavaliação do desempenho profissional e direcionamento sobre oportunidades de autodesenvolvimento profissional. Essa ideia surgiu a partir de uma proposta de mapeamento autoaplicado cujos resultados demandaram um processo guiado devido a sua complexidade. Tal prática envolveu uma reformulação conceitual da variável “desempenho profissional” e originou protocolos inéditos devidamente fundamentados. Englobou também o desenvolvimento de procedimentos e ferramentas digitais e analógicas que sustentaram a experiência dos(as) participantes ao longo da jornada proposta sobre autoconhecimento. Assim, constituiu a proposição de uma prática aplicável a diversos contextos e sustentada por variáveis do comportamento organizacional que permitem sua aplicação aos mais diversos segmentos e com um baixo custo.

O terceiro trabalho premiado teve como título “**Protocolo de suporte a crises induzidas por psicodélicos**” (PROSC). Esse protocolo situa-se no paradigma da redução de danos, tecnologia inovadora no suporte ao uso e abuso de álcool e outras drogas, com o intuito de orientar profissionais e equipes à minimização de danos e à melhoria de qualidade de vida das pessoas que fazem uso de psicodélicos em contextos de eventos sociais (festas). O foco é o gerenciamento do uso de substâncias que provoquem riscos psicológicos adversos, denominados, pelos(as) usuários(as), de *bad trips*. O protocolo é acionado por meio de uma sistemática de suporte a crises. A produção do Protocolo de Suporte à Crise induzida por psicodélicos (PROSC) é vinculada a debates organizacionais sobre gestão de pessoas e processos. O gerenciamento da crise é fator importante para a qualidade de vida e promoção de saúde. O PROSC é composto por quatro produtos, a saber: 1. construção/avaliação das atribuições

das equipes de redução de danos em contexto de festa; 2. mapeamento das competências redutoras de danos em contexto de festa; 3. mapeamento do processo de suporte a crises induzidas por psicodélicos (produzido no software BIZAGI) e 4. matriz de responsabilidade RACI. Etapas baseadas no Manual de Suporte da Experiência Psicodélica do Zendo Project. É fundamental destacar que esse trabalho envolveu princípios gerais e éticos fundamentais. As pessoas que buscam suporte se encontram em situação de vulnerabilidade e devem ser tratadas com respeito, em um espaço seguro e livre de julgamentos.

Outros 2 trabalhos foram indicados para publicação nessa categoria **“Mediações tecnológicas nos atendimentos psicológicos, psicopatologias e interação humano-tecnologia”** é o primeiro deles. Esse estudo acompanhou processos exclusivamente remotos (on-line) e híbridos (on-line e presencial) de psicoterapia ao longo de 6 meses antes da eclosão da pandemia por Covid-19, focando em 3 frentes: 1. formação dos(as) profissionais para os atendimentos psicológicos mediados pelas tecnologias digitais; 2. novas formas de sofrimento decorrentes da interação humano-tecnologia; 3. repercussões, potencialidades, riscos e novas formas de interação social/digital e de terapêuticas digitais. Dessa forma, o estudo contribuiu, já durante a pandemia, para a estruturação de serviços de acolhimento on-line em diferentes universidades, além de retratar a urgência de uma plena inserção de profissionais, pesquisadores(as), governos e entidades de categoria profissional, visando a uma formação com uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e voltada a novas ferramentas psicológicas digitais no cuidado em saúde mental.

O segundo estudo indicado para publicação nesta categoria foi o **“Projeto Vozes e Cores: grupos terapêuticos para pessoas LGBTQIA+”**. Trata-se de um projeto de extensão universitária que oferece atenção à saúde mental de pessoas LGBTQIA+ através de grupos terapêuticos, realizado no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O estudo é uma pesquisa-intervenção que busca compreender a produção de subjetividades LGBTQIA+ com seus sofrimentos e afetos no cenário brasileiro contemporâneo, por meio de formas de intervenção não alienantes para elaboração de tais sofrimentos. A inovação aqui pôde ser verificada na sensibilidade da leitura de demandas específicas que surgem decorrentes do contexto sócio-político-econômico do país nos últimos anos, com crescente violência contra população LGBTQIA+. Por isso, é uma clínica da eticidade, um dispositivo clínico da/na/sobre política. Trata-se, ademais, de uma intervenção coletiva, pois em se tratando de um evento traumático que se inscreve coletivamente, demanda e merece uma elaboração coletiva, tal como proposto. A concepção de clínica, levada adiante nesse projeto, está longe da clínica do ajustamento e da modulação de comportamentos e subjetividades às demandas do capitalismo globalizado e às exigências cisheteronormativas.

Diante do exposto, é relevante destacar que todos os trabalhos envolvem, de uma forma ou de outra, dispositivos tecnológicos orientados para o cuidado de si e de outras pes-

soas. Nesse aspecto, a inovação é visibilizada em seu aspecto conceitual-metodológico, mas, também, em uma complexificação da implicação entre produção de conhecimento e comprometimento ético-político. Tais elementos colocam à mostra a marca da psicologia brasileira no que se relaciona à constante busca por ser contemporânea aos processos psicossociais que demandam práticas inventivas, rigorosas e criticamente fundamentadas no campo científico.

CAPÍTULO 14

ATINGIDOS SOMOS NÓS: A PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE ESCUTA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL⁷⁹

Carmem Regina Giongo⁸⁰

RESUMO

Milhares de barragens hidrelétricas foram construídas nas últimas décadas, gerando importantes impactos na saúde e nos modos de vida e de trabalho das comunidades rurais e indígenas atingidas. Apesar disso, é comum que estes empreendimentos sejam caracterizados como fontes de energia limpa, renovável e de baixo custo, invisibilizando os diferentes modos de sofrimento e as violências vivenciadas pelas comunidades que vivem nos territórios afetados. Tomando-se como foco a hidrelétrica de Itá localizada no sul do Brasil, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de produção de um documentário realizada no decorrer de uma pesquisa participante. Além disso, procura-se problematizar as possibilidades de escuta e de mobilização social geradas a partir do trabalho audiovisual. O estudo de cunho participativo teve início em março de 2014 e foi finalizado em dezembro de 2017, contando com a inserção prolongada da pesquisadora no território da pesquisa. Foram entrevistadas 129 pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá e realizadas análises documentais do empreendimento. No decorrer do estudo foi construído, juntamente com os participantes da pesquisa, o documentário “Atingidos Somos Nós”. A captação das imagens, bem como a escolha dos locais de gravação foram realizadas em conjunto com as comunidades participantes da pesquisa. Os custos da edição do documentário foram subsidiados por doações financeiras espontâneas através da plataforma *Catarse*. Com o recurso foi contratada uma produtora parceira que realizou a edição das imagens. Após a finalização do filme diversas exposições foram realizadas nas comunidades atingidas pelo empreendimento, em eventos científicos, escolas e universidades. O material, além de atribuir visibilidade política e social às vivências da população atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá, apresentou-se como importante

79 Trabalho premiado em 1º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em curso de doutorado, pós-doutorado, e projetos vinculados a grupos de pesquisa” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

80 Psicóloga (Universidade Feevale), mestre em Psicologia (Unisinos), doutora e pós doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e pós doutora em Antropologia (Université Paris Nanterre na França). É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho, docente do curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Feevale.

estratégia de resgate da história dos sujeitos da pesquisa, possibilitando aos próprios atingidos relatarem suas memórias através do audiovisual.

INTRODUÇÃO

Dados da World Commission on Dams (2000) apontam que já foram construídas cerca de 45.000 barragens hidrelétricas no mundo que comprometeram 60% de todos os rios do planeta e provocaram o deslocamento direto de 40 a 80 milhões de pessoas nos últimos anos. Estes empreendimentos geralmente estão associados ao desenvolvimento econômico dos países (Bermann, 2008), à produção industrial, ao consumo de bens e serviços e à própria subsistência da população (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2015), ocultando os inúmeros danos econômicos, sociais e à saúde causados pela implantação das obras (Giongo & Mendes, 2018).

O Brasil é considerado o país com maior potencial hidrelétrico do mundo (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2008), sendo que hoje 79% de toda a energia produzida nacionalmente advém das mais de 2.000 barragens construídas. Essas obras já produziram o deslocamento de pelo menos um milhão de pessoas (Rothman, 2008). A literatura nacional que investiga a temática tem apresentado dados consistentes que apontam para a sistemática violação dos direitos das populações atingidas por esses empreendimentos, atrelada às práticas violentas de deslocamento forçado, conflitos entre os movimentos sociais, o Estado e as empresas, indenizações insuficientes e inúmeros prejuízos sociais, ambientais e à saúde das comunidades afetadas (Delesposte & Magno, 2013; Rocha, 2014; Silva & Sato, 2012).

Neste contexto está a hidrelétrica de Itá, localizada no sul do Brasil, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai. A obra está entre as 22 usinas em operação na região (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2008) que, em conjunto, atingiram cerca de 200 mil pessoas (Dallacosta, 2016). A barragem de Itá entrou em operação no ano de 2000 e atingiu 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. As outras famílias receberam cartas de crédito e adquiriram terrenos em regiões de sua escolha ou permaneceram residindo no entorno do reservatório em pequenas comunidades reconstruídas pela empresa responsável pelo empreendimento (Tractebel, 2000). O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de onze municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul (RS), e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba em Santa Catarina (SC) (Tractebel, 2001).

Frente ao contexto de injustiça historicamente documentado pela implantação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, tornar público esse processo significa, além da democratização da informação, a busca por uma sociedade mais justa (Porto, Pacheco & Leroy, 2013). Nesse sentido, o audiovisual pode se apresentar como importante aliado na construção de sensibilização e mobilização política e social. Para Padilha (2015), o cinema possui um caráter político, com poder de interferir na realidade e provocar uma reação social. Além disso, do ponto de vista das populações atingidas pela construção de hidrelétricas, há uma necessidade de não esquecer os danos, de manter vivas as memórias (Novoa, 2016), estabelecendo modos de resistência propositivos (Soler, 2016). Afinal, é preciso desconstruir a ideia de que o atingido é apenas mais uma vítima, revertendo essa lógica para colocá-lo em posição de protagonismo social e de alguém que possui condições de participação e decisão (Vainer, 2016). A partir desse posicionamento, é possível perceber as populações atingidas também como sujeitos de desejos e de projetos e não apenas como sujeito-vítima do sofrimento e da morte. Trabalhar nessa perspectiva significa construir uma ciência que sirva para a emancipação e que gere consciência política e social (Andrioli, 2016).

Neste contexto foi desenvolvida a tese de doutorado intitulada “Futuro roubado”: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas, que deu origem ao documentário “Atingidos Somos Nós”. Diante disso, este artigo possui o objetivo de apresentar o processo de produção do documentário no decorrer da pesquisa participante e suas possibilidades de escuta e mobilização social junto aos atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA

A pesquisa desenvolvida teve como foco a população que permaneceu residindo no entorno do reservatório e foi sustentada metodologicamente pela pesquisa participante (Minayo, 2014). O estudo foi desenvolvido entre os anos de 2014 e 2017, sendo que o trabalho de campo propriamente dito foi realizado no decorrer de 2016 e se baseou em uma inserção prolongada da pesquisadora no território investigado. Neste processo, foram visitadas todas as comunidades rurais do entorno do reservatório da hidrelétrica de Itá, distribuídas em 11 municípios. Para o registro da experiência vivenciada foi utilizado um diário de campo (Angrosino, 2009) atualizado sistematicamente pela pesquisadora. Foram entrevistadas 129 pessoas e realizadas análises documentais do empreendimento.

Cabe destacar que esta pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (2000), e com a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (2016). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o número 1.096.632 e todos os

participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando o uso de sua imagem. Os nomes utilizados neste texto são fictícios.

Os resultados da pesquisa apontaram que, no caso da hidrelétrica de Itá, após 17 anos do enchimento do reservatório, a população investigada encontra-se abandonada e não tem minimamente seus direitos básicos garantidos. Aspectos como a morte do rio, a extinção do trabalho rural, os prejuízos no acesso à água potável, à energia, aos meios de transporte, à infraestrutura, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho, a falta de apoio, de reconhecimento e de visibilidade política e social geram um intenso processo de sofrimento, que se apresenta através do desânimo coletivo, da tristeza, da solidão, do medo, da insegurança e da perda da identidade. Na perspectiva dos participantes da pesquisa, essas vivências mostraram-se atreladas à depressão, ao suicídio e ao estabelecimento de mortes súbitas.

Neste contexto e em conjunto com os participantes foi produzido o documentário “Atingidos Somos Nós”, que contemplou a realidade vivida e narrada pelos agricultores que moram no entorno do reservatório. Do ponto de vista teórico, a produção audiovisual foi orientada pelos estudos de Coutinho (1999) e Lins (2007). No que se refere à captação do conteúdo foi adotada uma metodologia caracterizada pela fala pessoal e narrativa, com o emprego de uma câmera fixa, sem o uso excessivo de cortes e com *voz off*, privilegiando a fala dos entrevistados. Assim, a maior preocupação não foi a qualidade técnica ou estética do material, mas as interações e intervenções sociais que ele produziu.

Ressalta-se que a produção do documentário foi mediada pela agência Margot Produções, que atuou na edição do material, na construção do roteiro e na finalização do filme. A equipe de trabalho foi constituída pela pesquisadora, que realizou a captação do material com o auxílio dos participantes da pesquisa. Como materiais de trabalho foram utilizadas uma câmera DSLR, um tripé, um microfone do tipo lapela e materiais caseiros de iluminação como lâmpadas e lanternas. Algumas fotografias registradas documentam o processo de produção das imagens:

Fotografia 01. Pesquisadora captando imagens sobre o reservatório da hidrelétrica de Itá

Fonte: acervo pessoal.



Fotografia 02. Participante da pesquisa aprendendo manusear a câmera

Fonte: acervo pessoal.



Após a finalização da edição do documentário, tiveram início as atividades de divulgação do material. A primeira exibição foi organizada em conjunto com os participantes da pesquisa e ocorreu em uma escola localizada no município de Concórdia, na região atingida pela construção da hidrelétrica. A segunda exibição se deu no IV Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, em Chapecó. Ambos os eventos contaram com uma exposição intitulada “Deserto de Água”, organizada a partir das fotos realizadas no decorrer do campo e de algumas frases retiradas das entrevistas. Outro momento importante foi a apresentação do filme na Câmara Municipal de Vereadores de um dos municípios participantes do estudo. As exibições do filme e os debates seguem acontecendo e gerando discussões densas e profundas. Até o presente momento foram registrados 49 eventos públicos de exibição do documentário, gerando importantes debates acerca da temática e das condições de vida dos atingidos pela obra.

Fotografia 03. Exibição para os participantes da pesquisa

Fonte: acervo pessoal.



Fotografia 04. Exibição IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens

Fonte: acervo pessoal.



DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante da metodologia de pesquisa e intervenção apresentada neste trabalho, percebeu-se que o documentário teve diferentes funções de escuta e de mobilização social nas várias etapas de produção do material, envolvendo desde a captação das imagens até a edição e a exibição do resultado. Esse processo se deu, primeiramente, através da produção do filme, que envolveu ativamente os participantes da pesquisa no aprendizado das técnicas de filmagem, na seleção das imagens e na construção do conteúdo dos depoimentos. Posteriormente, através da documentação de suas vivências, os sujeitos do estudo puderam registrar suas memórias e reflexões através de uma narrativa própria, contribuindo para a problematização das histórias vividas, que perpassa os discursos e os documentos oficiais atrelados à hidrelétrica de Itá. Em seguida, pela sensibilização e pelo debate público gerado a partir da exposição do documentário, por meio do qual o tema ganhou visibilidade política e social. O modo como os participantes se apropriaram do filme e construíram estratégias singulares de utilização e divulgação do material contribuiu para o reconhecimento do sofrimento e da injustiça vivenciada, abrindo espaços coletivos de fala e de escuta.

Quanto aos efeitos provocados pelas exibições do filme, destaca-se a ampliação da temática e a construção de novas sínteses e interpretações acerca dos resultados da investigação. Ademais, os debates abertos após a exibição do filme, além de contribuírem para a sensibilização social frente à temática, qualificaram a pesquisa realizada, atuando como instrumento de validação, elaboração e ressignificação dos resultados obtidos. Alguns expectadores do documentário registraram depoimentos após a finalização da exibição: “Eu não sabia que era tão grave pra vocês que moram lá na beira do lago, agora caiu a ficha pra mim também...”

Estou chocado!” (EXPECTADOR 01, 2016, informação verbal, Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia); “Então esse trabalho é um trabalho excelente pra trazer o debate nas comunidades diretamente atingidas e que com esse trabalho é que se levanta e se traga uma transformação social muito grande” (EXPECTADOR 02, 2016, informação verbal, UERGS); “Eu queria inúmeros desses trabalhos em vários municípios dessa região. Que você possa estar demonstrando esse tipo de opressão silenciosa que acaba acontecendo com aquele que não tem voz ativa, não tem conhecimento” (EXPECTADOR 03, 2016, informação verbal, exibição para os participantes da pesquisa).

Do ponto de vista dos participantes da pesquisa, entre as inúmeras iniciativas para a produção do documentário, merecem destaque: o convite do senhor Oscar para que o documentário fosse apresentado durante a missa de seu casamento de 50 anos no final de 2017; o relato do senhor João (2016, informação verbal) durante as filmagens do filme dizendo que estava fazendo pelo menos uma coisa na vida para deixar ao mundo; e a iniciativa da família da senhora Dulce na organização de exibições do documentário nas escolas do município. Além disso, outros relatos dos participantes da pesquisa após visualizarem o documentário corroboram esses achados: “o filme ficou simples e bem fácil de entender. Mostrou o que todos os grandes querem esconder” (Mario, 2016, informação verbal); “Eu vou falando com as pessoas da comunidade depois do filme e todos dizem que ainda vai ter muito assunto isso tudo” (Leno, 2016, informação verbal); “Na verdade, nós mostramos a realidade de quem ficou” (Maria, 2016, informação verbal); “Eu quero agradecer por você ter vindo de longe escutar a gente. Nunca ninguém tinha vindo perguntar como a gente se sentia... Nunca. Tinham esquecido a gente aqui nesse buraco” (Luiz, 2016, informação verbal) e “Eles acharam que nós ia esquecer o que aconteceu, mas nós não vamos esquecer” (Mario, 2016, informação verbal).

Além disso, percebeu-se que, diferentemente das narrativas contadas pelos museus e pelos livros oficiais da Hidrelétrica de Itá, o tempo, os danos e os efeitos não foram interrompidos após a finalização do enchimento do reservatório. A história compõe o presente e se mistura com ele, revelando a intensa vinculação da população remanescente com o território vivido e habitado. Apesar de todas as transformações e precarizações nos modos de vida e de trabalho da população investigada, percebeu-se que, se o empreendimento construído danificou e transformou a história do lugar, os atingidos mostraram que existem possibilidades de resistência e de resgate da memória local através da imagem, da escuta e da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência relatada neste texto concluiu-se que a produção do documentário e os debates públicos gerados permitiram o desenvolvimento de estratégias de visibilidade

para essa população, representando um importante instrumento reivindicação política e social. Diante disso, é possível afirmar assim como Vainer (2016), que problematizar o padrão vigente de construção de hidrelétricas em nosso país não significa apenas defender o território e o meio ambiente, significa, também, defender uma história em sua totalidade.

Além disso, cabe destacar que o audiovisual pode se apresentar tanto como uma estratégia de intervenção coletiva na busca por mobilização social, como uma ferramenta de democratização de acesso à ciência e aos resultados gerados pelas pesquisas no Brasil. Neste estudo, o documentário, realizado com equipamentos simples, de baixo custo financeiro e com a participação das comunidades atingidas, se tornou uma ferramenta inclusiva e de fácil acesso, utilizada pelas famílias participantes da pesquisa em diferentes espaços sociais e como meio de transmitir suas vivências e histórias. Sugere-se finalmente, que novos estudos e práticas utilizando os recursos audiovisuais no campo da Psicologia sejam documentados e problematizados, aprofundando as possibilidades de uso da ferramenta e o diálogo interdisciplinar envolvendo os campos da comunicação, da arte e da saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Energia Elétrica. (2008). *Atlas de energia elétrica do Brasil* (3. ed.). Brasília, DF. Disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_capa_sumario.pdf. Acesso em 21 de outubro de 2015.

Agência Nacional de Energia Elétrica. (2015). *Energia hidráulica*. Brasília, DF. Disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2015.

Andrioli, A. (2016). Água e energia: os desafios contemporâneos na América Latina. In *Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*. Chapecó, SC: UFFS.

Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed.

Bermann, C. (2008). Crise ambiental e as energias renováveis. *Ciência e Cultura*, 60(3), 20-29.

Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução 016/2000: Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos*. Brasília, DF. Disponível em http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2000_3.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2014.

Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016*. Brasília, DF. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 8 de novembro de 2016.

Coutinho, E. (1999). Entrevista a José Geraldo Couto e Inácio Araújo. *Folha de São Paulo*, São Paulo.

Dallacosta, L. (2016). Barragens no Cone Sul: Uma história de conflitos. In *Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens* (pp. 89-116). Chapecó: UFFS.

Delesposte, A. G., & Magno, L. (2013). “Ocupar de novo para defender o que é nosso”: A histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba-MG. *Sociedade & Natureza*, 25(2), 267-280.

Diário de Campo. (2016). Registro da experiência da pesquisadora. Porto Alegre. Arquivo não publicado.

Giongo, C. R., & Mendes, J. M. R. (2018). A legitimação da injustiça social e ambiental: Análise da legislação no campo da construção de hidrelétricas no Brasil. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 17(2), 423-436. <https://doi.org/10.15448/1980-5425.2018.2.30856>

Lins, C. (2007). Santa Marta, duas semanas no morro: A favela, o vídeo e o cinema possível. In *O documentário de Eduardo Coutinho: Televisão, cinema e vídeo* (2. ed., pp. 56-75). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Movimento dos Atingidos por Barragens. (2008). Setor elétrico na Bacia do Rio Uruguai. [S.l.]. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/artigo/setor-el-trico-na-bacia-do-rio-uruguai>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

Novoa, L. F. (2016). Água e energia: Os desafios contemporâneos na América Latina. In *Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens* (pp. 105-123). Chapecó: UFFS.

Padilha, J. (2015). *Saiba porque não vai ter tropa de elite 3* [Vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K2vibJJVSho>. Acesso em 7 de janeiro de 2017.

Porto, M. F., Pacheco, T., & Leroy, J. P. (Eds.). (2013). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: O mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Rocha, H. J. (2014). O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. *Tempo Social*, 26(1), 259-280. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/15.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2015.

Rothman, F. D. (2008). *Vidas alagadas: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV.

Silva, M. J., & Sato, M. T. (2012). Territórios em tensão: O mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. *Ambiente e Sociedade*, 15(1), 1-22. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X201200100002&lng=en&tlng=pt. Acesso em 21 de outubro de 2015.

Soler, P. J. (2016). Direitos Humanos e Barragens. In *Registro oral do líder do Movimento Rios Vivos da Colômbia* (pp. 19-32). In *Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens*. Chapecó: UFFS.

Tractebel. (2000). *Itá: Memória de uma usina* [acervo local do CDA da Hidrelétrica de Itá]. Itá: [s.n.].

Tractebel. (2001). *Plano diretor: Reservatório UHE de Itá e seu entorno*. [S.l.: s.n.]. Disponível em http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401. Acesso em 3 de julho de 2014.

Vainer, C. B. (2007). Recursos Hidráulicos: Questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, 21(59), 119-137. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>. Acesso em 9 de junho de 2014.

Vainer, C. B. (2016). Direitos humanos e barragens. In *Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens* (pp. 89-102). Chapecó: UFFS.

World Commission on Dams. (2000). *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development*. [S.l.]. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTINVRES/Resources/DisplaceResettleRehabilitationReparationDevFinal13main.pdf>. Acesso em 9 de junho de 2014.

CAPÍTULO 15

CURADORIA DO PRÓPRIO DESEMPENHO PROFISSIONAL: UM PROTOCOLO ÁGIL DE MAPEAMENTO, AUTOGESTÃO E EMPODERAMENTO EM CONTEXTOS DIVERSOS⁸¹

Hugo Sandall⁸²

RESUMO

A presente prática constitui um protocolo de mapeamento do desempenho profissional conduzido por um orientador de carreira. Esse protocolo implica desenvolver a habilidade de descrever comportamentos, mapear os comportamentos de desempenho bem como seus determinantes e resultados e traçar um plano de desenvolvimento profissional baseado em um ranque de comportamentos priorizados. Essa prática foi concebida inspirada no design thinking como forma de proporcionar uma experiência de autoavaliação do desempenho profissional e direcionamento sobre oportunidades de autodesenvolvimento profissional. Ela surgiu a partir de uma proposta de mapeamento autoaplicado cujos resultados demandaram um processo guiado devido a sua complexidade. Tal prática envolveu uma reformulação conceitual da variável desempenho profissional e originou protocolos inéditos devidamente fundamentados. Englobou também o desenvolvimento de procedimentos e ferramentas digitais e analógicas que sustentaram a experiência dos participantes ao longo da jornada de autoconhecimento proposta. Assim, constitui a proposição de uma prática aplicável a diversos contextos e sustentada por variáveis do comportamento organizacional que permitem sua aplicação aos mais diversos segmentos com baixo custo. A abordagem adotada na presente prática se fundamenta em um modelo empírico que descreve o desempenho profissional em cinco dimensões (técnica; comunicação; comportamento contraproducente; coordenação de pares; e coordenação de subordinados). A presente prática constitui-se de oficinas remotas conduzidas por um orientador de carreira e realizadas com 40 participantes. Tais oficinas somaram 14h de atividades síncronas realizadas ao longo de encontros semanais de 2h. Além

81 Trabalho premiado em 2º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em curso de doutorado, pós-doutorado, e projetos vinculados a grupos de pesquisa” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

82 Psicólogo e doutor em psicologia social. Em sua prática profissional, combina temáticas da experiência de trabalhadores/as, experiência do/a cliente e satisfação do consumidor. Criou o Performapa, um mapa da atuação do trabalhador e aponta oportunidades de autodesenvolvimento e a Performétrica, uma escala multidimensional abrangente sobre o desempenho em múltiplos contextos.

dos encontros definidos, contou também com tarefas preparatórias e tarefas realizadas entre as sessões. A experiência resultou em aumento do autoconhecimento, clareza sobre necessidades de desenvolvimento e aumento da capacidade de negociação em busca de suporte para o desenvolvimento almejado. Desenhada para aplicação em contextos diversos, a presente prática apresenta elevado potencial de replicação e viabilização de ganhos de eficiência de forma sustentável.

INTRODUÇÃO

A prática ora descrita tem inspiração em abordagens do design thinking (Kalbach, 2016) como forma de proporcionar uma experiência de autoavaliação do desempenho profissional e direcionamento sobre oportunidades de autodesenvolvimento profissional. Ela surgiu a partir de uma proposta de mapeamento autoaplicado proposto por Sandall e Mourão (2020) como parte de uma coleção de propostas de enfrentamento da pandemia da covid-19 em função do teletrabalho compulsório adotado por muitas organizações à época. A iniciativa surgiu como estratégia de enfrentamento nos meses iniciais da Pandemia da Covid-19, quando a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) publicou uma coleção de três volumes organizados por Queiroga (2020). Intitulada “O trabalho e as medidas de contenção da Covid-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia”, contou com diversas abordagens em torno do contexto de isolamento imposto. Em seu primeiro volume, abordou mais diretamente orientações para a adoção súbita do trabalho remoto, entre elas, uma específica sobre desempenho profissional.

CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO

Assim, a presente prática teve origem no complemento ao capítulo que abordou a temática do desempenho individual contendo recomendações sobre a transição súbita para a modalidade remota. Devido a inúmeras peculiaridades de cada trabalho como sua natureza, contexto e x próprix trabalhadorx, tal capítulo extrapolou os limites da publicação oferecendo axs leitorxs uma dinâmica autoguiada. Tal fato se deu por meio da continuação da leitura em uma aplicação da abordagem proposta de autoavaliação e plano de desenvolvimento (Sandall & Mourão, 2020).

Essa versão da aplicação se baseou no modelo empírico proposto por Campbell (2012) que descreve o desempenho profissional como uma variável comportamental composta de oito dimensões e situada numa rede de variáveis. Essa rede estaria antecedida por determinantes (habilidades, conhecimentos, condições de trabalho, motivação etc) e sucedida por resultados dos comportamentos. O autor conceitua o desempenho profissional como o conjunto de

comportamentos realizados em função do alcance de objetivos organizacionais (Campbell et al., 1993).

Nessa experiência autoguiada, xs leitores eram direcionadxs a um link contendo um questionário com perguntas elaboradas para facilitar o mapeamento de componentes do desempenho profissional. O processo era finalizado com um guia que organizava as respostas do questionário visando a construção de um mapa do desempenho profissional dx respondente e apontamentos sobre o que poderia ser priorizado em termos de ações de desenvolvimento. Respondentes eram orientadxs a finalizar o processo fazendo o download e impressão do diagrama seguindo instruções de montagem e encorajadxs a visitar periodicamente a reflexão empreendida. Assim estariam subsidiando o próprio processo de autodesenvolvimento no qual poderiam verificar a própria evolução e permitir revisões de trajetória (Sandall & Mourão, 2020).

A estratégia adotada mostrou grande potencial porém aspectos como a complexidade do mapeamento em uma só etapa associada a uma reflexão complexa demandada pelo processo apontou para a oportunidade de propor uma abordagem alternativa. Essa nova proposta constitui a prática descrita neste documento em que o processo de mapeamento do desempenho profissional e planejamento do desenvolvimento passou a ser estagiado e guiado por um orientador de carreira em uma oficina.

ORIGINALIDADE

Essa prática configura um respaldo em relação ao protagonismo dx profissional acerca da condução de sua carreira. Partindo de uma situação presente para traçar trajetórias possíveis e desejáveis, xs participantes são encorajadxs a empreender a materialização de tais trajetórias. Em um processo de empoderamento, concebem planos de desenvolvimento articulando negociando recursos junto a chefias e organizações para viabilizar tais ações e favorecer o suporte ao longo do percurso proposto. Sua originalidade reside no fato de se basear num modelo teórico-empírico de desempenho profissional dotado de evidências de validade para uma amostra brasileira. A etapa de busca de evidências de validade que resultou no modelo final configura uma reformulação conceitual importante – que reduziu as dimensões comportamentais do desempenho profissional do modelo teórico das oito originais a um modelo empírico com cinco dimensões – que permite aplicar com segurança a prática ao contexto brasileiro.

Além disso, a presente prática conjuga a aplicação do design thinking por meio do uso de representações visuais do processo no sentido de facilitar a compreensão traduzindo um modelo complexo em elementos visuais dinâmicos. Outro argumento em favor do cará-

ter inovador da presente prática reside na aplicabilidade do modelo empírico que a sustenta a diferentes atividades e circunstâncias. Essa abrangência permite aplicações em contextos diversos obtendo resultados igualmente favoráveis. A aplicação da presente prática parte de um protocolo estruturado descomplicado e é também um processo relativamente rápido se considerada a profundidade da análise que oferece, uma demanda atual diante dos desafios no mundo do trabalho contemporâneo.

Em suma, a prática ora apresentada partiu de uma reformulação conceitual da variável desempenho profissional e originou protocolos inéditos devidamente fundamentados. Em complemento, contou com o desenvolvimento de procedimentos e ferramentas digitais e analógicas que sustentaram a experiência dos participantes ao longo da jornada de autoconhecimento proposta. Assim, constitui a proposição de uma prática aplicável a diversos contextos e sustentada por variáveis do comportamento organizacional que permitem sua aplicação aos mais diversos segmentos com baixo custo.

RELEVÂNCIA PARA A PSICOLOGIA

O desempenho profissional é uma variável de elevado interesse em múltiplas perspectivas, especialmente na Psicologia Organizacional e do Trabalho. De um lado, encontram-se profissionais em busca, para além do sustento, reconhecimento, bem-estar e realização; de outro, organizações que almejam funcionários produtivos contribuindo de forma duradoura para o alcance de seus objetivos estratégicos (Gravina et al., 2021). Trata-se de um dos temas de Psicologia Organizacional e do Trabalho mais frequentemente pesquisados na literatura nacional e estrangeira (Pulakos et al., 2019). Assim, dada a centralidade do trabalho na vida e os desafios do desfoque das fronteiras entre papéis acentuado em anos recentes, é de considerável relevância a proposição de práticas psicológicas que contribuam para a compreensão do desempenho profissional e das relações profissionais que o sustentam (Moura & Silva, 2019).

APRESENTAÇÃO DO PROTOCOLO

Fundamentos teóricos

A abordagem adotada na presente prática se fundamenta no modelo empírico proposto por Sandall (2022) que enfatiza o caráter comportamental do construto e situa o desempenho profissional em uma rede de variáveis antecedentes e consequentes. Tal modelo, esquematizado na Figura 1, descreve o desempenho profissional como um fenômeno composto de cinco dimensões (técnica; comunicação; comportamento contraproducente; coordenação de pares; coordenação de subordinados, sendo essa última ausente em trabalhadores sem

função de chefia). Sua dimensionalidade confirmou apenas parcialmente o modelo teórico de Campbell et al. (1993), posteriormente revisado por Campbell (2012). Tal qual Campbell (2012), Sandall (2022) apresentou o desempenho numa rede de variáveis situando-o entre um conjunto determinantes (conhecimentos, habilidades, cultura organizacional, políticas de gestão de pessoas, tecnologia e recursos disponíveis, suporte organizacional) e resultados dos comportamentos de desempenho (Campbell & Wiernik, 2015).

Figura 1. Representação gráfica do Modelo de Autogestão do Desempenho Profissional

Fonte: Elaboração do autor.



Esse modelo suplantou outros avaliados devido a propostas explicativas mais restritas além de instrumentos de avaliação de desempenho construídos a partir de teorizações de menor amplitude conceitual (Koopmans et al., 2011). Além de fundamentação teórica robusta, o Modelo Abrangente de Desempenho Profissional (Sandall, 2022) contou com etapas de desenvolvimento que buscaram evidências de validade à estrutura interna da escala em que se baseia bem como alguns ciclos de ajustes na aplicação a grupos enquanto intervenção.

As intervenções dele derivadas contaram com três iterações que foram sendo refinadas a cada experiência. Os aperfeiçoamentos foram sendo incorporados a cada nova iteração em decorrência de um minucioso processo de escrutínio das experiências com xs trabalhadorxs. A primeira, mencionada anteriormente constituiu uma autoaplicação. Tal experiência revelou a necessidade de o processo ser guiado por um orientador de carreira para aumentar seu impacto e facilitar os desafios da jornada de autoconhecimento que as oficinas proporciona-

ram. Desse modo, o processo de autogestão iniciado com um autodiagnóstico foi viabilizado (Perez-Nebra, 2021).

Estas duas iterações serão sintetizadas e descritas na próxima seção. Não faremos distinção de qual iteração está originando o processo uma vez que ambas tiveram desenhos semelhantes. Assim, nosso foco será descrever a prática como avaliamos que seja mais produtiva, em função das abordagens testadas.

Método

A presente prática constitui-se de um protocolo de orientação de carreira realizado por meio de oficinas em grupo. As oficinas foram remotas e contaram com 14h de atividades síncronas realizadas ao longo de encontros semanais de 2h. Além dos encontros definidos, contou também com tarefas preparatórias e tarefas realizadas entre as sessões realizadas.

Participantes

As oficinas contaram com 40 participantes (55% do sexo masculino, 40% desempenhando cargo de chefia) organizados em cinco grupos. Os convites foram feitos a trabalhadorxs de uma organização de transporte terrestre de passageiros a partir da indicação de chefias, porém a adesão era voluntária a partir de uma breve explanação do programa. As inscrições eram feitas em um questionário eletrônico que levantou dados pessoais e funcionais dxs profissionais.

Materiais

As oficinas contaram com materiais analógicos que foram entregues xs participantes. Este kit foi composto do mapa do desempenho profissional impresso em tamanho A1, um bloco de notas adesivas, uma caneta própria para esse uso e massa adesiva reutilizável para fixação do mapa em superfícies verticais.

A oficina contou também com um conjunto de recursos eletrônicos desenvolvidos para compor dinâmicas e atividades individuais e coletivas realizadas nos encontros remotos. Esses materiais englobaram desde apresentações da temática abordada, até dinâmicas de grupo para estimular a reflexão. Além das atividades prévias de preenchimento do diário, das atividades da oficina propriamente dita, havia também um conjunto de atividades assíncronas entre as sessões, que envolviam revisar e complementar conteúdos produzidos, buscar validação com colegas ou chefes, entre outras tarefas. Xs participantes também receberam um documento em que compilamos as apresentações feitas na oficina, com seus respectivos exemplos do co-

tidiano. Os materiais produzidos nas dinâmicas e registros feitos em quadro branco interativo também ficaram disponíveis para consulta em qualquer tempo.

Um conjunto adicional de materiais incluiu questionários eletrônicos contendo instrumentos de mensuração adotados para avaliar a evolução dxs participantes nas oficinas. Assim, foram mensurados em duas ocasiões (na primeira sessão e duas semanas após o término da oficina) as variáveis: dimensões técnica, comunicação, coordenação de pares, coordenação de subordinadx, e contraproducente do inventário abrangente de desempenho profissional (Sandall, 2022); percepção atual do desenvolvimento profissional (Mourão et al., 2014); cidadania organizacional voltada a indivíduos (Williams & Anderson, 1991); as dimensões; compromisso e satisfação e envolvimento com o trabalho da escala de bem-estar no trabalho (Siqueira et al., 2014); autoeficácia; as dimensões (Chen et al., 2004); gestão de desempenho, carga de trabalho, suporte material, e práticas organizacionais de ascensão, promoção e salários da escala de percepção de suporte organizacional (Abbad et al., 1999); bem como as percepções de justiça processual, distributiva e interpessoal (Oliveira & Ferreira, 2016). Essas escalas compuseram a avaliação geral do processo e foram reproduzidas em relatórios individuais entregues aos participantes contendo seus resultados e explicando cada medida.

Desenvolvimento

O protocolo de mapeamento do desempenho profissional e proposição de ações de desenvolvimento sobre comportamentos priorizados foi aplicado por meio das oficinas descritas nesta seção. Ao longo das oficinas, xs participantes realizaram exercícios e debates nos quais foram gradualmente preenchendo e revendo o mapa do desempenho profissional, baseado no Modelo Abrangente de Desempenho Profissional (Sandall, 2022). Após tal mapeamento, xs participantes completaram sua jornada priorizando comportamentos mapeados, definindo oportunidades de desenvolvimento e definindo planos de ação específicos relacionados a cada um. As oficinas envolveram um processo amplo de atividades preparatórias e outras realizadas de forma síncrona guias pelo orientador de carreira e atividades adicionais realizadas de forma assíncrona entre as sessões.

Tarefas preparatórias: registro diário de atividades

As inscrições no programa foram seguidas de um procedimento de registro diário de atividades proposto com a finalidade de modelar o comportamento de designar comportamentos de desempenho favorecendo a experiência dxs participantes ao longo da oficina onde tal habilidade seria requerida. Nesse sentido, ao longo de três semanas anteriores ao início das oficinas, um questionário eletrônico era enviado ao final do dia de trabalho a todxs xs inscritxs solicitando que fizessem o relato de todas as atividades realizadas no trabalho naquele dia.

O questionário foi estruturado de modo a orientar a designação de comportamentos de desempenho na forma de verbo de ação e complemento (Brandão & Bahry, 2017). A cada três registros entregues, um recebia feedbacks sugerindo ajustes no sentido de aumentar a precisão da descrição. Essa tática se mostrou reforçadora e colaborou para elevar a acurácia da descrição dos dias de trabalho. Na mesma ocasião, xs participantes eram solicitados a desmembrar comportamentos encadeados de modo a evidenciar os processos de trabalho.

Além de proporcionar uma modelagem comportamental, essas informações subsidiaram exemplos utilizados ao longo da oficina e forneceram exemplos reais e recentes aos participantes. Na véspera do início das oficinas, cada participante recebeu uma coletânea de seus registros para ser usada como fonte de consulta em exercícios que envolvessem seus comportamentos de desempenho.

Aplicação das oficinas em grupo

As oficinas foram realizadas remotamente com apoio do software de videoconferências Google Meet sempre e contaram com sete encontros de 2h cada. Nesses encontros, os participantes interagem não só debatendo mas trabalhando sobre materiais disponíveis em quadros interativos eletrônicos. O plano de cada sessão proporcionou a montagem incremental dos mapas por cada participante.

As sete sessões seguiam a seguinte estrutura temática: 1) apresentação, objetivo pessoal, objetivo da organização; 2) conceito de desempenho profissional, análise funcional intuitiva, plano de incremento de atividade; 3) nomeação de comportamentos de desempenho: díade verbo + complemento; 4) dimensões do desempenho; 5) resultados do desempenho; 6) determinantes do desempenho; 7) priorização de comportamentos, análise funcional, e elaboração de um plano de aprimoramento.

Cada encontro foi desenhado de modo a favorecer a experiência de autoconhecimento e construção do mapa de desempenho profissional. Os exercícios propostos foram concebidos de modo a gerar insumos necessários ao preenchimento de cada área do mapa. Já a estrutura em grupo favorecia a reflexão por meio de trocas e relatos de colegas.

As sessões foram entremeadas por atividades assíncronas propostas para consolidação e validação das construções de cada sessão bem como preparação para as etapas seguintes. Em conjunto com atividades de levantamento de dados ou revisão de conteúdos propostos, xs participantes foram encorajadxs a debater seus achados com pessoas da organização com quem tivessem uma relação positiva de confiança.

Sessão individual de acompanhamento

Duas semanas após a finalização da coleta de dados, xs participantes foram solicitados a responder uma avaliação do processo e preencher novamente as escalas preenchidas na primeira sessão. Aos que completaram o processo, reuniões de acompanhamento foram agendadas para entrega do relatório comparativo dos escores das medidas e avaliação do processo.

DISCUSSÃO

A prática inovadora descrita neste documento proporcionou uma reflexão profunda acerca do desempenho profissional dos seus participantes em um curto espaço de tempo. Estimulados por um sortimento de materiais e dinâmicas, além de debates coletivos, xs participantes mapearam seus comportamentos de desempenho de forma abrangente em quatro ou cinco dimensões e a rede de determinantes e resultados pertinentes em seu contexto de trabalho. Diante de seu mapa, cada participante elegeu comportamentos proprietários a serem adquiridos ou aprimorados e propôs um plano de desenvolvimento bastante específico.

A presente prática mostrou ser um recurso poderoso para auxiliar empregadxs de uma organização a observarem criticamente seu momento de carreira. Assumindo posição protagonista, xs participantes criaram trajetórias únicas para desenvolverem-se e elaboraram estratégias para buscarem junto à organização os recursos necessários para suprirem suas necessidades profissionais.

Os recursos adotados partiram de uma perspectiva reiteradamente tangível de modo que os insumos gerados eram sempre reais e presentes. Essa perspectiva reduz consideravelmente o discurso comumente abstrato associado ao desempenho profissional. Abordar tal construto por meio dos comportamentos que o compõem em uma perspectiva puramente individual tornou o processo preciso e eficiente. Ao mesmo tempo, realizar essa jornada em um grupo de apoio e debate permitiu uma experiência de suporte mútuo.

A despeito dos aspectos bastante positivos da experiência, ela apresenta limitações. Os ganhos da interação remota são inúmeros, mas a participação de empregados em seus postos de trabalho pode oferecer constrangimento que afete sua entrega ao processo. Tal aspecto também cria mais oportunidades de interrupções. Assim, novas edições podem contar com a recomendação de que os participantes busquem espaços fora de seu posto de trabalho para acessarem a reunião. Como alternativa, consideramos propor oficinas presenciais adotando um número menor de encontros mais longos.

Além de tais limitações, alguns pontos de atenção adicionais podem ser considerados ao rever o plano com o objetivo de aplicá-lo a profissionais autônomos e microempreendedores. Nesses casos, o conceito de organização se confunde com o indivíduo de modo que a prática precisará sofrer algumas adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ocupa posição de elevada importância na vida dos trabalhadores e são um recurso importante para proporcionar bem-estar e realização profissional. Iniciativas como a presente prática oferecem grande potencial de desenvolver pessoas a partir de suas demandas de desempenho profissional e orientação de carreira.

A presente prática constitui uma abordagem inovadora que favorece o empoderamento de profissionais por meio do autoconhecimento e de estratégias de negociação de recursos de desenvolvimento. Ao assumir a curadoria de seus próprios desempenhos profissionais, os trabalhadores têm a oportunidade de reverter a lógica da gestão proativamente. A busca de suporte ganha acurácia e direcionamento reduzindo a disparidade na relação de poder existente na tomada de decisão acerca de trajetórias profissionais. Assim, dotados de ferramentas para analisarem, gerenciarem e aprimorarem seus desempenhos profissionais, os trabalhadores elevam o grau de influência que detêm sobre o direcionamento de suas carreiras. Esse protagonismo na carreira implica dedicar tempo e energia compreendendo suas potencialidades e lacunas, e refletir sobre direcionamentos possíveis. O protocolo descrito neste documento configura uma importante contribuição nessa direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbad, G. S., Pilati, R., & Borges-Andrade, J. E. (1999). Percepção de suporte organizacional: Desenvolvimento e validação de um questionário. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(2), 29–51. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551999000200003>
- Brandão, H. P., & Bahry, C. P. (2017). Gestão por competências: Métodos e técnicas para mapeamento de competências. Em H. P. Brandão (Org.), *Mapeamento de competências: Ferramentas, exercícios e aplicações* (p. 179–194). Atlas.
- Campbell, J. P. (2012). Behavior, performance, and effectiveness in the twenty-first century. Em S. W. J. Kozlowski, *The Oxford Handbook of Organizational Psychology* (Vol. 1, p. 1–64). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199928309.013.0006>

Campbell, J. P., McCloy, R. A., Oppler, S. H., & Sager, C. E. (1993). A theory of performance. Em N. Schmitt & W. C. Borman (Orgs.), *Personnel selection in organizations* (p. 35–70). Jossey-Bass.

Campbell, J. P., & Wiernik, B. M. (2015). The modeling and assessment of work performance. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 2(1), 47–74. <https://doi.org/10/bc4k>

Chen, G., Goddard, T. G., & Casper, W. J. (2004). Examination of the relationships among general and work-specific self-evaluations, work-related control beliefs, and job attitudes. *Applied Psychology*, 53(3), 349–370. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2004.00175.x>

Gravina, N., Nastasi, J., & Austin, J. (2021). Assessment of employee performance. *Journal of Organizational Behavior Management*, 1–26. <https://doi.org/10.1080/01608061.2020.1869136>

Kalbach, J. (2016). *Mapping experiences: A guide to creating value through journeys, blueprints, and diagrams*. O'Reilly.

Koopmans, L., Bernaards, C. M., Hildebrandt, V. H., Schaufeli, W. B., de Vet Henrica, C. W., & van der Beek, A. J. (2011). Conceptual frameworks of individual work performance: A systematic review. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 53(8), 856–866. <https://doi.org/10/cxprmr>

Moura, A. O. R., & Silva, L. C. O. (2019). Work centrality, goals and professional fulfillment: Intersections between work and career. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 20(1), eRAMG190087. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramg190087>

Mourão, L., Porto, J. B., & Puente-Palacios, K. (2014). Construção e evidências de validade de duas escalas de percepção de desenvolvimento profissional. *Psico-USF*, 19(1), 73–85. <https://doi.org/10/gf8rww>

Oliveira, D. de F., & Ferreira, M. C. (2016). O impacto das percepções de justiça organizacional e da resiliência sobre o engajamento no trabalho. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(4), 747–755. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400017>

Perez-Nebra, A. R. (2021). Preciso fazer uma intervenção, e agora? Um guia de modelos de intervenção. Em A. C. S. Vazquez & C. S. Hutz (Orgs.), *Aplicações da psicologia positiva: Trabalho e organizações* (Vol. 2). Hogrefe.

- Pulakos, E. D., Mueller-Hanson, R., & Arad, S. (2019). The evolution of performance management: Searching for value. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 6(1), 249–271. <https://doi.org/10/gfvdw3>
- Queiroga, F. (Org.). (2020). *Coleção O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: Contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia*. Artmed. bit.ly/3DqAEUv
- Sandall, H. (2022). *Desempenho profissional: Da construção de um inventário à proposição de uma ferramenta de autogestão* [Universidade Salgado de Oliveira]. bit.ly/TeseHugo2022
- Sandall, H., & Mourão, L. (2020). Desempenho no trabalho: Desafios para trabalhadores e gestores em teletrabalho compulsório. Em F. Queiroga (Org.), *Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19* (Vol. 1, p. 21–30). Artmed. bit.ly/3DqAEUv
- Siqueira, M. M. M., Orenge, V., & Peiró, J. M. (2014). Bem-estar no trabalho. Em M. M. M. Siqueira (Org.), *Novas medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão* (p. 39–51). Artmed Editora.
- Williams, L. J., & Anderson, S. E. (1991). Job satisfaction and organizational commitment as predictors of organizational citizenship and in-role behaviors. *Journal of Management*, 17(3), 601–617. <https://doi.org/10/gv5>

CAPÍTULO 16

PROTOCOLO DE SUPORTE A CRISES INDUZIDAS POR PSICODÉLICAS⁸³

Fernando Rocha Beserra⁸⁴

Liliana Liviano Wahba⁸⁵

RESUMO

O uso de substâncias psicodélicas envolve o risco de efeitos psicológicos adversos denominados, no âmbito do uso social, de *bad trips*. No contexto de festas, uma das ações realizadas por coletivos de redução de danos é o suporte a crises. Foi construído um protocolo de suporte a crises induzidas por psicodélicos (PROSC), orientado pela ideia de gerenciamento de processos de negócio, visando – além de promover saúde –, orientar profissionais e equipes à minimização de danos e à melhoria de qualidade de vida das pessoas que usam psicodélicos em contexto de festas. Há demanda de novas pesquisas que permitam a avaliação dos resultados de suporte a crises com o uso do PROSC.

INTRODUÇÃO

As substâncias psicodélicas, também definidas como perturbadoras do sistema nervoso central (SNC) ou alucinógenos, são um conjunto de substâncias cuja ingestão promove mudanças cognitivas, sensoperceptivas, e catalisa a emergência do inconsciente. Entre os principais potenciais efeitos adversos entre os psicodélicos estão as crises induzidas por estas substâncias: as também chamadas *bad trips* (Johnson, Richards & Griffiths, 2008). Entende-se por crise induzida por psicodélicos um conjunto de reações ao uso da substância que pode envolver medo ou pânico; paranoia; tristeza ou humor deprimido; raiva; efeitos cognitivos; efeitos senso perceptivos e/ou sintomas fisiológicos (Barrett et al., 2016). Em virtude dos riscos relativos ao consumo de psicodélicos, ações de promoção de saúde e redução de danos

83 Trabalho premiado em 3º lugar na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em curso de doutorado, pós-doutorado, e projetos vinculados a grupos de pesquisa” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

84 Psicólogo no Instituto Federal do Rio de Janeiro, no qual foi Diretor de Qualidade de Vida e Desenvolvimento de Pessoas. Atual coordenador da Associação Psicodélica do Brasil, na qual também atua com redução de danos em contexto de festas no Coletivo Brisa.

85 Professora Dra. do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica da PUCSP; psicanalista junguiana; diretora da psicologia da Associação Ser em Cena – Teatro de Afásicos.

(RD) foram elaboradas para o público frequentador de festas rave ou de música eletrônica em geral, bem como para os usuários de psicodélicos em distintos ambientes de uso.

O fenômeno das crises induzidas por psicodélicos e as melhores formas de atendimento a essas crises ainda não foram estudado em profundidade (Nascimento, Lima & Silva, 2017). Há indicações de que fatores extrafarmacológicos (Haijen et al., 2018), como a criação de um ambiente confortável, com baixa iluminação e com suporte psicológico (Carhart-Harris et al., 2018), o intuito prévio ao uso e o estado emocional do usuário (Haijen et al., 2018), podem contribuir para a melhoria do estado mental dos usuários de psicodélicos durante e após a experiência com essas substâncias.

Uma ação de redução de danos (RD) em contexto de festas é um procedimento complexo, que envolve tipicamente a participação de uma equipe multiprofissional e o suporte entre pares. A gestão de equipe, a atribuição de responsabilidades e a organização do espaço e das atividades de trabalho de cada integrante da equipe é uma tarefa difícil, entretanto, acredita-se, determinante para o sucesso geral das ações. Um dos principais trabalhos realizados por equipes de RD em festas é o suporte a crises induzidas por substâncias psicoativas (SPA).

A produção de um o Protocolo de Suporte à Crise induzida por psicodélicos (PROSC) é vinculada a debates organizacionais de gestão de pessoas e de processos. O PROSC é composto por quatro produtos, a saber: 1. Construção/avaliação das atribuições das equipes de redução de danos em contexto de festa; 2. Mapeamento de competências de redutores de danos em contexto de festa; 3. Mapeamento do processo de suporte a crises induzidas por psicodélicos (produzido no software BIZAGI) e 4. Matriz de responsabilidade RACI.

A construção do protocolo partiu da ideia do gerenciamento de processos de negócio (GPN), que demanda, por sua vez, a modelagem dos processos. Entende-se por negócios a interação de pessoas para: “executar um conjunto de atividades de entrega de valor para os clientes e gerar retorno às partes interessadas” (ABPMP, 2013, p. 35). O GPN representa uma forma de visualizar as chamadas operações de negócio, de forma a compreender todo o trabalho executado para a entrega de um produto ou serviço, independentemente de quais áreas funcionais estejam envolvidas (ABPMP, 2013). Destaca-se que o retorno esperado pode referir-se à promoção da saúde, à minimização de danos e à melhoria da qualidade de vida.

Para a construção do PROSC foi adotado um método constituído pelas seguintes etapas: 1. Realização das ações de RD em festas a partir de um protocolo inicial (o modelo inspirado no Zendo Project e em Carvalho *et al.*, 2014); 2. Análise das ações e entrevistas, a fim de avaliar a experiência de dez usuários acolhidos em festas; 3. Produção de atribuições das diferentes áreas que compõem o trabalho de RD em contexto de festas de médio porte; 4. Construção de um mapeamento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes

dos redutores de danos que trabalham no contexto de festas); 5. Realização de modelagem dos processos de trabalho de suporte a crises induzidas por psicodélicos, com o auxílio do software Bizagi; 6. Identificação de responsabilidades e demandas de informação, autorização e consulta dentro do trabalho de suporte a crises induzidas por psicodélicos por meio da matriz RACI e 7. Avaliação de melhorias na modelagem de processo de suporte a crise no software Bizagi e na matriz RACI, em reuniões de trabalho com dois integrantes do Coletivo Brisa-RJ e, posteriormente, com três redutores de danos que tenham trabalhado, no mínimo, em dez ações de RD em contexto de festas.

Destaca-se que os processos de suporte em saúde são dotados de grande complexidade e, no caso em pauta, demandam significativa versatilidade, portando limites a qualquer tipo de execução padronizada. Neste sentido, as aplicações de GPN são desenhadas para suportar os redutores de danos, que sempre dependerão de suas escolhas e estratégias singulares.

É importante assinalar que o suporte a crises induzidas por psicodélicos ou por outras substâncias psicoativas (SPA) envolve princípios gerais e éticos fundamentais. Parte dos princípios apresentados neste artigo se orientam pelo Manual de Suporte da Experiência Psicodélica do Zendo Project. As pessoas que buscam suporte estão vulneráveis e devem ser tratadas com respeito, em um espaço seguro e livre de julgamentos. O espaço seguro envolve a minimização de barulhos e inputs sensoriais excessivos, considerados perturbadores por algumas pessoas em situações de crise. Os redutores de danos, no que tange às condutas éticas essenciais, devem manter a confidencialidade do suporte, evitar expressar suas próprias crenças e experiências, a não ser que demandadas pelo usuário, pedir permissão para qualquer toque no usuário e desviar cuidadosamente de qualquer intenção sexual do usuário.

O protocolo inicial de atendimento entre os redutores seguiu, em grande medida, o modelo adotado pelo Zendo Project e por Carvalho et al. (2014), que busca desenvolver um modelo de intervenção baseado em evidência para o suporte de crises induzidas por psicodélicos. A intervenção em crise visa fornecer uma modalidade de suporte de curta duração, que promova uma resolução rápida da crise e o alívio de sintomas (Carvalho et al., 2014).

Oak e Nielsen (2017) apresentam a demanda de profissionais específicos na equipe, contando, ao menos, com um psicólogo ou psiquiatra por turno de trabalho. Os autores complementam que seria ideal que o turno tivesse também, ao menos, um membro com treinamento em emergência médica. Na composição de equipe de um dos coletivos acompanhados, o Brisa-RJ, observou-se que as ações eram organizadas de forma que houvesse, pelo menos, um profissional treinado em saúde mental. Entende-se ainda, no Brisa, que o suporte médico é parte integrante da equipe do posto médico e que seria ideal que a equipe de RD possuísse pessoas treinadas em primeiros socorros, embora não haja ainda obrigatoriedade acerca desse treinamento.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Produtos do Protocolo de Suporte à Crise induzida por psicodélico (PROSC)

A. Construção/avaliação das atribuições das equipes de redução de danos em contexto de festas

Quando o coletivo de RD em contexto de festas chega para atuar, o levantamento e a aquisição de materiais, o treinamento e a divisão da equipe por área e por turnos de trabalho, entre outras, já deve estar pronta e ser de conhecimento de todos. Este trabalho é feito pelos coordenadores da atuação ou dividido por alguns integrantes da equipe.

Durante a festa, a equipe de RD pode trabalhar sem subdivisão de tarefas ou áreas de atuação; no entanto, a ausência de divisão de tarefas/áreas pode resultar em atividades que não serão devidamente cumpridas. Ter ciência do que compete aos redutores que atuam em diferentes áreas em uma ação de RD tende a ser essencial para a gestão das atividades e para a melhoria do serviço prestado aos usuários. O intuito da designação das atribuições de cada área de atuação é de facilitar o trabalho prático e o treinamento de redutores para as atuações.

As atribuições de cada segmento da redução de danos em contexto de festas encontram-se no quadro abaixo, levando em consideração festas de médio porte.

Quadro 1. Atribuições das áreas da redução de danos em contexto de festas

Fonte: Dados dos pesquisadores.

Compete à área de recepção em redução de riscos e danos:	
I.	Realizar o primeiro contato com os usuários do serviço
II.	Identificar e encaminhar a demanda para a área pertinente
III.	Verificar a existência de acompanhante(s) que possam contribuir com as atividades de redução de danos
IV.	Contactar acompanhante(s) quando observada a necessidade e possibilidade
V.	Coletar, no contato inicial, informações do usuário que possam subsidiar a atuação das demais áreas de atuação
VI.	Articular, sempre quando pertinente, as informações das diferentes áreas de atuação, de forma a mantê-las informadas e, assim, otimizar o atendimento
VII.	Realizar busca ativa nos espaços do evento/festa, de forma a verificar demandas de suporte
VIII.	Entregar os insumos de RD, inclusive água, para os usuários da RD

Compete à área de suporte em redução de riscos e danos:	
I.	Realizar o suporte psicossocial de crises induzidas por substâncias psicoativas em eventos nos quais a atividade foi acordada ou contratada
II.	Verificar continuamente o estado geral de saúde do usuário e realizar os procedimentos e/ou encaminhamentos necessários
III.	Utilizar as melhores técnicas de suporte para cada caso particular, orientado pela ciência e em observância aos limites de sua atribuição
IV.	Solicitar, sempre quando necessário, suporte de outro(a) redutor(a) de danos ou do(a) acompanhante do(a) usuário(a)
V.	Informar o coordenador de turno, quando pertinente, intercorrência(s) durante o atendimento
VI.	Informar o processo de liberação do(a) usuário(a) ao coordenador de turno
Compete ao Coordenador de Turno em redução de riscos e danos:	
I.	Coordenar os trabalhos realizados nas diferentes equipes durante o seu turno
II.	Verificar o estado dos redutores de danos do turno, de forma que não haja nem prejuízo à qualidade de vida no trabalho (QVT) dos redutores, nem à prestação do serviço
III.	Acompanhar a entrada e a liberação dos usuários do espaço de suporte em RD
IV.	Acompanhar os casos de referência e contrarreferência na relação com outras equipes profissionais do evento
V.	Coordenar, com a equipe de testagem, processos de divulgação de substâncias de maior risco identificadas no evento
VI.	Verificar e se responsabilizar pela existência de água, alimentos ou outros insumos necessários aos redutores de danos ou usuários
VII.	Realizar uma passagem de turno que contemple as informações necessárias para as boas práticas de RD
VIII.	Realizar o contato com a produção de festa sempre quando necessário

B. Mapeamento de competências de redutores de danos em contexto de festas

O resultado do trabalho de RD em contexto de festas vincula-se a um complexo encontro de relacionamento de equipe e interequipes, às condições de trabalho (inclusive à infraestrutura adequada para o trabalho de redução de danos) e às competências individuais dos integrantes da equipe. Por competências individuais entendem-se combinações sinérgicas de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA), expressas no desempenho em um contexto profissional específico. Há de se considerar, ainda, as competências profissionais de pequenos grupos de trabalho e as competências organizacionais, vinculadas a toda a organização ou unidades da organização (Brandão & Bahry, 2005).

As competências individuais são compostas pelo CHA. Os conhecimentos vinculam-se ao saber formal do indivíduo; as habilidades, ao saber-fazer, isto é, ao manejo prático do conhecimento e, finalmente, as atitudes, ao saber-agir (Sordi & Azevedo, 2008); vinculam-se à motivação, aos comportamentos e à capacidade de mobilização prática para o uso das habilidades e conhecimentos em prol dos resultados almejados.

Propõe-se, no quadro abaixo, o desenho do CHA do redutor de danos que atua na área de suporte a crises e na recepção/infostand da RD em contexto de festa. O CHA foi produzido a partir da reflexão prática das atuações de RD do Coletivo Brisa.

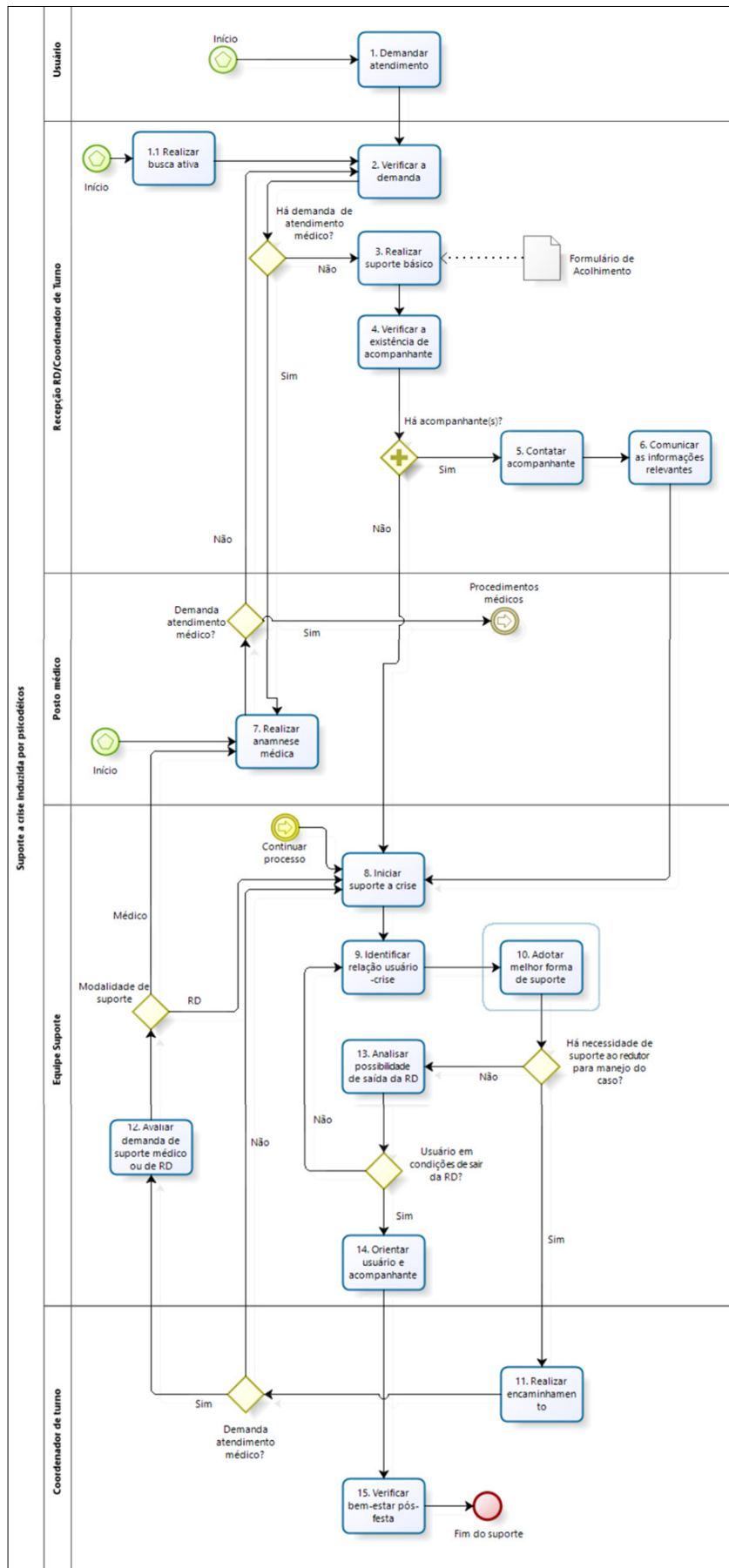
Quadro 2. Competências do redutor de danos em festas

Competência	Conhecimentos	Habilidades	Atitudes
Manejo de crises psicodélicas	<p>Conhecer as substâncias utilizadas em determinado contexto;</p> <p>Conhecer formas de manejo psicológico de crises induzidas por psicodélicos.</p>	<p>Avaliar, sistematizar e decidir as condutas adequadas, baseadas em evidência científica e na ética profissional;</p> <p>Cuidar e acolher os usuários que demandem suporte, inclusive os que não se encontrem em franco sofrimento psicológico;</p> <p>Fomentar relações interpessoais de mútua confiança e estímulo à autonomia dos usuários; Escuta empática.</p>	<p>Aceitar e acolher a diversidade;</p> <p>Respeitar os usuários de diferentes substâncias;</p> <p>Possuir a capacidade de estabelecer relações interpessoais de confiança e de suporte;</p> <p>Trabalhar em equipe.</p>

Competência	Conhecimentos	Habilidades	Atitudes
Orientações e educação em saúde	Conhecer as substâncias utilizadas em determinado contexto; Conhecer os insumos e formas de RD de SPA ligadas à cena de uso; Conhecer a legislação sobre drogas e redução de danos.	Avaliar, sistematizar e decidir as condutas adequadas, baseadas em evidência científica e na ética profissional; Comunicar informações técnico-científicas sobre substâncias de forma clara e compreensível; Fomentar relações interpessoais de mútua confiança e estímulo à autonomia dos usuários.	Aceitar e acolher a diversidade; Respeitar os usuários de diferentes substâncias; Possuir a capacidade de estabelecer relações interpessoais de confiança e de suporte; Trabalhar em equipe.

C. Fluxograma de suporte à crise induzida por psicodélicos

Abaixo apresenta-se o mapeamento dos processos em forma de fluxograma e a descrição de cada atividade do fluxograma.



Elementos do processo:

Os elementos gráficos sinalizam processos ou atividades, ao passo que os elementos são gates ou portais, inseridos quando decisões devem ser tomadas, criando caminhos alternativos ou paralelos (IFRJ, 2020). Quando o tem um sinal de + no meio, significa que as próximas atividades podem ser realizadas de forma concomitante⁸⁶.

Observa-se que o trabalho envolve ampla complexidade, relação entre diferentes segmentos da equipe e entre diferentes equipes de trabalho, como a relação entre a equipe de RD e a equipe do posto médico. O início do atendimento da RD pode envolver, ao menos, três entradas: a demanda direta do próprio usuário, que pode ser conjunta com um(a) acompanhante, como amigo(a) ou companheiro(a); a do posto médico, na qual pode ocorrer que alguns usuários tenham sido levados para o referido local por outras equipes, como bombeiros ou seguranças; e uma terceira, que é fruto do trabalho de busca ativa da própria RD, ao observar e conversar com usuários na festa.

A área de recepção da RD, em conjunto com o coordenador de turno, tem um papel fundamental, que envolve tanto a obtenção de informações básicas, a avaliação do estado do usuário e a necessidade, ou não, de encaminhá-lo ao posto médico. Por esta razão, o coordenador de turno é, em geral, alguém mais experiente e que pode contribuir com as avaliações mais difíceis e com os encaminhamentos que precisam ser realizados.

No atendimento propriamente dito, denominado de suporte à crise, o redutor de danos, além de fomentar uma relação de confiança e proporcionar uma sensação de segurança para o usuário, buscará compreender a experiência de crise e os afetos vivenciados. A partir dessa análise, procurará adotar, dentro dos parâmetros éticos e técnicos, uma conduta capaz de responder, mesmo que de forma pouco interventiva, ao sofrimento e às dificuldades vividas pelo usuário. Adotar a melhor conduta, em tais casos, envolve, do redutor de danos, olhar também para si mesmo e para o relacionamento que se estabelece com o usuário. Fatores como idade, gênero ou mesmo outras características físicas ou psicológicas podem facilitar ou dificultar o suporte. A partir daí, em caso de necessidade, o redutor solicita orientação ao coordenador de turno, que, por sua vez, poderá substituir o redutor que realiza o suporte ou solicitar que um segundo redutor de danos contribua com o atendimento.

A saída do usuário do espaço da redução de danos é outra temática que tem gerado reflexões no âmbito do Coletivo Brisa. Embora não caiba à redução de danos, em contexto de festa, impedir a saída de nenhum usuário em qualquer momento, por não ter prerrogativa legal para tal atitude, é importante registrar a saída de cada usuário do serviço e orientar, da

86 As referências completas podem ser encontradas na tese de doutorado: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/25829>.

melhor forma, esta saída. Em casos mais graves, que envolvam, por exemplo, quadros psicopatológicos prévios que tenham sido agravados ou mesmo desencadeados, a possibilidade de orientações/encaminhamento à Rede de Atenção Psicossocial.

D. Matriz de responsabilidades

De forma a complementar ao trabalho de mapeamento de processo realizado no Bizagi, foi estruturado o rol de responsabilidades de cada segmento de atuação do suporte à crise por meio da matriz RACI. Trata-se de uma ferramenta de formalização de responsabilidades, papéis e funções entre setores ou pessoas de uma organização, no que compete aos processos de governança vinculados a uma atividade (Finatto, 2018; Martignago et al., 2018), utilizadas também em pesquisas clínicas (Finatto, 2018). A matriz é, por conseguinte, uma ferramenta de gestão de pessoas e de processos de trabalho. As letras RACI significam: responsabilidade, autoridade, consultado e informado, identificando o que cada profissional ou equipe deve realizar em cada atividade. Entende-se por cada um dos termos o seguinte: **Responsabilidade:** A pessoa ou equipe/setor designada para execução de uma determinada tarefa/atividade. **Autoridade:** A pessoa ou equipe/setor com autoridade para a aprovação de uma determinada tarefa/atividade. Pode ainda delegar a função, entretanto, é quem se responsabiliza pelo trabalho. **Consultado:** A pessoa ou equipe/setor que deve ser consultada acerca da atividade/tarefa. Identifica-se quem possui conhecimentos sobre o assunto que podem ser úteis para a efetiva realização da atividade. **Informado:** A pessoa ou equipe/setor que deve ser informado sobre a tarefa/atividade. A informação pode ser importante, inclusive para a gestão total de um processo de trabalho complexo.

Abaixo se encontra a matriz produzida para o trabalho de redução de danos em contexto de festas de médio porte e curta duração:

Quadro 3. Matriz RACI*Fonte: Matriz RACI – Coletivo Brisa-RJ*

Controle Atividades	Funções Atores	Recepção RD	Equipe Testagem	Equipe Suporte	Coordenador de turno
Preenchimento Formulário RD (dados gerais)	R	N.A.	N.A.	C	C/I
Preenchimento Formulário RD (suporte) e arquivamento	N.A.	N.A.	N.A.	R	A
Verificar a demanda	R	Ic	Ic	Ic	Cc
Realizar suporte básico	R	N.A.	N.A.	N.A.	I
Realizar busca ativa	R	N.A.	N.A.	N.A.	A / I
Verificar a existência de acompanhante	R	N.A.	N.A.	I	I
Contatar acompanhante	N.A.	N.A.	N.A.	C/I	A/R
Comunicar as informações colhidas pertinentes	R	Ic	Ic	Ic	Ic
Realizar suporte à crise	N.A.	N.A.	N.A.	R	Cc
Identificar a relação do usuário com a crise	N.A.	N.A.	N.A.	R	Cc
Adotar melhor forma de suporte	N.A.	N.A.	N.A.	R	Cc
Analisar possibilidade de saída da RD	N.A.	N.A.	N.A.	R	Cc
Orientar usuário e acompanhante para saída RD	N.A.	N.A.	N.A.	R	Cc
Tomar ciência da entrada e saída de qualquer usuário do serviço de suporte	I	N.A.	N.A.	R	A
Realizar encaminhamento	N.A.	N.A.	N.A.	C/I	R
Manutenção do espaço - cuidado de limpeza e organização	R	N.A.	N.A.	R	N.A.
Verificar bem-estar pós-festa	N.A.	N.A.	N.A.	C/I	R

Legenda:

R Responsável - Execução e entrega da atividade	A Aprovador - Autoridade final de tomada de decisão	C Consultado - Agrega valor e deve ser incluído na atividade	I Informado - Clientes e outros que devem ser atualizados	Cc Consultado condicional	Ic Informado condicional
--	---	--	---	--	---------------------------------------

Como a matriz RACI visa facilitar o estabelecimento dos papéis de cada equipe em conjunto com a identificação da atribuição de cada segmento do trabalho, pode-se dizer que, em festas com equipes de diferentes tamanhos, haverá a necessidade de alteração da atual matriz. Por exemplo, equipes maiores podem ter redutores específicos para busca ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja pouca literatura acerca dos resultados do suporte a crises em outros contextos, Carvalho *et al.* (2014) apresentam bons resultados no trabalho do Kosmicare, em Portugal. Os resultados qualitativos apresentados em Beserra (2022), com os suportes que serviram de base à construção do PROSC, foram relevantes para a experiência dos usuários do serviço de RD.

Espera-se que a breve e inicial apresentação de elementos organizacionais, de gestão de pessoas e de gestão de processos possa contribuir para o seu aprimoramento e desenvolvimento futuros. A existência de guias anteriores, como o Manual de Suporte Psicodélico do Zendo Project e de produção acadêmica sobre o tema (CARVALHO *et al.*, 2014), foram fundamentais para a organização deste protocolo. O PROSC, no entanto, caracteriza-se pela adição de novos elementos de gestão de processos e gestão de pessoas, além de ser um instrumento construído e debatido no território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Association of Business Process Management Professionals - ABPMP. (2013). *BPM CBOOK: Guia para o gerenciamento de processos de negócio - Corpo comum de conhecimento* (1ª ed., v. 3.0). Disponível em http://ep.ifsp.edu.br/images/conteudo/documentos/biblioteca/ABPMP_CBOOK_Guide_Portuguese.pdf. Acesso em 5 de julho de 2020.

Barrett, F. S., Johnson, M. W., & Griffiths, R. R. (2016). The Challenging Experience Questionnaire: Characterization of challenging experiences with psilocybin mushrooms. *Journal of Psychopharmacology*, 30(12), 1279-1295. <https://doi.org/10.1177/0269881116675515>. Acesso em 22 de julho de 2019.

Beserra, F. R. (2022). *Redução de danos em crises induzidas por psicodélicos: Uma leitura junguiana* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Brandão, H. P., & Bahry, C. P. (2005). Gestão por competências: Métodos e técnicas para mapeamento de competências. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 179-194. Disponível em <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/224/229>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

Carhart-Harris, R. L., & Nutt, D. J. (2018). Psychedelics and the essential importance of the context. *Journal of Psychopharmacology*, 32(7), 725-731. <https://doi.org/10.1177/0269881118754710>. Acesso em 5 de maio de 2019.

Carvalho, M. C. et al. (2014). Crisis intervention related to the use of psychoactive substances in recreational settings – Evaluating the Kosmicare Project at Boom Festival. *Current Drug Abuse Reviews*, 7(2), 81-100. <https://doi.org/10.2174/18744737113069990006>. Acesso em 26 de maio de 2019.

Finatto, L. S. (2018). *Aplicabilidade da matriz RACI no cenário da unidade de pesquisa clínica do Hospital Universitário de Santa Maria* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188969>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

Haijen, E. C. H. M. et al. (2018). Predicting responses to psychedelics: A prospective study. *Frontiers in Pharmacology*, 9, Article 897. <https://doi.org/10.3389/fphar.2018.00897>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. (2020). *Instrução de Serviço PRODIN Nº01/2020*. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em http://wiki.ifrj.edu.br/dokuwiki/lib/exe/fetch.php?media=prodin:is_prodin_01-2020_remocao_temporaria_de_servidores_12mar2020_-_2.pdf. Acesso em 2 de outubro de 2020.

Johnson, M. W., Richards, W. A., & Griffiths, R. R. (2008). Human hallucinogen research: Guidelines for safety. *Journal of Psychopharmacology*, 22(6), 603-620. <https://doi.org/10.1177/0269881108094300>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

Martignago, D. et al. (2018). Governança de dados aplicada no processo de catalogação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(2), 81-105. <https://doi.org/10.1590/1981-0695.170350>. Acesso em 5 de janeiro de 2020.

Nascimento, E. M. do, Lima, G. L. S. de, & Silva, L. G. B. da. (2017). Bad trip: Abordagem de redução de danos diante de usuários em situação de crise. *Hum@nae: Questões controversas do mundo contemporâneo*, 11(1). Disponível em <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/569>. Acesso em 12 de abril de 2019.

Oak, A., & Nielsen, S. (2017). Planning and first steps for a new project. In *Manual of psychedelic support: A practical guide to establishing and facilitating care services at music festivals and other events* (2 ed., pp. 59-66). Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies.

Sordi, J. O. de, & Azevedo, M. C. (2008). Análise de competências individuais e organizacionais associadas à prática de gestão do conhecimento. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 10(29), 391-407.

CAPÍTULO 17

MEDIAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS, PSICOPATOLOGIAS E INTERAÇÃO HUMANO-TECNOLOGIA⁸⁷

Nara Helena Lopes Pereira da Silva⁸⁸

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de um pós-doutorado, iniciado em 2018, sobre “Psicoterapia on-line: um estudo fenomenológico longitudinal”. O objetivo inicial foi acompanhar seis processos de psicoterapia no decorrer de 6 meses, três híbridos e três exclusivamente on-line. Porém, teve seu período de coleta de dados finalizado junto à eclosão da pandemia COVID-19, fevereiro de 2020. A crise global instaurada impôs o distanciamento social, visando diminuir as contaminações. Por outro lado, intensificou quadros de sofrimento psicológico, instaurou novos e recolocou aos profissionais a necessidade de repensar a prática e de inserir a mediação tecnológica nos atendimentos psicológicos, nos três níveis de atenção à saúde. Diante de vastas transformações, houve uma ampliação dos objetivos e objeto da pesquisa, que resultou em três frentes de fundamentação: 1. Requisitos básicos para formação dos profissionais para os atendimentos psicológicos mediados pelas tecnologias digitais nas diversas esferas dos serviços: domínio tecnológico, domínio ético, domínio clínico e domínio intercultural. 2. Necessidade de pensar as novas formas de sofrimento decorrentes da interação humano-tecnologia, as psicopatologias relacionadas ao digital, o consumo excessivo da internet, as novas formas de expressão de violências, repercutindo na intensificação ou desenvolvimento de sofrimentos psicológicos muitas vezes não descritos pelos critérios diagnósticos atuais. 3. Apontar a necessidade de pensar as repercussões, as potencialidades inerentes das experiências digitais, bem como os riscos no desenvolvimento psicológico, além das novas formas de interação social/digital e de terapêuticas digitais. O estudo contribuiu, também, durante a pandemia para a estruturação de serviços de acolhimento on-line em diferentes universidades, além de retratar a urgência de uma plena inserção de profissionais,

87 Trabalho selecionado para receber “Menção Honrosa” na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de doutorado, pós-doutorado, bem como de projetos de pesquisa vinculados a grupos de pesquisa” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

88 Psicóloga Clínica, supervisora e pesquisadora. Mestre, Doutora e Pós-doutorado pela USP. Doutorado em Roma, Itália. Pesquisa os efeitos da interação humano-tecnologia, psicopatologias e Fenomenologia (Florença, Itália) e a mediação tecnológica nos atendimentos psicológicos. Atendimento on-line no Brasil e no Exterior ou híbrido (São Paulo/SP e Curitiba/PR), site www.animapsique.br, e-mail psicologa.orienta@gmail.com.

pesquisadores, governos e entidades de categoria profissional, visando uma formação híbrida e voltada a novas ferramentas psicológicas digitais no cuidado em Saúde mental.

INTRODUÇÃO

Desde iniciativas de <https://amazon.care/>, <https://www.amcaregroup.co.uk/>, até a recente aquisição da Amcare Healthcare, pela empresa de tecnologia ByteDance, empresa mãe da plataforma Tik Tok (Adams, 2022), além do surgimento de aplicativos instantâneos para tratamento de saúde mental, disponíveis em diferentes dispositivos. Há algum tempo as grandes empresas de tecnologia estão ingressando no ramo sanitário, levantando questionamentos sobre a complexidade da temática x investimentos financeiros. A cada inovação tecnológica, fica a pergunta: psicólogos e psiquiatras serão capazes de se tornarem protagonistas nesses processos de transformação digital? Qual é o papel das entidades, universidades e profissionais, diante de tais inovações e da imprescindível proteção e cuidado de pessoas em sofrimento psíquico?

Para além das inúmeras inovações que visam ao lucro e de um possível detrimento do cuidado humanizado (preconizado pelo SUS brasileiro), interações digitais pouco centradas em práticas desenvolvidas por psicólogos e psiquiatras, um outro tema ganha destaque: assistimos a um uso indiscriminado das tecnologias digitais no cotidiano que tem, também, trazido repercussões na dimensão da saúde mental, não somente da população em geral, mas da própria categoria de psicólogos. Desde o uso inconsciente e seduzido, até a maciça oferta de serviços psicológicos on-line, em geral, por videochamada ou mensagens assíncronas, com pouca ciência sobre os seus riscos e necessárias formações, vulnerabilizando, ainda mais, pessoas que buscam suporte, fragilizadas e em sofrimento psicológico.

Do *tecnoestress* à tecnodependência, da *zoomfadiga* à nomofobia, o medo excessivo de ficar sem o celular, famílias e empresas tornando-se palco de *phubbing*, relacionamentos interpessoais e profissionais simultâneos ao uso do celular, dividindo o foco de atenção e a presença nos relacionamentos. Entre as redes sociais, crescem as nomenclaturas para qualificar os diversos sofrimentos psicológicos decorrentes direta ou indiretamente do uso excessivo de tecnologias. Entre os avanços no cenário psiquiátrico, o DSM-V (American Psychiatric Association, 2015) classifica o “transtorno do Jogo pela internet”, definindo-o e estabelecendo critérios diagnósticos. Entretanto, tais classificações localizam um tipo específico de comportamento on-line, referente ao jogo e ao comportamento de vício. Isso pode representar um avanço, porém, pode, também, refletir em uma compreensão reduzida do contexto. Internet, celulares, vídeos e músicas digitais constituem o cotidiano de crianças, adolescentes e adultos. Os meios de comunicação on-line, como e-mail, mensagens de texto, chat, redes sociais, armazenamento e interatividade de informações, compras on-line e relacionamento

afetivo, por outro lado, compõem a rotina de praticamente todas as faixas etárias, com o uso excessivo de múltiplos dispositivos diariamente. O consumo tecnológico passa, para muitos, praticamente despercebido e não são avaliados seus efeitos colaterais, incluindo dentre seus consumidores, psicólogos e profissionais de saúde mental.

Além dessas repercussões psicológicas, são decorrentes diferentes formas de violência on-line (Silva, 2020), ainda desconsideradas nos diagnósticos psíquicos. Resultantes da sociabilidade digital, as telas camuflam com maior intensidade e velocidade os discursos de ódio, os contágios e as induções à agressão e auto agressão, comunicações que visam difamar ou denegrir a imagem do outro e que provocam impactos psicológicos importantes. Destaca-se o *cyberbullying*, que pode repercutir em evasão escolar, isolamento, repressão, ideações suicidas e suicídio. A indução de violência entre os jovens ocorre não apenas entre os pares mas, também, na propagação de desinformações ou jogos de desafios, que podem induzir comportamentos de automutilação e suicídio. O *cyberbullicídio* decorre do potencial que a rede tem de intensificar atos de violência psicológica e sistemática através de conexões, configurando um campo ilimitado de ataques (Silva, 2020).

A vida on-line e as seduções imagéticas da inovação, complexadas por um ideal de consumo e do uso intencional de um universo manipulativo de algoritmos, vem provocando mudanças nas maneiras de perceber os acontecimentos do entorno físico. Criam bolhas paradoxais passíveis de ampliar ou aprisionar as visões de mundo e pode, quando da ausência de senso crítico, repercutir em importantes prejuízos nos relacionamentos interpessoais, de socialização, interação com o outro, baixa tolerância às diversidades, frustrações e confronto com as responsabilidades. Os dispositivos conectados passam a preencher o ambiente familiar, evitando, sejam relacionamentos, sejam conflitos interpessoais. Por sua vez, o desenvolvimento de estratégias para lidar com os próprios sentimentos e frustrações, raiva ou tédio, além do desestímulo à interação com o outro e ao enfrentamento do que é compreendido como estranho, excluído ou rejeitado. O elemento comum parece indicar um declínio da capacidade de autorregulação emocional, de relacionamento, de confronto com os desafios e das responsabilidades diárias, da capacidade empática, da afetividade e maturação interpessoal (Silva, 2020; Silva & Morujão, 2021).

Tais temáticas solicitam estudos e reflexões sobre as repercussões da vida híbrida no âmbito da psicologia, no sentido da constituição das vivências internas, e da sociabilidade e das experiências compartilhadas do mundo. Os dispositivos tecnológicos configuram próteses da vida, com uma extensão do corpo nos espaços on-line, acessíveis a qualquer momento. Entretanto, pouco se fala sobre o consumo diário de aplicativos que podem promover um contexto de alienação perante os acontecimentos da vida. Em especial, entre os profissionais de saúde, saúde mental, educadores e gestores, pode-se distanciar possíveis incentivos e desenvolvimento de inovações para tratamentos psicológicos. Para além dos ideais de lucro das

grandes empresas de tecnologia e do uso massificado e passivo das redes sociais e aplicativos de entretenimento, são praticamente inexistentes o reconhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias digitais a partir da ciência psicológica, o interesse de pesquisadores e profissionais nas validações e avaliações científicas no contexto brasileiro.

É urgente a discussão entre sistemas e conselhos de psicologia, entidades governamentais, universidades e profissionais atuantes, sobre a formação e capacitação híbrida na atuação psicológica, de modo a difundir estudos e práticas que versem sobre as psicopatologias intensificadas ou originadas no ambiente digital, as potencialidades terapêuticas digitais desenvolvidas e validadas pela ciência psicológica, a informação e orientação sobre o uso saudável e psicoeducativo das tecnologias na vida e no desenvolvimento psicológico das diferentes faixas etárias.

Tais reflexões são resultados da pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida entre 2018 e 2022, no IPUSP. Os achados vêm sendo divulgados em palestras, cursos e publicações em revistas brasileiras. Busca, em especial, promover reflexões para o contexto de pesquisa e prática brasileiras, sobre a necessidade de considerar as psicopatologias entrelaçadas ao cotidiano digital, as transformações psicossociais no cotidiano da vida hibridizada e, também, a necessária apropriação e formação das terapêuticas digitais por parte dos psicólogos atuantes, pesquisadores e representantes da classe.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PROPRIAMENTE DITA

A inserção das tecnologias nas relações humanas é já dada, sendo imprescindível refletir como elas vêm influenciando e quais as possibilidades, desafios e consequências do uso das ferramentas digitais nas relações intersubjetivas, em especial, na psicoterapia. O objetivo principal do projeto de pós-doutorado foi compreender o fenômeno da virtualidade nos atendimentos psicoterapêuticos on-line e presencial, decorrente do uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Foram objetivos específicos: (a) compreender as experiências do atendimento psicoterapêutico exclusivo on-line e (b) compreender como se apresentam as novas TICs nos atendimentos presenciais, em especial, por meio das tecnologias assíncronas como troca de mensagens, e-mail, blogs, chats.

Método

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, seguindo às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Participaram três psicólogos clínicos, que realizaram um atendimento presencial e um atendimento exclusivo on-line e seis pessoas que seguiram em processo

psicoterapêutico, no decorrer de seis meses. Foram instrumentos para coleta de dados: (1) Diário de campo, elaborado pela pesquisadora; (2) Registro detalhado das sessões, elaborado pelos psicoterapeutas; (3) Relato por escrito da experiência da psicoterapia mediada pelas TICs, feito pelo psicoterapeuta e pessoa ao final de cada sessão; (4) Teste Casa-Árvore-Pessoa aplicado no início e no encerramento dos processos. Trata-se de um estudo longitudinal, de descrição e compreensão fenomenológica.

Registro dos dados

1ª etapa – construção de um ambiente para pesquisas mediadas pela Internet, conforme sugerido por Proudfoot et al (2011). 2ª etapa – pré-atendimentos, atendimentos e registro dos documentos. Após o início dos atendimentos, a cada sessão, paciente e terapeuta registraram por escrito em roteiro semiestruturado on-line disponibilizado em link da pesquisa, suas experiências da sessão de psicoterapia mediada pelas tecnologias digitais.

Análise dos registros

O método fenomenológico trata de movimentações e apreensões tal como os fenômenos se desvelam nas vivências, através de um acesso meticuloso e rigoroso. Conforme Barreira (2017, p. 326-328), “a qualidade da descrição correlata a cada atitude adotada no processo vai, progressivamente, tornando-se menos particular e mais universal: a experiência natural, a experiência pessoal, existencial, psicológica ou subjetivo-relativa, o *eidós* intencional e a experiência transcendental”. Os documentos foram analisados em passos que se intercalam e se complementam através de um movimento fluído e contínuo:

Compreensão das experiências: leitura longitudinal, atenta e compreensiva dos registros ainda em processo de coleta e/ou organização, não interpretativa, concomitante ao registro dos dados, acrescentando-se à margem ideias centrais, num constante exercício de variações imaginárias. Segundo Tourinho (2017, p. 115), “cada uma dessas possibilidades (ou desses exemplares) que se perfila na imaginação compartilha, necessariamente, com as demais, algo de “invariante”. A apreensão deste núcleo invariante é o que Husserl denominou de “visão de essências” (*Wesensschau*)”.

Descrição e construção de fluxos das experiências: sistematização de unidades estruturais das vivências pessoais registradas longitudinalmente através de exercícios de reduções eidéticas, em busca de elementos invariantes e através de recortes ilustrativos dos registros.

Mapeamento das vivências: leitura atenta dos fluxos das vivências pessoais, visando apreender estruturas do fenômeno estudado, legitima-se a multiplicidade de perspectivas evidenciadas. Inicia-se um processo de deslocamento da pessoalidade dos relatos, em busca

de elementos típicos e/ou estruturas invariantes. Elaborar-se um mapeamento das estruturas, com sínteses e recortes de núcleos significativos, individualizando-os.

Reflexividade das vivências constitutivas: Distancia-se gradativamente dos aspectos individuais, que são diluídos em recortes de exemplares que ilustram as estruturas da vivência, desvelados em atitude fenomenológica. Busca-se o cruzamento de intersubjetividades, deixar emergir e apreender, através das análises, das variações imaginárias e das reduções, as características do fenômeno.

Resultados

A partir dos movimentos de compreensão fenomenológica e visto a quantidade de materiais obtidos, os resultados foram gradualmente sendo divulgados em periódicos científicos, apontando, em síntese os seguintes resultados, em artigos publicados ou no prelo:

1 – Pressupostos e bases para a psicoterapia on-line e para as consultas terapêuticas on-line, resultados divulgados ainda no período mais crítico da pandemia, visando orientar, formar e informar profissionais psiquiatras e psicólogos sobre as especificidades e cuidados do atendimento on-line. Nesse sentido, foi organizado um livro sobre consultas terapêuticas on-line na saúde mental, unindo experiências e estudos de psicólogos e psiquiatras (Antúnez & Silva, 2021). Manual com orientações práticas sobre os atendimentos on-line, fundamentado em pesquisas, diretrizes e órgãos reguladores internacionais. Foi elaborado para psicólogos em suas diversas linhas teóricas, discutindo de forma breve e referenciada em bibliografia internacional sobre fundamentos da psicoterapia on-line, atendimentos em grupo, a crianças, casais, em risco, cuidados técnicos e práticos, ética, segurança da informação e estratégias para relação terapêutica on-line (Souza, Silva & Monteiro, 2020). Artigo escrito a partir de um levantamento bibliográfico de referenciais internacionais sobre as melhores práticas para a oferta de serviços psicológicos mediados pelas tecnologias. O artigo discute o uso de tecnologia em diferentes países durante a pandemia, e estabelece os domínios de conhecimento ético, tecnológico, clínico e cultural para o desenvolvimento, pesquisa e oferta de tratamentos de saúde mental on-line (Silva, Ottolia, Marques & Antúnez, 2022).

2 – Ambiente de atendimento on-line nas vídeo chamadas para atendimentos individuais e rodas de conversa durante a pandemia. Destaca-se que a pesquisa contribuiu, também, no desenvolvimento de intervenções durante a pandemia e publicações como aspectos essenciais do atendimento on-line, como a flexibilidade do ambiente, a imprevisibilidade e a familiaridade. Além desses, o ambiente terapêutico on-line, com suas características de intimidade, presença e corporeidade afetada. Tais achados foram discutidos detalhadamente no artigo “Psicoterapia mediada pelas TICs – estudo fenomenológico longitudinal”, aprovado e no prelo na Revista Psicologia Clínica e na Iniciação Científica “a vivência da psicoterapia

on-line entre pacientes e terapeutas” IPUSP, desenvolvida pelo aluno Gustavo Camargo, IPUSP. Como decorrente do estudo, foram realizadas, também, durante os períodos de distanciamento social da pandemia covid-19 rodas de conversa com estudantes universitários e professores da educação básica, retratando a potência da mediação tecnológica, a partir da empatia, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e acolhimento dos sofrimentos relatados em grupos. No que se refere às rodas de conversas on-line, o estudo foi publicado na Revista Construção Psicopedagógica (Antunez, Colagrossi, Colombo, Zolty & Silva, 2021).

3 – Identidade digital do profissional psicólogo, que discute sobre os aspectos éticos da publicidade dos serviços psicológicos em ambientes digitais, especificamente, em sites de divulgação e conexão de profissionais e pacientes. Tal temática foi levantada em duas Iniciações Científicas, com publicação na Revista Psicologia em Pesquisa (Marques, Ottolia, Silva & Antúnez, 2022, p. 1):

“Nota-se um aumento da oferta de plataformas de atendimento online, que visam a conectar pacientes a terapeutas. O objetivo do artigo foi apresentar uma análise de nove plataformas brasileiras, em diálogo com normativas nacionais e estrangeiras. Foram analisadas 14 categorias referentes a: profissional (perfil, cadastro, indicação, buscadores), precificação (preços e pagamentos); informações (testes, definições, segurança, restrições, tipos de atendimento, serviços oferecidos). Discute-se sobre o ambiente online, os riscos de segurança, a lógica mercadológica e o domínio ético pertinentes a tal prática”.

Além desse, foi publicado um capítulo sobre a identidade digital do profissional (Silva, 2022) em que se discute sobre as crenças e barreiras para o desenvolvimento da psicologia no ambiente digital, como o conceito de presença, partilha do ambiente e pouco conhecimento científico sobre as experiências on-line, além de apresentar quatro pilares necessários para uma adequada atuação em ambiente da Internet (domínio ético, tecnológico, clínico e cultural) (Silva, Ottolia, Marques & Antúnez, 2022), além das questões da cibercultura, identidade multifacetada e o necessário letramento digital seja para o profissional, mas também como uma ação de cidadania e orientação em geral.

4 – Uso das tecnologias digitais na vida – a análise das respostas dos autorrelatos dos participantes da pesquisa, foram delimitadas temáticas das tecnologias na vida e a repercussão dessas na saúde mental. Como resultado, o artigo “Uma leitura fenomenológica sobre a intersubjetividade no digital/on-line” (Silva & Morujão, 2021) visa compreender as implicações da vida híbrida, apontando para a fragmentação das perspectivas, a dinamicidade e velocidade de transmissão de informações por imagens e janelas, com uma nova configuração perceptiva da consciência. Nota-se, no aspecto das sociabilidades, um esmaecimento da

hierarquia entre conhecimento científico e cultural, mudanças nas esferas de apreensão dos valores, experiência de tempo fugaz e transformações na forma de apreender a historicidade. O artigo retoma a importância da inserção fundamentada das tecnologias nos serviços de saúde mental e aponta a importância do incentivo à literacia digital, bem como o retorno e legitimação das experiências sensíveis no mundo.

Além disso, o tema da violência on-line explícita (Silva, 2020), com a intensificação das várias linguagens de violência já estabelecidas na sociedade, tendo como exemplos o *cyberbullying*, os discursos de ódio, o contágio e a indução à violência em crianças e jovens e os *trollings*. além das violências implícitas, como o não limite entre vida privada e pública. Propõem-se questionamentos sobre como ocorrem as relações com si próprio e com os outros diante do alargamento das formas de interação influenciadas pelas tecnologias digitais. Busca-se apreender aspectos essenciais dessa experiência, voltando-se para a defesa do espaço do sentir, *Aisthesis*, e dessa forma, para uma compreensão da corporeidade em sentido fenomenológico, sugerindo a necessidade de reflexões atuais sobre ética e estética. O corpo está presente no espaço virtual e apresenta-se como uma corporeidade híbrida. Amplia-se, dessa forma, o tema da violência on-line para debates que pontuem caminhos no entrelaçamento entre vida online e offline, de maneira integrada, conectada e ética.

5 – Reflexões e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e sobre avaliação psicológica em ambiente on-line – a pesquisa teve como instrumento a aplicação do HTP no início e no final dos processos de psicoterapia on-line, visando avaliar a evolução psíquica da intervenção mediada pela tecnologia de comunicação. Durante a pandemia, o desenho do projeto proposto foi, também, aplicado a serviço de acolhimento on-line universitário, desenvolvido como parte voluntária da pesquisa. Como resultado, foi publicado um artigo (Antúnez, Silva, Colombo & Neto, 2021) sobre a evolução de desenhos livres de alunos universitários acompanhados em psicoterapia on-line durante o primeiro ano da covid-19. Realizou-se uma análise de desenhos confeccionados em psicoterapia on-line durante a pandemia COVID-19 com um estudante universitário que referiu ideação suicida no acolhimento inicial. Os desenhos mostram a evolução do processo, com temáticas que trazem a intensificação do sofrimento psíquico durante a pandemia:

“ainda que o estudo trate de um recorte de uma análise longitudinal, foi possível observar o envolvimento subjetivo que emergiu no processo on-line nos quatro meses iniciais do processo. Os desenhos retrataram a potência da intervenção psicológica mediada pela internet em situações de crise. Ressaltou-se os cuidados técnicos e éticos adotados, que influenciaram a consolidação do vínculo no ambiente on-line e da relação terapêutica. O uso de desenhos livres convidou a uma compreensão profunda da singularidade do aluno, capaz de transcender a objetividade das telas digitais. (Antúnez, Silva, Colombo, Neto & 2021, p. 27)

Foi enviado, ainda, para avaliação um artigo, referente ao uso do HTP em atendimentos psicológicos on-line, como resultado de pesquisa. Ressalta-se que o uso do instrumento não é permitido no ambiente on-line e que tal uso se justifica no contexto de pesquisa. Nesse sentido, o estudo é pioneiro, define-se como um estudo exploratório e qualitativo sobre a viabilidade e uso do protocolo HTP em atendimento psicológico no ambiente digital e confirma a possibilidade de acompanhamento da evolução do processo, retratando, também, que as intervenções mediadas pelas tecnologias de comunicação podem ser eficazes sem compartilhamento do mesmo espaço físico entre terapeuta e paciente:

“O estudo investigou a evolução da psicoterapia on-line em atendimentos com duração de 25 semanas (...). Traz como resultados a potência da expressão gráfica no ambiente on-line, seja no aspecto terapêutico durante as sessões proporcionado pelas elaborações e história clínica, seja na análise da consistência do conjunto dos desenhos que evidencia a evolução da psicoterapia por videochamada. Contribui, também, como estudo exploratório, para a área de avaliação psicológica, com o desafio de desenvolver padronizações do uso de testes no contexto on-line (Silva, Fantini, s/d, enviado para revista Psico aguardando parecer).

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propõe uma revisão dos paradigmas da ciência psicológica, de modo a influir intervenções, efeitos e psicopatologias decorrentes do ambiente digital. Traz avanços e inovações em termos da produção de conhecimento científico para os diferentes campos de saber, visto que a temática das tecnologias se apresenta nas diferentes ofertas de serviços psicológicos e níveis de atenção à saúde. Aponta para a necessidade de integrar o conhecimento acadêmico aos conselhos e categorias profissionais, em vistas de fomentar novas pesquisas e desenvolvimentos de modelos, procedimentos e técnicas, visando novos caminhos para uma atuação híbrida.

Tem repercutido na difusão do conhecimento em diferentes vertentes no que tange à temática da Psicologia e Tecnologias digitais. É preciso ampliar tais achados entre os sistemas de Conselhos e aos psicólogos que estão distantes do ambiente acadêmico, de forma a orientar e promover reflexões sobre a atuação on-line. Discute e integra tanto a perspectiva da mediação digital nos serviços psicológicos, somando a este campo, a necessidade do Psicólogo ter uma formação para além da prestação dos serviços digitais: o estudo pretende apontar a importância de integrar, junto às práticas, as noções de ambiente digital e seus aspectos no desenvolvimento emocional, bem como destacar as psicopatologias intensificadas ou decorrentes da vida híbrida e, ainda, problematizar a identidade e repercussões da presença dos psicólogos no ambiente on-line. Entende-se que uma formação integral do profissional psicólogo deva abranger tais perspectivas, visando uma formação híbrida capaz de desenvolver novas terapêuticas com qualificação e fundamentação.

A temática da tecnologia e do on-line perpassa hoje, todas as formas e sofrimentos humanos, da massificação de opiniões, comportamentos de bolha, intensificação de preconceitos e aumento da intolerância com as diferenças, cenários de violência, discriminação, além dos sofrimentos ocultos decorrentes do uso excessivo e dos quadros psicopatológicos e nas diferentes faixas etárias. Por outro lado, a UNESCO reafirma o direito humano à acessibilidade à Internet, como forma de diminuir as desigualdades, oferecendo contato com a cultura e a educação por meio dos recursos digitais. A recém regulamentação da Saúde digital (2020- 2028) pelo Ministério da Saúde, recoloca o dever do profissional no Brasil, de pensar, elaborar, criticar, refletir sobre práticas assertivas. São necessários protocolos e novas terapêuticas digitais, bem como diagnósticos e práticas inovadoras, além de atentar-se para os riscos nos diferentes setores da Psicologia e dos níveis de atenção nos âmbitos social, da saúde e da educação em diálogo com as tecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, H. S. (2022). ByteDance acquires Amcare Healthcare in digital health move. *Healthcare Digital*. Disponível em <https://healthcare-digital.com/digital-healthcare/bytedance-acquires-amcare-healthcare-in-digital-health-move>.

American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.

Antúñez, A. E. A., Colagrossi, A. L. R., Colombo, E. R., Zolty, F., & Silva, N. H. L. P. (2021). Rodas de conversa na universidade pública durante a pandemia COVID-19: Educação e saúde mental. *Construção Psicopedagógica*, 30(31), 6-18.

Antúñez, A. E. A., & Silva, N. H. L. P. (2021). *Consultas terapêuticas on-line a saúde mental*. Editora Manole.

Antúñez, A. E. A., Silva, N. H. L. P., Colombo, E. R., & Santos Neto, P. M. D. (2021). Phenomenon-structural analysis of drawings in online psychotherapy in situation of crisis. *Revista do NUFEN*, 13(2), 16-29.

Barreira, C. R. A. (2017). Análise fenomenológica aplicada à psicologia: Recursos operacionais para a pesquisa empírica. In M. Mahfoud & J. S. Filho (Orgs.), *Diálogos com Edith Stein: Filosofia, psicologia, educação* (pp. 317-368). Paulus.

Marques, L. G., Ottolia, R. F., Silva, N. H. L. P., & Antúñez, A. E. A. (2022). Psicoterapia on-line: Regulamentação e reflexo nas plataformas de atendimento. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 16(3). <https://uspdigital.usp.br/siicusp/siicPublicacao.jsp?codmnu=7210>

Proudfoot, J., Klein, B., Barak, A., Carlbring, P., Cuijpers, P., Lange, A., & Andersson, G. (2011). Establishing guidelines for executing and reporting internet intervention research. *Cognitive Behaviour Therapy*, 40(2), 82-97. <https://doi.org/10.1080/16506073.2011.570832>.

Silva, N. H. L. P. (2020). Virtualidade, violência on-line e corpo: Uma compreensão fenomenológica. *Internet & Sociedade*, 1(1), 311-330. Disponível em <https://revista.internetlab.org.br/virtualidade-violencia-online-e-corpo-uma-compreensao-fenomenologica/>.

Silva, N. H. L. P. (2022). Psicólogo/a na era digital: Considerações sobre a identidade profissional. In D. G. Quinhones & R. Lopes (Orgs.), *Ética e psicologia: Reflexões na pandemia e para além dela* (Vol. 1, pp. 72-92). Editora CRV. <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37231-etica-e-psicologia-brreflexoes-na-pandemia-e-para-alem-delabr-volume-1>

Silva, N. H. L. P., & Morujão, C. A. V. (2021). A phenomenological reading on intersubjectivity in digital/on-line world. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(4), 614-637. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p614.7>

Silva, N. H. L. P., Ottolia, R. F., Marques, L. G., & Antúñez, A. E. A. (2022). Use of digital technologies in mental health during COVID-19. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200225>.

Tourinho, C. D. C. (2017). O método fenomenológico nas ciências humanas: A recepção de Husserl na filosofia francesa contemporânea. *Revista Ética e Filosofia Política*, 1(20).

Souza, V. B., Silva, N. H. L. P., & Monteiro, M. F. (2020). *Psicoterapia on-line: Manual para a prática clínica*. Ed Amazon.

CAPÍTULO 18

PROJETO VOZES E CORES: GRUPOS TERAPÊUTICOS PARA PESSOAS LGBTQIA+⁸⁹

Mario Felipe de Lima Carvalho⁹⁰

RESUMO

O processo eleitoral de 2018 foi marcado por um forte conteúdo afetivo associado a diferentes figuras e/ou posicionamentos políticos. Entre as diversas idiossincrasias daquele pleito, o espaço que ódios, paixões e medos políticos tomaram no processo político foi de dimensão sem precedentes na história recente do Brasil. Nesse cenário, assuntos relacionados às dissidências sexuais e de gênero tomaram o proscênio do debate político. Após o resultado eleitoral, diversas postagens nas redes sociais relatavam estados de pânico, de tristeza profunda, de medo de sair às ruas, para mencionar os mais recorrentes. Notícias de agressões e ameaças a diferentes minorias sociais vindas de supostos apoiadores do candidato eleito aumentavam a sensação de insegurança e o sofrimento com a possibilidade de ser alvo do ódio e da intolerância ética e política. A percepção de uma demanda especializada em saúde mental para pessoas LGBTQIA+ não é uma novidade. Didier Eribon (2008) já delineou a relação entre melancolia e modos de vida homossexuais. Para além disso, os dados de vitimização da população LGBTQIA+ levantados pelo Grupo Gay da Bahia (2018) mostram um aumento de mais de 200% nos casos de suicídio dessa população entre 2016 e 2018. Nesse contexto, este texto apresenta o Projeto Vozes e Cores; um projeto de extensão universitária que oferece atenção à saúde mental de pessoas LGBTQIA+ através de grupos terapêuticos. Este projeto, realizado no Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ, deriva da pesquisa de pós-doutorado “Afetos e sofrimentos de pessoas LGBTI no cenário brasileiro contemporâneo”, conduzida na mesma universidade e com financiamento da FAPERJ. Trata-se de uma pesquisa intervenção de caráter qualitativo. Assim, ao mesmo tempo em que buscamos compreender a produção de subjetividades LGBTQIA+ com seus sofrimentos e afetos no cenário brasileiro

89 Trabalho selecionado para receber “Menção Honrosa” na Categoria “Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de doutorado, pós-doutorado, bem como de projetos de pesquisa vinculados a grupos de pesquisa” da 1ª Edição do Prêmio Sylvia Leser de Mello “Práticas inovadoras no exercício da Psicologia”, realizada pelo CFP.

90 Psicólogo (USP), mestre e doutor em Saúde Coletiva (UERJ). Pós-doutorando no IP-UERJ, com financiamento da FAPERJ. Coordenador do “Projeto Vozes e Cores”. Professor Substituto no Departamento de Psicanálise do IP-UERJ. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (GEPsID). Psicólogo Clínico.

contemporâneo, também buscaremos formas de intervenção não alienantes para elaboração de tais sofrimentos.

INTRODUÇÃO

O processo eleitoral de 2018 foi marcado por um forte conteúdo afetivo associado a diferentes figuras e/ou posicionamentos políticos. Entre as diversas idiosincrasias daquele pleito, o espaço que ódios, paixões e medos políticos tomaram no processo político foi de dimensão sem precedentes na história recente do Brasil. Nesse cenário, assuntos relacionados a gênero e sexualidade, e, mais especificamente, às dissidências sexuais e de gênero, tomaram o proscênio do debate político tanto por meio de boatos e notícias falsas em torno da erotização infantil, quanto na defesa de uma maior democracia sexual e na denúncia de posicionamentos proferidos pelo então candidato Jair Bolsonaro, considerados, por alguns setores da sociedade civil, discriminatórios e intolerantes contra a comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexo, assexuais, entre outros). Mensagens amplamente compartilhadas em redes sociais da internet e/ou através de aplicativos de mensagem instantânea apelavam a amigos e parentes que lembrassem na hora de votar das pessoas LGBTQIA+ próximas. Algumas dessas mensagens caracterizavam o processo eleitoral como “um plebiscito sobre a possibilidade de existência de pessoas LGBTQIA+”.

Após o resultado eleitoral, diversas postagens nas redes sociais da internet relatavam estados de pânico, de tristeza profunda, de medo de sair às ruas, para mencionar os mais recorrentes. Notícias de agressões e ameaças a diferentes minorias sociais vindas de supostos apoiadores do candidato eleito aumentavam a sensação de insegurança e o sofrimento com a possibilidade de ser alvo do ódio e da intolerância ética e política.

Foi neste contexto que, junto com uma colega psicóloga (à época doutoranda no Instituto de Psicologia da UFRJ), resolvemos propor o que chamamos de “roda de escuta sobre sofrimento ético-político pós-eleitoral”, dentro da programação da XV Semana de Psicologia da UFRJ (realizada em novembro de 2018). O público presente foi majoritariamente composto por profissionais da saúde e da educação, preocupados com o “estado emocional” das pessoas a sua volta, principalmente jovens estudantes. A dinâmica de trabalho privilegiou a escuta frente à fala, ou seja, tentamos construir um espaço para que as pessoas presentes pudessem escutar os relatos de sofrimento de outras, sendo a nossa tarefa conectar os diferentes relatos no intuito de produzir reconhecimento recíproco na escuta e no compartilhamento de tentativas de formas não alienantes de elaboração deste sofrimento.

Nos meses que se seguiram, fosse no trabalho docente ou no trabalho clínico, os relatos de sofrimento não cessaram. Não foram poucos os casos de estudantes que se ausentaram

das aulas nas semanas posteriores ao segundo turno das eleições por medo de sofrer algum tipo de agressão na rua em virtude de uma corporalidade marcada pela dissidência sexual e/ou de gênero.

Tais experiências colocaram algumas questões: quais os mecanismos envolvidos na produção de subjetividades LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo? Seria possível pensar em um trauma ético-político? Estaria a repetição de conteúdos nas redes sociais (produzida pelos algoritmos) relacionada com a intensidade percebida de tal trauma? Essas mesmas redes seriam capazes de produzir potência de ação na construção de linhas de fuga? A necessidade de se recuperar de um resultado eleitoral percebido como adverso à sua existência pode ser caracterizada como um processo de elaboração de um luto ético-político? Quais os efeitos subjetivos dos enfrentamentos com amigos e familiares em grupos de Whatsapp e em outras formas de interação social mediadas pela tecnologia? Como a família se configura como locus de violência, sofrimento, e de impossibilidade de elaboração do luto ético-político? Como relocalizar a instituição familiar, normalmente referenciada como a principal rede de apoio no campo das políticas públicas de saúde e assistência social, quando ela se converte em produtora de adoecimento e até de morte? Quais estratégias individuais e coletivas vêm sendo elaboradas (ou podem ainda ser elaboradas) para lidar com o trauma e o luto ético-político no sentido de uma potência de ação? Qual a relação destes elementos com o alto índice de comportamento suicida entre pessoas LGBTQIA+ (especialmente pessoas trans)?

Tais questionamentos não surgem em um contexto aleatório. O cenário nacional contemporâneo é caracterizado, segundo alguns/mas analistas (tanto na ciência como na mídia), por uma acentuada “polarização política” marcada pela ascensão de forças conservadoras e com pouca possibilidade de diálogo entre os supostos polos. Assim, o recurso às teorias do reconhecimento, mais centralmente às proposições do filósofo alemão Axel Honneth (1992/2003/2009), se apresenta como frutífero para a análise tanto dos desacordos como das possibilidades de produção de modos de vida mais democráticos e plurais. A referência à teoria do reconhecimento de base frankfurtiana também tem seu lugar na releitura proposta dos conceitos de sofrimento ético-político e de potência de ação de Bader B. Sawaya (2001). Assim, o sofrimento ético-político teria sua base nas expectativas frustradas de reconhecimento recíproco nas interações sociais.

APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA

A prática apresentada neste texto deriva da pesquisa “Afetos e sofrimentos de pessoas LGBTI no cenário brasileiro contemporâneo”, realizada em nível de pós-doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP-UERJ) e com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

(FAPERJ) e iniciada em outubro de 2019. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ (CAAE nº 20160419.2.0000.5282) e que todas as pessoas que participam ou participaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Trata-se, então, de uma pesquisa intervenção de caráter qualitativo. Assim, ao mesmo tempo em que buscamos compreender a produção de subjetividades de pessoas LGBTQIA+ com seus sofrimentos e afetos no cenário brasileiro contemporâneo, também buscamos formas de intervenção não alienantes para elaboração de tais sofrimentos. Para tanto, criamos o Projeto Vozes e Cores (iniciado em março de 2020), no formato de um projeto de extensão universitária, que oferece atenção à saúde mental de pessoas LGBTQIA+ através de grupos terapêuticos. São dois grupos com horários distintos que contam com a participação em média de 10 a 15 pessoas por encontro. Dentro da proposta de experimentação de formas de intervenção, não colocamos nenhum critério de exclusão do projeto com base em número de faltas. Logo as pessoas podem vir quando quiserem sem qualquer prejuízo. Não há nenhum roteiro prévio de questões a serem apresentadas nos grupos, as conversas se dão a partir do que emerge no processo grupal. Os grupos funcionam com encontros semanais de uma hora e meia de duração. Durante os anos de 2020 e 2021, os encontros foram realizados online na plataforma do Zoom em virtude das medidas de contenção da pandemia de Covid-19. Já no ano de 2022 foram retomados os encontros presenciais no Serviço de Psicologia Aplicada do IP-UERJ. O Projeto Vozes e Cores também serve como campo de estágio clínico para estudantes de graduação em Psicologia da UERJ.

De uma maneira geral, a participação nos encontros é predominantemente de pessoas jovens (65% entre 18 e 29 anos), escolarizadas (40% cursando ensino superior) e morando com a família (40,8% em imóvel próprio e 15,4% em imóvel alugado). Em termos de raça/cor há uma divisão razoavelmente igualitária. Sobre identidade de gênero: 40,8% homem cis; 35,4% mulher cis; 8,1% homem trans; 6,2% não-binário; 3,8% mulher trans; 1,2% travesti; e 4,5% outras. Sobre orientação sexual: 37,7% gay; 23,1% bissexual; 22,3% lésbica; 6,9% heterossexual; 4,6% pansexual; e 5,4% outras. Esses dados por si só já dão pistas da relevância dos conflitos familiares como tema nos encontros.

A percepção de uma demanda especializada em saúde mental para pessoas LGBTI não é uma novidade. Didier Eribon (2008) já delimitou a relação entre melancolia e modos de vida homossexuais. Seguindo a noção freudiana de melancolia como o luto que nunca termina, Eribon (2008) marca que toda vida não heterossexual significa a renúncia do modo de vida hegemônico, ou seja, há um luto da vida heterossexual que nunca se terá. Para além disso, os dados de vitimização da população LGBTI levantados pelo Grupo Gay da Bahia (2018) mostram um aumento de mais de 200% nos casos de suicídio de pessoas LGBTI entre 2016 e 2018, chegando a ser a segunda *causa mortis*, enquanto ocupa apenas o quarto lugar na população jovem em geral. Em outro nível, este projeto também se destina a colocar o debate

sobre saúde mental da população LGBTI em outro patamar. Ou seja, tomar como desafio técnico e científico a relação entre saúde mental e orientações sexuais e/ou identidades de gênero dissidentes para além da patologização ou da conformação de ordem moral-religiosa.

Seguindo Sawaia (2001), encontramos a proposta do conceito de “potência de ação” como objetivo da práxis da Psicologia Social em situações de desigualdade social, e, portanto, face ao sofrimento ético-político. Para a autora:

Potencializar [...] significa atuar, ao mesmo tempo, na configuração da ação, significado e emoção, coletivas e individuais. Ele realça o papel positivo das emoções na educação e na conscientização, que deixa de ser fonte de desordem e passa a ser vista como fator constitutivo do pensar e agir racionais. (Sawaia, 2001, p. 113).

Mais adiante, a autora acrescenta que “potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político” (p. 114). Nesse ponto, é possível tomar tais valores éticos a partir da eticidade hegeliana que está na base da teoria do reconhecimento proposta por Honneth. Assim, tal desenvolvimento de valores éticos pode ser concebido como uma ampliação na reciprocidade das relações de reconhecimento.

Uma clínica da eticidade é inevitavelmente uma clínica da/na/sobre política. A intervenção que vai ao encontro do sofrimento ético-político deve ser uma intervenção clínico-política, seguindo a sugestão terminológica de Miriam Debieux Rosa (2015). Ainda acompanhando as reflexões da autora, um trauma que se inscreve coletivamente merece uma elaboração coletiva, na mesma medida em que um trauma individual, mas marcado por relações sociais e políticas que afetam um coletivo, tem maiores possibilidades de elaboração com o seu reconhecimento pela coletividade.

Indo mais além, Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos (2004) afirmam que toda intervenção clínica é inevitavelmente uma intervenção política, logo a negação dessa evidência, mais que uma postura alienante, é uma conduta perigosa. A concepção de clínica levada adiante neste projeto está longe da clínica do ajustamento e da modulação de comportamentos e subjetividades às demandas do capitalismo globalizado e às exigências cisheteronormativas. Nossa aposta, junto com os autores, é nas brechas, nas fissuras, nas dobras que possibilitam uma resistência e criação como base num novo não predito.

Nesses termos, o dispositivo grupal se apresenta como ferramenta potente para a intervenção clínico-política. No grupo, se potencializam as possibilidades de ampliação das relações de reconhecimento com e no sofrimento do outro; assim como aquilo que é sentido

de forma individual e incomensurável tende a perder a intensidade na medida em que se dissolve na coletividade e se produz respostas nesta mesma coletividade.

DISCUSSÃO

Para facilitar a discussão, as contribuições serão apresentadas em três subseções.

1. A “desaprendizagem metodológica”

Esse ponto parte de um processo de “desaprendizagem metodológica” fomentada pelo aprofundamento de leituras sobre o uso do dispositivo grupal a partir de perspectivas esquizoanalíticas (Barros, 2013). Assim, estamos propondo a reflexão do grupo como um dispositivo nômade que através da superficialidade das afetações epidérmicas é capaz de produzir conexões rizomáticas que fluem simultaneamente para a singularização e para a grupalização (no sentido da produção de reconhecimento recíproco, solidariedade e coletivização do sofrimento e do trauma ético-político).

Do ponto de vista pragmático, o Projeto Vozes e Cores se caracteriza por ser um espaço aberto sem nenhuma demanda de fidelização das pessoas participantes ao processo terapêutico nem restrição ao conteúdo das falas. Assim como não excluímos participantes por faltas, não impedimos novas entradas a qualquer momento. As idas e vindas de diferentes participantes não só não trouxe prejuízo ao processo terapêutico como foi profundamente produtiva no âmbito da promoção e prevenção em saúde mental. Estes elementos se tornaram mais evidentes no período mais intenso da pandemia de COVID-19, quando os encontros foram realizados de forma remota, e diversas situações de prevenção ao suicídio se desenrolaram em nossos encontros.

Ainda nesse processo de “desaprendizagem metodológica”, cabe marcar o desafio no rompimento das hierarquias dentro do espaço clínico, seguindo a proposta ética, estética e política presente desde o início dos trabalhos de Félix Guattari em La Borde (Barros, 2013). Assim, insistimos em nos colocar nos encontros, para além da escuta. “Nós”, aqui, se refere tanto ao pesquisador que conduz os grupos quanto à equipe de estudantes de graduação que fazem estágio no projeto.

Mas para isso foi necessário abandonar o lugar protegido que Lacan chamou de sujeito suposto saber. Suposto saber como lidar com as violências que afetam as pessoas que buscamos tratar. Suposto saber como não sofrer tais violências. Em um encontro do grupo terapêutico, um jovem respondeu a uma interpelação nossa dizendo: “mas isso é fácil para você que é o

[nome do psicólogo/pesquisador responsável pelo projeto]”. Uma afirmação que traz indícios da construção de um Ideal de Eu a ser perseguido através da figura do analista.

Sabemos que esse lugar do suposto saber é uma ficção criada na transferência. A implosão deste lugar supostamente sagrado, possível a partir do momento que nos colocamos como qualquer outro participante do grupo, não resolve outra ficção possivelmente criada: a ficção da plena identificação, da total similaridade ou igualdade.

2. Essencialismo estratégico e a questão da identidade

Pensamos que a chamada para grupos terapêuticos de pessoas LGBTQIA+ não se configura necessariamente numa armadilha identitária. O uso que fazemos da categoria LGBTQIA+ não busca reificar identidades predeterminadas e fechadas em si. Trata-se de usar uma categoria mais amplamente conhecida no tecido social, que serve ao chamado essencialismo estratégico (Vale de Almeida, 2009). Do ponto de vista teórico, o conceito mais apurado seria o de dissidências sexuais e/ou de gênero. Conceito este que delimita o grupo pelo que o faz abjeto, ou seja, pela dissidência face às normas sexuais e de gênero. Aproximamo-nos de uma psicologia *queer*, portanto. O manejo dos significantes coletivizantes é fundamental na ruptura de tendências de uniformização identitária que facilmente se convertem em potencializadoras do sofrimento.

A identificação grupal com categorias de sexualidade e gênero não normativas não garante coesão no grupo. Os poucos conflitos que apareceram se deram a partir da falta de outras formas de identificação como classe, raça, orientações político-ideológicas, e nas diferenças de experiências entre gays e mulheres trans. Nesse ponto, é válido incorporar a proposição de Kimberlé Crenshaw (2002) de se pensar a diferença intragrupo na análise de experiências de subordinação interseccional visando evitar situações tanto de superinclusão quanto de subinclusão. Levar em consideração as interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença, ou dos significantes de identidade, é fundamental tanto na análise do sofrimento quanto no manejo do dispositivo grupal.

3. Violência intrafamiliar, estupro de certificação e suicídio

Desde os primeiros encontros, ainda presencialmente, o conflito com a família surgiu como uma temática de grande relevância. Os relatos apresentaram a violência intrafamiliar em suas diferentes facetas (física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) e com distintos graus de intensidade. Um ponto recorrente desse debate é o choque entre duas posições acerca da “aceitação” das expressões de sexualidade e de gênero não normativas dentro da família: uma de maior flexibilidade e aposta em processos lentos na busca por esta “aceitação”; e uma de disposição para a ruptura de vínculos considerados mais danosos que recompensadores. É

possível afirmar que há contínuo entre a total aceitação da estrutura familiar e suas violências intrínsecas num polo, e a ruptura total com essa mesma estrutura em outro polo. Entre um ponto e outro, operam diferentes graus de negociação familiar como diferentes ferramentas discursivas (sendo a violência física uma delas, inclusive).

São grandes os obstáculos no enfrentamento à violência intrafamiliar. A resistência a se perceber como vítima da própria família é engendrada justamente no processo de privatização dos afetos e do desejo por esta (Guattari & Rolnik, 1996; Donzelot, 1980). Entre o poder familiar, instituído pela cultura e pela justiça, e o amor da família, performatizado por rituais recorrentes e consagrado como fundamento da constituição do sujeito por diversas teorias psicológicas, a violência encontra guarida. O medo da pobreza e do abandono como consequência de uma violência patrimonial implícita, a invisibilidade da violência psicológica e moral cotidiana, ou o risco muitas vezes sabido e manifesto de violência física e sexual se configuram como fortes elementos de uma política de subjetivação que afeta jovens LGBTQIA+ na produção de quadros de sofrimento psíquico intenso.

Não é nenhuma novidade a forte incidência de comportamento suicida entre pessoas LGBTQIA+ no Brasil e no mundo (Garcia et al, 2022). Via de regra, as violências homofóbicas e transfóbicas cotidianas se configuram como os principais fatores de predisposição ao comportamento suicida nesses casos (Nagafuchi, 2017). Por outro lado, a literatura (Baére & Zanello, 2020) aponta o estupro como o principal fator de precipitação do comportamento suicida entre mulheres.

O chamado estupro corretivo se caracteriza pelo uso da violência sexual como ferramenta na tentativa de correção de um suposto desvio no desejo e/ou no comportamento sexual da vítima (comumente mulheres, mas não apenas). Entretanto, no nosso trabalho encontramos outra forma de estupro que estamos chamando de estupro de certificação. Estes casos guardam alguma semelhança: jovens que se identificam como lésbicas e que relatam ter uma relação boa e de grande cumplicidade com suas mães. Nesses casos, a violência se desenha de forma complexa e sutil. Estas mães passam a questionar a certeza de suas filhas sobre a orientação sexual com os argumentos que elas não poderiam estar certas sem terem experimentado relações sexuais com homens. A força desses questionamentos foi amplificada no contexto de maior convivência doméstica durante a pandemia de COVID-19. Nos relatos de quase todas essas jovens se desenrolou uma experiência sexual indesejada, mas consentida na busca dessa certeza sobre suas orientações sexuais, que foi invariavelmente sentida como violência sexual. Nas palavras de uma delas: “era como se eu estivesse sendo estuprada, mas eu que decidi estar ali”.

Há aí um mecanismo de apagamento da violência sexual a partir da construção incessante da dúvida sobre a orientação sexual e da experimentação sexual como melhor caminho

para solução desta mesma dúvida. Assim, em um primeiro momento, se desestabiliza a vítima de suas certezas e, percebendo-se à deriva num mar de dúvidas nunca apresentadas, a vítima se torna mais suscetível a processos de sugestão, principalmente quando vindos de uma figura relevante como a mãe. A indução a um ato sexual, consentido, mas não desejado, estabelece-se na relação entre mãe e filha, ou seja, o estupro é um meio de ser “uma boa filha” e corresponder às expectativas de “uma boa mãe” que é a princípio compreensiva com a sexualidade da filha.

O resultado dessa operação subjetiva é uma violência cujo culpado só pode ser a própria vítima. A culpa é por não ter uma certeza forte o suficiente para não ceder as reiteradas “sugestões” maternas. Certeza esta que só poderia ser alcançada seguindo tais “sugestões”. Parecia não haver saída para elas fora do estupro como condição de certeza sobre a orientação sexual. Aqui nos deparamos com um fenômeno que não seria adequadamente classificado como estupro corretivo pois não há um agente correcional. Trata-se mais de um estupro de certificação que objetiva uma suposta certeza sobre a identidade sexual da vítima que consente a um ato sem desejá-lo. Como efeito desta fachada de certificação, temos a produção de um sentimento de culpa específico em meio a um quadro amplo de desorganização psíquica.

A presença do consentimento sem o desejo é marcante do processo de desestruturação interna e de produção de sofrimento psíquico. Aqui não se trata do mesmo sentimento de culpa que ocorre em diversas vítimas de violência sexual quando se prendem na ideia de que poderiam ter feito algo para impedir o estupro e se culpam por alguma ação que possa ter facilitado ou precipitado a ação do violador. Elas não foram pegas de surpresa, mas foram induzidas a ocupar o lugar de agentes de seus próprios martírios. Aqui está a chave de compreensão da profundidade e do lastro que o estupro de certificação tem na subjetividade. A maioria dessas jovens tiveram algum tipo de comportamento suicida após tais acontecimentos. Ainda assim, ressaltamos que houve três casos de participantes que chegaram ao projeto com questionamentos semelhantes, mas que em virtude do manejo clínico no dispositivo grupal não se colocaram na situação de um estupro de certificação, não havendo ocorrência de comportamento suicida posterior.

Se muitos jovens LGBTQIA+ são suicidados por suas famílias, e se estas se configuram como mecanismo de governo sobre o privado e a intimidade, estamos inevitavelmente no campo da política, da governança das relações sexuais e de gênero. Se esta política coloca dois caminhos possíveis; a correção ou a morte, estamos no campo daquilo que Achille Mbembe (2018) chama de necropolítica. Assim, é possível avançar nas proposições iniciais do filósofo, no sentido de uma necropolítica produzida não apenas pelas máquinas de guerra do Estado, mas também por gestos, falas e atos que levam determinados sujeitos ao suicídio ou ao completo esgotamento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste texto apresentar algumas das mais relevantes inovações propostas a partir do Projeto Vozes e Cores, tanto em aspectos técnicos e metodológicos, quanto em aspectos teóricos e científicos. Assim, a proposição de grupos terapêuticos enquanto um dispositivo nômade sem hierarquizações internas visando simultaneamente romper com possíveis cristalizações de ideais existenciais quanto com homogeneizações identitárias nos parece servir como ferramenta de atenção à saúde mental, principalmente na Atenção Básica. A mesma metodologia poderia ser aplicada em diferentes unidades de saúde, seja aberta a um público irrestrito, seja na esteira de políticas focalizadas em populações específicas.

Há ainda a grande relevância de um projeto destinado especificamente para pessoas LGBTQIA+. Todas as pessoas que participaram de nossos encontros nos últimos anos e que já tinham feito algum tipo de psicoterapia relataram experiências anteriores muito ruins com profissionais da psicologia. Isso salienta a relevância do Projeto Vozes e Cores para formação profissional enquanto campo de estágio. Nossa experiência também tem evidenciado que tais discussões sobre saúde mental e dissidências sexuais e de gênero vão muito além da capacitação profissional para o atendimento a uma clientela específica, servindo de reflexão para diversas outras modalidades de trabalho em psicologia com diferentes grupos sociais.

Entre as contribuições teóricas e científicas do projeto, destacamos a percepção da família enquanto mecanismo necropolítico de governo da vida de jovens LGBTQIA+, implicado nos altos índices de comportamento suicida desta população e naquilo que chamamos de estupro de certificação. Tais considerações também guardam consequências práticas para o trabalho em políticas públicas de saúde e assistência social que comumente, e em muitos casos acertadamente, apostam na instituição familiar como principal rede de apoio em situações de vulnerabilidade social. Entretanto, no caso de jovens LGBTQIA+ tal relevância dada à instituição familiar necessita ser repensada sob pena de fomentarmos redes de adoecimento e morte mascaradas de rede de apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baére, F., & Zanello, V. (2020). Suicidal behavior in women of diverse sexualities: Silenced violence. *Psicologia Clínica*, 32(2), 335–353. <https://doi.org/10.1590/1678-9563.2020322353>

Barros, R. B. de, & Passos, E. (2004). Clínica, política e as modulações do capitalismo. *Lugar Comum*, 19–20, 159–171.

Barros, R. B. de. (2013). *Grupo: A afirmação de um simulacro*. Sulina.

Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>

Donzelot, J. (1980). *A polícia da família*. Edições Graal.

Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Companhia de Freud.

Garcia, M. R. V., Barros, C. R. S., Paiva, V. S. F., et al. (2022). Prevalence and social determinants of suicidal ideation among Brazilian public high school students. *Portuguese Journal of Behavioral & Social Research*, 8(2), 1–11. <https://doi.org/10.5334/pjbsr.253>

Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Vozes.

Grupo Gay da Bahia. (2019). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2018*. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>

Honneth, A. (1992). Integrity and disrespect: Principles of a conception of morality based on the theory of recognition. *Political Theory*, 20(2), 187–201. <https://doi.org/10.1177/0090591792020002004>

Honneth, A. (2003). Redistribution as recognition: A response to Nancy Fraser. In N. Fraser & A. Honneth (Eds.), *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange* (pp. 110–195).

Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.

Nagafuchi, T. (2018). A urgência do debate sobre o suicídio das pessoas LGBTQIA+: Experiência e subjetividade. *REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(1), 103–127. <https://doi.org/10.22304/rebeh.v2n1a7>

Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: A clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento* (Tese de Livre Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão inclusão. In B. B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97–118). Vozes.

Vale de Almeida, M. (2009). *Ser mas não ser, eis a questão: O problema persistente do essencialismo estratégico*. Working Paper CRIA 1.



**Conselho
Federal de
Psicologia**

